

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO AMBIENTAIS - IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio
inteligível?**

Márcia de Araújo

Goiânia
2008

Márcia de Araújo

Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, ministrado do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Natureza e a Apropriação do Espaço no Cerrado.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Sócio-Espaciais

Orientadora: Prof^ª. Dr^a. Maria Geralda de Almeida.

Márcia de Araújo

Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?

Dissertação defendida e aprovada em 14 de Junho de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida.

Presidente da Banca

Prof^o. Dr. José Borzacchiello Silva

Membro da Banca

Prof^a. Dr^a. Adriana Mara Vaz de Oliveira

Membro da Banca

À minha mãe, pelo incentivo para a realização
desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer implica rememorar os passos percorridos na elaboração desse estudo. O início das orientações, as disciplinas cursadas, os professores, os colegas de curso e as amizades estabelecidas nesse percurso. Agradeço aos colegas que de alguma forma contribuíram para o amadurecimento do tema e dos caminhos que seriam percorridos. Entre estes, sou grata à Marcela pelos diálogos, os vários livros cedidos e as sugestões valorosas.

Sou grata à professora Maria Geralda por ter me acolhido como orientanda quando já estava com o quadro de alunos completo. Agradeço a orientação comprometida e os incentivos para continuar abrindo novas perspectivas e possibilidades de desenvolvimento na academia.

Agradeço a amiga Mercêdes pelo incentivo, pelas indicações e trocas de experiência e pelas contribuições em momentos decisivos na definição dos caminhos percorridos.

Às professoras Adriana Mara e Lana pelas contribuições feitas quando da qualificação. Aos professores do mestrado por desvelarem novas perspectivas e olhares sobre a realidade e contribuírem para uma atuação mais consciente na sociedade. Aos servidores do IESA pela gentileza e eficiência.

Aos colegas do Grupo de Estudos Urbanos pelos momentos de reflexões e discussões em conjunto que auxiliaram no amadurecimento e fundamentação teórica dessa pesquisa.

Ao amigo, Prof. José Paulo pelas elucidações e trocas de idéias que acalmaram inquietações sobre a pesquisa. Ao Pedro pela elaboração dos gráficos e à Cláudia pela execução e revisão dos mapas.

Sou grata às amigas de trabalho Yara, Amélia, Livia e Márcia Yuriko que de forma indireta auxiliaram na realização desse estudo. Aos amigos, Alberto, Eurípedes, José Carlos e José Lopes pelo apoio constante.

Agradeço às pessoas entrevistadas, que destinaram parte de seu tempo oferecendo informações fundamentais para a realização desta dissertação. Sem esta ajuda não conseguiria realizar o trabalho de vincular as reflexões teóricas com os dados empíricos desta pesquisa;

Estendo meus agradecimentos aos servidores públicos e funcionários dos jornais pesquisados pela boa vontade na liberação de dados e informações.

RESUMO

O patrimônio é um tema que, devido à sua crescente relevância nas sociedades contemporâneas, tem despertado a atenção de estudiosos sobre a cidade. A patrimonialização traz implícitas questões relativas à memória, à identidade e à apropriação da cidade pelos habitantes. Por outro lado, desvela a atuação de forças econômicas e políticas moldando a produção do espaço e influenciando as relações sociais. O estudo em pauta analisa essas questões e tem como objetivo discutir a importância da patrimonialização no âmbito da cidade contemporânea. O olhar é voltado para Goiânia. Cidade jovem criada no início do século XX, teve seu Centro Histórico tombado no ano de 2003. O ato do tombamento a inseriu e conectou com esse fenômeno mundial e incitou questionamentos e discussões atuais sobre os processos de patrimonialização e reabilitação urbanas. Também conduziu à formulação dos objetivos específicos que norteiam este estudo, a saber: entender o processo na cidade de Goiânia; identificar como a definição de bens patrimoniais é interpretada pelos moradores; identificar a opinião do habitante a esse respeito; e verificar como o tema foi percebido pela mídia impressa. A metodologia adotada considera o enfoque em aspectos ligados à subjetividade dos indivíduos e segue a abordagem qualitativa. A delimitação temporal corresponde ao período de 2003, data do tombamento federal, ao ano de 2007. Os meios utilizados para a coleta de dados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental envolvendo órgãos públicos, e mídia escrita. Foram pesquisados dois jornais da cidade: o jornal **O Popular** e o jornal **Diário da Manhã**, com o intuito de obter reportagens sobre o tema. A pesquisa de campo foi realizada nos limites definidos pela Avenida Goiás e Praça Cívica e consistiu em entrevista aplicada aos moradores de Goiânia. Foi elaborado um roteiro de entrevistas com questões semi-estruturadas, auxiliado por um registro visual de imagens fotográficas de edifícios que compõem a paisagem da região. As questões buscaram apreender os sentidos e significados do patrimônio para o morador/ usuário da cidade. O referencial teórico aliado à pesquisa em jornais e ao resultado das entrevistas conduziu as reflexões. Foram adotados como parâmetros para análise dos resultados, considerando as diferenças de cada enfoque, os níveis do espaço de representação de Lefebvre (1974): o espaço concebido, o espaço percebido, o espaço vivido e a teoria das representações sociais. Este estudo analisa as informações midiáticas e a fala dos moradores entendida como objetivação do mundo mental. Esse mundo íntimo desvela as representações sobre o patrimônio e o Centro de Goiânia e, dentro das discussões teóricas que subsidiaram as reflexões, evidenciou que o patrimônio tombado não é inteligível para a maioria dos moradores. Aponta um trabalho a ser desenvolvido para dotar os cidadãos de conhecimentos que dêem acesso aos códigos de leitura implícitos no patrimônio e permitam a formação de juízos perceptivos.

PALAVRAS CHAVE: patrimônio, cultura, paisagem, mídia, representações sociais.

ABSTRACT

The patrimony is a theme due its increasing relevance inside the contemporary societies has aroused attention of researchers about the city. The patrimony brings implicit questions relatives to the memory, the identity and the appropriation of the city by the inhabitants. On the other hand, shows the acting of economics and political forces shaping the production of the space and influencing the social relations. The present work analyzes these questions and has the objective to discuss the importance of patrimony within the contemporary city. The look is concerned with Goiânia. Young city created in the beginning of the twenty century has its Historical Town Center overthrow in 2003. The act of the overthrow inserts and connects Goiânia within the global phenomenon and rouse current inquiries and discussions about the process of urban patrimony and rehabilitation. Also lead the formulation of specific objectives which guide this study, namely: understand this process in Goiânia city; identify the opinion of the inhabitants about the process of patrimony; and verify how this process is realized by the press media. The adopted methodology considers the approach in aspects linked to the subjectivity of the individuals and follows the qualitative methods. The temporal delimitation corresponds to the period between 2003, date of the federal overthrow, and 2007. The means used to collect of data were: bibliographic research, documental research involving public bodies and the press media. Were searched two newspapers, the **O Popular** and the **Diário da Manhã**, with the aim to get reports about the theme patrimony and Town Center. The field research was achieved in defined boundaries by the space delimitation and consisted in interview applied to the residents of Goiânia. It was prepared a schedule of interviews with questions semi-structured aided by a visual register of photographic images of buildings which compose the landscape of this region. The questions intend to grasp the sense and meanings of the patrimony to the resident/users of the city. The theoretical reference ally to the research in newspapers and the outcome of the interviews lead the reflections. It was adopted as parameters to the analyze of outcomes, considering the differences of each approach, the levels of representation space of Lefebvre (1974), the designed space, the perceived space, the lived space and the theory of social representation. This study analyzes the media information and talks about the residents understood as objectivities of mental world. This innermost world describe the representation of the patrimony and the Town Center of Goiânia and, based on the theoretical discussion that subsidize the reflections, proof that the overthrow patrimony does not is intelligible to the most of residents. Denotes a work to be developed in the sense of endow the citizens with acknowledge which give them access to the codes of reading matter implicit on the patrimony and allow the formation of perceptive judgments.

KEY WORDS: patrimony; culture; landscape; media; social representations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Mapa. Localização de Goiânia/ GO, região metropolitana – 2002	15
Figura 02. Mapa. Polígono do tombamento	33
Figura 03. Foto. Coreto da Praça Cívica	34
Figura 04. Foto. Fontes Luminosas	35
Figura 05. Foto. Obeliscos com luminárias	35
Figura 06. Foto. Fórum e Tribunal de Justiça	35
Figura 07. Foto. Residência do Governador Pedro Ludovico Teixeira	36
Figura 08. Foto. Departamento Estadual de Informação	36
Figura 09. Foto. Palácio das Esmeraldas	36
Figura 10. Foto. Delegacia Fiscal	37
Figura 11. Foto. Chefatura de Polícia	37
Figura 12. Foto. Secretaria – Geral	37
Figura 13. Foto. Torre do Relógio	38
Figura 14. Foto. Tribunal Regional Eleitoral	38
Figura 15. Foto. Liceu de Goiânia	38
Figura 16. Foto. Grande Hotel	39
Figura 17. Foto. Teatro Goiânia	39
Figura 18. Foto. Escola Técnica	39
Figura 19. Foto. Estação Ferroviária	40
Figura 20. Foto. Mureta do Lago das Rosas	40
Figura 21. Mapa. Anteprojeto da cidade de Goiânia elaborado por Atílio Corrêa Lima (1933)	41
Figura 22. Mapa. Plano de Urbanização de Goiânia (1938)	41

Figura 23. Mapa. Planta Geral de Urbanização de Goiânia (1947)	42
Figura 24. Mapa. Uso do Solo na área do polígono tombado pelo IPHAN	210
Figura 25. Gráfico. Quantidade de reportagens que enfocam o patrimônio e o Centro de Goiânia – 2003 – 2007.....	115
Figura 26. Gráfico. Quantidade de reportagens mensais sobre o patrimônio de Goiânia – 2003 a 2007 – Jornal O Popular	115
Figura 27. Gráfico. Quantidade de reportagens mensais sobre o patrimônio de Goiânia – 2003 a 2007 – Jornal Diário da Manhã	116
Figura 28. Mapa. Localização dos bens patrimoniais citados em reportagens nos jornais – 2003 a 2007	138
Figura 29. Gráfico. Faixa etária dos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia	214
Figura 30. Gráfico. Renda dos indivíduos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia	214
Figura 31. Gráfico. Escolaridade dos indivíduos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia.....	215
Figura 32. Gráfico. Conhecimento sobre o tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia entre os entrevistados	146
Figura 33. Gráfico. Cidades de residência dos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia	147
Figura 34. Mapa. Bairros de Goiânia onde moram os entrevistados informados sobre o tombamento do Centro	211
Figura 35. Mapa: Bairros de Goiânia onde moram os entrevistados não informados sobre o tombamento do Centro	212
Figura 36. Gráfico. Conhecimento sobre a ação de tombamento do Centro de Goiânia e conhecimento de bens patrimoniais	150
Figura 37. Gráfico. Proporção de entrevistados que citaram bens que consideram patrimônio em Goiânia	151
Figura 38. Gráfico. Bens considerados patrimônio em Goiânia	152
Figura 39. Gráfico. Validação da escolha dos bens tombados entre os que têm conhecimento da patrimonialização do Centro de Goiânia	154
Figura 40. Gráfico. Bens tombados mais (re)conhecidos	156

Figura 41. Gráfico. Construções em Goiânia com características de patrimônio histórico, considerando o uso de imagens fotográficas	158
Figura 42. Gráfico. Edificações mais relevantes em Goiânia considerando as imagens sugeridas	159
Figura 43. Gráfico. Indicação de outros bens para tombamento e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia	160
Figura 44. Gráfico. O conhecimento sobre a ação do tombamento e o Cotidiano no Centro de Goiânia	164
Figura 45. Gráfico. Conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia e as fontes de informação	168
Figura 46. Gráfico. A relação governo e patrimônio na visão do habitante da cidade de Goiânia	174
Quadro 01. Dados comparativos: bens mais citados pelos jornais e por entrevistados informados e não informados sobre a patrimonialização do Centro	183
Quadro 02. Bens tombados oficialmente pelo IPHAN, bens mencionados por jornais e por entrevistados informados e não informados sobre a patrimonialização do Centro	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Lista de Bens Imóveis da cidade de Goiânia tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás	217
Tabela 02. Lista de Bens Imóveis da cidade de Goiânia que compõem o Patrimônio Histórico e Artístico Municipal	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIEG	Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás
ADEMI	Associação das Empresas Incorporadoras do Estado de Goiás
AGEPEL	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico
BEG	Banco do Estado de Goiás
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEDOC	Centro de Documentação
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
GECENTRO	Grupo Executivo de Revitalização do Centro.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISTI	Imposto Sobre Transmissão Intervivos
OCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OJC	Organização Jaime Câmara
PDIG	Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
SEDEM	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCG	Universidade Católica de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1 - A CIDADE E O URBANO: O PATRIMÔNIO COMO COMPONENTE DA PAISAGEM CULTURAL.....	 22
1.1 A Cidade, o urbano e o patrimônio na contemporaneidade.....	23
1.1.1 Goiânia e o patrimônio.....	32
1.1.2 O patrimônio edificado: conjunto arquitetônico <i>Art Déco</i>	42
1.2 Patrimônio – interface com a cultura, identidade e memória.....	45
1.2.1 Cultura, identidade e memória.....	50
1.2.2 O patrimônio ao longo do tempo.....	56
1.2.3 O patrimônio no Brasil.....	59
1.3 Uma leitura geográfica da paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia.....	63
1.3.1 A paisagem de Goiânia.....	68
 CAPÍTULO 2 - O CIDADÃO E OS SIGNIFICADOS DO PATRIMÔNIO.....	 79
2.1 Consumo cultural: o cidadão frente ao patrimônio.....	80
2.2 Signos e significados.....	89
2.3 Imagem e Imaginário – a experiência e os sentidos do urbano.....	90
2.4 A comunicação midiática e produção de sentidos.....	96
2.5 Percepção e expressão do mundo vivido – as representações sociais.....	107
 CAPÍTULO 3 - NÚCLEO PIONEIRO DE GOIÂNIA: UM PATRIMÔNIO INTELIGÍVEL?.....	 112
3.1 O patrimônio pelo viés da imprensa.....	113
3.1.1 A produção jornalística e o espaço concebido.....	116
3.1.2 Notícias do espaço percebido.....	125
3.1.2.1 Espaço percebido e os bens mais citados.....	135
3.1.3 Eventos culturais e divulgação do patrimônio.....	138
3.2 O que pensa o cidadão.....	145
3.2.1 Patrimônio e cultura.....	149

3.2.2 Do espaço de representação às representações sociais.....	167
3.2.3 As imagens do Centro na percepção dos moradores.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
APÊNDICES	209

INTRODUÇÃO

Ao examinar a cidade contemporânea pelo prisma da paisagem, fica claro que a paisagem/ espaço urbano é marca da ação dos homens, reflexo da cultura de um povo. É um produto social que expressa, por meio das formas, a sucessão do tempo. A paisagem da metrópole desvela as forças de produção econômica impondo-se sobre a dinâmica da produção espacial. A cidade/ espaço urbano contemporâneo se constrói pela articulação entre a permanência de formas antigas que sobrevivem à imposição do ‘novo’ e as intervenções urbanas, que modificam usos e funções dos lugares, alteram a morfologia e explodem as relações sociais tradicionais. (CARLOS, 2001)

Nesse contexto de fragmentação da sociedade, a questão patrimonial se revela. O modo de vida contemporâneo, marcado pela velocidade e pela perda de vínculos sociais e afetivos, desvela o panorama da pós-modernidade. Marshal (2003) o descreve como um período caracterizado pela ligação entre cultura e consumo, em que a primeira passa a servir de ferramenta do capital, interfere na forma de apreensão da realidade e estabelece uma nova estética baseada em signos. O comércio passa a ser visto como resposta para todos os males que afetam as metrópoles contemporâneas. O viés econômico passa a determinar as necessidades e interferências no urbano para a realização rápida do capital. Nesse ambiente, a ética é frágil e resulta na instabilidade de valores. Isso faz com que o habitante da cidade procure encontrar no passado, entendido como referencial de valores e de permanência, a segurança, um porto seguro rumo ao futuro. No caso, esse passado pode ser representado, dentre outras possibilidades, pelo patrimônio em suas múltiplas expressões.

Hoje, o patrimônio é considerado por estudiosos um fenômeno contemporâneo que atinge proporções mundiais. Pelo seu estudo, é possível compreender as características da cidade e do modo de vida atual, de forma que analisar o patrimônio significa aprofundar conhecimentos e discussões multidisciplinares. O que nos interessa para análise é que o patrimônio desperta discussões concernentes à memória, à permanência e à identidade. Para compreendê-lo, é necessário investigar essas questões, que implicam também o entendimento das relações sociais estabelecidas no contexto da contemporaneidade. Por esse ângulo, evidencia-se o papel dos atores sociais que participam da criação da realidade e suscitam a necessidade de se compreenderem os aspectos que afetam os indivíduos.

O interesse pelo tema surgiu da percepção, inicialmente inconsciente, das possibilidades de realização de diferentes leituras de um ambiente urbano marcado pela convivência do novo com o antigo. A percepção esteve vinculada à apreensão material da cidade, ou seja, o conjunto arquitetônico, as técnicas construtivas e as diferenças de estilos. Percebia-se nos objetos construídos a materialização do esforço humano e as marcas do desenvolvimento tecnológico. Entretanto, ao aprofundar as leituras para a elaboração da monografia “Praça Cívica: patrimônio e turismo”, trabalho de conclusão do curso de Especialização - Capacitação e Planejamento em Turismo no ano de 2004¹, o olhar mudou.

Porque o tema carrega, além de aspectos ligados à sua materialidade, considerações acerca do papel da cultura, dos valores e significados, da possibilidade de construção de uma imagem urbana. Fornece subsídios que justificam intervenções urbanas, em certa medida mantenedoras da organização espacial que, segundo Peixoto (2004, p. 2010), “é definida na duração”. Num enfoque social, o patrimônio possibilita compreender a relação dos homens com o seu meio, entender como a paisagem marcada pela presença de objetos construídos representativos de vários períodos influi na formação da identidade. Ele é um elemento que contribui para aflorar a experiência urbana e desencadeia a apreensão da cidade pela apropriação dos espaços e geração de lugares. Considerando essa abrangência, a sua visibilidade e importância alcançadas na atualidade sugerem estudos sobre a sua inserção nessa nova cidade. Com essa visão, pode-se afirmar a relevância do tema patrimônio para a ciência geográfica. É um tema pouco abordado nas dissertações de mestrado na área da geografia, mas se insere no *corpus* dessa ciência por estar relacionado à formação da paisagem e do espaço urbano.

Com o aporte dessas reflexões iniciais, a pesquisa desenvolvida para a dissertação se motiva na categoria patrimônio e tem como objeto a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. Atualmente, de acordo com a contagem da população realizada em 2007 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), abriga 1.244.645 habitantes em uma área de 739 Km², localizada na micro-região 10. Possui como municípios limítrofes Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Trindade, Goianira, Goianópolis, Aragoiânia, Nerópolis e Santo Antônio de Goiás. Apresenta conurbação com os dois primeiros municípios citados (Figura 01).

Goiânia, projetada e construída na década de 1930, vive, apesar do seu pouco tempo de existência, sob as imposições do tempo atual que caracterizam as metrópoles mundiais.

¹ Monografia que veio a se tornar a fonte básica desta proposta de pesquisa.

**FIG. 01. MAPA. LOCALIZAÇÃO DE GOIÂNIA/ GO
REGIÃO METROPOLITANA - 2002**



ESCALA GRÁFICA

12,5 0 12,5 25 37,5 km

PROJEÇÃO POLICÔNICA

LEGENDA

Área Urbana de Goiânia

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



Fonte:

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes B. de. *A praça em suas múltiplas dimensões espaciais: o desvendar das similaridades e diversidades de praças goianienses*. Dissertação (mestrado em geografia) Programa de Pesquisa e pós-graduação em geografia. Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. 207 fl.: il., color., tabs., graf., p. 18.

Organização :

Márcia de Araújo

Cartografia Digital

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Inclusive, depara-se com as questões patrimoniais. O presente estudo surgiu de questionamentos referentes à patrimonialização de seu Centro Histórico e o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre a cidade contemporânea. O ato de tombamento ocorrido no ano de 2003 e a sua parca divulgação suscitaram o interesse em investigar a relação entre o patrimônio e a população local, as suas implicações para a sociedade e os seus reflexos no espaço da cidade. Também geraram questionamentos que nortearam o estudo, a saber: a ação do tombamento é inteligível à população em seus aspectos simbólicos, estéticos e históricos, ou representa uma ação institucional e política sem o respaldo da comunidade? As intenções e ações de reabilitação do Centro Histórico visam somente a apropriação do patrimônio pela comunidade ou também expressam um processo de espetacularização e mercadorização da área central da cidade de Goiânia? As ações de reabilitação atuaram de alguma forma na comunidade local no sentido da apreensão dos elementos tombados? Como os meios de comunicação mostraram as questões relativas ao tombamento do Centro Histórico e qual a opinião da comunidade local sobre o patrimônio edificado de Goiânia? A definição de bens patrimoniais interfere de algum modo no cotidiano da população habitante ou trabalhadora do polígono tombado?

Houve a idéia inicial baseada na apreensão da opinião do habitante, considerando a mídia como fornecedora de informações que contribuem para a formulação do senso comum, e o entendimento de que a cultura, que permeia todas as ações humanas, está presente nas relações sociais e na forma de apropriação do espaço e construção dos objetos fixos. A partir disso, definiram-se as categorias condutoras da reflexão: o patrimônio, a cultura, a paisagem, a mídia e a opinião. Com o amadurecimento da pesquisa, percebeu-se que as representações sociais traduziriam melhor o que se entendia inicialmente por opinião e seriam, portanto, mais indicadas para expressar os significados do patrimônio para o habitante da cidade. Assim, foi realizado o projeto.

O projeto de pesquisa teve como objetivo principal discutir a importância da patrimonialização no âmbito da cidade contemporânea, considerando o patrimônio tombado da cidade de Goiânia. O interesse da discussão voltou-se para o habitante da cidade, pretendendo entender como o cidadão percebe a materialização desse fenômeno no âmbito de seu espaço, no local onde estabelece suas relações sociais, e responder à questão proposta sobre a inteligibilidade do patrimônio para o morador.

Para atingir esse objetivo, que se refere a aspectos relacionados à subjetividade, os passos metodológicos do trabalho caminharam para a pesquisa qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, de acordo com Teixeira (2001, p. 126),

[...] o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa.

No mesmo sentido, considerou-se também o conceito de Triviños (1987, p. 117) para a abordagem subjetivista-compreensivista, que permite privilegiar “aspectos conscienciais, subjetivos dos atores (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para os sujeitos)”. A condição do objeto de pesquisa – o Núcleo Pioneiro de Goiânia -, um espaço singular, com características específicas do estilo *Art Déco*, expressão arquitetônica pouco difundida no Brasil, possibilitou situá-lo como um estudo de caso.

Para o encaminhamento da pesquisa, foi definida a delimitação espacial que segue os limites determinados no tombamento federal do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Os dados estão presentes na Portaria 507, de 18 de novembro de 2003, e correspondem à concepção original proposta pelo arquiteto Atilio Corrêa Lima (Figura 02, p. 33). A delimitação temporal considera para a análise o tempo decorrido desde o ano do tombamento até o final de 2007.

Para viabilizar a pesquisa definiram-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a documental e a de campo. A pesquisa bibliográfica consistiu na elaboração de conteúdo referente às categorias de análise e outras necessárias à complementação e entendimento do tema proposto. A pesquisa documental foi realizada na SEPLAM (Secretaria de Planejamento Municipal) e abrangeu a consulta aos Planos Diretores de Goiânia de 1992 e 2007, além de mapas da cidade.

Para responder ao questionamento sobre como os meios de comunicação mostraram a patrimonialização de Goiânia, optou-se pela pesquisa em jornais. Essa forma de comunicação tem ampla abrangência, as informações e conhecimentos veiculados, se assimilados, podem vir a constituir o repertório cultural dos leitores. É um importante mediador que contextualiza os sujeitos e contribui para a construção do senso comum. Nesse aspecto, os conteúdos presentes nas reportagens são representações públicas que expressam intenções pessoais ou de grupos da sociedade, e podem estar presentes na formulação dos discursos de uma parcela dos habitantes da cidade. A pesquisa, então, buscou conhecer as informações sobre o tema patrimônio e o Centro de Goiânia disponibilizadas aos leitores no

período de tempo delimitado para o estudo, ou seja, entre o ano de 2003, que corresponde ao tombamento do Centro Histórico pelo IPHAN, até o ano de 2007.

Foram pesquisados dois jornais de circulação local: o jornal **O Popular** e o jornal **Diário da Manhã**. A pesquisa, detalhada no terceiro capítulo, considerou o enfoque geográfico para a análise dos dados levantados. Os parâmetros principais adotados foram os níveis de produção do espaço definidos por Lefebvre (1974): o espaço concebido e o espaço percebido.

A pesquisa de campo, também detalhada no terceiro capítulo, consistiu em entrevista semi-estruturada aplicada aos habitantes da cidade com o intuito de apreender as impressões e os dados que permitissem traçar um panorama dos sentidos e significados sobre o patrimônio e o antigo Centro de Goiânia, atual Setor Central. O critério adotado para a realização das entrevistas foi o de consultar os habitantes dentro dos limites propostos pela delimitação espacial do estudo, ou seja, o Núcleo Pioneiro de Goiânia. Os locais escolhidos para as entrevistas foram a Praça Cívica e o canteiro central da Avenida Goiás, em pontos próximos à Praça do Bandeirante e ao Mercado Aberto da Avenida Paranaíba. Procurou-se abordar as pessoas que transitavam pelos locais definidos, tendo em mente abranger, dentro do possível, todas as faixas etárias, de renda e grau de escolaridade definidos no perfil social adotado. Foi-se a campo e foram entrevistadas trinta pessoas de ambos os sexos.

O roteiro de entrevista elaborado (Apêndice D) contemplou, de início, as questões que forneciam o perfil social dos entrevistados. Para elaborá-lo, foram consultados os parâmetros adotados nas pesquisas realizadas pelo IBGE. As demais questões objetivaram captar os aspectos subjetivos ligados à relação dos habitantes com o patrimônio e o antigo Centro da cidade. Pretendia-se colher dados que informassem sobre as representações sociais e as imagens vinculadas a esse espaço germinal. Também foram formuladas questões que utilizaram fotografias de construções componentes da paisagem do Centro Goiânia, com o intuito de apreender as diferentes leituras do patrimônio pelo habitante.

Inicialmente, houve a pretensão de entrevistar representantes das instituições governamentais ligadas ao patrimônio. Entretanto, em função da abrangência e dimensão assumida pela pesquisa e a necessidade de centrar no enfoque proposto voltado para a apreensão dos significados e a inteligibilidade do patrimônio para o habitante da cidade, optou-se por reduzir esse recorte.

A estrutura da dissertação ficou definida em três capítulos e quatro apêndices, os dois primeiros capítulos dedicados ao referencial teórico que subsidia as discussões e encaminha as análises. O primeiro capítulo, “A cidade e o urbano: o patrimônio como

componente da paisagem cultural”, aborda a cidade, o urbano e o patrimônio na contemporaneidade. Apresenta o patrimônio da cidade de Goiânia e o estilo *Art Déco*, faz a interface entre o patrimônio, a cultura, a identidade e a memória. Introduce uma discussão sumária sobre semiótica para subsidiar reflexões posteriores, desde que a idéia de signo permeia este estudo em função do seu papel na cultura que caracteriza o período considerado pós-moderno. Esse capítulo também situa as discussões sobre a questão patrimonial no mundo e no Brasil. Ao final, apresenta um estudo sobre a categoria geográfica paisagem e uma rápida incursão na formação da paisagem de Goiânia.

O segundo capítulo “O cidadão e os significados do patrimônio” aborda conteúdos com enfoque para a formação dos significados. Num primeiro momento, situa o cidadão frente ao patrimônio e às imposições do consumo cultural. Em seguida, retoma o enfoque sobre os signos e introduce reflexões sobre os significados. Na sequência, a imagem e o imaginário lançam a reflexão sobre o concreto e o abstrato conectados para a apreensão do urbano. A mídia é discutida como instituição fornecedora de informações e produtora de significados que têm como resultado de sua ação o poder de contextualizar os sujeitos. O aporte dessas discussões demonstra o valor da comunicação e da informação como geradores de conhecimentos e fatores importantes para a apreensão do urbano, reflexões que subsidiam o entendimento das representações sociais que, segundo Jodelet (2001), são fenômenos complexos presentes na vida social, organizados sob a aparência de um saber que diz respeito à realidade. Essa visão auxilia a interpretação dos resultados colhidos nas entrevistas já que as falas dos moradores fornecem a reconstituição do real. O indivíduo, ao se expressar, representa para o outro conteúdos de seu universo mental. Para Abric (2001), nesse momento, ele reconstitui o real e atribui-lhe significados.

O terceiro capítulo, “Núcleo Pioneiro: um patrimônio inteligível?”, corresponde aos resultados da pesquisa documental realizada em jornais e aos conteúdos das entrevistas. Esses resultados são confrontados com o referencial teórico e com outras leituras que subsidiam as interpretações. Apresentam as impressões dos moradores sobre o antigo Centro e demonstram que a apreensão do urbano é diferenciada. Cada indivíduo é depositário de representações mentais formuladas a partir de informações e conhecimentos que compõem sua bagagem cultural e impressões que colhe do mundo exterior. As discussões e as interpretações fornecem, ao final, considerando o universo de indivíduos entrevistados, um panorama dos sentidos e significados do patrimônio e do antigo Centro (Núcleo Pioneiro de Goiânia), bem como uma resposta à questão lançada na pesquisa quanto à inteligibilidade do patrimônio para a população de Goiânia.

A pesquisa contém quatro apêndices. O Apêndice A apresenta mapas de Goiânia que espacializam o Uso do Solo na área do Núcleo Pioneiro de Goiânia e situam os bairros de Goiânia onde moram os entrevistados. O Apêndice B contém elementos do item “O que pensa o cidadão”, do terceiro capítulo. Nele, estão os gráficos sobre o perfil social dos entrevistados. São representados a sua faixa etária, renda e grau de escolaridade, mesclados a dados que informam sobre o seu conhecimento do tombamento do antigo Centro de Goiânia. No Apêndice C estão as tabelas com a relação de bens tombados nas esferas de governo estadual e municipal. Esses dados são elementos importantes para consulta, pois complementam as informações e discussões presentes nos textos. Finalmente, o Apêndice D contém o roteiro de entrevista e os resultados tabulados. As informações são fontes importantes para a verificação de dados e consulta, além de, ao fornecer os resultados obtidos no empírico, possibilitar aos pesquisadores diferentes leituras a partir de outros pontos de vista adotados.

Ressalta-se que os conteúdos do referencial teórico, apresentados de forma compartimentada para o encaminhamento das análises, na realidade estão entrelaçados, constituem uma totalidade implícita no espaço das cidades, nas relações sociais e na vida dos moradores de Goiânia. Neste estudo, sistematizado em três capítulos, procurou-se atingir os objetivos específicos traçados no projeto de pesquisa, a saber: entender o processo de patrimonialização na cidade de Goiânia; identificar como a definição de bens patrimoniais é interpretada pelo habitante local; identificar a opinião do habitante sobre o processo de patrimonialização; e verificar como esse processo é percebido pela mídia impressa. As discussões apresentadas ao longo do estudo e os resultados obtidos delinearam um panorama sobre a questão patrimonial que cumpre, a nosso ver, esses objetivos propostos inicialmente.

O enfoque no indivíduo e na subjetividade implícita em suas representações contribui para a ciência geográfica ao apresentar uma face do urbano a partir da visão do principal usuário do espaço da cidade, o seu morador. Ao lado de um referencial teórico que permite perceber a influência e preponderância do viés econômico na determinação da produção, reprodução e apropriação do espaço da cidade, o resultado do estudo também pode contribuir para demonstrar que o patrimônio possui valores que se sobrepõem ao que é pervertido pelo mercado. O patrimônio é importante na apreensão do urbano, porquanto, como objetos fixos impregnados de significados, tornam-se marcos que referenciam as cidades e contextualizam os indivíduos ao permitir a conexão entre o passado e o presente. O patrimônio atua como um suporte de memórias, é um elemento que evidencia os processos e as forças que estiveram presentes na formação das cidades. Portanto, pode-se compará-lo a um documento que permanece na paisagem, informando sobre a cidade tanto ao morador de

hoje quanto aos que virão partilhar do mesmo espaço. A reflexão desenvolvida ressalta o seu valor para as sociedades ao desvelar suas possibilidades para o aprender *com* e *na* cidade. Esse componente da paisagem contribui para o desenvolvimento da experiência urbana, é fator relevante para a apropriação e para o desenvolvimento da identidade.

Dessa forma, esta pesquisa desvela uma relevância urbanística. Demonstra que, pelo patrimônio, é possível entender a cidade contemporânea. Possui também relevância social, pois explicita o papel da memória e da unidade imagem/ imaginário no processo de apropriação e geração dos lugares e na formação dos significados urbanos.

1. A CIDADE E O URBANO: O PATRIMÔNIO COMO COMPONENTE DA PAISAGEM CULTURAL

O Patrimônio Cultural, manifestado nos bens denominados culturais, envolve tanto os bens materiais quanto os intangíveis e, apesar de essa denominação diferenciá-los quanto à concretude de suas manifestações, pode-se inferir que se complementam. No plano da realidade concreta, materializam-se nas formas, nos usos, nos saberes enquanto expressão da apropriação do mundo pelos homens, interferindo na formação das paisagens humanas. O patrimônio edificado, manifestação do patrimônio cultural, elemento formador das paisagens urbanas, constitui o objeto de estudo desta pesquisa. Essa categoria, pela sua relevância no contexto contemporâneo de apropriação da cultura pelo capital, requer estudos aprofundados, pois também envolve o processo de produção e reprodução do espaço urbano.

Dessa forma, serão abordados, neste primeiro capítulo, a cidade e o urbano, com a perspectiva de compreender as forças presentes no processo de produção do espaço que criaram e criam o cenário para a valorização do patrimônio. Em seguida, serão apresentados a cidade de Goiânia e o seu acervo de bens tombados, correspondentes à delimitação espacial e objeto deste estudo. Serão tecidas considerações sobre o estilo *Art Déco* presente nesses bens, por se constituir referência essencial para a leitura da paisagem do Núcleo Inicial de Goiânia. Na sequência, será realizada uma discussão teórica com aporte antropológico sobre o patrimônio em interface com a cultura, identidade e memória. A questão patrimonial enquanto ação institucionalizada será discutida nos seus aspectos históricos e conceituais, situando o desenvolvimento dessa categoria no contexto mundial e no Brasil. Finalmente, a categoria geográfica paisagem será apresentada pelo viés da geografia cultural, pois entende-se que nela estão inscritos os elementos que traduzem a ação da cultura e são reveladores da presença de forças sociais, políticas e econômicas na trajetória das sociedades.

1.1 A cidade, o urbano e o patrimônio na contemporaneidade.

A sociedade imprime as marcas que expressam, materialmente, uma dimensão de sua cultura. Ao produzir sua existência, os homens produzem sua história, conhecimento e espaço. O espaço, pode-se afirmar, é fruto da materialização das relações sociais e é algo passível de ser apreendido. Nessa construção contínua, o tempo se revela, e a cidade, no entender de Carlos (2001), percebida pela materialidade das formas, é uma construção humana na qual se pode perceber a história da humanidade. De maneira sensível, Carlos (2001) nos apresenta a cidade como “um modo de viver” que influencia nosso pensar e sentir e produz cultura ao determinar comportamentos, valores e conhecimentos. Entretanto, vinculada a esse lado dos sentidos, a cidade é também manifestação do processo de produção da humanidade dirigido por relações ditadas pela formação econômica e social capitalista. Como processo de produção e reprodução, ela reflete, de um lado, a realização e a acumulação do capital e, de outro, o desenvolvimento da vida humana em suas múltiplas dimensões. Ligada à produção em geral, está a produção do espaço. Para Lefebvre (2001), “produzir é produzir espaço”, é percebê-lo como componente da produção social em geral portadora de uma lógica e dinâmica próprias. Por esse viés, a cidade enquanto materialidade funde interesses do capital e a ação do Estado; é palco de lutas de classes e de reivindicações de movimentos sociais. Pela sua forma, expressa as contradições e múltiplos interesses de grupos sociais antagônicos, que promovem a segregação ou, como diz Barbosa (2006), o *apartheid* urbano decorrente das formas de apropriação da terra baseadas no desenvolvimento desigual das relações sociais no interior da sociedade.

Na mesma linha de abordagem de Lefebvre, porém no cenário nacional e local respectivamente, autores como Carlos (1999) e Cavalcanti (2001) fornecem contribuições importantes para o entendimento da cidade e do urbano. Da sua leitura, infere-se que a cidade representa o trabalho materializado: ela é a forma, o concreto, a materialidade visível do urbano, que é o abstrato, o geral, que lhe dá sentido. A cidade tanto representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico quanto expressa uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Desse modo, ela é condição para o estabelecimento de relações sociais. O espaço urbano extrapola a noção de conteúdo, abrangendo as relações sociais que se materializam no espaço num determinado momento histórico. Ele é produto do processo de produção, refletindo e articulando, como foi dito,

determinações econômicas do processo (produção, distribuição, circulação e troca) e determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas. Conclui-se, assim, que o urbano, além de ser um modo de produzir, também expressa um modo de consumir, pensar, sentir. O urbano é um modo de vida.

Silva (2001) percebe a cidade como resultado de uma construção histórica, o *locus* do progresso e das possibilidades. O autor identifica no período da Revolução Industrial o momento em que se tornam evidentes as contradições que caracterizarão a cidade ao longo de sua evolução. Nesse período, a cidade assume o papel de foco de inovações e, sob seu influxo, acirram-se as contradições, tornando-a palco de lutas entre diferentes interesses de classe. Ao mesmo tempo, como centro equipado de comércio e serviços de qualidade, acompanha os avanços da tecnologia, que influencia significativamente sua estrutura, modificando sua forma.

Após a Segunda Guerra, as cidades conhecem um período de grande expansão. No início do século XX, a intensidade do fluxo migratório modifica a distribuição da população no mundo e gera um novo modo de vida marcado pelo processo de metropolização das cidades. Carlos (1999) afirma que a sociedade urbana é uma realidade que se generaliza, visto que o processo que vai da cidade à metrópole é intensificado e acontece sob o influxo de profundos conflitos. Silva (2001) e Simão (2001) acrescentam que, com o advento do espaço técnico-científico-informacional, a cidade, especialmente a metropolitana, complexifica-se e constitui um espaço que congrega várias organizações de caráter diversificado, reais e virtuais, concretas e simbólicas que, ao se relacionarem, estabelecem redes, transformando o espaço da cidade em pólo de emissão e recepção de dados e informações.

A cidade compreendida como metrópole evidencia, no plano material, as relações de uma economia de mercado e de uma sociedade complexa dividida em classes. Nesse sentido, o termo “metrópole” reporta às aglomerações urbanas, multifuncionais, que comandam relações econômicas com outras aglomerações e são resultantes do fenômeno de metropolização. Porém, não estão restritas apenas ao crescimento em dimensão, mas pressupõem a concentração de população, atividades e riquezas. É o local onde se materializam formas e expressam-se funções, produzem-se movimento e conteúdo a partir de processos sociais resultantes da acumulação de capital. Pelas atividades desenvolvidas e os fluxos gerados pelas suas relações, a metrópole favorece a (re) produção do capital. Esse movimento contraditório entre processos sociais e reprodução do capital condiciona a sua organização espacial, caracterizada por usos diferenciados da terra, como a área central, áreas industriais e áreas residenciais. Nesse aspecto, o arranjo espacial é produto social, por refletir

uma estrutura social de classe espelhada em espaços segregados e desiguais. No entanto, devido à sociedade ser dinâmica, o espaço produzido é mutável, transformando-se com ritmo e natureza diversos.

Corroborando essa análise, Carlos (2001, p.167) sustenta que a cidade contemporânea apresenta

[...] continuidades e discontinuidades que se combinam como consequência do espaço/tempo urbanos – traduzem a divisão do espaço urbano, rupturas de ritmo, poderes desiguais, estrutura de classes diferenciadas. Movimentos, construções, transformações do tecido urbano; uma história que do ponto de vista espacial torna-se morfologia. É aí que a presença da acumulação de tempos na cidade – um suporte material – justapõe tempos, marca a temporalidade diferenciada na cidade.

Peixoto (2004) esclarece que ela traz em si a dualidade de valores que retomam a preservação, o lugar, e retratam desigualdades sociais. Em sua configuração espacial, está implícita a ruptura com os ideais da cidade moderna e a valorização do papel da memória urbana. Essa cidade, seus fenômenos complexos e sua tendência à especialização funcional, que desconsidera os preceitos da cidade moderna baseados na definição de zonas de uso e passa a acontecer por uma “seqüência de enclaves” urbanos que fragmentam sua totalidade, torna-se, hoje, objeto de novas reflexões.

Diante da complexidade que constitui a cidade entendida como metrópole, Borja (2005), dirigindo a atenção para a sua espacialização, conclui que os novos territórios urbanos já não se limitam à denominada área metropolitana:

[...] o território urbano-regional é descontínuo, uma mescla de zonas compactas com outras difusas, de centralidades diversas e áreas marginais, de espaços urbanizados e outros preservados. Uma cidade de cidades em sua versão otimista ou uma combinação perversa entre enclaves globalizados de excelência e fragmentos urbanos de baixo perfil cidadão. (BORJA, 2005, p.13. Tradução nossa)²

Para o autor, na nova cidade atua o fenômeno denominado “revolução urbana”, formado por um conjunto de fatores tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais que se vinculam à globalização. Esse conjunto tem como características relevantes: a ação da informatização, modificando a relação espaço-tempo e permitindo desenvolver atividades diversas sem depender de uma localização rígida; a generalização das modernas formas de comunicação (automóvel, redes de transportes e telefonia móvel); a condição atual de

² El territorio-regional es discontinuo, una mezcla de zonas compactas con otras difusas, de centralidades diversas y áreas marginales, de espacios urbanizados y otros preservados o expectantes. Una ciudad de ciudades en su versión optimista o una combinación perversa entre enclaves globalizados de excelencia y fragmentos urbanos de bajo perfil ciudadano.

dominação do capital financeiro em detrimento do capital produtivo e sua característica nômade.

Compondo esse quadro, o ordenamento territorial urbano é marcado pela presença da lógica global-local, e, nas intervenções urbanas, percebe-se a dinâmica da acumulação capitalista assumindo significados amplos por estar conectada a acontecimentos globais. Ocorre um novo empresariamento do espaço entendido como a possibilidade de, na escala local, se realizarem ações globalizantes. O capital multinacional em seu movimento de circulação enxerga os lugares e os configura como espaços flexíveis de alocação de provisões e recursos, criando novas hierarquias urbanas a partir de escolhas locacionais. Essas hierarquias podem significar “pequenas variações em termos de relações contratuais entre as empresas e a força de trabalho, de regulação e investimento governamental, de infra-estruturas de produção e de mercado consumidor” (BARBOSA, 2006, p.138). Essas ações estratégicas demonstram o atual poder controlador do capital em relação ao espaço da cidade sobre o qual ele instala suas bases materiais e ideológicas de (re) produção e de consumo.

Nesse sentido, os planejamentos estratégicos urbanos fundamentados em diretrizes instituídas por organismos financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial – BIRD, constituem a materialização da dinâmica do capital agindo sobre a cidade. Nas recomendações para as municipalidades ingressas em seus programas de apoio financeiro, está implícita a fórmula Estado mínimo/empresariamento máximo, com o objetivo de construir uma nova ordem urbana.

Pelo exposto, conclui-se que a ação do capital se manifesta de forma imperativa. O poder municipal, quase sempre movido pelo anseio de captar recursos e executar obras, sem balizar as interferências implícitas nos discursos e procurando favorecer a instalação de grandes empresas em seu território, aceita as imposições do capital. Em Goiânia, percebe-se o anseio pela captura de tais recursos. Um exemplo é o Projeto Macambira-Anicuns encaminhado pela gestão municipal (2000 - 2004) para análise junto ao BID, e em tramitação. O orçamento está estimado em R\$ 87.700.000,00 (oitenta e sete milhões e setecentos mil reais) e o projeto tem como proposta a recuperação ambiental da Região Sudoeste da cidade, ao longo do Córrego Macambira e do Córrego Anicuns. A população desconhece o projeto. Entretanto, foi dele criada uma imagem positiva, baseada num discurso político que enaltece os seus benefícios para a cidade, mas omite os detalhes da negociação. Não se conhecem as recomendações, as condições da contrapartida que o poder público municipal deverá cumprir e que, certamente, contêm as imposições do capital sobre o espaço da cidade.

Em decorrência dessas ações, as cidades passam a acompanhar a segmentação da produção originada na divisão técnica do trabalho flexível e se mantêm subordinadas à gestão em fluxo contínuo das corporações empresariais. O caminho de ingresso nessa nova ordem é pautado por aquilo que Borja (2005) denominou de “revolução urbana”, ou seja, a necessidade de alocação de tecnologias de informação, obras viárias, investimentos arquitetônicos e reformas de âmbito institucional (fiscal e trabalhista), favorecendo a elasticidade da localização geográfica das empresas. Esse conjunto de fatores, aliado à globalização da economia, encontra no empresariamento do espaço urbano metropolitano condições para a reprodução da lógica de dominação. Na gestão da cidade de Goiânia, notam-se esforços para equipá-la e torná-la competitiva no âmbito de uma economia veloz: existe a intenção de alocar tecnologias de comunicação rápida, como é o caso da recente discussão sobre a implantação do Teleporto (espaço que concentra a infra-estrutura para a comunicação rápida); percebem-se investimentos estaduais e municipais voltados para a infra-estrutura urbana e melhoria do sistema viário; é visível a transferência locacional de instituições governamentais, com o investimento público em obras arquitetônicas, favorecendo o fortalecimento de uma nova centralidade, no caso a do Jardim Goiás. Por outro lado, constata-se a ausência de investimentos e de ações visando o fortalecimento do antigo Centro da cidade, área componente do atual Setor Central.

As intervenções territoriais urbanas, incentivadas pelo capital, ressaltam a criação de espaços liminares³, lugares ideais para a realização de uma economia de mercado em que estetização e competitividade são características marcantes. Nesses espaços, a paisagem é efêmera e fruto de uma sociedade marcada pela submissão e pelo dever, notadamente pelo consumo de objetos e imagens. Os indivíduos, envolvidos pelo mundo da mercadoria, em que a posse do objeto significa uma forma de afirmação social, vivem uma constante insatisfação resultante da não realização de seus desejos e necessidades que, na verdade, são produzidos e programados por outros. Segundo Barbosa (2006, p. 136), esse quadro traduz “a proliferação de uma cultura autoritária e narcísica que oblitera as possibilidades de criação de identidades concretas”, ignora a existência do outro, rejeita o diferente, divide a sociedade em grupos sociais e em indivíduos aceitáveis e supérfluos, produzindo a clivagem territorial e consagrando o *apartheid* no espaço urbano contemporâneo.

Por trás desse fenômeno estão implícitas mudanças de comportamento e valores que caracterizam as sociedades modernas e alteram a concepção de identidade. Luchiari

³ “[...] o sentido de liminaridade remete à passagem de um status social para outro, um novo significado social e cultural assumido/atribuído ao espaço”. (BARBOSA, 2006, p. 134)

(2005) percebe a incorporação da subjetividade da cultura à racionalidade econômica, que manifesta seu poder ao influenciar estilos, preferências de consumo, criar estética e outros aspectos da ordem cultural. Maldonato (2001) afirma que o moderno desvela uma mutação radical da cognição do tempo, e o epicentro dessa mutação é a metrópole. No seu entender, o espaço contemporâneo expressa um processo de desmaterialização e dessimbolização que reflete um tempo fragmentado e descontínuo. É um momento em que a fluidez necessária à realização do capital se caracteriza pela instantaneidade no que se refere ao tempo, e por constantes mudanças no espaço da cidade, expressando um enfraquecimento da memória e a perda de referenciais urbanos. Para Hall (1997), esse período, além de ser caracterizado pela convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, também está continuamente reformulando as práticas sociais sob a luz das informações recebidas sobre essas próprias práticas.

A possibilidade de interconexão rápida entre diferentes áreas do globo amplia o alcance e o ritmo das transformações sociais promovidas por novas relações econômicas e culturais, que alteram a natureza das instituições modernas. De acordo com Giddens (1991), os modos de vida colocados em ação pela modernidade provocaram transformações profundas que alteraram características íntimas e pessoais da existência cotidiana. A velocidade de produção e o consumo de objetos e imagens afetam a cognição do tempo e do espaço, por ele denominada de “desalojamento do sistema social”. No processo de acumulação ampliada de lucros econômicos, é vital a fluidez de tempo e de espaço. Para tanto, o aperfeiçoamento das técnicas da velocidade reduzem distâncias físicas, aumentando, porém, as distâncias sociais. Nesse ritmo, a existência social se vê privada de referenciais concretos, alterados pela ação do mercado e pelas diferenças de *status* definidas pelo consumo material e simbólico.

Além disso, em consequência da “revolução urbana” de nossa época,

[...] A sociedade urbana se tem feito mais complexa, mais individualizada e mais multicultural. As grandes classes sociais da época industrial têm se fragmentado, os grupos sociais se definem em função de critérios múltiplos [...] e a autonomia do indivíduo tem se multiplicado. Os comportamentos urbanos têm se diversificado (nos tempos, as mobilidades, as relações sociais, etc.) e, portanto, também as demandas. [...] Mas paradoxalmente: ao mesmo tempo que indivíduos e cidades apostam pela distinção e a diferença, as pautas culturais se globalizam e se homogeneizam. Arquiteturas e formas de consumo, informações e comportamentos de ócio, línguas [...] e formas de vestir se banalizam e perdem seus elementos distintivos qualificantes. (BORJA, 2005, p. 13-14. Tradução nossa)⁴.

⁴[...] La sociedad urbana se ha hecho más compleja, más individualizada y más multicultural. Las grandes clases sociales de la época industrial se han fragmentado, los grupos sociales se definen en función de criterios múltiples [...], la autonomía del individuo se ha multiplicado. Los comportamientos urbanos se han diversificado (en los tiempos, las moviidades, las relaciones sociales, etc.) y, por lo tanto, también las demandas [...] Pero, paradoja: al mismo tiempo que individuos y ciudades apuestan por la distinción y la diferencia, las pautas culturales se globalizan y se homogeneizan. Arquitecturas y formas de consumo, informaciones y

Para Carlos (2001), a vida nas metrópoles, em consequência da alteração da noção de tempo, passa a ser sinônimo de pressa e a mediar a vida dos habitantes, modificando as relações humanas em relação coisificada mediada pelo dinheiro, num reflexo das relações produtivistas que as caracterizam. Maldonado (2001, p. 113) diz que “essa é a época em que tudo o que é estático se torna fluido”, referindo-se à modernidade como um período em que “nasce a organização da produção em série do conhecimento, das mercadorias, das colonizações, da reprodutibilidade técnica”.

Na fluidez e velocidade dos processos, ressalta-se a importância dos fatores culturais, do patrimônio construído, da paisagem, da população e suas habilidades, da língua e das relações sociais consolidadas pelo tempo na definição dos processos urbanos atuais. Ante o crescimento das cidades e de suas bases econômicas, a metrópole contemporânea se delineia como um espaço de expressão e de conflito entre a apropriação social e a propriedade privada. O espaço urbano, na concepção de Silva (2001), se expressa como uma mescla de diversos conteúdos sociais, onde diferentes grupos marcam seu espaço e definem seus territórios e suas formas particulares de habitação, apropriação e controle. Nos espaços públicos, nas franjas periféricas, nos contatos entre seus habitantes, são delineadas e desenvolvidas, em meio às convivências e cumplicidades, as resistências, as alternativas, as transformações, as liberdades e os direitos. Nesses lugares, são perceptíveis as ambivalências que marcam a vida urbana: inclusão e exclusão, centro e periferia, memória e esquecimento, ressaltando-se o valor da paisagem marcada por elementos que ativam o sentimento de pertença social:

[...] é na relação entre a memória dos cidadãos que ampara a identidade da cidade, que está contida, de certa forma, a idéia ou sentimento de inclusão/ exclusão. Portanto, ela é elemento efetiva da pertença, da identidade, que faz com que seus habitantes percebam na fisionomia urbana sua própria história de vida. (SILVA, 2001, p.477)

Essa passagem evidencia o valor de uma paisagem urbana onde a presença de objetos fixos de idades diferentes retratam as diversas etapas da produção do espaço. É um contraponto à tendência atual, imposta pelos especuladores imobiliários, de renovação contínua dos espaços da cidade e de busca pelo novo. Goiânia, enquanto metrópole, não foge à regra. Apesar de ser uma cidade jovem, a rapidez das transformações tem feito com que sua paisagem seja constantemente renovada, criando estranhamento e confirmando a imposição

do efêmero, do instável, produzindo relações vazias. Percebe-se a adequação da cidade ao modo e ritmo de reprodução das relações sociais capitalistas, na nítida segregação de espaços que expressa a negação do outro e a exclusão do diferente. Da mesma forma, a criação de espaços liminares é perceptível em novas centralidades, em que a paisagem é transformada em esfera de consumo visual e o espaço adequado à fluidez requisitada pelo processo de produção/consumo. É o caso do Jardim Goiás, bairro em que está localizado o maior e mais freqüentado *Shopping Center* da cidade; também parte da Avenida T-63 e o Setor Bueno, sítios escolhidos para a localização de grandes empresas, lojas, restaurantes, onde o poder da imagem e o incentivo ao consumo são visíveis na proliferação de *out-doors*. A centralidade representada pelo Núcleo Pioneiro de Goiânia, esquecida pelo poder público, se mantém como um centro de comércio e prestação de serviços populares. Por um outro viés, Chaveiro (2001), analisando a singularidade dessa metrópole, expõe que Goiânia convive com dois tempos: um que revela a paisagem contemporânea e outro que retrata os elementos tradicionais da sua população residente de origem rural. Nesse sentido, as relações entre a população e a cidade expressam essa dualidade. Conforme o autor (op.cit.), trata-se de um *ethos* próprio à cidade. Ou seja, nem tudo foi cooptado pelo sistema do mercado. Também podemos visualizar nela o tempo do pertencimento, aquele no qual vivenciamos a cidade pelo valor do uso.

A cidade expressa uma luta cotidiana, tanto no seu interior quanto entre os seus habitantes, entre a velocidade transformadora característica das metrópoles e as “carências de perpetuação da identidade e da memória”, que afetam o equilíbrio espacial, temporal e social. Ante a ameaça de destruição dos marcos simbólicos das sociedades modernas, que não param de aumentar sob a pressão das tecnologias da informação e da comunicação, a patrimonialização surge como uma forma de permanência. Conforme Anico (2005, p. 75), a patrimonialização corresponde a uma obsessão com o passado e é resultante das transformações produzidas pelos processos de globalização, percebidas pelos indivíduos como uma forma de declínio e ameaça da estabilidade das identidades.

[...] configura-se como uma estratégia de proteção baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização do patrimônio e da memória, como resposta às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro. [...] conduzindo à preservação do passado, numa espécie de nostalgia retrospectiva que emerge como mecanismo de proteção, de modo a assegurar a continuidade de símbolos e significados que proporcionem uma adequação à crise mediante o reforço do sentido de coesão e de identidade coletiva.

A patrimonialização é uma forma de gestão das memórias de uma sociedade e traz implícita a idéia de conservação de objetos fixos ou de formas de manifestações imateriais que representam uma cultura. Esse termo traz implícitas as mudanças conceituais relacionadas à palavra patrimônio. Conforme Choay (2001, p.11), a origem da palavra esteve “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Hoje, a expressão patrimônio histórico “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” [...] tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade”. Jeudy (2005) diz que a expansão das pesquisas patrimoniais provocou um fato novo, e muito contemporâneo, da patrimonialização generalizada transformada na própria expressão da modernidade. Esse autor considera que,

[...] o fervor contemporâneo pelo culto ao passado é um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: da possibilidade de perder o sentido de sua continuidade.[...] **Portanto, o patrimônio diz respeito tanto a uma ‘história longa’, aquela que dá sentido à continuidade, quanto a uma ‘história imediata’, relacionada à experiência dos indivíduos ameaçados pela perda de sentido de sua própria continuidade.** (JEUDY, 2005, p. 21. Grifo nosso).

No espaço deste estudo, ressaltamos a valorização da história das cidades expressada na paisagem, que traz à tona a valorização da cultura, da memória e da própria imagem da cidade efetivada por meio de ações de reabilitação urbana⁵, compreendidas como possibilidades para o exercício da cidadania. Por isso, há que se considerar a paisagem proveniente do processo de patrimonialização de Goiânia, capital de Goiás, recentemente efetivado.

⁵ “Reabilitação urbana de acordo com a Carta de Lisboa é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade em questão”. (VASCONCELLOS, L. M, MELLO, M. C. F, 2003, p.63).

1.1.1 Goiânia e o patrimônio.

Ante o quadro apresentado da cidade contemporânea e o processo que as sociedades modernas atravessam, a cidade de Goiânia, cujo projeto urbanístico se alicerça em um traçado clássico ao qual foram agregadas características da cidade moderna, vivencia o processo de metropolização. Ele é expresso em problemáticas urbanas, como o surgimento de novas centralidades, a insegurança, as deficiências de transporte público, a produção espacial marcada por desigualdades, dentre outras que a caracterizam e que demonstram sua conexão com as questões globais. O processo de tombamento federal do Núcleo Inicial da cidade, ocorrido em 18 de novembro de 2003, com a Portaria Federal nº. 507, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro do mesmo ano, é um sinal revelador dessa conexão, assim como a existência dos grandes equipamentos e centros de serviço (PEIXOTO, 2004).

A paisagem do núcleo pioneiro é atualmente caracterizada pela predominância de edifícios comerciais e administrativos e se constitui em área de confluência de fluxos de transporte coletivo. Essa é uma região cuja migração de moradores tradicionais para regiões mais valorizadas abriu espaço para a presença de ambulantes nas ruas, tornando crescente a popularização dos comércios e serviços. A população ali residente é reduzida, e a intensa movimentação de pessoas ao longo do dia dá lugar, à noite e finais de semana, ao abandono, à insegurança e à marginalidade. Por outro lado, é nesse espaço, definido por um traçado urbano valoroso pela peculiaridade de representar as idéias urbanísticas do início do século XX, que se encontra um conjunto de edifícios em estilo *Art Déco*, ambos, objeto do tombamento federal.

Com essa ação institucional, Goiânia se insere no contexto das cidades consideradas Patrimônio Cultural do Brasil. Alguns bens e elementos que o compõem foram tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e elevados à categoria de patrimônio da nação, submetidos à sua legislação específica. Para o IPHAN (MANSO, 2004, p. 7), “o tombamento é um instrumento jurídico que coloca sob a proteção do Estado os bens de natureza material cuja preservação seja do interesse público”. Em Goiânia, dentre os bens tombados, destacam-se os componentes do Plano Urbanístico inicial: vias, organização de quadras, edifícios e o núcleo urbano histórico de Campinas. No Núcleo Pioneiro de Goiânia, destaca-se a Praça Cívica, elemento do traçado urbano original, onde se encontram edifícios que, desde o início, compõem a região germinal da cidade e se incluem

entre os bens do conjunto urbanístico e arquitetônico *Art Déco*. Todavia, antes do tombamento federal, esse conjunto arquitetônico e urbano já se encontrava protegido por leis estaduais e municipais, além de estar diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades públicas.

A área alvo deste estudo compreende o espaço definido pelo traçado viário concebido pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima, correspondente aos limites definidos pelo tombamento federal, excluído o sítio de Campinas.

De acordo com o dossiê de tombamento elaborado por Manso (2004), o polígono definido

[...] inicia-se na Rua 10 (Avenida Universitária), esquina com Rua 223, no Setor Central. Segue pela Rua 10 em direção à Praça Cívica passando pelas Ruas 91, 93, 94, 95, 96 até a esquina da Rua 10 com a Rua 82. Segue pelo contorno da Rua 82 (anel externo), cruzando com as Ruas 83, 84, 85-A e 85 até chegar à esquina da Rua 82 com a Rua D. Gercina Borges Teixeira. Segue por essa rua em direção a oeste até a Alameda dos Buritis. Segue por esta rua em direção noroeste até a Avenida Anhanguera. Segue pela Avenida Anhanguera em direção a oeste (ao Bairro de Campinas)⁶, [...] Segue pela Rua Sergipe em direção a leste até a Rua Rio Verde, cruzando com as avenidas B, Z, Tocantins, Rua 13A, Avenida Pires Bernardes, Rua 14, fechando o perímetro. (MANSO, 2004, p.9, v.II) Ver figura 02.

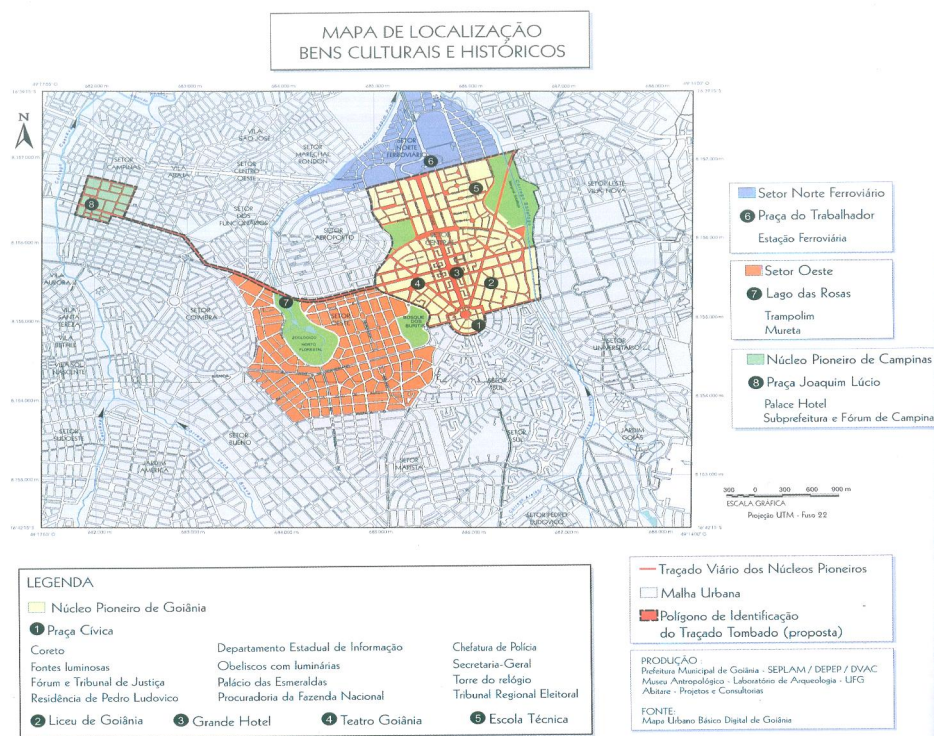


Figura 02 – Mapa. Polígono do Tombamento. Fonte: Manso (2004, p. 8, v.II)

⁶ Trecho não pertinente a esta pesquisa.

Essa área constituiu, no início da cidade, um centro dinâmico. Atualmente, em função do surgimento de novas centralidades, da migração da população e do comércio original e sua substituição pelo comércio e prestação de serviço popular, é foco de ações de reabilitação.

Em Goiânia, o Núcleo Pioneiro tombado pela União é composto pelo:

Conjunto da Praça Cívica: Coreto da Praça Cívica (Fig. 03), Fontes Luminosas (Fig. 04), Obeliscos com luminárias (Fig. 05), Fórum e Tribunal de Justiça (Fig. 06), Residência do Governador Pedro Ludovico Teixeira (Fig. 07), Departamento Estadual de Informação (Fig. 08), Palácio das Esmeraldas (Fig. 09), Delegacia Fiscal (Fig. 10), Chefatura de Polícia (Fig. 11), Secretaria Geral (Fig. 12), Torre do Relógio (Fig. 13) e Tribunal Regional Eleitoral (Fig. 14);

Os bens isolados: Liceu de Goiânia (Fig. 15), Grande Hotel (Fig. 16), Teatro Goiânia (Fig. 17), Escola Técnica (Fig. 18), Estação Ferroviária (Fig. 19) e Trampolim e Mureta do Lago das Rosas (Fig. 20);

O traçado viário dos dois núcleos pioneiros: Anteprojeto da Cidade de Goiânia – 1933 (Fig. 21), Plano de Urbanização de Goiânia – Decreto-Lei 90A (Fig. 22) e Planta Geral de Urbanização de Goiânia – 1947 (Fig. 23). Todos os elementos relacionados podem ser visualizados a seguir.

Conjunto da Praça Cívica

Coreto da Praça Cívica



Figura 03 - Foto. Coreto da Praça Cívica (início da Avenida Goiás)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 16.

Fontes luminosas



Figura 04 – Foto. Fontes Luminosas (Praça Cívica).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 18.

Obeliscos com luminárias

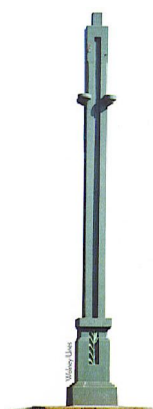


Figura 05 – Foto. Obeliscos com luminárias (Praça Cívica)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 20.

Fórum e Tribunal de Justiça



Figura 06 – Foto. Fórum e Tribunal de Justiça (Praça Cívica)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 22.

Residência de Pedro Ludovico Teixeira



Figura 07 – Foto. Residência do Gov. Pedro Ludovico Teixeira (Rua 26 c/ rua 25, Q. 47, L. 1).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 24.

Departamento Estadual de Informação



Figura 08 – Foto. Departamento Estadual de Informação (Praça Cívica)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 26.

Palácio das Esmeraldas



Figura 09 – Foto. Palácio das Esmeraldas (Praça Cívica)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 28.

Delegacia Fiscal



Figura 10 – Foto. Delegacia Fiscal (Praça Cívica, Q. 2 Lts 1-6)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 30.

Chefatura de Polícia



Figura 11 – Foto. Chefatura de Polícia (Praça Cívica)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 32.

Secretaria Geral



Figura 12 – Foto. Secretaria – Geral (Praça Cívica)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 34.

Torre do Relógio



Figura 13 – Foto. Torre do Relógio (Eixo canteiro central da extremidade sul da Av. Goiás)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 37.

Tribunal Regional Eleitoral



Figura 14 – Foto. Tribunal Regional Eleitoral (Praça Cívica Qd. 1, Lts. 1-6)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 39.

Bens isolados

Liceu de Goiânia



Figura 15 – Foto. Liceu de Goiânia (Qd. 43 entre as ruas 21, 19, 15 e 18, Setor Central)
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 40.

Grande Hotel



Figura 16 – Foto. Grande Hotel (Av. Goiás, esquina com rua 3, Setor Central).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 42.

Teatro Goiânia



Figura 17 – Foto. Teatro Goiânia (Av. Anhanguera, com Av. Tocantins e Rua 23, Setor Central).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 44.

Escola Técnica



Figura 18 – Foto. Escola Técnica (Qd. 118 entre as ruas 75, 66, 79 e 62, Setor Central).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 46

Estação Ferroviária



Figura 19 – Foto. Estação Ferroviária (Áreas entre as Avenidas Independência, Oeste e Contorno).
Fonte: Manso 2004, v. II, p. 48

Trampolim e mureta do Lago das Rosas



Figura 20 – Foto. Mureta do Lago das Rosas (Av. Anhanguera com a Alameda das Rosas, Setor Oeste).
Fonte: Manso 2004, v. II, p. 51.

Traçado viário dos núcleos pioneiros

Anteprojeto da cidade de Goiânia Atílio Corrêa Lima – 1933

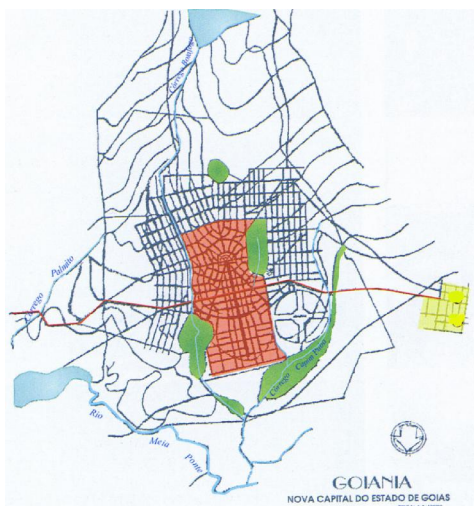


Figura 21 – Mapa. Anteprojeto da cidade de Goiânia feito por Atílio Corrêa Lima (1933).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 64.

Plano de Urbanização de Goiânia – Decreto-Lei nº 90A (30/07/1938)

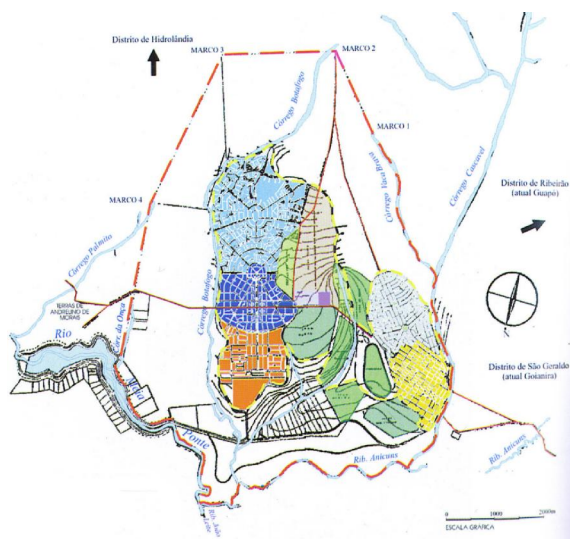


Figura 22 – Mapa. Plano de Urbanização de Goiânia (1938).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 70.

Planta Geral de Urbanização de Goiânia – 1947 Regulamentadora do Decreto 90A

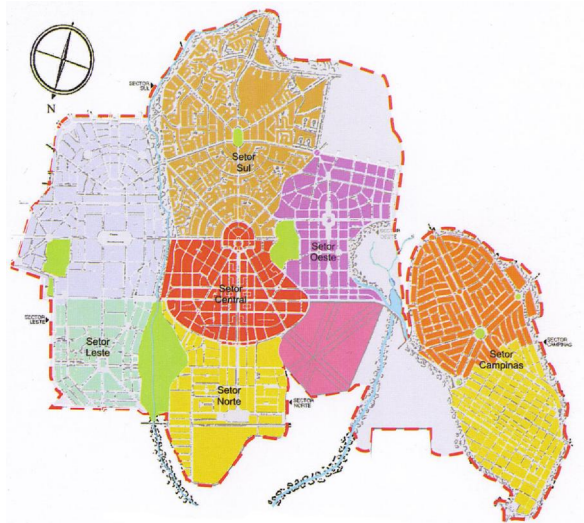


Figura 23 – Mapa. Planta Geral de Urbanização de Goiânia (1947).
Fonte: Manso 2004, v.II, p. 73.

Considerando o processo de formação do espaço urbano de Goiânia e fazendo uma leitura da forma de sua estrutura urbana inicial e de seu conjunto arquitetônico, percebe-se a relevância do processo de patrimonialização. Essa ação institucional veio significar para a cidade o resgate de diversos momentos históricos importantes, “aumentando a sua visibilidade, numa espécie de marca registrada” (MANSO, 2004, p.23), e cedendo-lhe uma identidade arquitetônica percebida em seu estilo *Art Déco*.

1.1.2. O patrimônio edificado: conjunto arquitetônico *Art Déco*.

Segundo Unes (2001), nota-se, nos primeiros anos de Goiânia, que os edifícios comerciais, institucionais e multifuncionais, seguiram, em sua maioria, o estilo *Art Déco*. No entanto, poucas residências o adotaram, privilegiando estilos neocoloniais⁷, normandos⁸, dentre outros. No conjunto de obras que constituíram os edifícios institucionais, nota-se um

⁷ Estilo próprio das Américas colonizadas, que reporta a um sentimento de nacionalismo, substituindo o ecletismo de cunho europeu por soluções plásticas anteriores à colonização.

⁸ Faz parte da mesma corrente do neocolonial, diferenciando-se apenas estilisticamente. Emprega a mesma técnica construtiva, programas e agenciamento interno. Conhecido em Goiânia como “chalés suíços”, pode ser considerado uma opção numa época em que a arquitetura buscava saídas pitorescas.

Déco mais rico, com ornamentações e detalhes. Nos demais, composições mais simples com uma ou outra característica sua. É interessante aqui abrir um espaço para esse estilo arquitetônico, a sua relevância e por que a arquitetura institucional seguiu essa linha que influenciou as demais construções para, num outro momento, compreendermos o porquê de esse conjunto de edifícios ser elevado à categoria de patrimônio da nação.

O *Art Déco* é um estilo que surgiu em consequência do momento de efervescência cultural da transição do século XIX para o século XX. Coelho (2000) pondera que as décadas iniciais do século XX foram marcadas por uma efervescência cultural que atingiu todos os campos da vida humana. Nesse período, foram promovidos debates que suscitaram reavaliações e alterações na política, na economia, na filosofia, nas artes, na cultura, inclusive alterações comportamentais. As classes com maior poder aquisitivo adotaram o estilo pela sua inovação ao se apresentar como uma evolução ou derivação do *Art Nouveau*. Nos edifícios, as fachadas eram limpas, livres dos excessos decorativos, apresentavam superfícies planas, utilizavam diversos materiais e eram eliminados os desenhos simbólicos e aqueles que representavam uma falsa estrutura. Eram construções que, independente de grandes dimensões e volumes, provocavam uma sensação racionalista e de monumentalidade.

Para Unes (2001), dentro da corrente moderna, o *Art Déco* não pode ser considerado um movimento artístico, por não apresentar fundamento teórico e possuir abrangência limitada. Como proposta, não se pode considerá-lo vanguarda. Ao contrário, nas suas expressões, sempre associou uma proposta modernizante unida a elementos historicistas, fazendo releituras das novas necessidades da vida moderna. Conseguiu inovar, sem, no entanto, representar ou mesmo propor rupturas com o passado acadêmico. Enfim, manteve elementos tradicionais associados à utilização de técnicas e materiais de características modernizantes, como o aço e o concreto.

Margenat (1994, apud COELHO, 2000) e Unes (2001), consideram que o *Art Déco* esteve e está estruturado em três linhas estilísticas básicas: a primeira, vinculada à tradição histórica, emprega elementos figurativos tradicionais de forma bastante estilizada, com riqueza de detalhes (muitas vezes regionais e étnicos); a segunda é caracterizada pelo uso de elementos mais geométricos ou abstratos, próxima do racionalismo modernista, com o uso de elementos formais étnicos autóctones, como, por exemplo, os zigurates⁹, templos mesopotâmicos, pirâmides escalonadas ou templos pré-colombianos, entre outros; e a terceira

⁹ Templo babilônico antigo em forma de torre piramidal.

é relacionada a um desenho de linhas aerodinâmicas, sinuosas, inspiradas no desenho industrial, também denominadas “*streamline*”.

O *Art Déco* se adapta às diversas manifestações culturais, incorporando e mesclando elementos. Cria um conceito universal e sem pátria. Nesse aspecto, ele expressou valores, comportamentos e culturas diferentes por todo o mundo. Segundo Coelho (2000, p. 26),

[...] a diferença entre a arquitetura Art Déco européia e norte-americana, e aquela produzida nos países latino-americanos é que a modernização nas duas primeiras se caracteriza pela ruptura ao modelo antecedente, enquanto nos outros acontece de maneira gradual, dentro de conceitos evolutivos, adaptando-se a uma postura nacionalista, com uma gama considerável de elementos decorativos de caráter eminentemente regional.

Nos Estados Unidos, o *Art Déco* atende ao poder econômico e, na Europa, às camadas altas da sociedade. Na América latina, o *Déco* é utilizado pelas classes médias e baixas das periferias das grandes cidades e, portanto, é mais sóbrio, com uma estruturação mais clássica dos elementos de composição e menor exuberância decorativa. No Brasil, o *Art Déco* é bem aceito e utilizado tanto em projetos residenciais quanto em edifícios comerciais e representativos do poder público. Ele foi o modelo utilizado pelo Presidente Getúlio Vargas na representação de seu governo, por considerar que suas características estéticas e de monumentalidade se identificavam com o lema “Progresso e Modernidade”. No entender de Coelho (2000, p.36), o *Art Déco* era o “modelo que melhor representava o ‘desenvolvimento’ proposto por Vargas, e o ‘progresso’ que igualaria o Brasil ao mundo civilizado da Europa e Estados Unidos”.

Em Goiás, o *Déco* chegou com o impulso do desenvolvimento do Estado, por meio da mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, num momento de expectativas de mudanças políticas, de substituição de antigas oligarquias e, no plano do concreto, de introdução de uma nova linguagem arquitetônica representativa da modernidade, em substituição à tradicional arquitetura colonial portuguesa. Para Manso (2001), a opção pelo estilo na leitura dos edifícios públicos proposta por Atílio Corrêa Lima, foi motivada pela precariedade financeira do Estado aliada às características arquitetônicas do estilo, que permitem edifícios monumentais sem a necessidade de utilização de materiais nobres ou de exageros decorativos. Nota-se, nos edifícios construídos na cidade, a manutenção das características universais que identificam o *Art Déco*, porém acrescidas de elementos regionais, adaptados à realidade econômica vivida pelo Estado naquele período histórico.

No contexto da cidade contemporânea, o tombamento do conjunto arquitetônico do Núcleo Inicial significa a preservação de valores da paisagem que assinalam a dimensão de vários tempos e ações que marcaram os lugares da cidade, assim como sinaliza a intenção subjacente de se construir uma imagem da cidade via patrimonialização. O tombamento também a preserva de valores da ditadura do “moderno”, que caracterizam a metrópole contemporânea e se impõem ao ritmo veloz dos interesses dos especuladores imobiliários, alheios à importância da permanência, na cidade, de elementos que promovem a sua identidade. Para Carlos (2001, p. 172), “a morfologia, além de servir para a prática social, revela também uma história, onde o tempo que se concretiza, no uso, produz a identidade, concretiza-se na memória”. Portanto, a preservação de objetos ou bens culturais remete ao reconhecimento da cultura enquanto agente que mobiliza aspectos materiais e imateriais. Ela está imbricada em todos os aspectos do ser humano, materializada nas técnicas construtivas, nos modos de fazer e na linguagem arquitetônica. Esses aspectos constituem signos, formas de comunicação estabelecidas entre os homens, repletas de significados, sentimentos e emoções. A constituição de patrimônios revela, assim, o simbolismo presente nas ações, nas regras, na interação com o meio ambiente, na constituição do objeto cidade.

1.2 Patrimônio – interface com a cultura, identidade e memória.

A discussão sobre a cultura parte da aceção de que a relação do homem com o seu meio e com todos os elementos que o constituem é primordial. Nesse processo contínuo de interação com as formas exteriores e com o seu mundo interior, o homem estabelece valores e significações. Portanto, introduziremos uma discussão preliminar sobre signo e significação, que permeiam o tema cultura e patrimônio e estão imbricados nessa relação homem/meio.

Saussure (apud BARTHES, 2001) vê os signos sob a forma de indivíduos divididos, isolados e fechados que encerram em si a significação, ou seja, um signo contém um significante e um significado que, de seu turno, são móveis, frágeis, instáveis e variáveis no tempo. Para Pierce (2005), um signo pode ser qualquer coisa que tanto remete a coisas concretas como a outras imaginadas, sonhadas, pensadas, isto é, situadas no plano mental. Nessa aceção, está implícita a condição do signo de atender ao fundamento de estar no lugar

de qualquer coisa, dentro de uma relação triádica específica estabelecida por três elementos: o signo, o seu objeto e o interpretante. De forma sumária, essa relação, em sua forma genérica, pressupõe um objeto que “determina um signo, ao mesmo tempo em que é aquilo que o signo de alguma forma representa [...] e o interpretante – aquilo que é determinado pelo signo ou pelo próprio objeto através da mediação do signo” (SANTAELLA, 2004 p. 87). Com esses elementos, é possível traçar um paralelo entre Pierce e Saussure, entendendo que o objeto corresponde ao significante e o interpretante, ao significado. Ressalte-se que, para Pierce, o interpretante não se confunde com o intérprete, e o ato interpretativo não se limita à formulação de um pensamento, [...] “não precisam ser necessariamente humanos; pode tratar-se, por exemplo, de um processo cibernético ou celular” (op. cit., 2004, p. 64). Esses elementos estão presentes em todos os signos, inclusive naqueles de natureza pensamental e intelectual, que são responsáveis pelos sentimentos, emoções, percepções, condutas e comportamentos.

Dessa forma, os signos estão presentes em todas as formas de manifestação da vida e, para os humanos, os signos, ou seja, processos de representação, estão imbricados na linguagem, na percepção, nos modos de vida, na própria condição de vida e de expressão.

Ademais, Pierce (2005), em sua semiótica, desenvolve uma tipologia de signos extremamente abrangente e complexa, baseada na relação triádica estabelecida entre os três elementos já citados. São os ícones, índices e símbolos, tipos citados na literatura sobre patrimônio e cultura.

O primeiro tipo de signo é o ícone. No entender de Santaella (2004, p. 110), “um signo é um ícone se ele se assemelhar ao seu objeto e a qualidade ou caráter, no qual essa semelhança está fundada, pertencer ao próprio signo, quer seu objeto exista ou não.” Nas categorias fundamentais do pensamento estabelecidas por Pierce (2005), esse signo apresenta propriedades de primeiridade¹⁰, idéias de acaso, qualidade, indeterminação, espontaneidade, potencialidade, originalidade, imediatividade. A característica de semelhança em relação ao objeto significa identidade, similaridade em algum aspecto, e não identidade total. Segundo o autor (2005, p.52), “qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um

¹⁰ Essa denominação se refere às três categorias universalmente presentes em todos os fenômenos. Pierce as denomina de primeiridade, secundidade e terceiridade. São as mais elementares [...] e apesar da variabilidade material de cada fenômeno específico, contudo, o substrato lógico-formal das categorias se mantém sempre. (SANTAELLA, 2004, p. 7-8)

signo seu”. A iconicidade se apresenta em três níveis: do ícone puro¹¹, passa pelo ícone atual¹² até o signo icônico.

Os signos icônicos são de três tipos: a imagem, o diagrama e a metáfora. Para este estudo, é importante a compreensão de dois tipos: a imagem e a metáfora, muito utilizadas na análise do espaço e das representações urbanas. A imagem reporta à categoria da primeiridade e se refere à mera aparência, desconsiderando tudo o que não se apresenta aos sentidos. Nela, a forma, a cor, a textura, o volume, o movimento, qualidades primeiras, são postas em relação de comparação e similaridade. “As metáforas fazem um paralelo entre o caráter representativo do signo com o caráter representativo de um possível objeto” (SANTAELLA, 2004, p. 120). Segundo Ferrara (1993), a metáfora permite compreender a imagem da cidade que se faz representar aos sentidos, salientando os elementos que, institucionalmente, a norma cultural estabelece para a sua decodificação.

Portanto, os ícones reportam às qualidades inerentes a alguma forma ou objeto, envolvendo sentimentos, percepções, sentidos. No caso do patrimônio edificado, podemos inferir que ele pode ser entendido como um ícone à medida que suas qualidades mobilizam sentimentos e significados. A mesma possibilidade revela-se quanto aos monumentos: enquanto imagem, podem funcionar como escritura, revelando uma história, ativando o imaginário. Na análise por similaridade, o patrimônio é um ícone, porque, numa comparação, ele se coloca como signo de uma qualidade a partir da qual outros objetos serão julgados tendo-o como referência.

O índice é um tipo de signo afetado pelo existente, envolve a existência de um objeto, significa que deve haver uma conexão física entre signo e objeto. Sua função é chamar a atenção do intérprete para seu objeto, é uma atuação compulsiva que introduz na mente uma “conexão ativa com o que está sendo falado” (SANTAELLA, 2004, p. 123). Age como um veículo, conduzindo a atenção do receptor para o objeto e estabelecendo uma compreensão sobre o que está sendo referido. O índice faz uma conexão dinâmica concreta existencial e espacial com o objeto individual e uma conexão com os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo. No caso do patrimônio edificado, certas características físicas dos

¹¹ O ícone puro diz respeito à emergência da possibilidade ainda não estruturada, se apresenta como “meramente possível, indiscernível sentimento da forma ou forma de sentimento, ainda não relativa a nenhum objeto”. Costuma ser chamado de *insight*, mescla indissolúvel de instinto e razão. (SANTAELLA, 2004, p. 112)

¹² O ícone atual é da natureza da aparência, é uma imagem imediata que só existe na consciência. Ao estimular a consciência pela percepção de algo e tentar comparar qualidades, produz como reação um julgamento perceptivo referenciado por qualidades, só pode ser uma hipótese e se situar no plano das possibilidades. (SANTAELLA, 2004)

monumentos, como ruínas, materiais e técnicas construtivas, estilos arquitetônicos de tempos passados, funcionam como indicações prováveis de que aquele objeto é ou deveria ser um patrimônio.

O terceiro tipo é o símbolo, “um signo cuja virtude está na generalidade da lei, regra ou hábito ou convenção de que ele é portador, também [...] é em si mesmo, apenas uma mediação, um meio geral para o desenvolvimento de um interpretante” (SANTAELLA, 2004, p. 132). É capaz de representar uma pluralidade de objetos ou indicar uma generalidade subjetiva indicadora de qualidade. Ele está ligado às categorias da primeiridade, relacionadas às idéias de indeterminação, espontaneidade, potencialidade e qualidade e da terceiridade, ligado às idéias de generalidade, representação, mediação. O símbolo funciona como uma síntese dos componentes do índice e do ícone, que o potencializam a informar e significar qualquer coisa. O ingrediente indicial, referente à propriedade de extensão (aplicabilidade), conecta o símbolo ao objeto, ao discurso ou experiência particular, e os componentes do ícone, referentes à propriedade de compreensão (profundidade), o remetem à significação, conotação, à noção de idéia geral.

O significado do símbolo “tem uma natureza de lei, ligado à generalidade, porém deve denotar um individual e expressar um caráter” (PIERCE, 2005, p. 71). O símbolo é um signo com aptidão para a mudança, está sempre em transformação nos interpretantes que gera ao longo do tempo, nos diferentes contextos, condições de vida e convenções da cultura. Para o autor (op. cit., 2005), esse signo se relaciona com seu objeto por meio do interpretante. Nesse âmbito, uma de suas variantes é a possibilidade de o signo ser interpretado pelo interpretante final¹³ como propondo e veiculando informação sobre um existente. Há a possibilidade de o símbolo ser representado com relação ao que ele significa, pelo seu objeto, de maneira que sua ação sobre o espírito, enquanto existência ou lei, deve estar relacionada com um objeto específico da mesma forma que a informação por ele veiculada deve ser relativa a um fato concreto. Assim, ele pode se referir a

[...] objetos de experiência direta, funcionando como signos que propiciam informação sobre seu objeto [...] e na medida em que, sendo leis gerais, exigem que cada um de seus casos seja realmente afetado por seu objeto, fornecendo informação definida sobre ele. (SANTAELLA, 2004, p. 146).

Grosso modo, o patrimônio edificado enquanto objeto concreto, um existente, imbricado em um contexto portador de valores determinados por convenções culturais, atua

¹³ A esse respeito ver SANTAELLA (2004) capítulo 3.

como signo simbólico. Enquanto objeto de experiência direta, veicula informação sobre seu objeto. Essa informação, por sua vez, está condicionada por regras determinadas por instâncias institucionais que atuam sobre a sociedade, impondo valores estéticos, históricos, culturais e relativos à memória, ou seja, instâncias que definem o interpretante final (o limite abstrato e ideal a que todo interpretante tende a se dirigir), o efeito sobre o pensamento, aquilo que o intérprete deve apreender. Nesse sentido, Fonseca (2005, p. 41-42) entende que “o símbolo é construído com base em uma motivação cultural [...] No caso dos bens patrimoniais, os atributos da coisa são considerados valores culturalmente relevantes, excepcionais”, o que justifica a escolha de determinados bens considerados símbolos da nação por se reportarem a fatos memoráveis e por possuírem qualidades construtivas e estéticas.

Dessa rápida incursão à semiótica, depreende-se que um mesmo objeto pode abarcar diferentes signos, dependendo do olhar, do enfoque e da análise a serem empreendidas. Assim, o patrimônio edificado pode ser afirmado como um ícone se as suas qualidades são postas em uma relação de comparação; como um índice, ao referenciar, indicar, conectar o objeto concreto e, por fim, como um símbolo, ao veicular informação e regra sobre um existente.

Barthes (2001) analisa o símbolo por um outro enfoque, ao fazer uma incursão sobre a cidade, fundamentado em sua formação de semiólogo especializado em lingüística. Percebe que o simbolismo, entendido como o discurso geral referente à significação, já não é concebido de forma a manter uma correspondência regular entre significantes e significados, dadas as suas extremas imprecisão e mutabilidade. Considerando que, muitas vezes, a função exercida por um objeto se torna o seu signo, com o objeto cidade isso se dá da mesma forma. Porém, tendo em vista a extrema mutabilidade de funções geradas no processo de produção e reprodução do espaço, conferindo à cidade o caráter de organismo vivo, em consequência do peso e da pressão exercidos pela história, fica clara a fragilidade da relação significante/significado. Os “significados passam e os significantes ficam”. Dessa forma, o papel do significado apenas remete ao testemunho de uma condição da distribuição significante, isto é, ao testemunho da disposição dos fixos em um determinado contexto.

Pierce (2005) e Barthes (2001), sobre esse aspecto, têm pensamento similar, pois afirmam que o símbolo é um signo em constante mudança, acompanha as transformações inerentes à evolução da sociedade e, portanto, na relação triádica, gerará diferentes interpretantes ao longo do tempo. Nesse âmbito, existe a possibilidade do significado vazio ou dos lugares vazios de significado, do que se infere que os elementos são compreendidos como significantes mais pela sua posição correlativa num determinado contexto, do que pelo seu

conteúdo, que é mutável. Na realidade, o simbolismo deve ser definido como o mundo dos significantes, tendo-se em mente que nunca se deve determinar uma significação plena.

Pelo dito, a precariedade do significado está vinculada aos diferentes contextos vividos pela humanidade em sua trajetória evolutiva, ou seja, é fruto de sua produção cultural. Laraia (2006, p.56) comunga dessa idéia e afirma: “para perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou”, pois cada cultura imprime significados diferentes aos objetos, que não são perceptíveis pelos sentidos.

Nessa assertiva, fica clara a necessidade de uma discussão em torno das concepções de cultura, pois o seu entendimento é condição essencial para a compreensão das discussões desenvolvidas no âmbito desta pesquisa. Assim, preliminarmente ressalva-se que o enfoque dado ao conceito de cultura parte do princípio de que ele não constitui um bloco monolítico, mas um conceito que evolui historicamente e para o qual não há unanimidade. Tanto que Wolf (2003, p.303) vislumbra a possibilidade de que aquilo que “os antropólogos chamaram de ‘cultura’ é ‘ideologia em produção’, ‘racionalização’, criada para conferir à existência prática da vida cotidiana um direcionamento imaginário, uma resolução fictícia”. Portanto, a concepção de cultura está ligada a contextos e procurar-se-á, nesta pesquisa, delinear uma linha sumária de entendimento desse campo, relacionando-o com o patrimônio.

1.2.1 Cultura, identidade e memória.

A cultura permeia todos os aspectos do ser humano, é determinante da sua maneira de agir, perceber e contemplar o mundo, os objetos e se relacionar com as pessoas. Surge da simbiose entre as necessidades determinadas pelo meio ambiente e as respostas que ele dá a esses condicionantes. Nesse processo, são formuladas atitudes, crenças, valores, comunicados pelos signos, estabelecendo uma linguagem comum, em que a ação acontece impregnada pelo significado conferido não só ao que compõe a materialidade objetiva, mas também ao que envolve sentimentos e emoções.

Nesse aspecto, Craveiro (2006) propõe que o homem é produto e produtor de mecanismos simbólicos que determinam seu comportamento: símbolos significantes que

sustentam as expressões corporais, as criações artísticas, as inter-relações socioculturais e econômicas. Baseia-se em Geertz (1989, p.57) para quem o indivíduo encontra esses símbolos

[...] em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar. Enquanto vive, ele se utiliza deles, ou de alguns deles [...] sempre com o mesmo propósito: para fazer a construção dos acontecimentos através dos quais ele vive, para auto-orientar-se no curso corrente das coisas experimentadas.

Essa afirmativa conduz ao entendimento da cultura como algo que se constrói. Se, ao nascer, o indivíduo encontra os elementos que constituirão seu universo material e simbólico, no decorrer de sua vida ele poderá aperfeiçoá-los, adaptá-los ou alterá-los. Nesse aspecto, Wolf (2003) afirma que os conjuntos culturais estão sempre em processo de construção, desconstrução e reconstrução, sob a influência de processos ecológicos, econômicos, sociais e políticos. Então, focalizando a cultura pelo viés da construção, pode-se inferir que ela é passível de ser apreendida a partir da acumulação dos bens culturais, tais como usos e costumes (crenças, valores e dados de temporalidades diferentes) adotados pelas sociedades humanas e repassados sucessivamente pelas gerações.

Essa discussão aponta para dois aspectos que podemos transferir para o patrimônio. Geertz (1989) mostra os padrões culturais como herdados, encontrados em uso corrente na comunidade, e Wolf (2003) assinala a sua construção contínua. Sob essa perspectiva, Gonçalves (2005) aponta duas concepções de cultura presentes na categoria patrimônio: a cultura como processo de auto-aperfeiçoamento humano, em que é forte a idéia de trabalho, de formação e aperfeiçoamento, e a cultura como expressão orgânica da identidade, da alma coletiva dos diversos grupamentos humanos. Na primeira concepção, o patrimônio pode ser reconhecido como um trabalho consciente, deliberado e constante; na segunda, ele é visto como expressão de uma nação ou de um grupo social. Dessa relação pode-se deduzir que os patrimônios são considerados mediação entre os aspectos da cultura “herdados” por um grupo social e aqueles “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultado de constantes esforços individuais e coletivos.

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade, especificamente uma propriedade que é herdada, constituída por bens materiais vinculados a um proprietário. No caso, esses bens podem ter ou não caráter utilitário, servindo a propósitos práticos ao mesmo tempo que possuem significados mágico-religiosos e sociais. Não são simples objetos. Comparados a entidades dotadas de espírito, personalidade e vontade, tanto podem ser

apreendidos como componentes de totalidades cósmicas e sociais, quanto expressam extensões morais e simbólicas de seus proprietários, sejam eles indivíduos ou a coletividade.

Nessa linha de pensamento, Azevedo (2002) compreende o patrimônio como acumulação de bens herdados, construídos e/ou em construção [...] mesclando temporalidades diferentes: passado, presente e futuro. Ou seja, os bens herdados são acumulados ao longo do tempo e resgatados no presente pela memória de diferentes gerações, que os transformam em valores e signos a partir da apreensão de seu conteúdo e de sua trajetória histórica. Isto possibilita entender que cultura e patrimônio interpenetram-se e complementam-se. A cultura revela aspectos da identidade de uma comunidade, de uma sociedade ou povo; e o patrimônio, enquanto expressão dessa cultura, manifesta aspectos materiais e imateriais que se complementam.

Por essa discussão, podemos entender o Patrimônio Histórico da cidade de Goiânia, como bem herdado, mas também como expressão de um trabalho consciente e contínuo. Os bens tombados são manifestação de um esforço contínuo, sequencialmente assumido por sucessivas gerações para a construção do lugar, da paisagem. Enquanto resultado de um trabalho social, ele é herdado pelas novas gerações, que retomam e continuam esse esforço ininterrupto de construção, desconstrução e reconstrução a partir de dados concretos. Entende-se que, nesse processo, mesclados aos bens tangíveis, estão os valores, os signos, os costumes, os saberes e os modos de produção, delineando a sobreposição de uma nova paisagem sobre a que existia anteriormente.

A cultura, portanto, não se limita a um nível específico da vida social: ela é uma dimensão que abrange todos os seus níveis, espaços e campos. É a dimensão das mediações simbólicas. Sob esse aspecto, “o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais”, conforme Meneses (2002, p.92). Isto é, os valores culturais não são imanentes, não surgem espontaneamente dos objetos, práticas e idéias. O que se denomina bem cultural¹⁴ “não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem”.

Por esse viés, importa, nesse momento, distinguir bem cultural e bem patrimonial. Considera-se bem cultural aquele que

¹⁴ No entender de Barreto (2000), envolve tanto os bens tangíveis quanto os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura dos privilegiados economicamente, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos. Lemos (1987) acredita que o Patrimônio Cultural é formado por um número indefinido de bens denominados culturais e envolve ainda a noção de patrimônio ambiental, já que o ambiente é considerado produto da ação dos homens, portanto, da cultura.

[...] ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento etc.; e valor de troca, determinado pelo mercado) enfatiza seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. Na seleção e no uso dos materiais, no seu agenciamento, nas técnicas de construção e de elaboração, nos motivos, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos. (FONSECA, 2005, p. 42)

E bem patrimonial os bens “[...] selecionados por uma instituição estatal. Considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município)” (FONSECA, 2005, p. 42). Nesse caso, a atuação de agentes estatais através de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas cria condições para fixar sentidos e valores, direcionando uma leitura em que pesa a atribuição de valor histórico, valor artístico e valor etnográfico.

Gonçalves (2005, p.20) acentua o caráter ambíguo e definidor do patrimônio. Para ele, essa categoria situa-se “entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória”, e algumas de suas modalidades podem estabelecer formas de comunicação entre essas dimensões, comunicação que ocorre no âmbito existencial, “no corpo e na alma dos proprietários”. A ambigüidade também se expressa no seu caráter material e imaterial: o patrimônio sempre foi e é material, porém, recentemente, foi criada a categoria imaterial ou intangível para abarcar modalidades que fogem da definição convencional limitada a prédios, monumentos e objetos. Essa nova categoria passa a englobar os saberes, as festas, a culinária, dentre outros. Esse enfoque está em sintonia com a moderna concepção antropológica de cultura desenvolvida ao longo do século XX, que enfatiza as relações sociais e simbólicas e se afasta do estudo dos objetos materiais e das técnicas. No entanto, o uso analítico da categoria patrimônio inevitavelmente enfatiza os aspectos materiais da cultura, agindo como um corretivo às formulações antropológicas que privilegiam noções mais abstratas.

Confirmando esse caráter ambíguo do patrimônio quanto à sua materialidade, Rodrigues (2001, p.17) diz que, subjacente à sua noção, estão implícitos valores, simbologias e sentidos que,

[...] além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Desse anseio de identificação, de reconhecimento de seu mundo, de suas origens, fica, talvez, explicada a necessidade de preservar a memória como inerente à condição humana. Por isso, colecionam-se objetos que, segundo Gonçalves (2005), têm a finalidade de demarcar o domínio subjetivo na relação com um determinado outro. Essas ponderações conduzem a perceber, dentre as diferentes concepções atribuídas ao patrimônio, aquelas que o relacionam à identidade e à memória.

Meneses (2002) explicita que os objetos não possuem propriedades além das físico-químicas. São as sociedades que as mobilizam de acordo com seus sentidos e valores, adequando-as àquilo que lhes é sensorialmente perceptível. Lima Filho e Silveira (2005) afirmam que o objeto permeia práticas e rituais do corpo social. Os indivíduos atribuem aos objetos sentidos e nexos, valores e simbolismo, baseados na experiência intersubjetiva, na interação entre as pessoas e o meio que as rodeia. No objeto está agregada uma dimensão ético-estética que remete o ser humano à sua capacidade de criar, confeccionar e manusear variados objetos em lugares específicos. Colecionam-se objetos e os valores neles contidos, aos quais se dá sentido e se tornam herança, constituem dados da memória, identidade e valores subjetivos.

A memória, por meio do objeto, reaviva o que pode ter sido esquecido. Assim, impede o esquecimento. Com efeito, é o que acontece em relação ao patrimônio, que remete sempre a um lugar associado à experiência dos sujeitos com e no mundo, representando uma porção significativa da paisagem vivida.

Portanto, o patrimônio não se restringe apenas aos aspectos materiais, mas representa idéias e valores abstratos. No plano do concreto, de certo modo atua como agente formador de pessoas, de cidadania. Enquanto bem invisível, os valores nele investidos alicerçam aspectos físicos e materiais, adquirindo valor polissêmico.

A categoria patrimônio, tal como é definida atualmente, resulta de processos históricos que teceram transformações, estabelecendo as fronteiras nítidas que conhecemos atualmente. Para Gonçalves (2005, p. 16), a noção moderna de patrimônio cultural seria adequadamente compreendida se situada

[...] como elemento mediador entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros.

Em face disso, o patrimônio cultural é fator que sustenta valores, mobiliza dimensões humanas que, interligadas, erigem identidades. Para Oliveira (2003, p. 119), a noção de identidade apresenta dois níveis: o pessoal (ou individual) e o social (ou coletivo), interconectados e entendidos como dimensões de um mesmo fenômeno. O nível individual refere-se à identidade pessoal; o nível coletivo, ao “plano em que a identidade social se edifica e se realiza”. A formação da identidade acontece a partir do relacionamento do ego com pessoas e coisas no seu meio ambiente, o que se realiza de formas diferentes de acordo com os padrões culturais de cada povo. A isso se rotula identificação, e disso advém a diversidade de identidades.

De maneira que a constituição e a preservação do patrimônio levam a sociedade a perceber a si própria. Barreto (2000, p.43) afirma que “a continuidade e a contigüidade com o passado dão certezas, permitem traçar uma linha na qual nosso passado se encaixe, permitem que saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade”.

Concordando com essa afirmação, Fonseca (2005) cita Giulio Carlo Argan sobre a finalidade social da preservação dos monumentos. Diz ele que,

[...] a presença de obras de arte é sempre caracterizadora de um contexto cuja historicidade manifesta. Uma vez que é o contexto que determina as idéias de espaço e tempo, estabelecendo uma relação positiva entre indivíduo e ambiente, descaracterizar o ambiente destituindo-o de suas presenças artísticas tradicionais é uma maneira de favorecer as neuroses coletivas, que se exprimem, mais tarde, em atos de vandalismo e o banditismo organizado até os fenômenos macroscópicos de violência e de terrorismo – e todos sabem que este é o preço a ser pago pelo não desejado triunfo da sociedade de consumo. (UNESCO, 1970, p.87, apud FONSECA, 2005)

Nessa perspectiva, a constituição de patrimônios também pode ser entendida sob o prisma da cidade como agente educador, um emissor de informação e de cultura, ou seja, na dimensão do “aprender da cidade”. Para Cavalcanti (2001, p.23), aprende-se com o arranjo, com a configuração da cidade: “ela educa, ela forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita”.

Olhar para o acervo de bens tombados da cidade de Goiânia significa percebê-lo em todas as dimensões discutidas. Enquanto objeto fruto da capacidade humana de criar, reaviva a memória que nos recorda de um tempo, de um modo de se produzir o espaço e, simultaneamente, mesclado a outros objetos representativos de outras épocas e de outros saberes, produz uma paisagem rica em possibilidades de leitura. O Núcleo Inicial de Goiânia certamente é um laboratório de informação e de cultura, que permite o “aprender com a

cidade” não somente pela presença de elementos arquitetônicos representativos de uma época, mas também pela história imbricada naquele espaço que, de centro econômico dinâmico de outrora, tem sua importância diminuída pelo surgimento e incentivo de novas centralidades. O ato de tombamento expressa a vontade de atores sociais que percebem possibilidades de leitura inerentes a esses elementos, dentre elas a de afirmação de uma identidade e constituição de uma imagem para a cidade. Também nos recorda o surgimento da patrimonialização, quando essa ação tinha o intuito de fortalecer o sentido de povo e de nação. No entanto, esses atores sociais representam apenas uma parcela da população. Nota-se a ausência da participação popular nesse processo, o que nos leva a questionar: a quem serve a patrimonialização? Até o momento, não se percebem ações no sentido de estender essa leitura ao grande público, talvez em decorrência do pouco tempo de sua efetivação aliado à ausência de um forte interesse político. Pelo olhar sobre Goiânia e a sua inserção no circuito das cidades com patrimônio tombado, é possível perceber, na análise dessa categoria, as contradições, as transformações resultantes do amadurecimento de suas concepções e outras resultantes da atuação do capital cooptando seus sentidos e finalidades e se manifestando no plano concreto de sua atuação.

1.2.2 O patrimônio ao longo do tempo.

Os bens culturais, inicialmente, são percebidos e valorados a partir de um determinado momento na evolução dos estados nacionais e, em circunstâncias específicas, intermediadas por instituições estatais ligadas à cultura. Eles adquirem um novo valor, o de patrimônio da nação. Para tanto, a esses bens é dada uma nova leitura, baseada na atribuição de valor histórico, valor artístico e valor etnográfico. Essa nova condição está ligada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade, criada para ser a representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.

Para Fonseca (2005), o patrimônio representa uma escolha dentro do universo dos bens culturais, bens que são eleitos como representantes de uma nação ou de um povo. Atualmente, percebe-se um crescente interesse de abrangência mundial por essa temática, como reação ao processo de globalização e ao risco de standardização das culturas.

Em relação às origens do patrimônio, sua concepção surgiu na França, no século XVIII, com a implantação do Estado Nacional. Posteriormente, se estendeu a vários Estados-Nações modernos. A esse tempo, os patrimônios nacionais serviam para criar referenciais comuns aos habitantes de um mesmo território, desconsiderando a presença de diversos grupos sociais e etnias, para unificá-los em torno de tradições e interesses comuns e elementos que expressavam a identidade cultural (idioma, costumes e história nacional).

Era relevante, ao se preservar um monumento, manter as suas características físicas, a integridade da forma e da matéria do bem, características que fixavam os valores nele investidos e conferiam sua autenticidade. Dessa forma, para Fonseca (2005), as noções de autenticidade e permanência orientam e constituem a essência da prática de preservação ocidental.

No mundo ocidental, o patrimônio foi associado unicamente às coisas tangíveis e a preservação a uma prática constituída de operações voltadas para a seleção, proteção, guarda e conservação dessas coisas. Fonseca (2005) argumenta que, no século XX, começam a ser introduzidas nos patrimônios as produções dos “esquecidos” pela história factual: os operários, os camponeses, os imigrantes, as minorias étnicas etc. Também são incorporados os remanescentes do mundo rural e novos edifícios e monumentos que abarcam períodos pós-revolução industrial e que, no entender de Choay (2001), aproximam cada vez mais para o presente o tempo passado, caracterizando uma expansão cronológica. A partir de 1945, alguns países do continente africano e asiático começam a se apropriar da noção européia de patrimônio também para seus bens culturais.

Com a expansão cronológica, tipológica e geográfica que o campo do patrimônio sofreu após a Segunda Guerra Mundial, processos e práticas culturais começam, lentamente, a serem vistos como bens patrimoniais, sem a necessidade da mediação de objetos para representá-los. Fonseca (2005) percebe uma mudança de postura frente às questões patrimoniais: do ponto de vista mercadológico e político, a idéia de patrimônio como fonte de conhecimento e objeto de contemplação é considerada museológica e anacrônica. Atualmente, a ideologia do nacionalismo que embasou as políticas estatais de patrimônio é substituída pela noção de direitos culturais, que passa a legitimar ações nesse campo.

Essa nova percepção do patrimônio surgiu da observação

[...] da prática de preservação oriunda dos países asiáticos e do Terceiro Mundo, cujo patrimônio, em grande parte, é constituído de criações populares anônimas, não tão importantes em si pela sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais, bem como de um modo específico de relacionamento com o meio ambiente. (SANT’ANNA, 2003, p. 49).

Nas nações do Oriente, os objetos não são vistos como depositários da tradição cultural. Para eles, a relevância está no saber e não no preservar. Essa postura permite vivenciar a tradição no momento presente, pois o que importa é preservar e transmitir as técnicas, conhecimentos milenares e o saber que produz.

Assim, a prática tradicional de preservação baseada na conservação da integridade física do objeto, na noção de autenticidade, na limitação do direito de propriedade, se vincula “às idéias de conservação e imutabilidade contrapondo-se à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo” (FONSECA, 2003, p. 64). No entanto, essa prática não consegue abranger a noção mais ampla de patrimônio cultural que, a partir dos anos 1970, crescentemente incorpora aspectos imateriais ou processuais no seu corpus. Choay (2001) concorda que essas questões começaram a ter importância a partir da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, quando países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para proteger as manifestações populares de valor cultural. Em 1989, a Conferência Geral da Unesco aprovou o documento denominado “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, em que sugere:

[...] a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução do seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais. (SANT'ANNA, 2003, p. 65)

Hoje, a noção de patrimônio não se limita aos bens materiais, mas, como visto, abarca todas as manifestações humanas. Nesse aspecto, Gonçalves (2005) ressalta que se trata de uma categoria que transita entre o material e imaterial e abarca em si as duas dimensões. Como diz Fonseca (2003, p. 67), “não é mais centrada em determinados objetos – como, por exemplo, os monumentos -, e sim numa relação da sociedade com sua cultura”. Sob esse prisma, enfocando a sociedade brasileira e sua relação com o patrimônio como manifestação de sua cultura, percebe-se, inicialmente, um esforço para conhecer, identificar e disseminar, junto à população brasileira, os valores e manifestações culturais, visto o desconhecimento generalizado do tema. Pautado de início na materialidade dos bens, o processo de preservação do patrimônio no Brasil segue um caminho fortemente influenciado por valores europeus. Entretanto, em alguns momentos, desenvolve iniciativas próprias na conceituação e atuação

institucional, produzindo leituras dos diferentes conteúdos subjacentes aos elementos patrimoniais.

1.2.3. O patrimônio no Brasil.

As concepções e conceituações acima discutidas influenciaram na construção do Patrimônio Histórico no Brasil. O movimento pela preservação do patrimônio iniciado por um grupo de intelectuais modernistas procurou encontrar, no território nacional, obras que, pelas suas características, representassem a nação brasileira. Para esse grupo, o Brasil adentraria o mundo moderno através da afirmação de uma identidade para a qual ‘ser brasileiro’ significava ‘ser moderno’, o que implicava entender o próprio Brasil, buscar sua história e suas raízes. Naquele momento, existia a idéia básica da construção da nacionalidade e havia um consenso no meio intelectual da grande lacuna cultural representada pelo não reconhecimento da existência de uma cultura própria, de identidade local. (SANTOS, 1996; SIMÃO, 2001)

No campo político, estava no poder Getúlio Vargas, com o ideal de criar um homem novo, construído a partir da educação e do trabalho. Pretendia integrar o país, conhecê-lo, ocupá-lo, preenchendo os vazios do território nacional. Para Santos (1996, p.80), “essa ideologia apresentava conteúdo simbólico consoante com as propostas dos modernos sobre o resgate do passado para lançá-lo ao futuro. Trata-se de estabelecer um conhecimento do passado, da tradição que o ilumina, para construir uma consciência nova para o futuro”. Em 1936, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, é criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), efetivado em 30 de novembro de 1937 com o Decreto-Lei nº 25. Foram convocados para dirigi-lo Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade. Coube a esse último a elaboração do anteprojeto para a criação do instituto preservacionista e as diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional, posteriormente alteradas.

No seu artigo primeiro, as diretrizes definem o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história

do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, 2006).

O instrumento legal de proteção definido nesse decreto foi o instituto do tombamento, que consistia em inscrever os bens escolhidos em um dos quatro Livros de Tombo até hoje válidos, a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Santos (1996, p. 82) identifica nesse procedimento dois movimentos: o primeiro, sua inscrição em algum dos Livros do Tombo e, segundo, com esse ato, a “mudança na classificação social de simples objeto imerso no anonimato para objeto aurático, tornado *monumento*”. O procedimento era registrado em atas do Conselho Consultivo, formalizando um “processo de nomeação simbólica dos objetos móveis e imóveis, [...] transformados em índices de nacionalidade, em referenciais coletivos por possuírem densidade histórica e estética” (op. cit., p.82). Por trás desses atos estava implícita a questão dos valores, uma vez que a escolha dos bens era definida por um grupo de pessoas que, em nome da nação e apoiados em seu saber notório, definiam o que iria ser tombado e transformado em padrão para uma comunidade. Isto reflete bem a análise de Meneses (2002, p.92), citada anteriormente, quando ele diz que “os valores culturais não são espontâneos, não se impõem por si próprios. [...] Decorrem da ação social [...] aquilo que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem”. No entender de Santos,

[...] as questões relativas ao patrimônio não apenas expõem o discurso produzido por um grupo específico, como também refletem os valores da sociedade, uma vez que nas relações sociais do mundo vivido há sempre um modo de apropriação do patrimônio. A relação com os produtos culturais – quer arquiteturas, quer objetos rituais, quer artesanais, utensílios cotidianos, e outros – reflete uma trama simbólica que a própria sociedade constrói para elaborar sua relação com o passado (SANTOS, 1996, p. 79).

A partir da década de 1960, novas reflexões culminaram no entendimento do patrimônio como documento e no estabelecimento de uma nova linha de trabalho. Na visão anterior, os monumentos e cidades históricas eram tombados como obra de arte acabadas, sem considerar que as cidades são organismos vivos sujeitos à evolução. O desenvolvimento das cidades promoveu a implantação de novos parcelamentos do solo, criados sob critérios modernos, que desconsideravam o contexto histórico, a paisagem característica desses núcleos, alterando, assim, a sua configuração espacial. Isto levou o então denominado

SPHAN a refletir sobre o seu modo de atuação. Somente na década de 1970, com a nova orientação do Professor Aluizio Magalhães, que assumiu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o conceito de patrimônio foi ampliado e teve, na participação social, o seu grande diferencial. No entender de Motta, desde então,

O patrimônio despiu-se do valor simbólico nacional, passando a servir como apoio à luta pela manutenção de um meio ambiente urbano menos adensado, contra a especulação imobiliária. Comunidades urbanas organizadas passaram a solicitar tombamento de prédios e conjuntos urbanos. Embora essa luta fosse o principal motor das mudanças no Brasil, também as lutas travadas internacionalmente pelo respeito à diversidade cultural no pós-guerra e o despertar de um interesse para o uso do patrimônio por seu potencial econômico – especialmente por meio da indústria do turismo – influenciaram as transformações que se iniciaram no período (MOTTA, 2000, p. 265).

No período anterior, a maioria dos processos de tombamento partia do próprio SPHAN. Fonseca (1996) constata, nas décadas de 1970 e 1980, maior envolvimento da sociedade brasileira na questão do patrimônio, pelo crescimento do número de processos abertos a pedido de pessoas, associações, prefeitos e congressistas. Motta (2000) considera que o grande salto dado no entendimento das questões patrimoniais foi a associação do tema da preservação ao da qualidade de vida, fruto da participação e do interesse das comunidades urbanas pelo assunto. Nessa época, foi colocada em prática a idéia de ‘ambiência’, que não considera o monumento de forma isolada, mas inserido em um contexto urbano e histórico. Dessa forma, passaram a ser incluídos no repertório da preservação outros estilos além do barroco/colonial.

Essa nova postura viu no monumento outros valores além das características estilísticas ou as linhas das fachadas. Ele passou a ser entendido como fonte documental e a leitura de sua significação seria feita através de suas formas. Houve a intenção de instituir novas vias de valoração dos sítios por meio do conhecimento produzido, reconhecendo-os como lugares socialmente produzidos, nos quais se acumulam vestígios culturais que documentam a trajetória das sociedades locais. Segundo Gonçalves (2005), a política do patrimônio cultural abandonava, então, a conduta de apropriação de bens culturais em nome da nação e passava a direcioná-la para a devolução desses bens às comunidades locais.

Atualmente, essa concepção de monumento-documento tem sido enfraquecida pela adesão do governo a uma política de globalização. Conforme essa política, o patrimônio é colocado no mercado, exposto ao jogo do capital e enfocado apenas pelo seu lado financeiro, argumentando a necessidade de o patrimônio se auto-sustentar. São afastadas ponderações, critérios e métodos anteriormente definidos e, num retrocesso, volta a ser

valorado apenas o apelo visual mais imediato. O patrimônio volta a ser entendido pela estética, pelos estilos e pelo critério da antiguidade. Essa forma de conduzir as questões patrimoniais reflete o tempo do mercado e, segundo Motta (2000), são dispensadas as discussões e as leituras dos significados históricos da forma urbana e de sua paisagem para o entendimento das relações de apropriação pela população. Nas relações estabelecidas pelo capital, os objetos, enquanto fonte de identidade e história, ficam em segundo plano. Para o mercado, as paisagens devem estimular o consumo e o consumidor deve usar o bem cultural como mercadoria ou como apoio ao consumo de outras mercadorias.

Conforme Sant'Anna (2003), paralelo a esse processo, o Brasil, considerando as discussões contemporâneas no plano internacional, as novas orientações da Unesco, sugeridas por meio da *Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* e as experiências nacionais realizadas nos anos 1930, 1970 e 1980, institui, por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, o registro do patrimônio imaterial. Para a autora, o Instituto do Registro difere do tombamento, por constituir em um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio.

Essa nova orientação atende aos interesses daqueles que se baseiam no patrimônio para a construção da identidade cultural das regiões. No entender de Fonseca (2003, p. 64),

É necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas [...] como sugere Mariza Veloso Motta Santos (1992), tomando de empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma 'formação discursiva', que permite 'mapear' conteúdos simbólicos, visando a descrever a formação da nação' e constituir uma identidade brasileira.

A descrição do processo de desenvolvimento da noção de patrimônio no Brasil demonstra o amadurecimento crescente das questões que envolvem o tema. Evidencia também a dualidade contida na atuação institucional: na arena econômica, que, segundo Luchiari (2005), tem a cultura incorporada à racionalidade do capital; e no anseio dos técnicos, que percebem no patrimônio uma forma de disseminar o direito à cultura e desenvolver a cidadania através da leitura democrática dos conteúdos simbólicos nele presentes. São questões que refletem o tempo atual marcado, como disse Barbosa (2006), pelo individualismo, valorização da aparência e do consumo de objetos e imagens, imposição de uma estética urbana padronizada. E, recordando Certeau (2001), expõe a cultura como uma luta, um trabalho a ser realizado em todo o corpo social. No contexto em que o consumo de imagens cresce em relevância, a cidade enquanto forma movida por relações econômicas e se

constituindo em materialização da (re) produção do capital, modifica-se, adaptando-se às suas necessidades. A paisagem, resultante desse processo é marcada por esse movimento. No entanto, permanecem elementos que retratam outros tempos, outras relações econômicas, sociais e políticas, reveladas nessa mistura de elementos novos e antigos, o texto-cidade. Debruçar-se sobre a paisagem é desvelar esse texto e, ao final, percebê-lo como somatório de diferentes momentos condicionando as ações humanas.

1.3 Uma leitura geográfica da paisagem urbana do Núcleo Pioneiro de Goiânia.

A paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, correspondente à delimitação espacial deste estudo, é uma síntese de diversos momentos vividos pela cidade e sua sociedade. Como foi dito, essa região germinal é caracterizada pela popularização de seu comércio e serviços e pela migração da população que a havia eleito como local de moradia, em decorrência do surgimento de novas centralidades. Esse movimento expõe a dinâmica da cidade e marca a sua paisagem com a presença de objetos reveladores de diferentes temporalidades. Marcas que, na cidade, segundo Lemos (1987), são expressões da sociedade. Para ele, as cidades se renovam, se expandem ou encolhem em razão de processos envolvendo as relações sociais e as condições econômicas, políticas e culturais. Observando os elementos da paisagem, as características dos objetos que a compõem, podemos captar a evolução histórica de um lugar e percebê-lo como a materialização de processos sociais e econômicos. Assim, ressaltamos no estudo algumas discussões envolvendo a categoria geográfica paisagem, pelo viés da geografia cultural, conectando-a com as concepções de cultura.

Uma discussão interessante para a análise da paisagem foi feita por Cosgrove (1998). Esse autor sintetiza diversos momentos do conceito, expondo que ele sempre esteve conectado à cultura, à idéia da percepção de formas visíveis e suas composições sobre a superfície da terra. O estudo da paisagem remete ao olhar humano, é uma ‘maneira de ver’, perceber a cena, a unidade visual, é compor harmonizando o mundo externo. Sob esse aspecto, Gandy (2004) avalia que, no século XX, ocorreu uma reavaliação da paisagem enquanto gênero na arte ocidental, conectando-a aos discursos filosóficos e políticos. Dessa

análise, evidencia-se o caráter político implícito no ato de observar e apreciar uma paisagem. Esses atos não são neutros, mas parte integrante do processo de reprodução da sociedade, conduzindo a paisagem a ser vista como um produto social.

Na formação da paisagem, a presença humana é constante, porque praticamente não existem lugares onde sua ação não esteja presente. Mesmo considerando esse argumento, Santos (1994) faz uma distinção entre paisagem artificial e natural, designando a primeira como aquela transformada pelo homem e a segunda como aquela ainda não modificada pelo esforço humano. Conclui que a paisagem é um conjunto heterogêneo formado por frações de formas naturais e artificiais e quanto mais complexas e numerosas são as funções desempenhadas pela sociedade, mais distanciadas ficam as paisagens naturais. Através da sucessão histórica dos modos de produção, percebe-se a evolução do artifício, com o elemento cultural tornando-se mais significativo e marcante. Sauer (1998, p.59)¹⁵ diz que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado”. Com a cultura sendo dinâmica, mudando ao longo do tempo, a paisagem também se desenvolve, passa por fases, estabelecendo ao final uma nova paisagem que se sobrepõe ao que sobrou da antiga, podendo-se deduzir que ela é composta por um conjunto de formas heterogêneas de diferentes idades que representam os vários modos de produção e de construção do espaço.

A paisagem é então entendida como um processo de modelagem que não é de caráter apenas físico, mas uma mescla simultânea de formas físicas e culturais. Para Sauer (1998, p.30), a paisagem é uma unidade bilateral composta pelo sítio e pela expressão cultural: “há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área, ou seja, [...] pensar nas pessoas associadas dentro e com uma área”.

Direcionando a discussão para a interface com a cultura, Gandy avalia que

A paisagem ocupa um lugar central nas ciências que utilizam a dialética da natureza e da cultura como meio de explicitar as interações e os elementos comuns da esfera biofísica e dos sistemas sociais. A paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Isso não significa que o campo da atividade humana é determinado pela moldura material do meio ambiente, mas sobretudo que a paisagem é o lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens. (GANDY, 2004, p.86)

¹⁵ Publicado originalmente como “The morphology of landscape”, University of Califórnia, *Publications in Geography*, vol. 2, 1925.

Santos, em texto de 1994, define a paisagem como o domínio do visível. Afirma que ela não é formada somente por volumes, mas resultado de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. Assim, é construída gradualmente por acréscimos e substituições, expressando a lógica de produção de um determinado período histórico. Ela é formada por um conjunto de objetos de idades diferentes, uma escrita no espaço, uma herança socializada.

Ainda, abordando a discussão da paisagem sob o prisma da produção do espaço, afirma que a paisagem urbana é a mais heterogênea, por abranger vários tipos e níveis de produção. Nas cidades, estão presentes os instrumentos de trabalho e todo o processo direto de produção, a circulação, distribuição e consumo. Em consequência, o espaço urbano é usado de forma desordenada, em função do arranjo espacial e da lógica de produção exigida pelos diversos instrumentos de trabalho. Por conter elementos de idades diferentes lado a lado, que respondem de maneira diversa às solicitações da sociedade, a cidade capitalista é percebida como anárquica ou como expressão da ‘ordem do possível’, já que nada é desordenado. Ela é o *locus* da permanente mudança. Com o desenvolvimento da técnica, surgem novos modos de fazer, são substituídas as formas de trabalho, desencadeiam-se novos sistemas de objetos e sistemas sociais paralelos às novas condições econômicas, políticas e culturais, modifica-se a paisagem.

Nos argumentos de Santos (1994), paisagem e espaço são diferentes e ao mesmo tempo complementares. A paisagem é a materialização de um instante da sociedade. O espaço resulta da união desses dois elementos, contém o movimento, é a materialização concreta de relações sociais que se realizam num determinado momento. Corrêa (1989, p. 30) observa que o espaço é reflexo da sociedade, é fragmentado e mutável e essa mutabilidade é complexa: “o espaço urbano é o reflexo de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e deixaram suas marcas impressas nas marcas espaciais do presente”. Carlos (2001) infere que espaço e tempo são indissociáveis. Para a geografia, o tempo não é uma ilusão, ele é perceptível no modo de apropriação do espaço – isto é, no uso do espaço, e esse uso é a materialização concreta de relações sociais que acontecem em um dado momento. A paisagem urbana é, enfim, o lugar onde se sobrepõem várias forças, onde se percebe a dinâmica da acumulação do capital e se manifestam diversos símbolos culturais.

Enfocando a correlação com a cultura e os significados expressos nas paisagens culturais no estudo das paisagens, Duncan (2004) considera o aporte de disciplinas do denominado “setores pesados” da investigação acadêmica, ou seja, disciplinas da teoria literária e de auto-reflexão da filosofia. Os conhecimentos adquiridos nessas áreas conduzem

a análises embasadas em teorias e posturas que percebem os objetos não apenas como dados resultantes de uma visão empírica, mas de forma problematizada, além da mera descrição. Tais conhecimentos revelam também aspectos de fenômenos que não são passíveis de observação ou experimentação, cuja teoria pode abarcar fatores causais que afetam os fatores sociais. O autor enfatiza que discussões que contemplam temas como a natureza da objetivação, da representação, da consciência, da ideologia e da relação entre esses aspectos de um sistema cultural “são centrais para uma compreensão geográfica da produção e do uso da paisagem, e de seu papel como componente constitutivo dos processos sociais” (DUNCAN, 2004, p.97). Relacionando essa argumentação com a discussão empreendida por Cosgrove e Jackson (2000, p. 19), infere-se que o conceito de paisagem como configuração de símbolos e signos conduz a uma metodologia mais interpretativa do que morfológica, favorecendo aquela ligada à lingüística e à semiologia, “desenvolvendo a metáfora da paisagem como ‘texto’ a ser lido e interpretado como documento social”.

Esse enfoque aproxima os conceitos de cultura e paisagem em que a cultura é entendida, de acordo com Duncan (2004, p. 101), como “sistema de criação de signos através do qual, necessariamente, uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada” e a paisagem é percebida como um dos elementos centrais num sistema cultural, um conjunto ordenado de objetos, passível de ser interpretado como um texto e que atua como um sistema de criação de signos pelo qual um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado. Nessa linha de entendimento, Cosgrove contribui:

[...] as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. [...] todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder parecer tênue. [...] (o simbolismo) serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer valores de grupos dominantes por toda a sociedade (COSGROVE 1998, p. 108 e 106).

Duncan (2004) enfatiza que é importante perceber o que é significado pela paisagem e como essa significação ocorre considerando os atores sociais: os de dentro e os de fora dela.

A relação entre paisagem e cultura, enfatiza o caráter de construção cultural sofisticada da paisagem a partir do entendimento desta como resultante da associação de elementos físicos e culturais. Dentro desse panorama, Cosgrove e Jackson (2000, p. 18) compreendem a paisagem como “um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da

terra”, o que ressalta as qualidades simbólicas da paisagem que produzem e sustentam seu significado social.

Depreende-se do exposto que a paisagem marcada por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade, age ativando a memória, situando as pessoas e definindo identidades. Analisando Goiânia, infere-se que a paisagem patrimonial, assim como as demais paisagens, é uma construção social, política e econômica, e reflete a atuação dessas forças ao longo da história, expressando poderes e simbologias. A sua morfologia é marcada pela presença de elementos arquitetônicos e/ou urbanísticos representativos e significantes, expressão de valores e sentidos que podem ser apropriados tanto pela sociedade quanto pelo mercado: podem ser difundidos entre a população, ou serem intencionalmente produzidos para incentivar o consumo. Sobre as paisagens patrimoniais, inclusive a de Goiânia, pesa uma forte tendência para, através de um *remaking*, expressar a imposição de forças econômicas na apropriação dos espaços, incluindo-os nos circuitos do consumo de imagens e produtos, e as imagens desses espaços podem se tornar emblemáticas das cidades.

A paisagem pode ser lida como articulação de forças materiais diversas, podendo ser explicada a partir da evolução das forças econômicas e sociais que atuam em determinada sociedade. De acordo com Gandy (2004, p.80),

[...] as paisagens têm o poder de rematerializar um modelo dominante de relações sociais e culturais. [...] a paisagem não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade.

A ideologia assinala um sistema de símbolos e de idéias que inscreve, na realidade material, os modos de pensamento hegemônicos e assegura a reprodução das relações sociais existentes. Duncan (2004, p. 111) percebe a paisagem como um objetivador da ideologia no sentido de que ela tenta fazer com que “sujeitos e objetos se apresentem como fixos, codificados, reificados, para fazer com que o que é evidentemente cultural apareça como se fosse natural”. A partir do que foi dito, percebe-se, na constituição da paisagem da cidade de Goiânia, um exemplo de materialização de uma ideologia. Em um panorama abrangente, a construção da cidade estava em consonância com o ideal do Estado Novo de criar um homem novo, construído a partir da educação e do trabalho. Pretendia-se integrar o país, conhecê-lo, ocupá-lo, preenchendo os vazios do território nacional, direcionando fluxos migratórios. A forma assumida pela cidade também refletia o ideal de modernidade. Cidade planejada dentro dos moldes considerados ideais, a configuração do traçado e a arquitetura dos edifícios

representavam o modelo utilizado por Getúlio Vargas na representação de seu governo. No panorama local, a implantação da cidade significou a consolidação da ideologia do moderno, do progresso, “a expressão de um novo tempo” e substituição de antigas oligarquias. Também promoveu mudanças culturais ao promover o contato da sociedade goiana, até então isolada na imensidão do sertão, com *outros*, vindos de todas as partes do país. No aspecto da materialidade das formas, introduziu uma nova linguagem arquitetônica, alterando as paisagens notadamente coloniais, e inovou as técnicas de construção pelo uso de novos materiais construtivos. Hoje, pode-se perceber, na paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, a tentativa de disseminar a ideologia da memória, da preservação e do culto ao patrimônio, bem como, subjacente a isso, o consumo cultural. A materialização dessa ideologia é perceptível nas ações de reabilitação e projetos de recuperação dos objetos fixos que compõem essa paisagem.

Esse exemplo ratifica o argumento de Cosgrove (1998) sobre a paisagem humana, entendendo-a como uma expressão intencional, parafraseando Geertz, composta de muitas camadas de significados, e propõe interpretá-la considerando a geografia como uma humanidade e como uma ciência social. A decodificação geográfica dos múltiplos significados das paisagens simbólicas acontece a partir do conhecimento profundo da área em estudo, considerando as evidências fornecidas por “qualquer fonte que possa nos informar os significados contidos na paisagem para os que a fizeram, a alteraram, a mantiveram, a visitaram e assim por diante, e outras que possam desafiar nossas previsões e teorias” (COSGROVE, 1998, p. 109). Essa é a proposta deste estudo: contemplar várias visões que possam contribuir para a compreensão da paisagem patrimonial de Goiânia.

1.3.1 A paisagem de Goiânia.

A decisão de construir Goiânia foi o desfecho de uma série de tentativas que remontam ao século XVIII¹⁶. Esse ideal de mudança e anseio pelo progresso coincidiu com a intenção do governo federal em promover a integração nacional. Goiânia, criada na década de 1930, veio com a intenção de ser um elemento impulsionador do progresso e da modernidade

¹⁶ Vários estudos foram efetivados sobre esse tema, como os de CORDEIRO e QUEIROZ (1990), MANZO (2001).

do Estado de Goiás e, como elemento urbano, foi uma síntese de correntes do urbanismo significativas naquele período histórico, conforme já foi dito no item 1.1.1.

Nota-se, no traçado da cidade, a adoção de princípios clássicos de concepção urbana baseada em cidades e capitais européias e norte-americanas. De fato, o arquiteto Atílio Corrêa Lima afirmou a adoção de um partido urbanístico para Goiânia baseado no traçado de Versalhes e de cidades como Carlsruhe e Washington, pelo aspecto monumental que proporcionavam (Lima, 1937, apud MANSO, 2001, p.99). Percebe-se a nítida intenção de destacar o centro do poder administrativo, bem de acordo com a afirmação de Cosgrove (1998), para quem o centro geográfico do poder é a expressão mais clara da cultura dominante. A grande praça foi projetada com o intuito de ser um local para demonstrações cívicas. Lima (1937, apud CORDEIRO E QUEIROZ, 1990, p.21) realça que esse espaço “deverá [deveria] atrair, nos dias festivos da nação, o povo, despertando as virtudes cívicas”. Nessa afirmação está explícito o ato deliberado de projetar um espaço para se tornar simbólico, exemplificando que “a memória pode tanto ser herdada do passado, como, simplesmente, projetada no futuro” (LUCHIARI, 2005, p.96). A referência à forma geométrica no padrão radial concêntrico também nos remete às ponderações de Cosgrove:

[...] é instrutivo observar quão historicamente consistente tem sido o uso de formas racionais, geométricas, no plano das cidades: sistemas de vias em círculo, quadrado ou tabuleiro de xadrez são recorrentes. Representa a razão humana, o poder do intelecto (COSGROVE, 1998, p. 113).

Em um paralelo com a análise feita por Cosgrove (1998) em relação ao plano urbanístico da cidade de Washington, a cidade de Goiânia pode também ser comparada: os dois planos utilizam, no seu traçado, uma composição entre dois desenhos geométricos, o padrão radial, muito usado pelos monarcas europeus “que exerciam poder absoluto que se irradiava de suas pessoas e de suas cortes, e o padrão tabuleiro de xadrez, infinitamente repetível, [...] uma forma democrática e igualitária que não dá a qualquer localização um *status* privilegiado” (COSGROVE, 1998, p. 114). No caso de Goiânia, esse último padrão foi utilizado sobretudo na Zona Industrial e no denominado Bairro Popular, destinado à habitação dos operários. Na análise do plano e da localização dos edifícios simbólicos em Washington, o autor conclui que sua paisagem urbana pode ser lida como uma declaração da cultura política americana escrita no espaço. No caso de Goiânia, como foi dito, o plano e a localização dos edifícios administrativos expressam, em linhas gerais, a ideologia do poder instalado naquele período histórico.

A estrutura urbana criada por Atílio Corrêa Lima, composta por avenidas, bulevares, praças e traçados geométricos, revela semelhanças também com a Paris de Haussman. “O modelo Haussmaniano adotava a regularidade de fachadas dos edifícios e dos gabaritos dos quarteirões, os grandes eixos monumentais interceptados por praças e edifícios públicos” (MANSO, 2001, p. 100). A definição do zoneamento, a observação de regras de urbanismo, de higiene e de salubridade, bem como a aplicação de teorias como as *green belts* (anéis verdes), as cidades satélites e a desprivatização do solo são características que remetem ao Movimento Moderno e percorrem as propostas do arquiteto. O Plano Diretor inicial de Goiânia organizava a cidade em cinco setores:

[...] o Setor Central concentrava as atividades administrativas ao redor da Praça Cívica e o comércio no percurso da Avenida Goiás, nas ruas paralelas e, principalmente, na Avenida Anhanguera. [...] O Setor Norte, situado abaixo da Avenida Paranaíba e próximo à construção da estrada de ferro. [...] O Setor Sul, destinado à localização da zona residencial e da catedral. [...] Os setores Leste e Oeste aparecem apenas em esboço, indicados nos mapas por pontilhados (MANSO, 2001, p. 110-111)

Imbricados nesses setores, o Plano propunha a existência da zona residencial, da zona comercial, da zona rural e do centro administrativo. Também estudava soluções para o tratamento de esgotos, a proporção de espaços livres por habitante, a demarcação de zonas verdes e a previsão de arborização. Para Manso (2004, p.59), o projeto de Atílio Corrêa Lima,

[...] valoriza[va] as formas tradicionais da rua ao quarteirão, da praça ao monumento, bem como a geometria e o traçado no ato de projetar a cidade [...] a arquitetura da cidade não é a arquitetura do edifício isolado, [...] mas o princípio ordenador em que se desenvolvem e estruturam as tipologias que integrarão a forma urbana.

Ressalte-se que, além desses valores, tanto o traçado viário quanto a arquitetura dos edifícios públicos que determinaram o caráter da fisionomia do Núcleo Inicial de Goiânia foram marcados pelo estilo *Art Déco*.

De acordo com Manso (2004), Goiânia foi concebida para 50.000 habitantes distribuídos na área urbana. Inicialmente, foram implantados os setores Central e Norte, dimensionados para abrigar uma população de 15.000 pessoas.

A cidade chegou à década de 1940, de acordo com o Censo, apresentando uma população urbana de 18.889 habitantes, com a predominância de funcionários públicos, comerciantes, especuladores imobiliários e remanescentes da fase de construção da cidade.

Desse período, destacam-se alguns fatos significativos que constituem uma excepcionalidade em relação ao plano original:

A comercialização de terras (no máximo 10 ha) em áreas suburbanas, para instalação de chácaras, em 1934 (proibida em 1944, em razão da proliferação de parcelamentos com essa finalidade e da necessidade de manter áreas para a instalação de futuras cidades satélites); a ocupação “irregular” a leste, “constituída pelos bairros Vila Nova, Botafogo e Nova Vila, regularizados entre 1947 e 1954, que ficavam na margem esquerda do Córrego Botafogo” (PDIG-2000, 1992, p. 6) e do Bairro Operário, conforme o Decreto-Lei nº 39, de 1947; e a aprovação, em 1938, da Vila Coimbra “como satélite de Campinas”, por influência da empresa Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (VAZ, 2002, p. 25)

O período compreendido entre 1950 e 1964 corresponde à ampliação do espaço urbano da cidade, fase em que os proprietários de terras promovem o parcelamento de suas glebas em função da liberação pelo Estado dos serviços de infra-estrutura básica, em agravo ao que estabelecia o Código de Edificações de Goiânia. Para a autora, nesse momento, o poder público municipal abre espaço para a iniciativa privada, permitindo novos parcelamentos de terra, com a perda de domínio sobre o uso do solo: os loteamentos se multiplicam e ficam alteradas as relações do poder público com a construção civil.

Tal época foi ainda marcada pela intensificação da migração e, segundo Manso (2004), Goiânia assume então um papel de cidade-fronteira, recebendo pessoas de todas as partes em busca de oportunidades. Dessa forma, vários fatores vão contribuindo para o aumento da população: a chegada da ferrovia em 1951; a política de interiorização do Presidente Vargas; a expectativa e posterior construção de Brasília; a pavimentação da BR-153, dentre outros.

Ao final da década de 1950, o plano inicial começa a se descaracterizar em função de transformações da malha urbana, decorrentes de novos parcelamentos. A população cresce vertiginosamente, a situação se considera caótica em função da quantidade de lotes aprovados pelo poder público e a sua distribuição aleatória, geradora de ocupação esparsa, sem preocupação com a estrutura existente. O quadro desordenado força o poder público a retomar o desenvolvimento da cidade. Assim, é contratado o urbanista Luis Saia com o propósito de minimizar essas ações e desenvolver um novo plano diretor. No período de 1959 a 1963, ficaram proibidos novos loteamentos para que o poder público se organizasse e redirecionasse o desenvolvimento urbano. Mas o plano de Saia não entra em vigor em função dos acontecimentos provocados pela Revolução de 1964.

No período de 1964 a 1975, Goiânia consolida-se como pólo de desenvolvimento regional. A prefeitura de Goiânia ganha independência em relação ao governo do Estado,

entre 1961 a 1966, cabendo-lhe, então, as competências de urbanização, de conservação da cidade e de cadastro imobiliário. Manso aponta que,

Nessa fase, Goiânia se consolida como centro populacional, administrativo, comercial, financeiro e de serviços. O setor de serviços passa a ser o maior empregador de mão de obra. Nos anos 1960, tem início o processo de verticalização, de edifícios residenciais destinados às classes média e alta. Esse processo ocorre de maneira rápida e relativamente ordenada nos primeiros anos, principalmente no Setor Central e Oeste. Em contrapartida, o aumento populacional provoca expansão horizontal dos bairros periféricos, com áreas residenciais para as famílias de menor renda, resultando em uma densidade relativamente baixa para o conjunto da cidade. (MANSO 2004, p. 63)

Vaz (2002, p. 85) identifica o final da década de 1960 como um período de intensa reescrita da cidade.

Aqui fica clara a noção de uma escrita sobre a outra na paisagem. No Setor Central, o traçado viário é o mesmo e o das quadras também. Alteram-se lotes, que são lembrados para receber os edifícios em altura; casas, lojas, pequenos prédios são substituídos [...]. A paisagem se verticaliza muito rapidamente. O “velho” e o “novo” estão muito presentes. As mudanças ocorrem no âmbito da paisagem.

Nos anos 1970, o setor industrial mantém um desenvolvimento constante, com predomínio das indústrias tradicionais de pequeno e médio portes (produtos alimentícios, materiais de construção, mobiliário, vestuário). No entanto, Goiânia não se constitui num pólo industrial.

Nesse período, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Integrado, conduzido pelo urbanista Jorge Wilhelm, visando nortear o desenvolvimento da cidade. Encadeia medidas decisivas para o desenvolvimento urbano de Goiânia: racionalização do uso do solo; organização do corpo técnico da prefeitura; criação da Secretaria de Planejamento Municipal; determinação das diretrizes da expansão urbana. O plano entendia que planejar Goiânia significava utilizar os conjuntos habitacionais como instrumento de expansão. Esse plano vigorou entre 1975 a 1992.

Segundo Vaz (2002), o ano de 1975 marca o encerramento do período de expansão intensiva, via verticalização, no Centro e Setor Oeste. No entanto, não significa a paralisação desse processo, pois

[...] as modificações ocorrem predominantemente na paisagem, a desconcentração de atividades comerciais e de serviços e a gradativa saída das camadas de maior renda, articuladas à atuação do poder público no âmbito dos investimentos infra-estruturais e da legislação urbanística a partir de 1975, dão início a um outro

momento em que as mudanças agora ocorrem também no conteúdo. (VAZ, 2002, p. 93)

De 1975 até os dias atuais, a preocupação tem se voltado para a expansão urbana e o mercado imobiliário. Manso (2004, p.64) ressalta “que Goiânia não tem aumentado significativamente o seu mercado parcelado, apesar do forte crescimento demográfico que lhe acentua o caráter urbano; a construção sofre um forte processo de verticalização de unidades residenciais”. Sob esse aspecto, nota-se, no Plano Diretor aprovado em 2007, a intenção de promover o adensamento das áreas já ocupadas, definidas como Macrozona Construída, e a ocupação dos vazios urbanos.

Ainda a partir de 1975, constata-se a ação de três agentes formadores do espaço urbano da cidade: o Estado, os promotores imobiliários, e os chamados posseiros urbanos. Nessa sequência, o Estado,

[...] atua sobre o espaço urbano através de intervenções públicas e legais. Em segundo lugar, os promotores imobiliários historicamente aliados do Estado, passam a adaptar estratégias racionalizadoras procurando ampliar seu mercado consumidor, com o objetivo de maximizar suas taxas de lucro, [...]. Por último, os chamados invasores ou ‘posseiros urbanos’ que, pressionados pela necessidade de um espaço habitável, de forma organizada vão ocupando os espaços vazios (MANSO, 2004, p. 64).

Vaz (2002, p. 110) identifica o período compreendido entre 1975 e 1981 como a fase de transição que consolida a saída das elites do centro da cidade, desde que elas “já não o identifica[m] como local adequado para moradia, e sua gradativa substituição por grupos sociais populares”. A autora enfatiza a importância “do sistema de transporte urbano neste processo, uma vez que ele liga e traz para o centro uma extensa periferia, inclusive aquela situada em outros municípios” (op. cit. 2002, p.110).

Um marco para essas mudanças também foi a construção do *Flamboyant Shopping Center*. A construção desse equipamento significou uma drástica descentralização e a constituição de uma nova centralidade, que passou a competir com o centro tradicional.

O comércio e a prestação de serviços de qualidade acompanharam o deslocamento das elites, criando novas centralidades, o que afastou o centro da cidade do foco dos especuladores imobiliários que atuavam e atuam seguindo as preferências dessa classe consumidora. Em consequência, os recursos investidos nessa região, tanto governamentais quanto de empresas privadas, se tornaram cada vez mais escassos. As obras de infra-estrutura foram direcionadas para as novas centralidades, dotando-as de condições para a (re) produção das relações capitalistas. Ante esse quadro, o centro estagnou-se. O ritmo de construções

diminuiu e o processo de substituição de objetos antigos por novos também desacelerou-se. Esses acontecimentos, de certa forma, agiram preservando o patrimônio, isto é, o conjunto de monumentos e construções do período de implantação da cidade, que configuravam uma paisagem. Porém, concomitante a isso, e em decorrência dessa ausência de investimentos, o patrimônio passou a correr e ainda corre o risco de deterioração.

Ante a percepção da condição física dos bens imóveis, o risco de essa região voltar a ser foco de atenção dos especuladores imobiliários e a ausência de uma legislação de uso do solo específica, que a preserve sem que, no entanto, a ‘engesse’, o tombamento do traçado viário e dos bens isolados é, como já dito, uma proteção aos valores e significados imbricados nesses bens.

Nesse processo, Goiânia se consolida como metrópole na década de 1990. No Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992, são mencionadas duas novas centralidades: a do Jardim Goiás e a do Setor Pedro Ludovico. Entretanto, naquele momento, a importância da área central da cidade ainda era muito acentuada e havia a previsão de continuidade desse quadro no cenário dos vinte anos estabelecidos para a duração do Plano. Mas a intenção de descentralização econômica, incentivo à formação de novos centros e dinamização dos subcentros de emprego e consumo existentes já existia. O objetivo dessas ações era diminuir a pressão sobre a área central, local para o qual convergia a maior parte da demanda de empregos, serviços e compras. O plano preocupava-se com a preservação de valores históricos e culturais do Centro de Goiânia, evidenciado nas suas diretrizes gerais e na estrutura urbana proposta. No conjunto dos programas propostos, essa região foi definida como ‘Área-Programa Centro Histórico’, sendo avaliados a sua composição, os seus problemas e as potencialidades e traçados objetivos para sua dinamização. Dentre as potencialidades, destacavam-se: os logradouros com perspectivas grandiosas, a presença de monumentos e edificações históricas, a concentração de transeuntes, além da presença marcante de atividades do setor terciário, de prestação de serviços e de lazer. Para dinamizar a região, foram sugeridas medidas estéticas, medidas operacionais e medidas econômicas, com o intuito de prolongar a permanência de usuários, diversificar seu perfil, atrair um público com maior poder aquisitivo e fixar usuários externos, tendo em vista o segmento dos turistas de negócios. Segundo o documento,

[...] o Plano de Atilio Correia Lima proporcionou um traçado viário generoso e elegante que, se bem explorado, pode proporcionar perspectivas urbanísticas inigualáveis no país;

- *bem explorado plasticamente* - paisagismo, tratamento de pisos, mobiliário urbano, sinalização, fachadas das edificações existentes, gabaritos das futuras edificações, etc.;
- *bem explorado operacionalmente* - vagas de estacionamento, plano de circulação, controle de semáforos, policiamento preventivo e educativo, educação de trânsito, proibição de caminhões, espetáculos musicais, saltimbancos, mambembes, etc., em logradouros; disciplina de uso de calçadas por bares e restaurantes; limpeza permanente, aspiração, lavagem, coleta mais adequada, etc.;
- *bem explorado economicamente* - operações de revalorização de fachadas, vitrines, trechos de vias; operações de renovação urbana por quadras; etc. (GOIÂNIA. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. Goiânia, 1992. 3v, p.54)

Também percorre o Plano a adequação gradativa das edificações para o atendimento dos futuros novos contingentes de usuários que afluíam para o Centro como resultado das medidas adotadas.

Atualmente, Goiânia continua o seu processo de metropolização marcado pela produção de um espaço urbano desigual. Porém, na área do Núcleo Pioneiro, a Praça Cívica mantém os elementos urbanísticos: o traçado original e a paisagem de entorno constituída pelos edifícios de arquitetura *Art Déco*. Mas o aumento populacional, o crescimento desordenado da cidade sem previsão de alternativas para o tráfego na área central, o desenvolvimento dos meios de transportes, dificuldades não imaginadas por Atílio Corrêa Lima, constituem, hoje, uma problemática da cidade.

O polígono tombado pelo IPHAN e a maior parte dos edifícios públicos que se incluem entre os bens do conjunto urbanístico e arquitetônico *Art Déco* estão localizados na convergência de várias avenidas de tráfego intenso. Por elas, trafegam carros pequenos e a maioria dos ônibus do transporte coletivo da cidade. Na Praça Cívica, a grande área livre, que, no plano inicial de Atílio Corrêa Lima, seria palco para as manifestações cívicas, é utilizada como estacionamento, exceto quando, em datas especiais, como Natal e Ano Novo, festas juninas, e alguns eventos isolados promovidos por instituições do governo, a população é convidada a frequentá-la. Também, nela ocorre a apropriação de usos informais, através de flanelinhas, lavadores de carro e a implantação de *pit dog's*. Mas o traçado da Praça permanece inalterado, assim como alguns elementos que a compõem: as luminárias e o espelho d'água, o coreto e o relógio.

As interferências que ocorreram no seu conjunto de edifícios foram: a construção, na década de 1970, do Palácio das Campinas, edifício sem expressão, que não acompanha o caráter monumental das demais edificações; a construção, ao lado do Museu Zoroastro Artiaga, da agência do antigo BEG (Banco do Estado de Goiás), edificada também na década de 1970 e demolida nos anos 1990; a descaracterização de dois edifícios do anel externo - o Prédio dos Correios e o Edifício da Secretaria da Agricultura. Os outros dois edifícios

federais, hoje Tribunal Regional Eleitoral e Delegacia do Ministério da Fazenda, mantêm as características originais.

Mas se a estrutura física dos edifícios está mantida, os seus usos acompanharam as necessidades inerentes à evolução da sociedade. O Palácio das Esmeraldas continua exercendo a sua função de moradia do governador e outras de caráter administrativo, mas, no seu interior, algumas alterações foram feitas, visando adaptar as instalações ao desenvolvimento tecnológico.

À direita do palácio das Esmeraldas, o prédio onde funcionava a Secretaria Geral hoje está ocupado pela Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (AGEPEL), e nele funciona o Centro Cultural Marieta Telles Machado. Ao fundo, duas edificações térreas com fachadas desprovidas de ornamentos foram construídas como anexo e abrigam a Biblioteca Braile e o Arquivo Histórico Estadual, ambos da AGEPEL. À sua direita, ocupando extensa área, está a sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e uma creche com características construtivas mais recentes. Mais à direita e em frente ao espelho d'água, situa-se o prédio onde inicialmente funcionava o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e hoje abriga o Museu Zoroastro Artiaga.

À esquerda do Palácio, onde, segundo a concepção original da Praça, ficariam a Câmara Estadual e a Prefeitura Municipal, funciona a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. À sua esquerda, a Procuradoria Geral do Estado de Goiás. Frente a esse último, está o edifício da Prefeitura de Goiânia, que abriga uma agência de atendimento. Na década de 1970, ao fundo do Palácio das Esmeraldas, foi construído um edifício para comportar funções administrativas. Cabe ressaltar que ele não estava previsto no projeto original da Praça. Hoje, após uma ampla e questionável reforma, ele continua no local com a denominação de Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

O público que frequenta a Praça é formado, de acordo com observações empíricas, por pessoas que se dirigem às várias repartições públicas, como funcionários públicos, ou pessoas comuns em busca dos serviços disponíveis. O receio da marginalidade inibe sua apropriação, convívio e sociabilização. Essa condição faz com que seu espaço seja pouco utilizado para o convívio, caracterizando-se como um local de passagem.

A Avenida Goiás, recentemente revitalizada, recuperou na sua estrutura, e dentro das possibilidades que o modo de vida contemporâneo proporciona, a intenção inicial que o arquiteto Atílio Corrêa Lima havia idealizado: uma grande alameda formada por canteiros centrais, onde as pessoas fariam o *'footing'* à tarde e à noite.'

Na análise da paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, é importante referenciar a sua revitalização iniciada no ano de 2004, fato que conecta a cidade com as diretrizes globais oriundas do processo de mercantilização do espaço urbano. Essas ações interferiram na paisagem existente e ressaltaram significados, ao promover a visibilidade de elementos portadores de conteúdos simbólicos e recriar novos significados a partir da inserção de novos elementos sintonizados com linguagens alheias à nossa cultura, porém coniventes com a linguagem do capital.

O Plano Diretor de Goiânia aprovado em junho de 2007 demonstra preocupação com os valores culturais e determina programas especiais e estratégias no sentido da preservação de valores históricos e simbólicos. Dois programas que abrangem o Núcleo Pioneiro de Goiânia estão previstos: Programa de Reabilitação e Requalificação do Centro e Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórico Cultural do Município. Cabe ressaltar que o Núcleo Pioneiro e o Centro de Goiânia estão sobrepostos espacialmente, porém, o centro se refere a uma tradicional aglomeração de atividades comerciais, administrativas, econômicas e sócio-culturais e o Núcleo Pioneiro se reporta a esse espaço como área germinal da cidade, cuja paisagem é constituída por elementos portadores de valores e significados.

O Programa de Reabilitação e Requalificação do Centro, “que objetiva revigorar sua função de pólo regional de serviços administrativos, de serviços, de apoio à economia local e regional e de serviços sócio-culturais a toda a comunidade” (GOIÂNIA. Lei Complementar nº. 171, de 29 de maio de 2007, p. 7), propõe também o incentivo à moradia e a vigilância pública como formas de promover a animação no Centro.

O Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórico Cultural do Município

[...] objetiva recuperar os marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população, visando a preservação dos simbolismos históricos, respeitando a evolução histórica dos direitos humanos e a pluralidade sócio cultural, bem como o despertar de uma relação de identidade da sociedade goianiense com seus espaços urbanos. (GOIÂNIA. Lei Complementar nº. 171, de 29 de maio de 2007, p.7)

A área do Núcleo Pioneiro também está inserida nos Programas Especiais de Interesse Urbanístico, em que estão previstas ações de requalificação urbanístico-ambiental e econômica. Nesse Plano, fica definido de forma clara que “o conjunto de bens imóveis de valor significativo, edificações isoladas ou não, enquadradas como *Art Déco*” integram o

Patrimônio Cultural'. O interesse demonstrado pelo Centro Tradicional de Goiânia demonstra a repercussão local da importância dada, em âmbito mundial, à temática da preservação do patrimônio histórico. Também percebe-se a intenção de, através dessas medidas, conectar a cidade às questões globais, já que há interligação a outras ações, como melhoria do sistema viário, preservação do meio-ambiente, mobilidade, acessibilidade e transporte, que preparam a cidade para aquilo que Barbosa (2006) denomina de empresariamento do espaço urbano.

Apesar das intenções favoráveis à preservação, o Plano de 2007 se contradiz na espacialização dos usos. Segundo o mapa do zoneamento, toda a região central está caracterizada como área adensável, o que significa, de acordo com o texto do Art. 110, item I, que serão incentivadas maiores densidades habitacionais e atividades econômicas (Figura 24, Apêndice A). Por outro lado, no mesmo documento, o Art. 115 define que essas mesmas áreas “integram a unidade territorial identificada como Área de Restrição à Ocupação as Áreas de Patrimônio Ambiental que abrangem os Patrimônios Cultural e Natural e Áreas Aeroportuárias”. (GOIÂNIA. Lei Complementar nº. 171, de 29 de maio de 2007, p.33).

É a partir desses conteúdos que iniciaremos, no segundo capítulo, a discussão da significação de contextos com a presença de bens patrimoniais, bem como o entendimento da patrimonialização, revitalização urbana e sua adequação ao tempo do mercado.

2. O CIDADÃO E OS SIGNIFICADOS DO PATRIMÔNIO.

Para compreender os significados do patrimônio para os moradores de Goiânia enfatizaremos os aportes de disciplinas voltadas para o estudo das humanidades. Este capítulo abordará, por tanto, temas que complementam e se entrelaçam às discussões elaboradas no primeiro capítulo. A somatória de diferentes abordagens pretende resultar em um conteúdo abrangente que subsidiará as discussões dos sentidos presentes nos discursos dos habitantes sobre o tema. Esse conteúdo também há de contemplar diferentes visões que evidenciam a complexidade implícita na categoria patrimônio e sua relevância como um caminho possível para a compreensão da cidade contemporânea, das relações sociais e das interações dos moradores com o meio físico construído.

Preliminarmente, considera-se que os significados são resultantes da apreensão da realidade pelos indivíduos e são decorrentes da cultura, da forma como os homens se relacionam com o meio e elaboram simbolicamente as estruturas sociais. Eles resultam de uma leitura que envolve a decodificação dos signos presentes na linguagem urbana e abarcam desde os códigos implícitos nos componentes fixos da paisagem até os modos de realização das práticas sociais.

Nessa linha de raciocínio, abordamos a relação entre o cidadão, o patrimônio e o consumo cultural. Essa primeira discussão situa os indivíduos frente à imposição de regras do mercado sobre o tecido urbano, induzindo a novas formas de consumo. Também conecta discussões já realizadas sobre a cidade, o urbano e a paisagem, porém com o foco dirigido para o patrimônio. Na busca dos significados, a imagem e o imaginário percorrem um caminho que permeia o que é concreto, objetivo e visível e o que constitui o intangível, abstrato e se refere ao urbano. Eles estão entrelaçados e podem fornecer uma compreensão qualificada da cidade. Consideram que a informação é fundamental para o (re)conhecimento dessa realidade. Na seqüência, e com esse sentido, se desdobra então a discussão sobre a mídia e sua forma de atuação sobre os indivíduos, incidindo na formação de uma realidade consensual. Por outro lado, a mídia também traz implícita a possibilidade de, através de suas informações, contextualizar os sujeitos e contribuir para o desenvolvimento da experiência urbana. Por fim, a discussão sobre as representações sociais, resultado do somatório de imagens e informações sobre o mundo vivido, é apresentada. Esse mundo corresponde, nas cidades contemporâneas, a uma realidade construída que desvela uma teia complexa de

relações em que o fator econômico é preponderante e se impõe de forma crescente sobre diferentes aspectos que assinalam a vida em sociedade.

2.1 Consumo cultural: o cidadão frente ao patrimônio

O consumo tinha o sentido de apropriação e uso de produtos materiais e espirituais próprios das sociedades capitalistas industriais. Esse processo de apropriação e uso realizava o escoamento da produção ao mesmo tempo em que alimentava a máquina capitalista. De acordo com Marshall (2003), atualmente, nas sociedades capitalistas marcadas pela estética da mercadoria, o consumo amplia seu significado, se insere em uma lógica de racionalidade e passa a denotar o sentido de possuir, apropriar, ostentar, diferenciar, revelar, estetizar. Derivado da mentalidade capitalista, o consumo representa a ascendência do livre mercado condicionando a vida e as relações sociais, confirmando que se vive uma era de imposição de signos: além de se consumirem os objetos, consomem-se os signos a ele vinculados. Ou seja, consumir conota apreensão de signos durante o processo de apropriação e de uso das mercadorias.

De acordo com Meneses (2002), o valor cultural não está nas coisas, mas são os homens em suas relações sociais que atribuem os valores aos objetos. Marshall (2003, p.38) expõe que, na sociedade pós-moderna, o objeto de consumo já surge “recoberto por um conjunto de atributos conferidos, não pelo produto, mas pela sociedade, em sua lógica de representações”. Isso significa dizer que o processo de consumo é estabelecido no nível semiótico enquanto linguagem, na qual o objeto é uma parte acessória que serve para afirmar valores que posicionam o homem perante a sociedade. Ter determinados objetos passa a significar poder, a sua posse revela *quem* é o possuidor, desvela a valoração do *ter* em detrimento do *ser*.

Considerando essa ponderação e o entendimento de que há um incentivo à apropriação da cultura para o consumo, Choay (2001) constata que a palavra cultura tem o seu uso enfatizado a partir da década de 1960. Nessa época, o Estado francês inicia a exploração do termo ao perceber as possibilidades econômicas implícitas no desenvolvimento do turismo cultural e passa a gerir, promover e controlar ações nesse âmbito, principalmente no que

envolve o patrimônio histórico, desencadeando o que a autora denomina de ritos de um culto oficial do patrimônio. Nesse processo, a cultura sofre uma mutação semântica, perde o seu caráter original ligado à filosofia e é relacionada à indústria, já que abrange um processo de produção, distribuição e comercialização de produtos culturais. O patrimônio histórico se insere nessa lógica produtivista e passa a ser visto como mercadoria a ser consumida.

Sob esse prisma, Certeau (2001) percebe que a importância crescente dos problemas culturais está inserida num amplo contexto caracterizado pela lógica produtivista da sociedade: com as necessidades elementares satisfeitas, o anseio de ampliar e manter essa lógica encontra na cultura um novo campo que, para ser explorado, necessita analisar, desenvolver e satisfazer necessidades culturais. Um outro aspecto está ligado

[...] à inadequação das ações ou das planificações econômicas para responder ao mal estar que, depois de um certo limite, é gerado pelo próprio progresso [...] e ausência de critérios capazes de esclarecer as previsões ou as reorientações que se tornaram necessárias em um sistema cada vez mais à medida de ‘homens que querem ter algo’ e cada vez menos daqueles que ‘querem ser alguém’. (CERTEAU, 2001, p.192)

Nesse sentido, nos reportamos ao primeiro capítulo, recordando que o processo de amadurecimento das questões patrimoniais no Brasil culminou com o entendimento do patrimônio como fonte documental e objeto repleto de sentidos e valores passíveis de leitura e apreensão de significados. Com o avanço das relações produtivistas envolvendo outros campos da vida humana e abarcando os aspectos culturais, o patrimônio foi colocado no mercado e, dessa forma, ficaram em segundo plano as questões teórico-conceituais que orientavam até então a atuação institucional. Choay (2001, p. 212) expõe que o patrimônio “[...] remete a valores que é preciso fazer reconhecer”, mas, por outro lado, expressa a noção de mais valia. Segundo a autora, “[...] mais valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar”. Atualmente, como já dito, predomina a concepção de que o patrimônio deve se auto-sustentar. Isso implica em soluções voltadas para o consumo, colocando o bem como mercadoria.

Desse modo, o patrimônio se depara com duas tendências: a primeira valoriza e respeita o bem patrimonial, procura preservá-lo dentro de parâmetros estabelecidos pela técnica e pela evolução de conceitos a ele inerentes. A segunda visa a rentabilidade e, com o apoio dos Estados, desenvolve práticas condenadas desde o século XIX. Aí se enquadram as ações de conservação e restauração que valorizam apenas os elementos de fachada com o intuito de criar cenários ideais para o consumo, colocando em segundo plano os conteúdos implícitos aos monumentos. Atualmente, para alcançar a valorização (*mise-em-valeur*) e

envolver o público, são utilizadas técnicas de animação cultural, algumas vezes claras e atraentes, como a comunicação gráfica (mapas, placas de sinalização, informações) e outras questionáveis, que freqüentemente desviam a atenção, dificultam a apropriação e diminuem a importância do patrimônio. No entendimento de Choay (2001, p. 216), “[...] torna-se cada vez mais difícil para o visitante evitar essas interferências e poder dialogar, sem intérpretes, com os monumentos”. Enquanto objeto de consumo, o patrimônio histórico muitas vezes é utilizado como suporte para operações midiáticas e publicitárias e atua, como já dito, como imagem de uma noção urbana que se quer transmitir.

Seguindo esse raciocínio, percebe-se que o processo de patrimonialização induz outras ações no âmbito das cidades. Geralmente, ele atua promovendo ações de reabilitação nas áreas de sua abrangência com o intuito de dotá-las de condições para a apropriação, tanto pelo mercado, quanto pelos habitantes locais. De acordo com Manso (2004, p. 7, v. II), “preservação e revitalização são ações que se complementam e, juntas, podem valorizar bens que se encontram deteriorados”. Foi o que aconteceu na cidade de Goiânia, na gestão municipal correspondente ao período de 2000 a 2004. Impulsionado pelo ato de tombamento do núcleo histórico, o poder municipal, coordenado pelo GECENTRO¹⁷, iniciou uma série de ações com a intenção de reabilitar e recuperar o núcleo central, entendendo-o como um ponto de onde emanariam melhorias para toda a cidade. O processo de reabilitação teve início pela Avenida Goiás e pela construção do Mercado Aberto da Avenida Paranaíba. Também foi lançado o Projeto Cara Limpa¹⁸, cujo marco foi a recuperação do Grande Hotel. Esse projeto pretendia extrapolar o âmbito dos edifícios tombados, alcançando um maior número de edifícios construídos no estilo *Art Déco* disseminados pela malha urbana. Almejava estabelecer o diálogo entre a história e a contemporaneidade, incentivando a “limpeza das fachadas” dos edifícios construídos nesse estilo, com a retirada dos elementos metálicos de propaganda comercial que encobriam os detalhes arquitetônicos.

Naquele momento, estavam em fase de elaboração duas legislações: as Operações Urbanas Consorciadas e a criação de Zonas Especiais de Interesse Social, com o objetivo de permitir grandes atuações e incentivar a construção de habitações na área central, para reocupá-la com moradores, entendendo que, mediante esse uso, diminuiria o processo de

¹⁷ Grupo Executivo de Revitalização do Centro.

¹⁸ Projeto Cara Limpa valoriza a identidade arquitetônica, reconhecida e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN prevê a realização de intervenções urbanísticas e arquitetônicas como a recuperação das fachadas dos edifícios; a padronização dos letreiros e calçamentos; ordenação do mobiliário urbano e da arborização; e ainda a instalação de fiação subterrânea. (CENTRO DE TODOS – Prefeitura Municipal de Goiânia, 2004).

degradação instaurado na área. Esse entendimento denota uma postura coerente com as proposições contidas nas Recomendações de Nairóbi de 1976 relativas à proteção dos conjuntos históricos e sua inserção na vida contemporânea. Esse documento preconiza o tratamento não museal das malhas urbanas atuais, ou seja, a conservação viva desses conjuntos entendida como uma maneira de atuar que possibilita a manutenção das particularidades locais.

Com a mudança de gestão municipal ocorrida no ano de 2005, as prioridades foram dirigidas para o fortalecimento de novas centralidades, investimentos em infra-estrutura urbana e melhoria do sistema viário. Relegou-se a valorização patrimonial, pois se constata a ausência de investimentos e de ações visando o fortalecimento do Centro tradicional e em consequência a preservação dos bens patrimoniais como preconizado na proposta do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992, e já comentado. Em decorrência dessa mudança, o GECENTRO foi extinto e o processo de revitalização, suspenso. Atualmente, o poder municipal atua com outra orientação voltada para o controle das reformas, demolições e novas construções nos setores Central, Sul, Universitário e Campinas (Núcleo Pioneiro de Campinas), visando preservar as edificações com características relevantes e mantendo, assim, a paisagem urbana. A despeito disso, na breve existência do GECENTRO, os resultados foram positivos para a cidade, o que leva a persistir como necessário e válido o processo de reabilitação reivindicado por agentes estatais ligados ao patrimônio, especialistas e pela sociedade civil organizada. É importante ressaltar que, nesse processo, os valores regionais, o *modus vivendi*, enfim, as características e peculiaridades da população devem ser respeitadas e valorizadas. Dessa forma, evita-se que a reabilitação urbana torne-se um elemento alheio à cultura da cidade, um modismo com características padronizadas, imposto por outras instâncias, sem a participação popular, tal como se vê em outros processos de reabilitação espalhados pelo país e pelo mundo.

Nessa perspectiva, Barbosa (2006) critica as intervenções pontuais desencadeadas pelos processos de reabilitação, pois entende que são respostas equivocadas à imagem generalizada de que as metrópoles são cidades desordenadas e sem lei. Essa visão conduz a práticas sociais de intervenção e gestão de cidades por meio da requalificação¹⁹ do tecido urbano, que acentuam diferenças e produzem novas formas de hegemonia social. As ações pontuais abandonam concepções de remodelações urbanísticas globais que visavam beneficiar as comunidades locais e fortalecem, segundo o autor, a concepção de cidade entendida como

¹⁹ Requalificação é a execução da obra física. COELHO e VALVA (2002)

um mosaico de fragmentos, favorecendo uma postura urbanística pragmática que crê na impossibilidade de intervenção em toda a cidade. Esse entendimento sobre processos de reabilitação corrobora com a postura de Meneses (2002). Para o autor, trata-se de uma visão concentradora, reduzida e compartimentada de cultura, que produz ações pontuais consubstanciadas em centros culturais, musealização²⁰ da cidade e dos centros históricos, em lugar da “culturalização” de todo o espaço urbano. No seu entender, são paliativos aos desequilíbrios da vida contemporânea. O sentido de ordem é dado pela estetização do espaço urbano, que traz subjacente ao discurso de manutenção da cultura e identidade o propósito de promover o mercado global de estilos de vida, serviços e imagens. Manifesta-se dessa forma, no tecido da cidade, um conjunto de práticas formadoras de novas centralidades, imbuídas de dissipar, em escala planetária, um sistema de signos, formas, objetos e funções.

Jacques (2005, p. 11), no prefácio do livro **Espelho das Cidades**, de Jeudy (2005), discutindo as cidades contemporâneas, lança um questionamento: Qual o sentido do uso contemporâneo que se faz da cultura como estratégia principal dos novos projetos ditos de revitalização urbana? Para a autora, as cidades contemporâneas têm sido objeto de ações classificadas como ‘culturalização’ ou ‘musealização’:

[...] essas intervenções muitas vezes se iniciam com uma patrimonialização das próprias cidades, com vistas a uma revitalização urbana que possibilite sua efetiva inserção na competitiva rede global das cidades turísticas. [...] a maior parte dos projetos repetem a mesma fórmula ditadas por financiadores internacionais sem questionamento crítico: patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização dos espaços, e o que é pior, gentrificação. (JACQUES, 2005, p. 11-12)

Consoante com Jacques (2005), Barbosa (2006) percebe nas ações urbanas de reabilitação o que ele denomina de performance mimetizada dos lugares, o imperativo de eficiência e rentabilidade visando a competição entre cidades mediada pela valorização da estética urbana, a mobilização do espetáculo mediante a organização dos espaços da cidade como uma cenografia oposta à desordem.

Nessa perspectiva, Jacques (2003) pondera que, no espaço urbano contemporâneo, atuam, às vezes simultaneamente, duas correntes de pensamento: a primeira preocupada em preservar o antigo, preconizando a petrificação da cidade; e a segunda identificada com a cidade genérica ou urbanização generalizada. Esses dois discursos expõem a mesma intenção

²⁰ Segundo Hermann Lübke (apud Huyssen, 2000, p.27), musealização não está mais ligada à instituição do museu no sentido estrito, mas está infiltrado em todas as áreas da vida cotidiana. A musealização demonstra o historicismo expansivo da nossa cultura contemporânea, o quanto o presente está obcecado com o passado e é uma forma de compensar a perda de tradições vividas.

de transformar as cidades em espetáculo mercantil. As propostas preservacionistas para os centros históricos trazem implícita a idéia de transformar esses espaços em locais para fruição turística. Da mesma forma, a difusão da cidade, a proliferação de espaços urbanos caóticos, a construção de novos bairros *ex-nihilo* criam espaços propícios à especulação imobiliária mostrados de forma espetacular. Esse quadro expõe uma preocupação generalizada em se mostrar, reforçar ou até mesmo forjar uma imagem singular de cidade a partir das características peculiares dos lugares e de sua população. Essa imagem é exposta e promovida no mercado global correspondendo à venda da própria cidade como mercadoria.

No mercado globalizado, as particularidades culturais têm grande relevância. São elementos distintivos que, diante do competitivo mercado de cidades, ressaltam os lugares singulares para a captação de investimentos e turistas. Por outro lado, à medida em que essas cidades se comprometem com financiadores internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD), são forçadas a seguir um modelo internacional homogeneizador, que visa materializar a dinâmica do capital sobre o urbano tendo como meta o turista internacional e não o habitante local. O modelo de gestão patrimonial mundial segue essa mesma lógica, pois acompanha um padrão que não considera as especificidades culturais das populações envolvidas. Dessa forma, culturas e espaços urbanos distintos se homogeneizam ante a criação de cenários para visitantes globais, perdendo, muitas vezes, as características singulares mantenedoras da memória da cultura local.

Para Jacques (2003), o atual processo de espetacularização das cidades está vinculado às estratégias de *marketing* urbano que acontecem via reabilitação urbana na construção de uma nova imagem para a cidade. Para atingir esse propósito, adotam-se como padrão a construção de grandes edifícios e *shopping centers*, bairros, ruas e avenidas com decoração estilizada, além da promoção de megaprojetos ligados à cultura. Essa forma de produção do espaço urbano está em sintonia com o pensamento de Debord (1997, p.10). Na sua concepção o espetáculo “unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes, pois essa diversidade e contrastes são as *aparências da aparência organizada socialmente*. É a afirmação da aparência e a afirmação da vida humana como simples aparência”. A função habitar, predominante nas cidades, é ofuscada por um novo sentido: o exhibir. Nessa lógica de consumo cultural urbano, o patrimônio cultural torna-se uma reserva, um potencial de espetáculo a ser apropriado pelo mercado. Os centros históricos são requalificados e transformados para funcionarem à semelhança de parques temáticos de entretenimento para turistas.

Sob esse prisma, nota-se a disseminação, em escala global, da padronização de ambientes reabilitados. As cidades são revestidas com o *design clean*, o mobiliário urbano composto por bancos, luminárias, abrigos para ônibus e lixeiras adaptam-se aos diferentes contextos e disciplinam o uso da paisagem. Choay (2001) critica e comenta que estes são recursos de embalagem utilizados pela indústria patrimonial para oferecer os centros e bairros antigos como produtos para o consumo cultural.

São elementos que auxiliam no reconhecimento de pontos significativos da cidade, expressam a imposição de uma ordem que, segundo Ferrara (1993, p. 254), determina “o modo de circular ou de se apropriar do espaço livre [...] ensinam e impõem aos usuários a dócil aprendizagem de como andar, onde estacionar, o que deve ser visto [...]”. Essa padronização busca transformar o lugar em local seguro e aprazível, com poder de atração e possibilidade de consumo. Para tanto, repete-se a mesma fórmula que cria espaços com formas padronizadas, diluindo as diferenças socioculturais. Barbosa (2006) percebe que a difusão desses novos jogos sógnicos na paisagem através do novo *design* urbano, é uma forma de incentivar os projetos imobiliários privados. O tecido urbano, mescla de complexas significações, é ignorado, e são destacadas como imagem da cidade as áreas transformadas em espetáculo. A paisagem, então, entendida como imagem que circula valores, crenças, sentidos, é convertida em capital móvel para consumo e transformada em um novo valor de troca para a realização do capital.

Nessa perspectiva, as imagens da cidade são construídas seguindo um planejamento que visa a funcionalidade. Conforme Ferrara (1993), além do caráter prático de atuarem como ponto de referência para os habitantes, as imagens agem como referenciais emblemáticos (emblemas de ordem e de poder) que suportam e condicionam a apreensão da cidade enquanto comunicação. Dessa forma, a imagem da cidade preserva a estrutura de ordem que determina o que consumir, organizando-a como um cenário.

Barbosa (2006) percebe nas reconstituições das singularidades histórico-culturais a construção de um *remake*²¹ da paisagem. A recuperação da ‘memória histórica’ expressada em restaurações de fachadas de edifícios e casas, a implantação de corredores culturais e bairros estilizados demonstram aquilo que se denomina de “museificação estético mercantil”, cuja intenção primeira é servir mais à expansão da indústria do turismo do que consagrar as tradições populares.

²¹ *Remake*: é o nome dado a novas produções de filmes, telenovelas, seriados ou outras iniciativas do gênero ficção. É quando se produz novamente uma história já conhecida do público e que já tivera uma produção anterior (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Remake>). Segundo o Dicionário Michaelis, *remake* significa refazer (<http://michaelis.uol.com.br>). *Remake* de paisagem se refere a dar nova roupagem a uma paisagem existente.

Essa ponderação encontra respaldo na constatação de ações envolvendo reabilitações urbanas em locais com patrimônio histórico significativo, que mobilizam países do continente europeu. Essas ações têm, na rentabilidade econômica, o primeiro objetivo. Nessa perspectiva, o guia *“Interpretar el patrimoni – guia básica”* (DISPUTACIÓ BARCELONA, 2006), evidencia a preocupação dos gestores de Barcelona em desenvolver os pequenos municípios que não dispõem de recursos nem condições de prestar serviços adequados aos seus cidadãos, mas reúnem em seu território elementos patrimoniais relevantes. Eles percebem na difusão dos valores do patrimônio cultural um meio concreto de gerar emprego e renda. O envolvimento da comunidade local se dá em um primeiro momento, quando da definição da missão do patrimônio, em etapa que permite expor o valor e transmitir o conhecimento do patrimônio. Em outra etapa, são criados centros de interpretação do patrimônio, formados por um corpo técnico especializado cuja qualidade de serviços prestados é constantemente avaliada tendo em vista a satisfação do cliente, no caso, os turistas. Dessa forma, todas as ações de divulgação, apresentação do patrimônio através de diversos meios, como, por exemplo, a sinalização interpretativa, visa envolver o visitante num processo de troca mercantil: mediante pagamento, oferece-se “uma leitura que permita ver, explorar, situar, observar, analisar, compreender, sentir e rever. Trata-se, enfim de promover um conjunto de experiências que oferece ao público um significado e uma vivência” (DISPUTACIÓ BARCELONA, 2006, p.18. Tradução nossa)²². De acordo com esse guia, há interesse de financiadores da comunidade europeia na criação dos centros de interpretação, mas é fundamental a apresentação de projetos indicando a viabilidade econômica do empreendimento.

Em Goiânia, a utilização da paisagem histórica para o consumo ainda não está delineada. Houve, por ocasião do tombamento do Centro Histórico, ações de reabilitação com vistas à melhoria das condições de vida nessa região e adjacências. Esse fato sugere uma referência à conexão global/local, mas não podemos afirmar que a intenção primeira seja a de transformá-la em cidade global, considerando mais pertinente dizermos que se trata de destacá-la no contexto nacional. Essa afirmação é alicerçada na evidente relação de proximidade espacial, de datas de tombamento e conexão de efeitos entre o tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia e a nomeação da Cidade de Goiás como Patrimônio Histórico da Humanidade. O poder de atração de um monumento de repercussão global, no caso a cidade de Goiás, certamente trará benefícios econômicos à cidade de Goiânia, local de passagem

²² [...] una lectura que li permetrà: veure, explorar, situar, observar, analitzar, comprendre, sentir i reviure. Es tracta, en definitiva, de promoure un conjunt d'experiències que ofereixi al públic un significat i una vivència.

obrigatória para a cidade de Goiás. As ações de reabilitação empreendidas na cidade podem também traduzir a intenção de tornar o ambiente do Núcleo Pioneiro um local acolhedor para seus habitantes - até o presente momento, não há referência a financiadores internacionais envolvidos nesse processo, visto o interesse manifesto por parcerias com a iniciativa privada para viabilizar as ações pretendidas²³.

Diante dessa discussão sobre reabilitação de espaços urbanos e a presença de forças econômicas conduzindo o processo, fica no ar um questionamento: será possível conduzir ações de reabilitação urbana em que a atuação dessas forças econômicas seja direcionada para o desenvolvimento de uma aprendizagem urbana pelos indivíduos e a necessidade de retorno financeiro seja minimizada? Parece que a ação do capital está de tal modo imbricada nas pessoas, permeia de forma tão sutil suas ações, que, em qualquer circunstância, sempre é vislumbrada a possibilidade de lucro.

Diante desse quadro, Manso (2004, p. 64) considera que,

Um dos pontos mais graves nesse processo de evolução urbana de Goiânia é a falta de sedimentação da história e da cultura urbana que lhe é inerente. É preciso despertar consciências e transmitir a idéia de que o centro da cidade é para sempre e sempre será marcado por um claro processo de crescimento ou transformação. A urbanização deste importante espaço da cidade precisa incorporar o conceito urbano correspondente, e revalorizar a relação da cidade com seu ambiente e paisagem, reconverter o uso, assegurar a integração deste espaço no tecido da cidade e a participação na sua identidade, de forma a constituir uma nova centralidade na área metropolitana de Goiânia.

Duncan (2004), considerando a significação da paisagem, afirma que o esquecimento do passado cultural e a incapacidade de leitura dos artefatos remanescentes,

[...] ‘essa amnésia cultural’ que permite à paisagem agir como poderosa ferramenta ideológica. Tornando-se parte do dia-a-dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo. Sua história como uma construção social não é examinada. Logo ela é tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita (DUNCAN, 2004, p.111).

Assim, condizente com a proposta desta pesquisa em compreender a importância dada à patrimonialização na cidade contemporânea, objetivando verificar a contribuição do patrimônio enquanto agente da dinâmica de refuncionalização de espaços anteriormente desvalorizados, a leitura, o exame da paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia se evidencia como um caminho para compreender esse fenômeno contemporâneo.

²³ Ver Araújo (2004), capítulo 2.

2.2 Signos e significados.

A compreensão dos sentidos e significados presentes na relação do cidadão com os elementos constitutivos do espaço urbano passa pela discussão da cultura e pelo entendimento de que, na relação dos homens entre si e com o meio, ocorre o desenvolvimento da experiência, a produção da inteligibilidade e a elaboração do conhecimento pela mediação dos signos. Ou seja, pela percepção do mundo, o homem desenvolve um processo de elaboração de conhecimento, idéias e informações através de sua capacidade de síntese ou juízo perceptivo, na acepção de Pierce (2005). Entre a percepção e a síntese está implícita a interpretação cognoscitiva. É esse processo que gera a significação. Desse modo, no entender de Ferrara (1993, p.257), “[...] perceber o mundo supõe apreender o significado que as coisas têm ou podem ter (relação de significação) mais uma relação de comunicação que supõe uma aprendizagem coletiva na determinação de condutas que se transformarão em hábitos”.

Nesse sentido, retomamos Barthes (2001, p. 206) para quem, na relação dos homens com os objetos, estão implícitos significados. Ele enfatiza que significar “quer dizer que os objetos não veiculam somente informações, [...] mas constituem também sistemas estruturados de signos, isto é, essencialmente sistemas de diferenças, oposições e contrastes”. Por outro lado, como mediadores da ação do homem sobre a terra, os objetos têm, em primeiro lugar, uma função, um uso, e essa função torna-se muitas vezes o signo desse objeto. Todo objeto é sempre um signo que remete a um significado. Ele é, no mínimo, o significante de um significado, condição que o remete à sua materialidade, à concretude de sua existência. Os significados e informações emitidos pelo objeto ressaltam o seu caráter polissêmico, visto que ele permite diferentes leituras de acordo com o grau de cultura, do número de saberes e da psiquê do receptor ou leitor. Nesse aspecto,

[...] o sentido é sempre um fato de cultura, um produto da cultura; ora, em nossa sociedade, esse fato de cultura é continuamente naturalizado, transformado em natureza pela palavra, que nos faz acreditar numa situação puramente transitiva do objeto. Acreditamos estar num mundo prático de usos, de funções, de domesticação total do objeto, e na realidade estamos também, pelos objetos, num mundo do sentido, das razões, dos álibis: a função faz nascer o signo, mas esse signo é transformado no espetáculo de uma função (BARTHES, 2001, p. 218).

No caso dos objetos que compõem os patrimônios históricos e artísticos nacionais,

[...] pertencem enquanto signos, a sistemas de linguagem distintos: à arquitetura, às artes plásticas, à música, à etnografia, à arqueologia etc. Cada um desses sistemas tem, por sua vez, suas especificidades e seu modo próprio de funcionamento enquanto código. Além disso, esses bens cumprem funções diferenciadas na vida econômica e social (FONSECA, 2005, p. 41).

Os bens patrimoniais estão disseminados na vida cotidiana dos seres humanos e, no caso específico deste estudo, estão presentes nas cidades, compondo com outros elementos a paisagem urbana. Enquanto signos, expressam a mutabilidade do significado, como foi dito, remetem ao testemunho de uma função e condição da distribuição dos objetos em um determinado contexto.

2.3 Imagem e imaginário – a experiência e os sentidos do urbano.

A referência à paisagem urbana nos remete às ponderações já ditas de Cosgrove (1998), para quem a paisagem está ligada à idéia de percepção de formas visíveis e suas composições sobre a terra, à percepção de uma cena, de uma unidade visual, evidenciando a importância do olhar humano. Esse aspecto da percepção visual como registro sensível do exterior, das formas que compõem o espaço da cidade, conecta-se com a discussão estabelecida sobre os signos e permite a inserção da análise de uma das formas de apreensão da cidade e do urbano que acontece pela relação entre imagem e imaginário. Segundo Ferrara,

[...] a unidade imagem/imaginário é responsável pela geração do significado [...] a unidade imagem/ sentido [...] sugere que o sentido seja criado, apenas, pela materialidade visual da imagem podendo, dessa maneira, ser funcional ou utilitariamente induzido pela sua natureza formal. [...] em consequência, a imagem urbana [...] atenderia à utilidade de fixar poderes, valores ou ideologias, em outros termos induziria um modo de pensar e, sobretudo, de agir [...] (FERRARA, 2000, p. 117).

Por outro lado, o pragmatismo da imagem está ligado ao resgate da experiência urbana que possibilitaria uma aprendizagem decorrente da experiência cotidiana que supõe a compreensão do presente e do passado influenciando na elaboração de um juízo perceptivo, pautando as escolhas de ação. Dessa forma, o significado criado pela unidade imagem/ imaginário é a real percepção da experiência urbana, que acontece pelo uso do espaço. O significado da experiência é o uso que se manifesta na apropriação do espaço construído.

Imagem e imaginário são informações e significados produzidos na cidade enquanto espaço que abriga relações sociais. Resultam da capacidade de cognição do homem diante da realidade urbana, qualificam a cidade e a ela se referem enquanto espaço físico e como lugar. A imagem está relacionada a um único significado, corresponde a um dado concreto, codificado. Ao contrário, o imaginário é um processo que satisfaz a necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação de significados e pela capacidade de acumular imagens e associá-las a significados a partir de uma imagem concreta.

As imagens, enquanto signos icônicos, representam a cidade. A análise pelo viés da semiótica enquadra o objeto cidade em uma relação triádica e conduz a uma lógica em que a cidade determina um signo ao mesmo tempo em que é aquilo que o signo representa. Ferrara (1993, p. 247) infere que “as representações são signos de um objeto – cidade – e representam algo para alguém, o interpretante.” Nessa acepção, a cidade é entendida como um espaço de representação e expressa significados para os seus habitantes. Ainda segundo a autora (op. cit.), essa relação triádica faz a correlação entre o estudo lógico da linguagem e o estudo lógico das representações. Nesse sentido, estrutura a formação do imaginário por constituir uma forma de conhecimento da realidade que permite captar a informação a partir do modo como a cidade se manifesta concretamente no cotidiano urbano, indo além daquilo que é apreendido pelos sentidos e buscando o conteúdo intencional e significativo. Ou seja, supera a simples constatação das imagens e, através da experiência vivida no cotidiano, apoiada no repertório de informações do receptor, produz as representações do urbano.

Na definição de Pierce (2005), a imagem desenvolve uma relação de similaridade com o seu objeto e se refere à mera aparência. No caso da imagem urbana, deveria existir uma similaridade com o objeto cidade. Entretanto, a imagem corresponde a uma simulação em que a percepção visual não consegue abarcar o que está implícito no urbano. Na verdade, enquanto imagem institucional da cidade, expressa uma construção racional que estabelece uma ordem do que ver, pensar e como se orientar. Corresponde às intenções dos agentes públicos, privados e técnicos, expressando, portanto, autoritarismo e imposição. Deduz-se, pois:

Essa imagem codificada opera como uma norma, lei ou símbolo de como a cidade deve ser vista, atua como signo suporte da noção urbana que quer transmitir; na realidade, trata-se não só da imagem da cidade, mas de uma imagem cultural que utiliza a primeira como um suporte (FERRARA, 1993, p.252).

Essa condição desvela um conflito entre a imagem da cidade e a representação urbana, pois que a imagem, enquanto mera aparência, ou seja, imagem estática, codificada da cidade, se apresenta quase sempre diferente da realidade urbana portadora de contradições sociais, culturais, econômicas e espaciais. Portanto, enquanto linguagem, a imagem da cidade atua como signo representativo da aparência da cidade, um signo institucional que não obedece necessariamente ao caráter de similaridade. Inclusive, como já dito, pode não corresponder ao ambiente urbano que acolhe o cotidiano e o modo de vida dos habitantes; entretanto, trata-se de uma realidade possível de ser construída no plano material e ideológico.

Já o imaginário corresponde a um processo envolvendo a percepção, e, diferentemente da imagem, é determinado por um juízo perceptivo e pela recepção que, supondo a participação, tem na comunicação que desencadeia um aprender coletivo o desenvolvimento da experiência urbana. É essa experiência que, pela acumulação de imagens e associação de significados contidos no repertório cultural dos indivíduos, permite a comparação entre cidades – o conhecimento de outras realidades sugere elementos para a reflexão – e, com o estímulo da vivência urbana, desenvolve a informação. Portanto, o imaginário está vinculado ao estímulo visual, à percepção de características urbanas veiculadas pela imagem.

O imaginário surge da reflexão individual do habitante em que a cidade, enquanto cenário, sustenta sentimentos e emoções. Nesse âmbito, o ato de ver extrapola a mera constatação e incorpora a reflexão, o pensar, permitindo aflorar a informação urbana. Essa maneira de ver supera o hábito coletivo da imagem, provoca o estranhamento que compara a experiência urbana presente e a passada; resgata marcas, índices, signos; relaciona contextos e situações; permite, enfim, que a informação gerada por essa experiência possa transformar o conhecimento. Então, segundo Ferrara (2000), esse ‘ver’ complexo, sintonizado com o ambiente urbano, estimula o imaginário, produz discursos que, auxiliados pela memória, transformam-se em arquétipos culturais responsáveis pela interação do imaginário com a história da cidade para criar sua imagem. Daí, percebe-se a interdependência entre imagem/imaginário, porque a imagem, enquanto mera aparência, tende a se diluir no cotidiano pela imposição do hábito e necessita da atuação do imaginário na superação desse hábito para revelar a identidade dos lugares. Essas imagens geradoras e geradas pelo imaginário são signos, representações e mediações, expressam formas de o homem se relacionar com o espaço. Nessa perspectiva, elas permitem identificar as percepções ativadas pela cidade e os significados que, situados no plano abstrato correspondente ao urbano, são sugeridas à mente interpretante.

Nesse ponto, é interessante ressaltar, considerando o estudo de Lynch (1999), que a imagem alimentada pelo imaginário nem sempre corresponde à imagem institucional que marca a cidade e geralmente atua como referencial urbano. A imagem criada em reciprocidade com o imaginário é a que subsidia a apropriação da cidade pelo homem. Então, a apropriação se refere a espaços marcados pelo *ver* complexo, espaço qualificado, informado pela experiência manifestada no uso, espaço social.

As imagens de apropriação são geradas pela afetividade, não seguem parâmetros racionais e a ordem institucional não consegue explicá-las. A atividade de apropriação aciona a memória do habitante da cidade e compara experiências do presente e do passado, tendo como resultado a produção de informação e de aprendizagem que influem no comportamento. A apropriação é inerente ao homem, um ser caracterizado pela diversidade nas formas de se relacionar, de interagir com o meio em que vive, de sentir, de perceber, de interpretar. Nesse aspecto, a apropriação corresponde a ritmos e formas também diversos. Em consequência, o espaço da cidade é apropriado de forma heterogênea e fragmentada, e o espaço apropriado, qualificado, informado pela experiência, pela socialização, corresponde aos lugares da cidade. Para Ferrara (2000, p. 124), “a apropriação e a criação dos lugares da cidade é uma manifestação perceptiva entendida como forma de gerar informação acionada pelo reservatório de imagens contido em um repertório cultural ou em um imaginário”.

A discussão sobre imagem e imaginário demonstra a possibilidade de a imagem ser construída seguindo um sistema de ordem planejado, no caso, formatada e imposta. Como a relação entre imagem/imaginário baseia-se na reciprocidade de efeitos de um sobre o outro, então, na construção de uma imagem, o imaginário pode ser estimulado, desencadeando identificação e produção de significados.

No caso do Núcleo Pioneiro de Goiânia, alvo deste estudo, a imagem existente é pouco percebida, pois grande parcela da população da cidade estabelece com esse espaço uma relação dominada pelo hábito, sem a atuação de um juízo perceptivo que transforme a mera constatação em um ‘*ver*’, expressão de pensar, de refletir e produzir informação. A identificação do habitante da cidade com os elementos que compõem aquela paisagem só poderá ser reconhecida a partir da constituição de um imaginário estimulado pela imagem já estabelecida.

Nesse sentido, são percebidos esforços pela constituição da imagem de Goiânia vinculada ao estilo *Art Déco*, constituindo uma apropriação do tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico dessa região da cidade. Entretanto, a idéia de construção da imagem de Goiânia por meio desses elementos componentes da paisagem do Centro é antiga.

Na realidade, esse trabalho vem sendo construído ao longo do tempo, e sua trajetória pode ser percebida em referências à preservação do centro da cidade presentes nas intenções e programas do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992 e em ações como: o Projeto Goiânia 21: Operação Centro²⁴; o plano elaborado por uma equipe de profissionais espanhóis (FRANCO et al., 2000) denominado: Reformulación Urbanística del Núcleo Fundacional de Goiânia – un Centro para la metrópolis²⁵, ambos elaborados na gestão municipal 1997 – 2000; o já citado Projeto Cara Limpa; e as ações empreendidas na gestão municipal no período de 2001 a 2004 e que estão sendo continuadas, embora em outro ritmo e segundo as novas prioridades da atual gestão. Porém, de acordo com Oliveira (informação verbal)²⁶, “as ações empreendidas muitas das quais sem continuidade, não conseguiram alimentar essa imagem de maneira clara, porque não existem ações e conseqüências. [...] essa imagem não existe, ela não foi formatada ainda”.

Dessa forma, a constituição da imagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia é uma possibilidade que se esboça por um caminho traçado pela construção racional, imagem formatada pelas intenções dos agentes públicos, privados e técnicos, estabelecendo uma ordem do que ver e pensar. Isso encontra as considerações de Ferrara (1993) para quem a imagem codificada age como um símbolo, uma norma, um signo suporte da noção urbana que se quer transmitir.

Entretanto, permeia essa idéia a possibilidade de também se concretizar, no plano material e ideológico, uma realidade alicerçada na constituição de juízos perceptivos que encaminhe o habitante para uma ação crítica que resulte em aprendizagem urbana. A viabilização dessa possibilidade se respalda na condução de uma política cultural voltada para o desenvolvimento do ser humano. Para tanto, coerente com o pensamento de Certeau (2001), a compreensão da cultura deve extrapolar a noção de valores a serem defendidos e idéias que devem ser promovidas e assumir a conotação de trabalho que abarque toda a sociedade e

²⁴ Conjunto de propostas e intervenções com o objetivo de interromper o processo de deterioração do Centro e reinseri-lo como pólo dinâmico e de atendimento à população da cidade de Goiânia. A intenção desse projeto é promover: a) um Centro mais acessível; b) o direito de ir e vir do pedestre; c) um Centro belo e de todos; d) o Centro área dinâmica da cidade. As ações e intervenções englobam a reabilitação física da área central, aspectos culturais, econômicos e fiscais, bem como estímulos à participação da iniciativa privada (PROJETO GOIÂNIA 21: OPERAÇÃO CENTRO, 1997?).

²⁵ De acordo com os autores “el objeto del presente encargo es la elaboración de una serie de estudios de carácter, orientados a la creación de una base sobre la qual estructurar el proceso de revitalización urbana del centro” [...]. Pretende “en primer lugar, sentar las bases de una organización física que de estructura y orden general a la ciudad y su territorio y que se traducen, por un lado, en una serie de consideraciones sobre la estructura metropolitana y la periferia [...] en segundo lugar, fijar y definir los proyectos clave, que deberán ejercer de ‘motores’ del cambio y de la dinamización del centro [...] y por ultimo, orientar sobre los mecanismos estratégicos y de gestión para su realización. (FRANCO et. al., 2000, s/p.)

²⁶ Comunicação realizada por ocasião do exame de qualificação desse estudo nas dependências do IESA/ UFG, em Goiânia, em setembro de 2007.

permita a constituição de críticos juízos perceptivos, responsáveis pelo comportamento coletivo.

Nesse aspecto, os bens patrimoniais remetem a uma política cultural de preservação. Eles representam uma escolha e, nesse caso, expressam valores de uma classe de intelectuais. Apesar dos avanços alcançados no amadurecimento das questões relativas à patrimonialização, no caso da cidade de Goiânia, reiteramos o que já foi dito a esse respeito, transparece a repetição de uma postura representativa de um grupo social sem a participação da sociedade na escolha dos bens que foram tombados, expressando uma imposição totalitária e afirmando valores de uma parcela do meio intelectual.

Fonseca (2005) esclarece que somente a proteção à integridade física dos bens patrimoniais não é suficiente para manter uma política pública de preservação. Para ela, é necessário que a população tenha acesso a significações e valores que justificam a preservação para que seja possível a leitura desses bens enquanto bens patrimoniais. Choay (2001, p.231) afirma que a experiência estética, bem como a do patrimônio histórico arquitetônico, são o resultado de um percurso iniciático que pressupõe “o diálogo em presença da obra, [...] que supõe uma linguagem comum e as mesmas referências”. Ferrara (1993) entende que um código é um sistema estruturado de signos, no caso deste estudo, os signos patrimoniais. Um sistema sóico codificado e com alta densidade informacional minimiza a ação de interpretação e apreensão de significados. Portanto, o acesso da população a um determinado universo cultural amplia o repertório de informação e viabiliza o processo de interpretação. O aspecto da recepção desses bens pela população é pouco abordado, porém de grande importância, porque o interlocutor deve ter condições de compreender os códigos utilizados.

No nosso país, a realidade não favorece a apreensão de conteúdos vinculados ao patrimônio: há uma grande diversidade cultural, a escola não cumpre o papel de formar cidadãos com uma base cultural comum e o consumo de bens culturais é restrito. Uma política de preservação deve considerar essa realidade, já que os valores culturais vinculados ao patrimônio, e que se baseiam em noções de arte e história, não fazem sentido para grande parcela da população. As propostas de democratização do patrimônio geralmente enfocam o seu processo de construção, apontando para o caráter elitista do processo de seleção e sua utilização como instrumento ideológico, e não priorizam o aspecto da democratização da apropriação simbólica desses bens.

Essa ponderação ressalta a necessidade de políticas culturais abrangendo a dimensão cultural em todas as áreas da vida humana, isto é, na educação, saúde, transportes,

nas artes, história etc., para que a apropriação dos significados contidos nos bens culturais não se reduza à apreensão de significações produzidas por agentes estatais. O processo de recepção é complexo e Fonseca (2005) acredita na importância de uma política cultural com uma abordagem que considere essa complexidade, evidenciando os usos e a apropriação diferenciada dos mesmos bens pelos grupos sociais. Uma política cultural fundamentada nessas diferenças

[...] vai evidenciar os limites que se interpõem a essa apropriação, e que decorrem da dificuldade de acesso, para os grupos sociais culturalmente desfavorecidos (entendida aqui cultura como as informações e experiências veiculadas primordialmente pela educação formal), ao consumo e aos códigos de leitura dos bens patrimoniais (FONSECA, 2005, p. 45).

Essa argumentação encontra a discussão já estabelecida sobre a formação do imaginário que é fundamentado nos meandros do indivíduo, mesclado a sentimentos, memória, experiências e informações urbanas. Depreende-se que o acesso aos códigos que estruturam o patrimônio é essencial, pois se trata de informações que constituirão o repertório cultural dos habitantes, permitem a criação de juízos perceptivos críticos, enriquecem a aprendizagem urbana, qualificam os espaços e favorecem a apropriação. Esse conjunto de fatores irá desvelar ao habitante a imagem existente, uma vez que esse processo de inferência provoca a superação do hábito presente no cotidiano e pode revelar uma cidade antes invisível ao olhar.

Essa discussão nos situa diante da complexidade que envolve a produção de significados e expõe a amplitude de possibilidades que uma postura democrática de política cultural pode propiciar aos habitantes da cidade. Esse caminho se contrapõe àquele que enfoca a cultura e os bens culturais como mercadorias e que se apropria do patrimônio como forma de realização das relações produtivistas do capital.

2.4 A comunicação midiática e a produção dos significados.

Um componente importante na produção de significados nas sociedades contemporâneas é representado pela comunicação midiática. A mídia veicula uma cultura que ajuda a constituir a vida cotidiana, está presente nos momentos de lazer e acaba por influir na

formação de opiniões e comportamentos sociais. As informações veiculadas fornecem os materiais que contribuem para os indivíduos forjarem sua identidade. Assim como a relação imagem/ imaginário, a comunicação midiática, pelo seu teor informativo, constitui-se uma forma de apreensão da cidade e do urbano. A cidade se apresenta como um local onde é crescente a influência dos veículos de comunicação, onde a mídia está presente em todos os aspectos da vida, produzindo discursos socialmente situados e impregnados das marcas e da carga intencional inevitável dos seus produtores.

Pelo viés da produção de sentidos, a mídia informa, comunica, fornecendo os dados que serão sintetizados por um trabalho mental do indivíduo. Esse universo envolve a comunicação apreendida, por um lado, como produção e transferência de conhecimento sobre o mundo e, de outro, pela ação, fator de constituição do mundo, ou seja, de construção da realidade social.

Dentre os numerosos modos de comunicação, a linguagem é uma modalidade que, de acordo com Pereira (2003), é entendida como produção de sentido, âmbito em que o sujeito se constitui. Kress et al (2006, p.374) percebem que a linguagem, como meio de representação e comunicação, “só existe em suas realizações; mas, desde o momento em que se realiza – seja na forma oral seja na forma escrita -, é algo material, substancial, e esta substância é necessariamente multimodal” ²⁷ (Tradução nossa). Eles se referem aos modos específicos de representação dos textos, isto é, o visual, o sonoro, o gestual etc. Por um outro viés, Mcquail (2003) afirma que a leitura de textos envolve a extração de sentido e essa leitura está presente em um amplo espectro de itens codificados, incluindo mercadorias, vestuário, linguagens e práticas sociais estruturadas. Também engloba os produtos midiáticos veiculados pela televisão, livros, canções, filmes etc. Deste modo, a leitura realizada sobre essa ampla variedade de itens (textos, linguagens) se refere a aspectos da atividade humana, às suas práticas sociais, à cultura entendida como processo contínuo que produz sentidos de nossa experiência social.

No processo da linguagem, a língua, enquanto exercício do sujeito, é subjetividade, corresponde à realidade mental que ganha efetividade no ato de enunciação, ou seja, na fala. Dessa forma, a linguagem representa o ‘real’, a objetivação da subjetividade. A atividade de enunciação supõe uma relação triádica que envolve a presença de um ‘eu’ e um ‘outro’ numa certa relação com o ‘mundo’. Essa relação é uma característica fundamental da comunicação, o caráter dialógico que condiciona o discurso. Para Bakhtin (1992), essa

²⁷ [...] sólo existe en sus realizaciones; pero, desde el momento en que se lo realiza – ya sea en la forma oral o en la forma escrita -, es algo material, sustancial, y en esta sustancia es necessariamente multimodal.

composição ocorre pela interação de discursos em que o ‘eu’ e o ‘outro’ são condicionados e constituídos por um terceiro discurso. O sujeito se exprime revelando um conteúdo interior, que é produto da inter-relação social. No entendimento desse autor, a atividade mental do sujeito é comparável à expressão exterior e constitui, portanto, um território social. Nessa perspectiva, para Condor et al (2006), a linguagem é essencial para a construção da vida social. Acreditam que a realidade social surge por meio do intercâmbio entre os falantes em uma sociedade.

Pereira (2003, p. 25, 26) infere que, no plano da linguagem, é “o dialogismo a própria produção de sentido que se dá na relação entre um ‘eu’ e um ‘tu’, ou entre um ‘eu’ e um ‘outro’ num determinado (con)texto de interação”. Numa interface entre essa afirmação e a discussão apresentada sobre a imagem e o imaginário, em que o significado corresponde à real percepção da experiência urbana apreendida no uso do espaço enquanto espaço social e socializado, ou seja, na relação que acontece entre um ‘eu’ e um ‘outro’ em um espaço (contexto), no âmbito da linguagem, o dialogismo expressa a relação entre pessoas (tanto face a face quanto mediatizadas por algum recurso, por exemplo, os textos escritos); e expressa socialização, troca de experiência e informação. É no diálogo, pelo uso de informações mescladas com o repertório cultural do indivíduo que surge do seu interior, a síntese, o conteúdo a se exprimir. Direcionando o olhar para a cidade, o dialogismo se constitui numa forma de se adquirirem conhecimentos que poderão resultar no fortalecimento da experiência urbana. No caso deste estudo, que pretende analisar as reportagens sobre o tema patrimônio veiculadas em jornais da cidade, entende-se que se trata de uma forma de comunicação, uma linguagem que estabelece um diálogo, dissemina informações que irão contribuir para a construção de conhecimentos e para a elaboração das representações sociais dos habitantes.

A linguagem enquanto objetivação da subjetividade traz, portanto, implícita a presença de um indivíduo situado espacial e temporalmente, isto é, condicionado pela história, sujeito que elabora discursos de conteúdos coerentes com seu contexto e com a carga de conhecimentos adquiridos. Dessa forma, expressa representações de um tempo e de um espaço socializado em que situa o seu discurso em relação aos discursos do ‘outro’, o ‘outro’, nesse caso representando quem está na relação dialógica, o destinatário da fala e também os outros discursos historicamente constituídos. Logo, produz significados a partir de outros significados.

O discurso é uma forma de mediação entre o homem e a realidade material, é representação. Porém não se trata de representar o conteúdo real enquanto similaridade total, mas, considerando que, para o homem, a realidade só existe quando dotada de sentido,

conseqüentemente, um real afetado pelo simbólico. Para Pereira (2003, p. 26), “o sujeito é ele próprio produto de um contexto histórico e se constitui a partir de formações discursivas específicas nas quais ele atua configurando o mundo e constituindo a si mesmo”. Portanto, não existe um discurso homogêneo, ele é um processo, uma prática simbólica, envolve uma relação entre a língua e ideologia.

Analisar o discurso como prática simbólica implica a atuação de produção e recepção de sentidos, em que o ato de produzir é sempre precedido por um ato de recepção em uma relação de reciprocidade e reconstrução. É perceber que, no discurso, na formulação de sentidos, a ideologia está presente em toda mediação que liga a palavra à coisa. Considerando essas ponderações, infere-se que a heterogeneidade, as interferências mútuas entre discursos e a carga de intencionalidade contida em cada sujeito enunciador são uma característica constante.

Nesse domínio, nota-se a intensa ação da mídia interferindo na atividade discursiva, tendo em vista as inúmeras interações estabelecidas com vários campos da vida social. Por esse viés, a cultura veiculada pela mídia através de produtos da indústria cultural²⁸ – rádio, televisão, jornais, revistas - fornece material informativo com os quais as pessoas moldam a sua visão de mundo e os valores mais profundos. Para Kellner (2001, p. 9), esse material contém “os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos [...] cria identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova cultura global”.

Esse autor, referindo-se à cultura em relação à comunicação/mídia, adota uma posição distinta dos discursos e teorias que percebem as formas lingüísticas como únicas constituintes da cultura e da subjetividade. Pondera que os estudos culturais críticos analisam a cultura percebendo-a imbricada em um contexto sócio-histórico, em que as suas origens e efeitos materiais têm um peso relevante na constituição das relações de dominação e resistência. Sob esse prisma, a sociedade é um sistema de dominação em que as instituições tradicionais, como a família, a escola, a igreja, o Estado e a mídia, influem sobre os indivíduos, estabelecendo ordem e controle. Essas ponderações são importantes para embasar as reflexões que serão desenvolvidas, demonstrando a ação da cultura da mídia na formação dos indivíduos e de suas identidades.

²⁸ Expressão criada pelos proponentes da Escola de Frankfurt “para indicar o processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos comerciais que impeliam o sistema. [...] os produtos da indústria cultural apresentavam as mesmas características dos outros produtos fabricados em massa: transformação em mercadoria, padronização e massificação”. (KELLNER, 2001, p.44)

Retomando a discussão do primeiro capítulo, a cultura está imbricada em todos os aspectos do ser humano, resulta da simbiose de necessidades ditadas pelo meio e as respostas dadas pelo ser humano, que geram valores, crenças, atitudes comunicadas através de signos, estabelecendo uma linguagem comum. É um contínuo processo de construção, desconstrução e reconstrução, elaborado ao longo do tempo, implicando as relações sociais, econômicas, políticas e a própria materialidade das coisas inscritas no espaço. Para Mcquail (2003), reconhece-se a cultura nas pessoas, nas coisas (texto e artefatos) e nas práticas humanas (comportamentos socialmente padronizados).

Por outro lado, é interessante conectar o entendimento de cultura com a expressão cultura da mídia. Num primeiro momento, verifica-se que cultura e comunicação são interligadas, e talvez a comunicação seja o maior atributo da cultura. Não se pode distinguir, impor limites entre ambas, pois, para ser disseminada, para se desenvolver, sobreviver e se tornar um produto social, a cultura serve de mediadora da comunicação e é por esta mediada. Isso ilustra o entendimento da cultura como um processo em que são formuladas atitudes, crenças e valores comunicados através de signos, estabelecendo uma linguagem comum. Pressupõe-se, portanto, que, nesse processo, está implícita alguma forma de comunicação. Nessa perspectiva, o desenvolvimento material e tecnológico possibilitou o surgimento de formas mais aperfeiçoadas e rápidas de comunicação, que acabaram por interferir no homem, na sociedade e na formulação discursiva.

A expressão cultura da mídia se refere à cultura enquanto forma e natureza das produções da indústria cultural e ressalta o seu caráter análogo às outras produções industriais, em que está implícita a existência de um circuito de produção, distribuição e consumo. Essa cultura geralmente tem uma forma global, apesar de se apresentar com uma feição local expressada na língua adotada no país. A cultura da mídia domina o cotidiano das pessoas, ela é transmitida pelos programas de rádio, de televisão, pelos jornais e revistas, pelas produções de cinema e de música, enfim,

A expressão “cultura da mídia” também tem a vantagem de dizer que a nossa é uma cultura da mídia, que a mídia colonizou a cultura, que ela constitui o principal veículo de distribuição e disseminação da cultura, que os meios de comunicação de massa suplantaram os modos anteriores de cultura como o livro ou a palavra falada, que vivemos num mundo no qual a mídia domina o lazer e a cultura. Ela é, portanto, a forma dominante e o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas (KELLNER, 2001, p. 54. Grifo do autor).

Macquail (2003) acredita que a mídia também exprime ambigüidades, pois tanto serve para reprimir quanto para libertar, promover a união ou fragmentar a sociedade. Pode

servir para incentivar mudanças ou para manter estruturas já estabelecidas. Percebe a mídia como instituição fornecedora de informação que contribui para a formação de significados. Nesse aspecto, ela produz e distribui conhecimentos.

A informação, as imagens e idéias disponibilizadas situam as pessoas, desenvolvendo a consciência de um passado comum, do papel desempenhado em relação à sociedade, de sua localização no mundo e fornece informações que orientam as ações futuras. Essa é uma instituição, que se interpõe de forma crescente como mediadora entre os homens e as experiências do mundo e tende a ultrapassar influências anteriores da escola, dos pais, da religião, dentre outras instituições tradicionais.

Portanto, a comunicação midiática desempenha um papel importante na relação do homem com a cidade. Ela fornece informações que alcançam um grande número de receptores e pode, dessa forma, servir de instrumento para o que Ferrara (1993) denomina de aprender coletivamente com a experiência coletiva, pautado numa relação comunicativa que parte da interação entre sujeitos. Utilizando os recursos que o desenvolvimento tecnológico permite (imagens, sons, a linguagem escrita), a mídia pode ampliar o conhecimento da cidade, possibilitando a conexão de informações do presente e do passado, situando os indivíduos no seu contexto. No caso da patrimonialização do Núcleo Pioneiro de Goiânia, as informações atuais sobre a cidade, aliadas ao resgate de informações passadas, permitem a comparação entre o presente e o passado, fornecendo elementos para a reflexão. Esse pensar, adicionado ao estímulo visual que resgata os índices, as marcas da cidade, enriquece a experiência urbana, gera o conhecimento e permite o aflorar do imaginário pautado sobre a imagem existente.

Por um outro viés, as diversas formas de cultura veiculadas pela mídia podem agir, de acordo com Kellner (2001, p. 11), induzindo “os indivíduos a se identificar com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes”. Ressalta-se que o conceito de ideologia ultrapassa sua concepção inicial, em que era vista como conjuntos de idéias que promovem os interesses econômicos da classe capitalista, conceito reduzido e voltado somente para aspectos econômicos e para as idéias de dominação de classe. De acordo com o autor (op. cit., p. 79), o conceito de ideologia se amplia e “passa a incorporar teorias, idéias, textos e representações que legitimem interesses de forças dominantes em termos de sexo e raça, bem como de classe”. Dessa forma, o conceito de ideologia é multicultural e expressa um consenso entre muitos críticos da cultura. Nessa perspectiva, a sociedade retrata, como dito acima, lutas heterogêneas, que refletem os anseios de grupos sociais pelo seu controle, são importantes porque expressam o embate entre grupos

dominantes e dominados e entre setores de classe, movimentos que são perceptíveis em textos e telas da cultura da mídia.

A ideologia atua envolvendo os indivíduos, mobilizando sentimentos, afeições e crenças. Esse envolvimento não é imposto pela força, mas é uma influência cultural deliberada dirigida de forma a induzir anuência a certos pressupostos nucleares dominantes acerca da vida social, úteis para atingir determinados propósitos de dominação. Esses pressupostos nucleares são o denominado “senso comum”, estão implícitos, por exemplo, no valor do individualismo, da família, da nação, do trabalho etc. e são mobilizados pelos grupos sociais de acordo com os seus interesses. Não raro, essa mobilização acontece de forma contraditória, utilizando conceitos inerentes a outros grupos ou correntes teóricas, subvertendo o sentido e inflectindo-os de acordo com seus programas e finalidades ideológicas. Nesse panorama, a cultura veiculada pela mídia contribui para o estabelecimento de formas hegemônicas representativas de determinados grupos sociais e projetos políticos. A sua forma de atuar resulta na produção de representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, naturalizando concepções ideológicas na tentativa de conformar o pensamento dos indivíduos. Para Mcquail (2003), a mídia não define a realidade por si própria, mas dá acesso preferencial aos que detêm o poder.

Nesse sentido, nota-se, na questão do tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia, como dito anteriormente, a imposição de um ideal representativo de determinado grupo social, com ausência do envolvimento das demais parcelas da sociedade. Percebe-se também, naquele momento, a convergência de interesses políticos para essa questão, o que resultou na sua divulgação pela mídia, de forma incipiente. Transparece, preliminarmente, que os meios de comunicação não se apropriaram da informação de forma a produzir representações que mobilizassem os sentimentos e emoções da população e resultassem no reconhecimento do patrimônio. Assim, a ação de tombamento, enquanto vontade política, não expressou um pensamento hegemônico capaz de mobilizar todo o potencial midiático para o fortalecimento da imagem da cidade e a constituição de um imaginário pautado no tema patrimônio.

Retomando a discussão estabelecida sobre ideologia, infere-se que sua análise requer uma visão ampla das formas como ela se manifesta na cultura da mídia. Segundo Kellner (2001), um grande número de teorias acerca da ideologia se ocupa em analisá-la somente em termos de linguagem e de teoria do discurso e não entende que sua ação extrapola o nível textual e da linguagem e abarca as imagens, os símbolos, os mitos e as narrativas enquanto instrumentos ideológicos veiculados por essa cultura. Para o autor, uma análise da ideologia que contemple esse conjunto de fatores consegue mostrar como as imagens, as

figuras, as narrativas e formas simbólicas fazem parte das representações ideológicas de sexo, sexualidade, raça e classe. Desse modo, acreditamos que se possa ampliar o espectro de abrangência dessa influência para abarcar outros conteúdos implícitos nas relações sociais, no cotidiano dos indivíduos que partilham o espaço das cidades.

Esse processo não é incisivo, mas sutil e prazeroso, pois acontece pela via do entretenimento e pelo consumo. Ele utiliza recursos visuais e sonoros de forma espetacular, para envolver o público, tecendo condições que viabilizem a identificação com certas opiniões, atitudes, sentimentos e emoções. Numa cultura em que as imagens veiculadas pelos meios de comunicação têm uma ascendência cada vez maior, as representações contidas em seus discursos contribuem na formação da visão de mundo dos indivíduos. Portanto, mídia e consumo atuam em conjunto com o propósito de impor uma determinada ordem na sociedade, ordem que direcione o que pensar e como comportar de acordo com as crenças, as instituições, os valores e as práticas vigentes.

Para Marshall (2003, p. 29), o contexto cultural e social marcado pela pós-modernidade favorece a vinculação entre consumo e cultura. A cultura é híbrida, universal, contraditória e formatada para ser ferramenta da civilização capitalista: é “uma cultura feita com os valores e antivalores do capital”. Contamina os processos de comunicação e informação caracterizados principalmente pela mediação à distancia, evolução tecnológica, linguagem audiovisual, pela universalização e pela estetização. Ela constrói o senso da realidade e cria uma nova estética baseada em signos. Segundo Mcquail (2003, p. 116), essa estética cultural característica do período pós-moderno “envolve a rejeição da tradição e a procura pela novidade, pela invenção, pelo prazer momentâneo, nostalgia, divertimento, pastiche e inconsistência”. Nesse ambiente, a oposição ao capitalismo decresce e o comércio passa a ser visto como resposta aos desejos do consumidor e impulsionador de mudanças na moda, estilo e nos produtos. A informação é tratada como mercadoria e as empresas jornalísticas são estruturadas em unidades de produção e processamento capitalistas, submetidas à lógica do mercado.

Conseqüentemente, a cultura é moldada dentro de parâmetros definidos pela indústria cultural, segue a lógica da produção capitalista e organiza-se no modelo de produção de massa. É uma forma de cultura comercial que dá origem a produtos mercadoria que visam a maximização de lucros. Marshall (2003, p. 30) enfatiza que esses produtos indicam ser produzidos e vendidos sob as máximas de um *marketing* pós-moderno “[...] que condiciona a supra-engrenagem da sociedade de consumo pelo *marketing* da estética que industrializa e comercializa os gostos, os valores, os sentidos e as consciências dos próprios consumidores”.

Para realizar a lógica do capital, essa cultura necessita envolver uma grande audiência. Com esse intuito, apresenta produtos que refletem assuntos e preocupações atuais e dados da vida social contemporânea. Sob esse ângulo, Mcquail (2003) ressalta que grande parte dos conteúdos veiculados pela cultura da mídia são populares e garantem o sucesso comercial. Porém esse popular não se refere ao que é produzido pelo povo e segundo seus interesses, mas refere-se a uma lógica em que os produtos culturais devem satisfazer os desejos dos clientes ao mesmo tempo que os interesses dos seus produtores mais preocupados com os lucros do que com o enriquecimento da vida cultural dos indivíduos. Expressa a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso: os produtos culturais na forma de imagens, idéias e símbolos são produzidos e vendidos no mercado midiático como mercadorias.

Diante desse quadro de valorização da cultura pelo viés do consumo, o processo de estetização das cidades característico da contemporaneidade coloca-a como mais uma mercadoria a ser vendida pelos meios de comunicação. A cidade passa a ser vista como um potencial a ser explorado para a realização do capital, transformando-se num espetáculo mercantil. Uma das formas empregadas é a valorização de sítios com patrimônio relevante, visando a fruição turística. Nessa condição, o espaço urbano ou o monumento individual é transformado em produto de consumo cultural ou serve como cenário para o consumo de outras mercadorias, ou ainda, de acordo com Choay (2001, p. 224), “[...] pode ser destinado a fins econômicos que se beneficiam de seu status histórico e patrimonial”. A indústria patrimonial mobiliza uma parte crescente do orçamento em alguns países, o que explica o interesse do poder público em criar, formatar e divulgar uma imagem da cidade tendo a mídia como parceira, que institui o que Barbosa (2006) e Ferrara (2000) entendem por uma ordem urbana que direciona o que ver e como ver, estabelecendo uma hierarquia no espaço da cidade. Na cidade de Goiânia, percebe-se que a atuação conjunta da instituição governamental e mídia pode vir a ser o canal que poderá fortalecer a imagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia e estimular a criação de um imaginário na população. Essa possibilidade, como já dito, pode ser encaminhada tanto para o desenvolvimento cultural do indivíduo, auxiliando-o na formação de juízos perceptivos, quanto induzir à recepção de ideologias hegemônicas a esse respeito.

Percebe-se, pela discussão, que, no processo de comunicação, está implícita a emissão (enunciação) e a recepção de mensagens. A análise pela perspectiva da recepção das mensagens midiáticas permite a localização da atribuição e construção do sentido. Hall (1980, apud MCQUAIL, 2003) representa os textos da mídia como localizados entre os seus produtores, que definem de certa forma os sentidos dos textos, e a audiência, que decodifica o

sentido de acordo com a sua habilidade e conhecimentos. Toda mensagem midiática sofre transformações no caminho que percorre entre a sua origem e a sua recepção, de sorte que a ideologia enviada não é a mesma ideologia recebida. Hall (1980, op. cit.) extrapola o pressuposto semiótico de que o texto codificado contém o sentido em si mesmo, por entender que, subjacente ao texto, existem intenções e construções ideológicas. Sugere que os comunicadores codificam as mensagens considerando interesses institucionais ou ideológicos e manipulam a linguagem e a mídia. Por outro lado, os receptores não são obrigados a receber a mensagem de forma passiva, podem resistir aos seus conteúdos ideológicos opondo-lhe uma outra leitura de acordo com a sua experiência, demonstrando que a decodificação pode se encaminhar para a construção de sentidos diferentes do pretendido.

Portanto, um público ativo pode, frequentemente, produzir seus próprios significados e usos para os produtos da indústria cultural. Kress et al (2006), analisando a produção de textos escritos do ponto de vista semiótico, afirmam que o ato de escrever e de ler são produtores de signos: escrever é gerar signos exteriores visíveis e comunicáveis, ler é produzir signos interiores, isto é, perceptíveis interiormente, mas não comunicáveis. Tanto a leitura quanto o ato de escrever refletem uma ação transformadora, porém podem ser limitadas pelos meios disponíveis para a produção de signos e sofrer as restrições impostas pela limitação do repertório cultural dos indivíduos na reformulação semiótica ativa dos sistemas de signos presentes em seu contexto. Para os autores, indivíduos com potencialidades limitadas de comunicação em relação aos que o rodeiam têm restringidas as oportunidades de participação na vida política, social e cultural, e estão mais suscetíveis à imposição de significações formuladas por aqueles que exercem o domínio sobre a sociedade e, nessa condição, os que dominam continuarão modelando os recursos representativos da comunidade e os meios de produção de significações.

Essa afirmação ratifica a ponderação de Fonseca (2005) sobre a importância da recepção, ressaltando a amplitude desse aspecto da comunicação. No caso em questão, a recepção se refere aos bens patrimoniais, mas pode-se inferir que um indivíduo informado, possuidor de um amplo espectro de conhecimentos, irá formular juízos perceptivos sobre qualquer tipo de informação, situando-se de forma ativa em todos os aspectos que envolvem a vida em sociedade.

Essa discussão envolvendo a mídia e seus processos inerentes situa-se atualmente em um contexto marcado pela pós-modernidade, e, em consequência, os produtos midiáticos são o resultado dos condicionantes desse tempo e veiculam uma cultura que retrata essas características. Marshall (2003, p. 41) descreve essa época como um território antiteleológico,

ou seja, em que não há preocupação com as finalidades das ações, em correlacionar os fatos e suas causas, resultando em “um profundo vazio epistemológico, ético e estético”. A pós-modernidade é caracterizada pela liberdade da ética do mercado, que age sem constrangimentos, e toma conta de uma sociedade desencantada, desorganizada e fragilizada. Esse momento permite também o fortalecimento do consumo de bens culturais. Por esse enfoque, o consumo do patrimônio histórico alcança proporções cada vez maiores e está ligado a mudanças profundas do relacionamento do ser humano com o tempo do mundo. Segundo Choay (2001), a dinâmica da sociedade é marcada por um desenraizamento em relação ao tempo e ao espaço possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, notadamente pelos meios de telecomunicação e o transporte ultra-rápido. Vive-se sob a lógica da conexão baseada em redes (de infra-estruturas técnicas, associadas às redes de telecomunicações) e abandonam-se as lógicas tradicionais de articulação do espaço local. Esses condicionantes do tempo atual têm conseqüências no espaço da cidade e nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

Maldonato (2001, p. 113) considera que este é o momento do culto da velocidade e da ilusão da simultaneidade, da afirmação do contingente e do instantâneo, por um lado, a expectativa de diversidade do futuro, das transformações que ele implicará; “por outro, o avanço, a mudança contínua, as revoluções dos ritmos temporais da experiência, a inserção dessa experiência num movimento acelerado de mudanças com intervalos cada vez mais breves e limitados”. Ante os condicionantes do tempo atual, Huyssen (2000, p.28) percebe na sociedade a necessidade de construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento e encontra na musealização e na memória respostas para combater a ansiedade provocada pela “velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço”.

Essa condição do tempo atual favorece o fenômeno da patrimonialização que, dada a dimensão que atingiu, torna usual a referência à indústria patrimonial. Nesse âmbito, a atuação da mídia encontra mais um produto a ser comercializado, que Huyssen (2000, p.25) identifica e afirma corresponder a um desejo de privilegiar o passado favorecendo o surgimento de um mercado da memória:

[...] este algo, eu sugeriria, é uma lenta mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global. [...] a força da rememoração [...] é o deslocamento de um medo do futuro nas nossas preocupações com a memória e, por mais dúbia que hoje nos pareça a afirmação de que somos capazes de aprender com a história, a cultura da memória

preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas.

Jeudy (2005, p.15) afirma: “o ‘dever de memória’ que hoje nos é imposto instaura um estado culpabilizante estimulado pela necessidade moral da rememoração. Não temos mais a liberdade de esquecer, pois isto seria um crime. ‘Esquecer é ocultar [...]’”. Assim, a mídia tem papel essencial: possibilita à memória ficar cada vez mais disponível, isso desde a imprensa e a televisão até os CD-roms e a Internet. A quantidade de informação disponível hoje, conforme Huyssen (2000), gera, conseqüentemente, “um excesso de memória nessa cultura saturada de mídia”, cria o temor do esquecimento em função da premente possibilidade de implosão pela sobrecarga do sistema de memórias. Hoje, “não se pode discutir a memória sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as suas formas”, sem perceber a sua inserção no processo de mercadorização e espetacularização em curso. (HUYSEN, 2000, p.20-21)

Pela discussão desenvolvida, nota-se que, ao informar, a mídia expõe a carga intencional de seus produtores e/ou de outros agentes, disseminando ou reforçando ideologias. No processo de recepção, as informações são selecionadas, manipuladas, discutidas pelos indivíduos, passando a constituir as opiniões, o senso comum. Esse campo é permeado pela idéia de representações da mesma forma que a discussão sobre imagem e imaginário. Ambos são elementos constituintes das representações sociais e constituem caminhos que poderão desvelar as significações do Núcleo Pioneiro de Goiânia para seus habitantes.

2.5 Percepção e expressão do mundo vivido - as representações sociais

A cidade concretiza, no plano material, as relações de uma economia de mercado e de uma sociedade complexa dividida em classes, acolhe a diferença, é o local onde os homens tecem relações cotidianas imersos entre objetos, pessoas e acontecimentos. Depreende-se que não estão isolados, mas partilhando com os outros essa experiência que produz o conhecimento. Essa partilha de experiências não é harmoniosa, pressupõe convergências de ideais e conflitos que resultam em dados que orientam a compreensão e administração do mundo. Segundo Jodelet (2001), criamos representações para nos ajustar ao

mundo a nossa volta, e isso requer o domínio físico e intelectual, identificar e resolver os problemas que se apresentam, saber o comportamento a ser adotado frente às informações que afluem constantemente.

Sperber (2001), com um olhar antropológico, esclarece que as representações podem ser mentais ou públicas. A representação mental existe no interior de um indivíduo: são as lembranças, as hipóteses, as intenções, ou seja, refere-se ao mundo íntimo de uma pessoa. As representações são públicas quando comunicadas, existem no meio ambiente do sujeito e traduzem a presença de um produtor e de um usuário. Uma representação mental tem como usuário e produtor uma mesma pessoa; já a representação pública tem vários usuários, por exemplo um discurso ou um texto. Considerando um grupo social, cada membro é portador de milhões de representações mentais que constituem o saber do indivíduo. Destas, somente uma pequena proporção é comunicada. Quando isso acontece, leva o seu usuário a produzir uma representação pública. Essa discussão corrobora a análise de Kress et al (2006) sobre o ato de escrever e de ler, na acepção das representações: escrever corresponde à produção de representações públicas e a leitura é fator preponderante na formulação de representações mentais. As representações comunicadas, repetidas vezes de forma a se distribuírem por todos, constituindo uma versão mental que habita de modo duradouro o grupo social, são representações culturais. Entretanto, esse termo não traduz uma concepção unificada nem expressa uma problemática ou terminologia comuns. Ao lado dele, “ele próprio tornado mais preciso, de modo diverso com o uso dos adjetivos coletiva, social, simbólica ou cultural, encontram-se, em empregos próximos, signo, significação, símbolo ou saber” (SPERBER, 2001, p.92).

Abric (2001, p. 156) entende por representação o produto e processo de uma atividade mental na qual o indivíduo ou grupo reconstitui o real com o qual é confrontado e ao qual atribui uma significação específica. A consideração das representações é uma abordagem que enfatiza a dimensão cognitiva e simbólica e se centra na noção de significação.

As representações sociais estão presentes nos discursos, são veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, objetivam-se no mundo, sendo perceptíveis em organizações materiais e espaciais. Referem-se a um modo específico de compreender e comunicar o que se sabe. Jodelet (op. cit., p. 22) as caracteriza como uma

[...] forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada do conhecimento científico.

Para a autora, as representações sociais orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais, intervêm nos processos de assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, bem como, enquanto fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos.

Jodelet (op. cit, p. 22) esclarece que as representações sociais “são produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade”. Com esse entendimento, Condor et al (2006) elucidam a importância do contexto na formulação dos pensamentos por parte dos sujeitos, inferindo que os pensamentos são validados mediante critérios sociais do processamento da informação e não por critérios abstratos. Na formação das representações, pode haver a influência das instâncias institucionais, das redes de comunicação informais ou da mídia.

Almeida (2003) afirma que as representações são estabelecidas sobre a aparência dos objetos e não sobre os objetos em si. Por se tratar de um saber de senso comum, as representações retratam teorias espontâneas, “versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações” (JODELET, 2001, p. 21). De acordo com Moscovici (2001), todas as interações humanas pressupõem representações, que não são estáticas e são ao mesmo tempo construídas e adquiridas. Criam-se e transmitem-se idéias e imagens que não são próprias de cada indivíduo, mas produto progressivamente elaborado em diferentes lugares. Em nossa sociedade, equivalem e têm o caráter de substituir mitos, lendas e outras formas mentais tradicionais, mas mantêm, de certa forma, seus traços e poderes.

O estudo das representações pautado na realidade expressa um dado sobre o real e pode informar sobre o movimento de uma sociedade. Para Campos (2006), a aproximação do conceito de representações sociais na abordagem geográfica é possível ao se utilizar o conceito de espaço de representação formulado por Lefébvre (1974). Nesse caso, são considerados três níveis de análise relacionados ao espaço: o espaço percebido ou espaço das práticas sociais, que corresponde à materialização física das formas espaciais construídas, pressupondo uma reunião de usos e funcionalidades distintas; o espaço concebido ou a representação do espaço pelas instituições, onde ocorrem as representações mentais de espaço produzidas pelo saber e pelas relações de poder, que, expressam símbolos e imagens que definem a vida pragmática, como aquela concebida pelos planejadores, urbanistas e tecnocratas; e o espaço vivido, o espaço de representação no qual percebe-se a possibilidade de o ser humano se auto-representar a fim de buscar seu prazer e autenticidade. Explicitando

essa definição, Trindade Júnior (2005) relaciona o espaço vivido com as várias práticas cotidianas repletas de significados, emoções, signos recobertos de códigos, expressão da dimensão do “irracional”. Já o espaço de representação na leitura de Gil Filho (2003), articulado ao espaço da prática social ou espaço percebido, contextualiza o sujeito, visto que considera o espaço visível simbólico que tem como qualidade projetar o ser no mundo. Sob essa perspectiva, recordamos Ferrara (1993) que, ao considerar a relação triádica tendo como objeto a cidade, conclui que ela é um espaço de representação, infere que as representações são signos de um objeto, no caso a cidade, e representam algo para alguém, o interpretante.

Ao analisarmos o espaço/paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, podemos perceber esses três níveis, de forma mais explícita: o espaço das práticas sociais relacionado às formas visíveis se refere à cidade enquanto elemento concreto e, em específico a este estudo, ao espaço do Núcleo Pioneiro; a representação do espaço enquanto expressão da concepção de políticos, planejadores, urbanistas e outros agentes pode ser percebida pela ação do tombamento, que denota o poder e o saber; e o espaço vivido ou espaço de representação é evidenciado a partir dos discursos que desvendam as representações sobre o patrimônio edificado enquanto paisagem e lugar/espaço vivido, parafraseando Almeida (2003, p. 72). De acordo com essa autora,

[...] os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e os sentimentos de pertencimento; sentimentos que correspondem às práticas e às aspirações, estando estas relações codificadas por signos que lhes dão sentido. [...] todos os territórios vividos ou pensados o são através de categorias que refletem situações da experiência relacional de vida (ALMEIDA, 2003, p. 73).

Nesse aspecto, Gomes (2003) salienta que, na perspectiva do espaço vivido, a relevância recai sobre a singularidade e a individualidade dos espaços, e objetiva fornecer um quadro interpretativo das realidades vividas nesse plano. Essa perspectiva corresponde a um mergulho no universo de significações, o que implica reconhecer a importância do aporte da psicologia expressada nas representações sociais. De acordo com esse autor, importa analisar aquilo que o espírito manifesta, pois todo comportamento tem uma significação. Porém, a manifestação de um sentido expresso em palavras, gestos, sonhos, expressões físicas não correspondem necessariamente a uma consciência explícita de seu sentido inerente, porque se trata de fenômenos ligados a um universo simbólico interior não regido pela racionalidade. O viés humanista na geografia demonstra que, concomitante às características físicas, objetivas das categorias paisagem, região e lugares, permeia uma rede simbólica complexa estruturada por valores, representações, imagens espaciais. Essa rede, para ser apreendida, necessita de

um trabalho de interpretação que decifre os códigos desse universo simbólico e que estão implícitos no comportamento e na linguagem. Trata-se de “resgatar o sentido a partir daquilo que circula entre a esfera da ação e a da representação, projetado sobre o espaço” (GOMES, 2003, p. 323).

A discussão estabelecida até aqui coloca a cidade como um espaço de confluência de diversas forças que atuam influenciando sobre a sociedade, moldando paisagens, impondo ritmos e normas, contexto que abarca elementos físicos e abstratos, fornece elementos e informações que, aliados ao repertório de conhecimentos de cada indivíduo, determinam a linguagem e os discursos. A cidade se mostra pela imagem e pelo imaginário e os produtos midiáticos podem revelar conteúdos similares ou contrários a essa perspectiva. São maneiras de transmissão de informações, desvelam conteúdos ideológicos, expressam sentimentos e emoções. Expõem as características do tempo atual que desvelam uma sociedade marcada pela cultura midiática aliada ao consumo, em que os bens patrimoniais despontam como mais um elemento cooptado pelo mercado. Ante a patrimonialização do Núcleo Pioneiro de Goiânia, a discussão realizada demonstra a pertinência da proposta de análise do conteúdo das matérias jornalísticas enfocando o tema, e dos discursos dos habitantes da cidade revelados em entrevistas, com o intuito de conhecer, através das representações, os significados sobre o patrimônio e a patrimonialização desse espaço da cidade.

3. NÚCLEO PIONEIRO DE GOIÂNIA: UM PATRIMÔNIO INTELIGÍVEL?

As discussões que precederam este capítulo apresentaram um panorama teórico de diferentes visões e perspectivas sobre a cidade, das relações que acontecem em seu espaço conformando as paisagens e as práticas sociais. O aporte teórico de diferentes disciplinas contribuiu na elaboração de um conteúdo que possibilita questionamentos, análises, comparações e encaminham para uma leitura coerente dos significados do patrimônio para os habitantes da cidade de Goiânia.

O patrimônio, procuramos evidenciar, tem se destacado de forma crescente no âmbito das cidades contemporâneas. Ele desvela aspectos e preocupações que são produzidas pelo ritmo de vida moderno, como o papel da memória e das identidades. Hoje, as sociedades se vêem confrontadas por imposições oriundas do mercado e pelos efeitos do desenvolvimento tecnológico. As cidades se adaptam a essas imposições conformando os seus espaços para a realização rápida do capital e, nesse ritmo, prevalecem a obsolescência de produtos e de lugares, a velocidade, a modificação da noção de tempo e espaço e a perda de vínculos afetivos que desestabilizam identidades. Nesse contexto, para o qual o futuro está cada vez mais próximo, o patrimônio agrega, além dos valores que tradicionalmente marcaram sua existência, o atributo de permanência e suporte de memórias. Porém, ele também é cooptado pelo mercado. Tradicionalmente, determinados patrimônios já exerciam um grande poder de atração que motivava o turismo. Em muitas comunidades, já desempenhavam o papel de sustentáculo econômico e era elemento de peso na receita de vários países com potencialidades turísticas. Entretanto, hoje, esse viés assume proporções tais que Choay (2001) questiona sua necessidade de culto, que resulta numa expansão cronológica e tipológica de bens patrimoniais, aproximando cada vez mais o passado ao tempo presente.

Diante desse quadro, o acervo urbanístico e arquitetônico tombado de Goiânia corresponde a uma produção do século XX que, em função do crescimento da cidade sob as imposições do mercado, encontra essas medidas de proteção como recurso para a permanência, documento de um tempo, de valores e da forma de produção do espaço urbano. Uma cidade jovem com objetos fixos representativos da arquitetura moderna. Um patrimônio com uma linguagem diferente do que tradicionalmente é mostrado como bem patrimonial.

Bens patrimoniais isolados e edificações características desse período, encobertos por letreiros, caracterizam a área central, mas não conseguem constituir uma paisagem distinta. Em Goiânia, existe um processo de patrimonialização elaborado sem a participação e envolvimento preliminar da sociedade. Ações descontínuas voltadas para a apropriação que, somados aos elementos paisagísticos marcam o contexto da paisagem patrimonial do Núcleo Pioneiro de Goiânia.

Assim, coerente com a proposta inicial deste estudo, foi-se a campo com o intuito de encontrar, nos jornais e junto aos moradores da cidade, informações que conduzissem à apreensão dos significados desse patrimônio para a população da cidade. Este terceiro capítulo corresponde, portanto, ao empírico, à realidade representada pelos indivíduos quanto às representações públicas e ao que constitui o seu universo íntimo – as representações mentais. Pretende-se que o somatório dos dados levantados, acrescido do referencial teórico desenvolvido, possibilite responder à questão proposta pela pesquisa: afinal, o Núcleo Pioneiro de Goiânia é um patrimônio inteligível?

3.1 O patrimônio pelo viés da imprensa

O campo da mídia, conforme Pereira Júnior (2006), é comparável à praça pública: a televisão, os rádios e os jornais conformam um espaço público midiaticizado, que contribui para a construção do real ou de uma pseudo-realidade construída sobre imagens e textos. Para Mcquail (2003, p. 341), “o jornal é considerado o arquétipo e o protótipo de todos os meios de comunicação de massas modernos e as notícias são o seu ingrediente central (embora longe de ser o único)”. O jornalismo pode ser um importante mediador na constituição de um sentido comum. É um produto midiático que divulga informações através de suas notícias e torna públicos os temas que conduzem as discussões dos indivíduos.

Sob esse enfoque, o jornalismo é um campo que permite compreender como a realidade é construída, considerando que a mídia e seus conteúdos ampliam o contato com o mundo, abrangem desde o espaço local até global. Ainda segundo Mcquail (2003, p. 114), os jornais “transportam mensagens remotas tanto geográfica quanto culturalmente [...]”, constituindo dispositivos de aproximação entre a audiência e os fatos. Desse modo,

considerando essas ponderações e a proposta inicial do estudo de verificar como o processo de patrimonialização é percebido pela mídia impressa, foi realizada a pesquisa em jornais de circulação local para verificar as reportagens que retratavam aspectos do tema dentro do período compreendido na delimitação temporal do trabalho: 2003 a 2007.

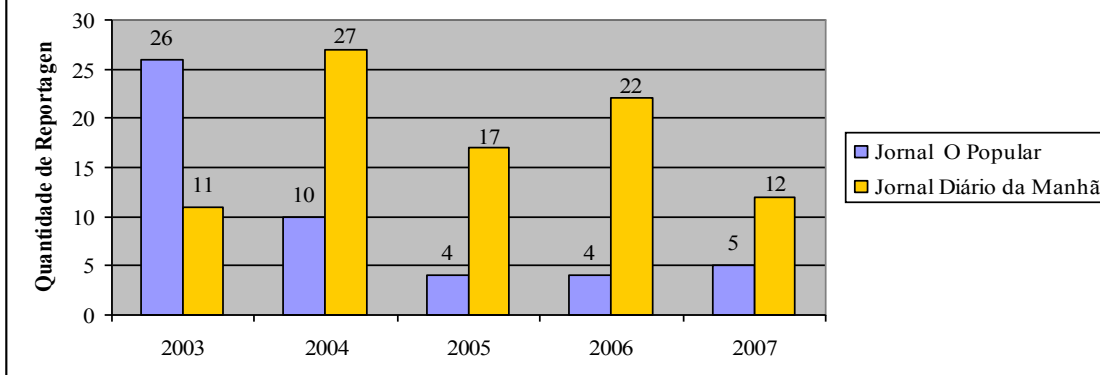
Tem-se em mente que tais matérias são representações públicas e correspondem à exteriorização de representações mentais disponibilizadas pela escrita e pela imagem a um número indefinido de indivíduos. Constituem informações que, assimiladas pelo morador da cidade, compõem seu repertório cultural e desempenham também papel relevante na percepção e nas representações sociais. Por esse prisma, inferem-se a possibilidade de exercerem influência sobre os discursos formulados pelos entrevistados.

A pesquisa foi realizada no Jornal **O Popular** e no Jornal **Diário da Manhã** e consistiu na busca eletrônica de dados, nas dependências de ambas as instituições, dentro do período compreendido entre o ano do tombamento oficial – 2003 até o ano de 2007, totalizando cinco anos. Na Organização Jaime Câmara (OJC), foi consultado o Departamento de Engenharia de Sistemas – Sistema de Pesquisa CEDOC. A pesquisa inicial foi realizada lançando no sistema a palavra-chave “patrimônio histórico”, de que resultou uma quantidade pequena de reportagens. Isso conduziu ao lançamento de outras palavras-chave relacionadas, a saber: “Centro”, “*Art Déco*”, “revitalização” e “Avenida Goiás”. Essa busca resultou em 62 matérias dentro do período de tempo definido. Como esse Centro de Documentação também cataloga material de outras instituições, do total das 62 reportagens, doze reportagens foram produções do **Diário da Manhã** e uma (1) da **Folha de São Paulo**. Portanto, as matérias de iniciativa do Jornal **O Popular** totalizaram 49 reportagens.

No jornal **Diário da Manhã**, a pesquisa foi realizada também no Centro de Documentação – CEDOC. O procedimento adotado foi a mesma busca eletrônica no site www.dm.com.br/old, com o lançamento no sistema da palavra-chave “patrimônio histórico”. A busca apresentou 567 resultados dos quais foram selecionadas 65 reportagens afins, que, acrescidas ao material colhido no jornal **O Popular**, totalizaram 77 matérias. Ressalte-se que, no **Diário da Manhã**, o acervo digital abrangia somente reportagens a partir do ano de 2003 até junho de 2007.

A Figura 25 demonstra a quantidade de reportagens com enfoque sobre o tema patrimônio e o Centro de Goiânia publicadas nos dois jornais ao longo do período de cinco anos. Percebe-se em 2003, ano do tombamento oficial do Centro de Goiânia pela União, que o jornal **O Popular** apresentou o maior número de reportagens. O **Diário da Manhã** só aumentou o seu interesse após o tombamento, isto é, de acordo com a Figura 25, no ano de 2004.

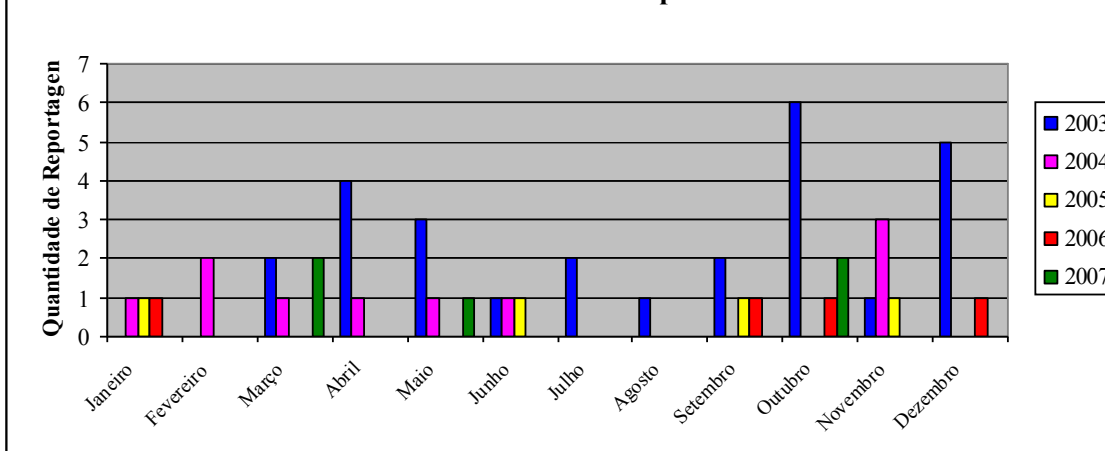
Fig. 25. Gráfico. Quantidade de reportagens que enfocam o Patrimônio e o Centro de Goiânia - 2003-2007.



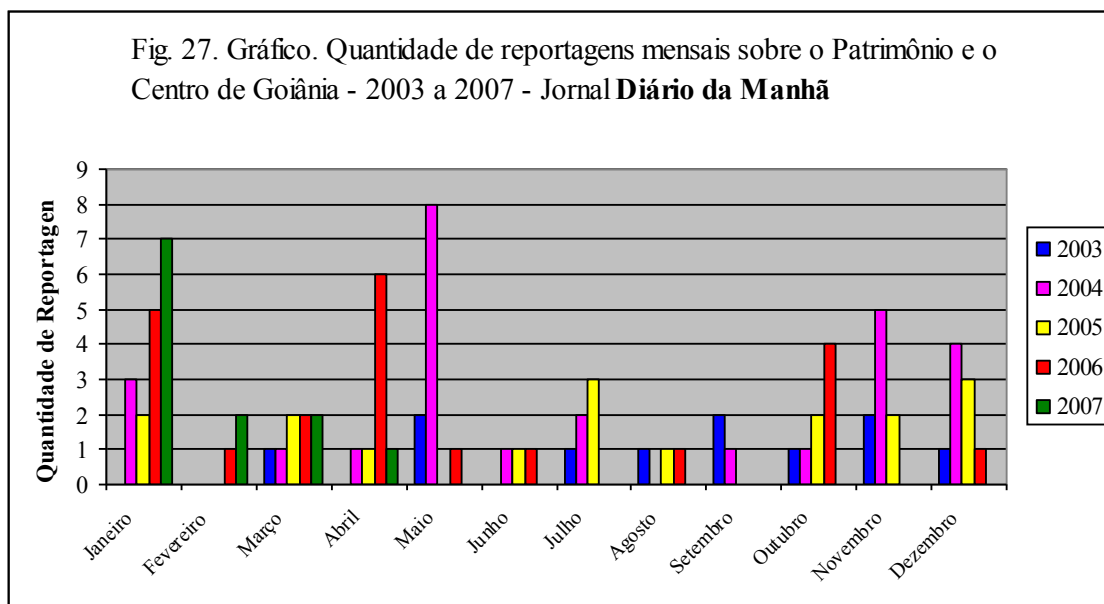
Fonte: Jornal **O Popular** e Jornal **Diário da Manhã**. Organizado por Márcia Araújo com base em reportagens de 2003-2007.

A partir do evento, nota-se um decréscimo na quantidade de reportagens. Porém, comparando-se os dois jornais, é visível, que o interesse sobre o patrimônio foi mantido pelo jornal **Diário da Manhã**. Constata-se, na análise das Figuras 26 e 27, que demonstram a distribuição das matérias, que não houve um critério ou uma programação para a sua divulgação. Há piques de publicação relacionados a acontecimentos concretos ligados ao tema patrimônio e ao Centro, mas não existem conexões com datas específicas, como o aniversário da cidade, o dia em que foi oficializado o tombamento, ou algo que denote uma intenção mais pontual com a reportagem exceção feita ao ano de 2003, pelo jornal **O Popular**, e ao ano de 2006, pelo jornal **Diário da Manhã**, que publicaram reportagens por ocasião do aniversário da cidade.

Fig. 26. Gráfico. Quantidade de reportagens mensais sobre o Patrimônio e o Centro de Goiânia - 2003 a 2007 - Jornal O Popular.



Fonte: Jornal **O Popular**. Organizado por Márcia Araújo - reportagens do jornal no período de 2003-2007.



Fonte: Jornal **Diário da Manhã**. Organizado por Márcia Araújo - reportagens do jornal no período de 2003-2007.

Para a análise das matérias jornalísticas, adotou-se o critério da compatibilização dos conteúdos tratados nas reportagens, a teoria desenvolvida no referencial teórico e a disposição cronológica por ano. Nesse sentido, a leitura das matérias revelou a possibilidade de aglutinar reportagens afins pelo parâmetro do enfoque geográfico. Considerou-se então os níveis de produção do espaço definidos por Lefebvre (1974), espaço concebido e espaço percebido, como parâmetros aglutinadores das matérias, por expressarem as relações dos conteúdos das reportagens com o espaço/ paisagem da cidade. As discussões estão estruturadas nos tópicos que se seguem: a produção jornalística e o espaço concebido; notícias do espaço percebido; eventos culturais e divulgação do patrimônio.

3.1.1 A produção jornalística e o espaço concebido.

A análise das informações veiculadas pelos dois jornais evidenciou que, na maioria das reportagens sobre o patrimônio da cidade, há o predomínio da opinião de técnicos e especialistas que representam as instituições detentoras do poder e do saber. Eles retratam as intenções formuladas pelas instâncias institucionais e da iniciativa privada, são representações

mentais tornadas públicas que desvelam a pretensão de formatar a vida dos habitantes, de inserir novos símbolos e imagens da cidade, e são informações que permitem captar o nível de produção do espaço concebido.

Entende-se o espaço concebido como manifestação do saber e do poder. As representações mentais produzidas nas instituições e organizações privadas expressam formulações de agentes especialistas e técnicos com visão dirigida para determinados aspectos da cidade e da sociedade. As intenções elaboradas nesse nível manifestam-se em leis e projetos que, como já dito, incidem diretamente sobre o espaço físico e objetivam formatar a vida dos moradores da cidade ao determinar uma ordem a ser seguida (FERRARA, 1993; BARBOSA, 2006). Seguem-se, então, as reportagens veiculadas pelos jornais pesquisados que informam sobre essas elaborações mentais.

É oportuno relembrar que o ato de tombamento da cidade foi pouco divulgado e passou despercebido pela maioria da população. Somente o jornal **Diário da Manhã** do dia 25 de novembro de 2003 registra breve notícia sob o título “Prédios tombados em Goiânia”. Relata a publicação, no Diário Oficial da União, do tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiânia, fato ocorrido no dia 24 de novembro daquele ano. Em nota, o professor Wolney Unes, autor do livro **Identidade Art Déco de Goiânia**, afirma que “é o primeiro conjunto art déco do país que recebe essa distinção. Hoje, é pouco o que existe de tombamento federal de coisas do século 20. Conjuntos urbanos, só os de Brasília e de Belo Horizonte. E agora o de Goiânia”. Essa breve nota e, nos dias que se seguiram, a ausência de citação a esse fato não condizem com a relevância dessa distinção ou, parafraseando Fonseca (2005), dessa atribuição de valor ao conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade atribuído por especialistas e que o coloca como patrimônio da nação. A ausência de ênfase sobre o acontecimento contradiz a análise de Hall (1973, *apud* MACQUAIL, 2003, p. 343) sobre o que produz a visibilidade da notícia. Conforme o autor, existem três regras básicas que tornam as notícias visíveis “para o público ou para os produtores de notícias: (1) a sua ligação a um acontecimento ou ocorrência (componente da ação); (2) quão recente é; (3) a sua noticiabilidade ou ligação a alguma coisa ou pessoa importante”. Por esse critério, a oficialização do tombamento pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil seria um acontecimento singular que apresentaria todos os requisitos e a relevância necessários para a sua divulgação. No entanto, tudo depende do olhar de quem seleciona o que é uma informação noticiosa. Mcquail (2003, p. 325) considera critério para analisar a qualidade das notícias a relevância dos fatos apresentados. Esse critério é complexo e se baseia na

[...] noção de que a informação noticiosa apenas é relevante se for útil e interessante (e vice-versa), mas há noções e critérios concorrenciais sobre o que conta como relevante. Um critério é o que a teoria diz sobre o que as notícias devem ser. Outro é o que os jornalistas profissionais decidem ser mais relevante, e um terceiro o que uma audiência acha que é realmente interessante e útil.

Conforme esse autor, para a teoria a relevância diz respeito ao que é realmente significativo numa perspectiva histórica e em longo prazo, bem como ao que de alguma forma contribui para a prática social. Mas quando fala dos jornalistas, assinala um outro ponto de vista, resultado de um estudo com profissionais americanos, para os quais a relevância considera, em primeiro lugar, aspectos ligados a “coisas que afetam a vida das pessoas, em segundo lugar [...] coisas que são interessantes ou raras e, em terceiro, [...] fatos atuais ou relacionados com acontecimentos locais ou de larga escala”. Ocorre, portanto, com frequência, um descompasso entre o que a teoria e os profissionais consideram relevante e o que é percebido como tal por grande parte da audiência (consumidores da notícia). No caso do nosso estudo, transparece que os dois jornais pesquisados decidiram não destacar a notícia, por não perceberem, no fato do tombamento do Centro Histórico de Goiânia, denominado Núcleo Pioneiro de Goiânia, uma informação relevante para a população da cidade.

Ao final de 2003, uma matéria publicada no dia 03 de dezembro pelo jornal **O Popular** informa que a Câmara de Vereadores, tendo em vista o recente tombamento, apreciara projeto que propunha emenda à Lei Orgânica do Município para a “criação de dotação orçamentária específica para a preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico em estilo *Art Déco* da capital”. Logo após, notícias dos dias 04 e 05 de dezembro falam sobre uma mesa redonda promovida pela Organização Jaime Câmara, em que “foram discutidos temas relacionados ao Centro, como a preservação do patrimônio em *Art Déco*, a mudança da Feira Hippie e as alternativas para recuperar a Avenida Anhanguera”. A matéria do dia 5 de dezembro, intitulada “Como dar vida ao Centro?” expõe que

[...] a parceria entre poder público, comunidade e empresariado será determinante para o futuro do processo. [...] as idéias apresentadas [...] caminharam no sentido de renovação da vida do bairro, como as propostas de criação de meios para atrair moradores, turistas e investimentos para a região.

Sobre a existência de turismo na cidade, foi enfatizado o potencial da região como centro de eventos e a necessidade de criação de alternativas para fruição. Foram apontadas idéias para atrair o habitante da cidade e os turistas, destacando a expansão do comércio e das atividades de lazer, com investimentos em restaurantes, teatros e cinemas, e melhoria da segurança e obras de adequação física envolvendo todo o Centro.

Ficou clara a intenção de aproveitar o momento do tombamento dos bens em estilo *Art Déco* e a condição de patrimônio nacional da cidade como forma de ativar as atividades econômicas e de transformar Goiânia em ponto turístico. Um dos participantes da mesa redonda afirmou que, “longe de querer projetos prontos e acabados, temos de identificar nossas peculiaridades”. Essa afirmativa exemplifica a discussão de Jacques sobre a patrimonialização na cidade contemporânea. Nas políticas e projetos urbanos existe a intenção de forjar uma imagem singular de cidade baseada em atributos culturais que lhe confirmem características peculiares e a individualize no contexto geral das cidades. Para essa autora,

A promoção e a venda dessa imagem de cidade correspondem à venda da própria cidade como uma mercadoria. [...] Esses particularismos geram slogans que marca[ria]m um lugar singular no competitivo mercado internacional, onde cidades do mundo todo disputam turistas e investimentos estrangeiros. (JACQUES, 2003, p. 33)

O discurso veiculado demonstra a intenção de apropriação de símbolos e imagens da cidade e de construção de uma nova imagem pautada nos valores inerentes à patrimonialização. Lança na arena pública a representação da cidade como um lugar para consumo de signos e de fruição turística. De acordo com Kellner (2001), a mídia tem grande influência na formulação da visão de mundo dos indivíduos. Dessa forma, idéias ou representações de grupos com interesses em alguns aspectos da cidade podem impor uma determinada ordem na sociedade, que direciona o que pensar e como se comportar por meio da naturalização de conceitos acordes com seus interesses.

Consoante o que foi discutido sobre a intenção de criar uma imagem atraente para o mercado, o jornal **O Popular** finaliza o ano de 2003 com matéria publicada no dia 16 de dezembro intitulada: “Prédios do Centro de cara limpa”. Nessa reportagem, são entrevistados dois especialistas que informam sobre as propostas do Projeto Cara Limpa de recuperação das fachadas de prédios em estilo *Art Déco* da Avenida Goiás.

O ano de 2004 apresenta três reportagens do jornal **O Popular** e uma do **Diário da Manhã** que enfocam o resgate das fachadas originais e reapresentam o Projeto Cara Limpa. Uma das reportagens informa a previsão de três audiências públicas programadas para debate junto à sociedade. Conforme a outra, no Centro existem significativos edifícios de grande valor arquitetônico e histórico ocultos pelos letreiros de propaganda comercial. O objetivo principal do projeto seria deixar à mostra as fachadas desses edifícios, definir a altura máxima para os empreendimentos futuros, reformular as calçadas e, no caso de lotes subutilizados, incentivar a ocupação com habitações, comércio qualificado e atividades de

lazer. Havia a intenção inicial de implantar esse Projeto Cara Limpa na Avenida Goiás, posteriormente abrangendo todo o Núcleo Pioneiro tombado pelo IPHAN. Para efetivá-lo, a Prefeitura beneficiaria os proprietários dos edifícios com incentivos fiscais. Segundo a coordenadora do GECENTRO ao tempo, Maria Eliana Jubé, “a comunidade vai poder [poderia] entrar com sua contrapartida, contribuindo para a execução do projeto”. O Projeto trazia implícitas intenções que remetem às discussões de Barbosa (2006) sobre a reconstituição de singularidades histórico-culturais. Para o autor, já vimos, as propostas de reabilitação urbana pautadas na recomposição de fachadas de prédios e casas e na organização de corredores culturais, correspondem a um processo de museificação estético mercantil. Esse processo visa, sobretudo, satisfazer exigências da indústria do turismo e não ultrapassa o papel de *remake* de paisagens. Retrata o novo sentido dado às cidades, em que a função habitar é substituída pela de exibir e os espaços são tratados como ambientes visuais para a circulação de imagens e consumo.

No final do ano de 2004, com a mudança da gestão municipal e posse de novo prefeito, o jornal **O Popular** do dia 03 de janeiro de 2005 anuncia a incorporação da Associação Centro Vivo ao GECENTRO – Grupo Executivo de Revitalização do Centro de Goiânia, responsável pela reabilitação do Centro da cidade. De acordo com a matéria, também seriam incorporadas ao grupo, entidades ligadas ao comércio, indústria, universidades e organizações não-governamentais. A intenção era dar continuidade aos trabalhos de reabilitação iniciados e, para isso, de acordo com a coordenadora do GECENTRO, Maria Eliana Jubé, havia sido incorporada a Associação Centro Vivo, que congregava entidades fortes com interesse na implantação dos projetos de recuperação da região germinal da cidade. Essa ação demonstra a articulação de instituições ligadas ao poder e ao saber diante da mudança de direção do poder público municipal. Detentoras de voz ativa no processo de reabilitação do Centro, esse novo contexto trazia para essas organizações a possibilidade de limitar ou paralisar o processo, que materializava, no espaço da cidade, as representações de uma parcela da população.

O jornal **Diário da Manhã** do dia 07 de fevereiro de 2005, em pequena nota sob o título “Continuidade”, informa que a Associação Centro Vivo “reafirma[va] a necessidade de dar continuidade à revitalização do bairro”. Esse assunto retornaria às páginas desse jornal em 20 de outubro de 2005, na reportagem, “Patrimônio pede atenção”, na qual moradores e especialistas manifestavam o desejo da retomada do processo de reabilitação iniciado. Esse projeto, no entanto, não estava na lista de prioridades da atual gestão da cidade, uma vez que a reportagem relata que pouco havia sido feito de concreto no ano de 2005. A Secretaria de

Planejamento Municipal informa que outras ações palpáveis estariam sendo programadas para o ano de 2006. A mesma matéria comunica a extinção do GECENTRO, significando a exclusão de doze entidades representativas da sociedade civil dos debates e ações de reabilitação do Centro. Os depoimentos de moradores ressaltavam os benefícios das ações empreendidas na Avenida Goiás, dentre elas, a valorização monetária de imóveis localizados nas suas imediações. Especialistas e a ACIEG (Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás) retomam antigas reivindicações e propostas como a efetivação do Projeto Cara Limpa e os incentivos fiscais para investimentos dos proprietários nas reformas de seus imóveis. O ex-secretário do planejamento, Sr. Henrique Labaig, sugere a criação de espaços de lazer, incentivo à implantação de residências e de comércio com o objetivo de ocupar o Centro com atividades familiares. Tais atividades poderiam estabelecer uma relação de proximidade com a vizinhança e o sentimento de apropriação que resultaria no cuidado com o lugar. A arquiteta Anamaria Diniz, autora do Projeto Cara Limpa, ressalta que, além da obra física, era necessário o envolvimento da população local. Ao final da reportagem, foram listados os projetos elaborados que não haviam sido continuados, como a reordenação do tráfego no Centro, o plano de incentivos fiscais para comerciantes e as intervenções arquitetônicas (recuperação de fachadas).

A discussão sobre o Projeto Cara Limpa retorna ao jornal **O Popular** em 28 de novembro de 2005. A notícia informa que o projeto havia sido aprovado pelo Ministério da Cultura através da Lei Rouanet de Incentivos Culturais, com isenção tributária de 100% de abatimento para empresas que investissem na recuperação da estrutura urbana e arquitetônica da Avenida Goiás. Informa que a Prefeitura de Goiânia firmara parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP) - Instituto Centro Brasileiro de Cultura. Dirigida pelo Professor Wolney Unes, essa entidade estaria autorizada pelo Ministério da Cultura a captar R\$ 4.770.835,13 a serem investidos na execução da obra. Essa nova parceria reafirmava a exclusão do GECENTRO do processo de reabilitação do Centro de Goiânia e uma nova articulação de forças políticas que, entretanto, manteriam as mesmas diretrizes para a região. Conforme a reportagem, ficou definido como projeto piloto do Cara Limpa o trecho de oito quadras da Avenida Goiás que aglutinam os primeiros edifícios da cidade e fica situado entre a Praça Cívica e a Avenida Anhanguera. Também foi reafirmada a intenção de transformar o Centro em um corredor cultural e turístico, com previsão de incentivar a abertura de bares e restaurantes. Ainda segundo a matéria, o Projeto “Cara Limpa é [seria] apenas uma das ações idealizadas para a restauração do Centro de Goiânia. A retirada dos camelôs das principais vias do núcleo embrionário da capital e a reforma da Avenida Goiás na

gestão anterior causaram reflexos imediatos no movimento das lojas”. Por fim, é informado o envio à Câmara Municipal do projeto que criava o Programa de Apoio ao Empreendimento Digital de Tecnologia de Informação e Comunicação – Estação Digital de Goiânia, programa que visava fomentar o desenvolvimento econômico e social da região através da concessão de incentivos fiscais para empresas de criação de *software* que se instalassem no Centro.

O Projeto da Estação Digital foi aprovado pela Câmara Municipal em 20 de dezembro de 2005 e seria sancionado pelo Prefeito em 30 de janeiro de 2006, como informa a matéria “Projeto Estação Digital” veiculada no dia 22 de janeiro de 2006 pelo jornal **Diário da Manhã**. Em 11 de fevereiro desse ano, esse mesmo jornal, com a reportagem “Tecnologia com Cultura”, discutiria as implicações da aprovação desse projeto. Segundo a superintendente do IPHAN, Salma Saddi, era interessante apostar no viés econômico para valorizar a região, mas considerava essencial na renovação da vida no Centro a manutenção do caráter cultural e a participação da população nas iniciativas institucionais. No depoimento do arquiteto Dirceu Trindade, diretor do Departamento de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás (UCG), a renovação efetiva decorreria da ocupação com novos usos que gerassem fatos e acontecimentos. Além de empresas, era necessário levar residências. E o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Joel Santana, acrescentava que a Estação Digital teria sede no prédio da antiga Estação Ferroviária, que também abrigaria em seu espaço eventos culturais e espetáculos.

Esse assunto retornou às páginas de jornal em nota publicada pelo **Diário da Manhã** em 18 de março de 2007 e assinada pelo Prefeito Íris Rezende. Portanto, após um ano, era comunicada a proximidade da data de assinatura do decreto que colocaria em prática a Estação Digital de Goiânia. O prefeito expõe que a intenção dessa iniciativa era ampliar as potencialidades econômicas do Centro e considera importante a preocupação com o desenvolvimento tecnológico e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, como forma de contribuir para a revitalização dessa região da cidade. Afirma perceber que a área central possui forte centralidade comercial, dotada de infra-estrutura e ponto de convergência para a maioria dos moradores que se desloca por motivo de trabalho ou em busca de serviços e órgãos públicos, afirmando a região como um local com amplas possibilidades para a retomada do desenvolvimento econômico.

Em 30 de março de 2007, o **Diário da Manhã** e **O Popular** divulgam a matéria sobre a Estação Digital. “Setor de tecnologia busca ser referência no país” é o título da reportagem de **O Popular**, que informa sobre a assinatura do prefeito Íris Resende Machado no decreto que regulamentava a Lei nº. 8.402, de 04 de janeiro de 2006, que criava o

Programa de Apoio ao Empreendimento Digital de Tecnologia de Informação e Comunicação – Estação Digital de Goiânia. Após quatro anos de ausência de iniciativas e paralisação do processo de reabilitação iniciado no Centro, o prefeito afirma que “há sempre a preocupação com o Centro Histórico de Goiânia. A Prefeitura não pode descuidar da própria história, por isso criou o programa de apoio à informática e não há lugar mais apropriado para abrigar o projeto do que o Centro, que já tem toda a infra-estrutura”. De acordo com a reportagem, o objetivo do programa seria fomentar a economia e ocupar os imóveis ociosos do centro. Existia também a expectativa de geração de cinco mil novos empregos, renda e receita tributária. Haveria incentivo fiscal com redução de 60% sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e redução de até 90% do Imposto Sobre Transmissão Intervivos (ISTI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A gestão municipal acreditava que essa medida iria revitalizar o Centro já que as empresas que aderissem ao projeto deveriam restaurar as suas fachadas de imóveis. Também acreditava que resultaria no incremento do turismo de eventos e negócios. Conforme o Secretário Municipal de Turismo, Waldomiro Dall’Agnol, essa ação iria fomentar a recuperação do Centro, que ganharia vida nova com a implantação de atividades econômicas.

Nota-se nessas intenções a referência apenas aos aspectos financeiros e são desconsideradas as ponderações apresentadas por especialistas ao longo de quatro anos, afirmando a necessidade de ocupação do Centro com moradias, a importância do incentivo a aspectos culturais e o envolvimento da população nas iniciativas. A implantação da Estação Digital e os resultados esperados dessa iniciativa remetem-nos às ponderações de Borja (2005) sobre a Revolução Urbana. Segundo esse autor, para a realização rápida do capital, as cidades contemporâneas necessitam alocar tecnologias de informação, realizar obras viárias, investimentos arquitetônicos, reformas de âmbito institucional fiscal e trabalhista. Também devem favorecer da elasticidade da localização geográfica das empresas, tendo em vista atrair inversões de capital, atividades emblemáticas e turistas. No projeto da Estação Digital, ignora-se a relevância dos aspectos históricos e culturais, fatores subjetivos que conduzem à apropriação da cidade pelos habitantes. Transparece uma perversão das intenções iniciais elaboradas para a reabilitação desse espaço significativo da cidade. Existe a imposição de uma outra lógica também ditada por forças econômicas, que implanta atividades de tecnologia de ponta, apropriando-se de forma fragmentária dos discursos de preservação histórica.

Ainda pelo viés do espaço concebido, a matéria do dia 20 de fevereiro de 2007, veiculada pelo **Diário da Manhã** sob o título “Triângulo cultural”, expressa mais uma concepção produzida por agentes ligados à instância do poder, de promover mudanças físicas

no espaço do Centro aproveitando a movimentação proporcionada pela patrimonialização. No caso, é a idéia de utilização da área do entorno ao Teatro Goiânia, delimitada pela Avenida Tocantins, Rua 23 e Rua 3, sugerida pelo Deputado Federal Barbosa Neto e pelo Arquiteto Luís Fernando Cruvinel. Esse uso seria possível pela desapropriação da área e construção de uma Vila Cultural, edifício subterrâneo que abrigaria museu com acervo *Art Déco*, oficinas de teatro, música e artes plásticas, salas de cinema, dois teatros, galeria, cafês e apoio administrativo. Segundo o deputado, esse espaço cultural seria concebido considerando as vertentes - cultura e turismo - e os recursos para implantação do projeto seriam provenientes do orçamento da União. A reportagem informa que o projeto fora analisado e obteve parecer favorável do IPHAN, com algumas ponderações a serem observadas, conforme se lê abaixo:

[...] uma solução satisfatória do ponto de vista formal e funcional. [...] o projeto não deve ser pensado isoladamente, mas dentro do contexto urbano existente. A revitalização de áreas urbanas não pode ser resolvida somente com a implantação de projetos arquitetônicos, mas deve ser precedida de estudos sobre a potencialidade da área para absorver os usos propostos e a viabilidade da execução e implantação destes usos do ponto de vista econômico. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 2007)

As reportagens apresentadas revelam que as concepções elaboradas para o Núcleo Pioneiro de Goiânia retratam várias discussões apresentadas no referencial teórico. Elas indicam que são soluções e idéias pautadas em experiências existentes realizadas pelo mundo e não contemplam inovações ou saídas para além do que é ditado pelo mercado. Ao contrário, demonstram que são favoráveis às suas formas de manifestação. A maior parte das propostas elaboradas foi lançada no período inicial ao tombamento e a mudança de gestão municipal representou a paralisação das discussões e o andamento das ações. Entretanto, apesar de todas as discussões, foi concretizada em lei a Estação Digital de Goiânia, projeto que não considera a amplitude de questões envolvidas na reabilitação de uma área. As idéias, planos e projetos visam concretizar, fomentar e incentivar relações econômicas, sociais e culturais a partir da reabilitação do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Apresentar um novo Centro aos moradores e visitantes é ação pensada possível, pelo desvelar dos objetos encobertos pela ação do tempo e a mobilização de conhecimentos que fornecerão subsídios para a apreensão qualificada desse espaço. Dessa forma, a movimentação gerada pela patrimonialização inscreveu na paisagem resultados iniciais que imprimiram alterações no plano físico, lugar das práticas sociais.

3.1.2 Notícias do espaço percebido

Diante do exposto, as intenções presentes nos discursos dos agentes públicos e privados, correspondentes às representações mentais do espaço produzidas pelo saber e pelas relações de poder, se materializaram na cidade e são perceptíveis em obras físicas que expressam ideais defendidos por esses grupos. A objetivação dessas intenções interfere no cotidiano dos habitantes, porquanto acontece por intermédio de ações que acabam por moldar o espaço percebido e interferir na sua percepção. No caso em estudo, várias reportagens demonstram como a imprensa captou esse espaço, produto físico de articulações mentais de esferas institucionais.

O período de tempo estabelecido para a pesquisa corresponde à concretização de várias intenções que abrangeram o espaço concebido apresentado, e realizações mais concretas de implantação de idéias que correspondem à formatação da paisagem patrimonial do denominado Núcleo Pioneiro de Goiânia. Essa formatação equivale a ações na paisagem existente formada por objetos fixos que denotam a passagem do tempo, os momentos vividos, as diversas interferências de forças econômicas, culturais e sociais inscritas nas formas. As obras físicas, enquanto imagens da cidade, desvelam, saltam aos olhos e acessam a subjetividade dos moradores. Essas imagens, subsidiadas por informações pertinentes, agem em conjunto sobre o imaginário, formulando ou complementando o repertório cultural dos habitantes de Goiânia. As notícias descritas a seguir revelam esse movimento de intenções, que se inicia com as discussões e a realização das obras de reabilitação da Avenida Goiás e as restaurações de monumentos isolados. Enquanto componentes do espaço percebido, essas obras qualificam a paisagem/ espaço do centro onde os indivíduos exercitam as suas práticas sociais. As reportagens focalizam o andamento das obras e relatam as impressões de técnicos e da população usuária do local.

A maior parte das reportagens do Jornal **O Popular** referentes ao ano de 2003 é relativa à obra de reabilitação empreendida na Avenida Goiás. Do total de vinte e seis (26) matérias publicadas nesse ano, onze (11) focalizam a obra, descrevendo desde os aspectos físicos das etapas cumpridas às expectativas da população e várias reportagens enfatizam a reforma da Avenida Goiás como o ponto de partida para a revitalização²⁹ do centro. A

²⁹ Revitalização foi o termo utilizado pelos agentes estatais responsáveis pela efetivação do processo de adequação do espaço físico do Centro. Em vários momentos das reportagens, é mencionada a intenção de levar

conclusão física da obra e o resultado final agradam a população, que vê com alívio a retirada dos camelôs e a mudança da paisagem na retomada das suas características originais. Nota-se a relevância dessa obra para o incentivo a debates e discussões que focalizam o centro de Goiânia. Interessante argumentação feita por uma especialista, a Arquiteta e Urbanista Lúcia Moraes, foi publicada no dia 24 de outubro de 2003. Para ela, “a vida nos centros é super importante para as cidades. Por isso não podemos permitir que o Centro de Goiânia entre em decadência em termos de uso. Goiânia terá facilidade em revitalizar seu centro porque a região não morreu, apenas se popularizou”. Essa ponderação indica o uso do termo revitalização como questionável, e que não se trata de dar nova vida, mas de qualificar a vida presente.

O jornal **Diário da Manhã** publicou três matérias naquele ano, com enfoque para a obra da Avenida Goiás. Duas delas se referem ao acompanhamento e descrição do estágio da obra. Na matéria do dia 16 de maio, ainda é abordada a intenção do poder público de transformar o Centro de Goiânia em espaço cultural e ponto turístico. No dia 21 de agosto são descritos os trabalhos programados para a obra e informado que a próxima ação no processo de revitalização da região seria a reforma da Estação Ferroviária. A terceira reportagem acontece após a inauguração da Avenida, descreve a ação de vândalos, a necessidade de conscientização da população sobre a importância das áreas públicas e o reforço do policiamento.

O jornal **O Popular** inicia o ano de 2004 apresentando três matérias referentes à obra de melhoramento das condições físicas da Avenida Goiás. Duas reportagens tratam de assuntos da finalização das obras. A primeira, do dia 29 de janeiro, informa sobre o especificado no projeto elaborado para a reforma, em que estava prevista a padronização e a transferência das bancas de jornais para as pontas de quadra dos canteiros centrais. Esclarece sobre os trâmites que envolvem as negociações, os custos e a instalação dessas bancas. A outra reportagem informa sobre as adequações no calçamento para o acesso e a mobilidade de pedestres na região. Por fim, a matéria do dia 03 de fevereiro relata a ação de vândalos e o furto de bancos na Avenida Goiás recém-inaugurada.

O **Diário da Manhã** do dia 12 de janeiro apresenta reportagem mostrando as opiniões de moradores da cidade sobre a condição da Avenida. Nessa matéria, há contraponto de opiniões sobre as atribuições referentes à manutenção do canteiro central. Para alguns, o

vida nova ao Centro ou revivê-lo. Entretanto, no nosso entendimento, o termo reabilitação teria sido mais adequado, pois o Centro não morrera de fato, só apresentou mudanças significativas quanto aos usos, ao perfil da população e ao processo natural de envelhecimento de suas estruturas físicas.

estado de deterioração da via seria de responsabilidade da população, que não respeita o bem público; para tal se devia à ineficiência de manutenção realizada pela Prefeitura; e ainda outros acreditavam que o projeto de reabilitação fora mal elaborado.

A matéria jornalística denominada “Avenida descuidada”, do jornal **O Popular** do dia 01 de junho de 2005, inicia o seu texto afirmando: “um ano e sete meses depois da inauguração da obra de revitalização, a Avenida Goiás não é mais a mesma”. São entrevistados frequentadores que apontam deficiências de manutenção, principalmente quanto à limpeza e iluminação.

Em 22 de março de 2007, o jornal **O Popular** veicula a reportagem “Revitalização da Avenida Goiás fica pela metade”. O texto enfatiza que, passados quatro anos, continua paralisado o processo de revitalização iniciado em 2003. Reafirma que a reforma era apenas o início, que estavam previstas a transferência das bancas de revista para o canteiro central, formando um corredor cultural, e a reforma das calçadas laterais à via.

As reportagens apresentadas a seguir se efetivam pelo viés do espaço percebido, porém apresentando outros conteúdos inerentes ao Centro. A estrutura do texto aglutina em ordem cronológica, os assuntos semelhantes.

Nota-se a atuação de técnicos no sentido de preservar os bens de relevância histórica para manter presentes na paisagem do Centro os objetos fixos que a caracterizam, conscientes do seu valor como documento para a cidade. Essa ação revela uma outra face do patrimônio: ao mesmo tempo em que se preserva, formata-se uma paisagem patrimonial compatível com as aspirações de consumo ditadas pelo mercado, tendo em vista a criação de um cenário que exerça atração tanto sobre a população local quanto sobre os turistas. A preocupação demonstrada em algumas reportagens com o ritmo de demolições de prédios antigos no Centro de Goiânia revela esses dois pontos de vista. Nesse sentido, o jornal **O Popular** do dia 8 de maio de 2003 relata que a Prefeitura de Goiânia vinha analisando com cautela pedidos de demolição ou de qualquer tipo de intervenção para construções situadas no Centro, Setor Sul, Setor Universitário e Setor Campinas. Também é citada a intenção de que o Plano Diretor, em elaboração, contemplasse essa região com incentivos fiscais para os proprietários conservarem seus imóveis. O **Diário da Manhã** dedica uma matéria sobre esse assunto. São entrevistados especialistas da prefeitura, que falam sobre as demolições e reformas indiscriminadas que descaracterizam a paisagem do Centro, e ao mesmo tempo criticam a “cultura comercial de encobrir as fachadas com painéis”. Também é citada a intenção de restauração dos prédios históricos com a ajuda da iniciativa privada: almeja-se

desvelar um centro bonito e de arquitetura única com o objetivo de desenvolver a atividade turística daquela região.

Esse mesmo jornal, em 09 de maio de 2004, publica a reportagem “Memória desprezada”. Dois técnicos são entrevistados: o Sr. Henrique Freitas, diretor do Museu Zoroastro Artiaga; e a superintendente do IPHAN, Sra. Salma Saddi. O depoimento de Henrique Freitas baseia-se em pesquisas iniciadas no seu curso de graduação em Artes Visuais, da UFG, e continuadas no Mestrado em Gestão do Patrimônio Histórico-Cultural, da UCG. Segundo ele, duas casas são demolidas por mês no Centro, a destruição avança e começa a atingir casas do período modernista. “A gestão da preservação, manutenção e revitalização de estruturas patrimoniais é uma política que tem de ser interdisciplinar e interinstitucional”. A Superintendente do IPHAN, Sra. Salma Saddi, esclarece que a atribuição da preservação do patrimônio compete às três esferas do governo: federal, estadual e municipal, mas a fiscalização pelos órgãos municipais deve ser mais intensa porque é essa esfera que cuida do dia-a-dia da cidade. Considerando o ritmo de demolições no Centro, adverte para o risco de uma cidade mutilada, sem vestígios de construções que identifiquem sua história. Em 02 de dezembro desse ano, nova matéria jornalística aborda a questão da destruição de edificações históricas. Sob o título de “História Comprometida”, o jornalista avalia que o desenvolvimento da cidade favoreceu o desaparecimento de antigas casas do Centro, que cederam espaço para a implantação de escritórios e comércios. Novamente é entrevistado o Sr. Henrique de Freitas. Ele acrescenta que muitas peças não foram destruídas, mas estão poluídas ou cobertas por placas de propaganda. Tal fato afeta e remete à memória cultural.

O jornal **Diário da Manhã** publica duas matérias que tratam do descaso para com os bens públicos. A primeira, do dia 15 de junho de 2004, “Obras Públicas na UTI”, comenta que obras artísticas do acervo de arte pública de Goiânia estão abandonadas, são alvo de vandalismo e destruídas por pessoas que desconhecem seu valor. É o caso de murais, painéis e esculturas disponíveis ao acesso público. Esclarece sobre a Lei 7.164, de dezembro de 1992, que dispõe sobre a proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal. A segunda reportagem, “Atentado ao Patrimônio”, é do dia 03 de novembro e explica a atuação de pichadores em monumentos urbanos. Apresenta o seu perfil, afirma que essa ação é crime previsto na Lei de Crimes Ambientais, aponta a necessidade de vigilância mais rigorosa na região e campanhas educativas para a sociedade.

Matéria com conteúdo semelhante volta a ser publicada em 01 de agosto de 2005 pelo jornal **Diário da Manhã** sob o título “Patrimônio depredado”. A reportagem mostra que

o patrimônio público da cidade, principalmente os prédios que fazem parte do acervo tombado pelo IPHAN, é alvo freqüente de ações de pichadores e vândalos. A arquiteta Júlia Limeira dos Santos ressalta a gravidade da situação e que tais bens “são instituições públicas que agregam sentido e relevância porque fazem parte do passado e devem ser preservados para a posteridade”. Em 14 de dezembro de 2005, o mesmo jornal publica “Beijos no passado”. O texto é um lamento ao descaso para com os bens públicos e, particularmente, à falta de critério na reforma do tradicional Colégio Liceu de Goiânia, bem tombado pelo IPHAN.

Demonstrando o hábito de não considerar os bens patrimoniais da paisagem da cidade quando se trata de investimentos com alto retorno financeiro, outra reportagem do **Diário da Manhã**, do dia 29 de abril de 2005 – “Construção em xeque” - fala sobre a implantação do pavilhão de eventos frente à Estação Rodoviária. Ressalta que, na elaboração do projeto, não houve consulta ao IPHAN e não foram respeitadas as diretrizes do ato de tombamento, que determina aquela área como subárea de proteção do prédio tombado da Estação Ferroviária. Em outra reportagem intitulada: “Negócios: Extra quer área da ex-CPP”, publicada em 14 de junho de 2006, no item “Wal-Mart discute preservar *Art Déco*”, o jornal **Diário da Manhã** informa que o IPHAN e essa rede de supermercados estariam discutindo a possibilidade de construção de um novo prédio na Avenida Independência que mantivesse preservada a estrutura *Art Déco* do antigo Quartel da Força Pública do Estado. Em 19 de outubro desse mesmo ano, a matéria “História ameaçada” comunica a demolição do prédio, retoma a questão da depredação de construções componentes do acervo de bens tombados do município e lamenta a falta de conscientização para a manutenção da história da cidade.

A reportagem “Reforma cultural”, de 04 de janeiro de 2007, discute novamente a depredação de edifícios públicos e afirma que os problemas não se limitam aos aspectos físicos das construções, mas estendem-se aos de ordem social relacionados à população de moradores de rua que se abrigam nesses monumentos. Alguns bens patrimoniais, pela sua localização na cidade, estariam mais suscetíveis às ações de vândalos: o Teatro Goiânia, o Centro Cultural Gustav Ritter e o Grande Hotel. Na ocasião, o Sr. Aguinaldo Coelho, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico da AGEPEL anuncia reformas no Teatro e no Centro Cultural, bens da responsabilidade desse órgão estadual.

A divulgação de representações sobre a região como espaço inseguro e vazio sempre surge como fator inibidor da freqüência e apropriação pelos moradores. A reportagem “Ação do tempo”, do jornal **Diário da Manhã**, publicada no dia 28 de novembro de 2004, fala sobre o romantismo do Centro de Goiânia propiciado pela presença de edifícios históricos

e expõe o saudosismo de antigos moradores e frequentadores ante as mudanças provocadas pelos novos ritmos da vida contemporânea. A reportagem entrevista o poeta Gabriel Nascente, a presidente e vice-presidente da Associação Centro Vivo, Sra. Guilhermina R. Castro, e a Arquiteta Wânia Alencastro V. S. Ferreira. Para a Sra. Guilhermina Castro, o Setor Central seria, pela sua localização, o ponto de ligação entre bairros, o coração da cidade, onde as coisas pulsam. Relata que o local comporta intenso fluxo de pessoas e de veículos provenientes de mais de 450 bairros que compõem a cidade, o que gera problemas de trânsito, segurança e de desfiguração da paisagem original. Para a arquiteta Wânia Alencastro, a solução dos problemas do Setor Central dependeria de ações que englobassem a requalificação do espaço público, a recuperação da arquitetura histórica e a adequação do uso do solo urbano.

Em 03 de janeiro de 2005, o jornal apresenta a matéria “Como mudou – espaços antes reservados à boemia dão lugar aos profissionais do sexo” e recorda, com nostalgia, o cotidiano do Centro até a década de 1980. Segundo a reportagem, nesse período, a região abrigava a vida comercial, embalava a atividade social e intelectual e era o ponto da vida noturna da cidade. Em 2005, a imagem noturna do Centro estava associada à presença de garotas de programa, michês e travestis na Avenida Goiás, Avenida Paranaíba e a Rua 8.

Em 22 de janeiro de 2006, o jornal **O Popular** publica a matéria “O desafio de viver no Centro”. Comenta que a retirada de camelôs das principais avenidas, ocorrida em 2003, fora “reivindicada e comemorada”, porém persistiam outros problemas que incomodavam os moradores do Centro, especialmente a poluição sonora, agravada por carros propagandistas e caixas de som das lojas voltadas para as ruas. Assinala a poluição ambiental e visual provocada pela ocupação das calçadas transformadas em vitrines de produtos comercializados por lojistas, a presença de vendedores de frutas e a instalação de faixas de propaganda.

Reforçando a argumentação de que o Centro é um local inseguro, uma nota publicada no jornal **O popular** de 12 de setembro de 2006 afirma que a Praça Cívica, complexo que abriga exemplares em estilo *Art Déco* e que deveria ser um cartão postal da cidade, além de ser transformada em estacionamento acolhe grupos de moradores de rua. Segundo depoimento de usuário, esse seria o principal motivo da fuga de seus frequentadores à noite. Sobre a violência, uma reportagem do mesmo jornal do dia 28 de outubro, “Câmeras passam a monitorar o Centro”, informa que haviam sido instaladas câmeras de monitoramento para vigilância eletrônica da região, o que conecta a cidade às ponderações de Barbosa (2006)

a respeito da criação de espaços liminares em que a estetização da forma urbana resulta no tratamento do espaço da cidade como reprodução de hegemonias sociais. Conforme o autor,

O embelezamento estratégico da paisagem combina e exige dispositivos disciplinares capazes de garantir o controle e a repressão de situações inesperadas. Não causa espanto que a estetização da paisagem seja acompanhada do desenvolvimento de uma engenharia *soft* de segurança – do uso do GPS a câmeras de vídeo – que vigia e registra o movimento cotidiano em diferentes escalas espaciais e, evidentemente, em territórios selecionados da cidade. [...] A estetização da paisagem combina-se ao controle e à normatização dos corpos estranhos e rebeldes, com o objetivo de figurar uma cidade da ordem em oposição à desordem. (BARBOSA, 2006, p. 130-131)

As reportagens também fornecem dados que possibilitam apreender a evolução e o cotidiano do espaço do Centro. Relatam, com sentido humanista, os aspectos positivos e negativos desse local de moradia. Essas informações, enquanto representações públicas, podem ser assimiladas e tornadas representações mentais dos indivíduos, contribuindo para a formação das representações sociais. Uma reportagem publicada em 04 de dezembro de 2003 pelo jornal **O Popular** informa que, nas últimas duas décadas, a partir do momento em que o Centro se consolida como pólo comercial e de prestação de serviços, metade dos habitantes havia abandonado a região. De acordo com pesquisa realizada em 1998 pelo escritório de arquitetura Grupo Quatro, apenas “13% dos lotes da área central de Goiânia eram ocupados com habitações residenciais. O restante dos imóveis era utilizado pelo comércio”. A reportagem discute a saída dos moradores do Centro e deixa transparecer, através de depoimentos, que os motivos estariam relacionados principalmente à segurança. De outro lado, porém, enquanto uma parcela considerável da população se transferia para outras regiões, alguns haviam permanecido e outros teriam vindo em busca da proximidade de serviços e facilidade de transporte. Conforme uma entrevistada, morar no Centro tem seu lado bom: “todas as manifestações, os protestos, os movimentos, tudo começa ou termina no Palácio”, afirmando uma percepção do papel simbólico da paisagem, principalmente da Praça Cívica e seus monumentos, sede do poder administrativo (COSGROVE, 1998). A reportagem informa ainda que a intenção das ações da Prefeitura na região central teriam como finalidade, além de preservar o patrimônio e resgatar a história da cidade pela reconfiguração urbanística e recuperação das fachadas em *Art Déco*, fixar a população residente e propor projetos de reavivamento. Em depoimento, o arquiteto Luiz Fernando Cruvinel expõe a convicção de que existe “clientela para o Centro, mas é preciso incentivar a ocupação, estimulando os empresários a investir no setor. [...] a fixação de moradores também depende de outras políticas, como investimento em segurança e valorização da vida noturna do bairro”.

A matéria publicada em 24 de julho de 2005 pelo jornal **Diário da Manhã**, “Histórias da praça”, apresenta outros aspectos que abrangem o cotidiano do centro da cidade. A Avenida Goiás, reabilitada, é mostrada como local agradável ao convívio, ao estabelecimento de relações sociais. É reafirmada a necessidade de continuar as ações de reabilitação: a paralisação dos projetos é vista com preocupação pelos habitantes. Moradores apontam as vantagens de morar no bairro, como preço baixo dos imóveis, apartamentos com áreas mais amplas, praticidade pela proximidade de serviços, comércio, bares, restaurantes e transportes. Segundo alguns, o custo benefício compensaria os inconvenientes do barulho, da poluição e da dificuldade de estacionamento. Quanto ao retorno da vocação habitacional da área, o presidente da Associação das Empresas de Incorporadoras do Estado de Goiás (ADEMI), Álvaro Castro, acredita no “incentivo público para a construção de novos edifícios e aumento do número de permissões para verticalizar o bairro”. Sobre o fortalecimento da atividade comercial, o Sr. Melchior Duarte Filho, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), afirma ser “necessário uma contrapartida da Prefeitura para que os empresários adequem suas estruturas de acordo com o objetivo da revitalização. A criação de incentivos fiscais é uma boa contrapartida”.

Após seis meses, em 19 de janeiro de 2006, nova reportagem retoma essa discussão: “10 idéias para o Centro voltar a pulsar”, do jornal **Diário da Manhã**. São entrevistados especialistas e moradores da região. Segundo o texto do jornal, Goiânia apresentou crescimento acelerado nos setores econômicos e sociais, mas seus aspectos históricos ficaram esquecidos: “O trânsito desordenado e a falta de preservação de seus marcos temporais colocam o Centro como um dos bairros comprometidos pela carência de intervenções urbanísticas”. São pontuadas as ações empreendidas e os benefícios para a cidade promovidos pelas obras de reabilitação da Avenida Goiás e a construção do Mercado Aberto. Conforme a reportagem, urbanistas consideram que a recuperação das fachadas e calçadas precedem qualquer outra intervenção. Retorna a discussão do Projeto Cara Limpa e são citadas outras intervenções necessárias: a valorização de praças, principalmente da Praça do Trabalhador, e melhoramento dos Mercados – Mercado Aberto, Mercado Central e Mercado Popular, este último a ser direcionado à comercialização de produtos e alimentos da cultura goiana. Segundo um depoimento: “visitantes e moradores querem conhecer os traços culturais da cidade”. As ações de reabilitação do Centro são consideradas fatores de manutenção e atração de moradores para a região e o urbanista Jorge Fleury considera que o retorno da função moradia ao centro de cidades é uma tendência mundial e uma forma de segurança: onde tem habitação tem mais segurança.

A matéria “Museus ao ar livre” do dia 14 de março de 2005, do jornal **Diário da Manhã**, descreve os atributos históricos da paisagem do Centro, perceptíveis na presença de edificações que denotam a passagem do tempo. Um contraponto à representação do Centro como local vazio e inseguro é fornecido pela reportagem “Nostalgia no ar”, veiculada em 16 de abril de 2006 pelo jornal **Diário da Manhã**. A matéria descreve o cotidiano de uma parte do antigo Bairro Popular, local que mantém ainda várias construções representativas de décadas passadas. Habitado por população mais idosa, possui amplos quintais e alguns moradores cultivam antigos hábitos. Releva-se ao Setor Central, o papel de berço da nova capital, “herda o título de bairro das memórias”, primeiro local onde aconteciam os principais eventos da cidade. É um espaço que dispõe das principais vias que conectam toda a cidade, que existe monumentos significativos para a história da cidade, construções em estilo *Art Déco* e possui grande concentração comercial. Outra reportagem com o título “Um mundo à parte” apresenta também uma face do cotidiano do Centro, formada pelos trabalhadores que movimentam o bairro. Vários usuários são entrevistados desde comerciários, estudantes, pregadores evangélicos, malabaristas e ambulantes, retratando aspectos das relações estabelecidas nessa região da cidade.

Em 15 de outubro de 2007, a reportagem do jornal **O Popular** “Opção pelo Centro” retoma a discussão da evasão dos moradores. Novamente aponta dados estatísticos que demonstram o êxodo e reafirma a realidade da região como lugar movimentado durante o dia e deserto à noite e finais de semana. Acrescenta novos conteúdos à matéria do ano de 2003, que relata a qualidade de vida afetada pela presença de novos elementos gerados pelo ritmo de vida contemporâneo, que exige agilidade e velocidade, porém sem respaldo nas características físicas da região: “a facilidade de locomover pelas ruas centrais e de ter acesso a um comércio diversificado, bons cinemas, lazer e a vários tipos de serviços foi perdendo terreno para o transtorno causado pelo trânsito caótico e a ocupação desordenada dos espaços públicos”. O Arquiteto Gaspar Luiz Martins pondera que o envelhecimento da estrutura do Centro é natural, mas a manutenção da qualidade de vida é fator preponderante para a permanência dos moradores. Em contraponto à tendência de abandono da região, a matéria apresenta depoimentos de pessoas que fizeram o percurso inverso e acreditaram que as vantagens de morar no centro superam os pontos negativos. O Secretário Municipal do Planejamento, Francisco Vale Júnior, expõe sua convicção de, que o novo Plano Diretor contribuirá para a revitalização do Centro, pois prevê o aumento da verticalização das construções em bairros da Região Central.

As reportagens apresentadas esboçam um panorama do espaço percebido considerando os objetos fixos que revelam sua trajetória histórica. Nesse aspecto, a preservação da paisagem é apresentada como manutenção de valores e de memória cultural. A ação de reapresentar a cidade aos seus habitantes por meio de reportagens que ampliem o seu conhecimento, aliado ao estímulo visual, produzido da vivência no espaço do Centro, conforme Ferrara (1993), resgata os índices, as marcas da cidade, enriquece a experiência urbana e pode ser um importante meio de estimular o desenvolvimento do imaginário urbano pautado sobre a imagem existente.

Nota-se, nos textos das reportagens, a preocupação em mostrar o Centro como um espaço que merece a atenção e o respeito dos administradores e habitantes da cidade. Mesmo o relato de seus aspectos negativos é contrabalanceado pela descrição de atributos que despertam o interesse pela preservação. Fica evidente o valor do processo de reabilitação iniciado nesse espaço, demonstrado em depoimentos de moradores, freqüentadores e especialistas, bem como a constatação de que esse tipo de ação está vinculado a interesses políticos. Voltamos a repetir que a mudança de gestão municipal e os interesses direcionados a fortalecer novas centralidades tiveram como resultado a paralisação desse processo e a ausência de investimentos na região.

A afirmação de Sahr (2007) de que o espaço percebido é reprodução de um mundo semiótico, pode ser aferida na constatação dos dois momentos vividos nesse período pelo Centro. O primeiro, por ocasião do tombamento e com a vontade política de reabilitar o espaço, marcado pela elaboração de idéias e planos. Segundo Sahr (op. cit., p. 68), nesse momento “são produzidos sistemas semióticos e representações idealistas por grupos hegemônicos”, que começam a ser implantados e obtêm reflexos objetivos no espaço. No segundo momento, a produção de sistemas semióticos é direcionada para outros aspectos da cidade e resultam na manutenção de práticas sociais existentes. Por exemplo, no Centro, é mantida a estrutura estabelecida e permanece a política de ocupação de novas áreas tendo em vista a especulação imobiliária.

As reportagens também situam o universo do patrimônio, destacando que, além do acervo tombado, ainda permanecem no tecido urbano muitos bens que não foram alcançados pela legislação, cabendo à população e aos proprietários o cuidado de preservá-los. Quanto ao acervo tombado, indiferente à instância institucional que efetivou sua inscrição como patrimônio, isto é, federal, estadual ou municipal, são apresentadas algumas reportagens que o descrevem e situam no contexto histórico da cidade.

3.1.2.1 Espaço percebido e os bens patrimoniais mais citados

Várias matérias jornalísticas contemplaram os bens patrimoniais. Pretende-se relacioná-los e posteriormente confrontá-los com os dados colhidos nas entrevistas. Considera-se que a divulgação midiática exerce influência nas representações mentais e pode ser agente fortalecedor da memória. Assim, tem-se como hipótese de que as citações presentes nas entrevistas traduzem a influência desse meio de comunicação. A seguir são descritas as reportagens que dedicaram um espaço maior para alguns bens patrimoniais. É importante registrar que várias matérias citaram os bens patrimoniais, mas não é intenção desse estudo realizar uma quantificação precisa, apenas relatar as reportagens que se destacaram no contexto das notícias sobre o patrimônio e o Centro.

Nesse sentido, houve uma matéria específica sobre a Praça Cívica, publicada no dia 17 de abril de 2003 pelo jornal **O Popular**, que relatou a situação de abandono do local que já fora referência de lazer para a população goianiense. Segundo a reportagem, a Praça transformara-se em um imenso estacionamento e apresentava, à época, equipamentos urbanos e calçadas quebradas bem como iluminação deficiente.

A Estátua do Bandeirante também foi alvo de matéria publicada em 30 de setembro de 2003 pelo jornal **O Popular**. Os motivos eram a retirada do monumento para limpeza e a mudança de seu pedestal. A matéria apresenta um breve resumo das informações históricas da concepção do monumento e suas sucessivas reformas em decorrência de alterações no traçado das Avenidas Goiás e Anhangüera. O jornal **Diário da Manhã** também noticiou a retirada do Bandeirante e descreveu as alterações do seu pedestal e do entorno propostas pelo arquiteto autor do projeto.

Outra matéria do dia 26 de abril de 2003, realizada pelo jornal **Diário da Manhã**, enfocou os planos da Prefeitura de Goiânia para a restauração do Prédio da Estação Ferroviária, e sua nova denominação de Estação Cultura, o alargamento da Avenida Paranaíba e a implantação de sinalização de trânsito especial denominada *yellow boxes*. A mesma reportagem informa que a idéia de requalificação do Centro seria antiga: a revisão das diretrizes urbanas para a cidade elaborada pelo urbanista Jaime Lerner na década de 1970 já previa essa necessidade. Informa também que, no final da década de 1990, houve algumas iniciativas nesse sentido, como o projeto elaborado pelo arquiteto Luís Fernando Cruvinel e um grupo de arquitetos espanhóis, e que, no ano 2000, um concurso público nacional com

propostas de requalificação da Praça Cívica, da Avenida Goiás e da Praça do Trabalhador fora realizado. Ao final da matéria, é expressado o desejo de que as ações empreendidas pela Prefeitura no Centro “recuperem o prestígio de outras épocas e [que o Centro] volte a ter papel de destaque na vida da cidade”.

Em 03 de junho de 2004, o jornal **Diário da Manhã** publica a reportagem “A história se hospeda no Grande Hotel”, tratando da criação e instalação, nas dependências do antigo hotel, do Centro de Memória e Referência de Goiânia, fruto de uma gestão compartilhada entre o INSS, proprietário do edifício, e a Prefeitura. Informa a pretensão de o local abrigar um espaço cultural com enfoque para a memória sonora, visual, gráfica e escrita de Goiânia. A reportagem apresenta um histórico do edifício, pontuando os principais momentos de sua trajetória, desde a sua construção até as novas funções a serem exercidas no seu espaço. A matéria publicada em 01 de agosto de 2005, “Patrimônio depredado”, além da referência aos bens depredados, cita partes de uma entrevista com o professor da Universidade Católica de Goiás, Arquiteto Gustavo Neiva, que enumera os bens mais representativos do estilo *Art Déco*: o Teatro Goiânia, pela qualidade estética e inovação técnica e tecnológica de sua concepção, o edifício da Estação Ferroviária e o Museu Zoroastro Artiaga.

O jornal **Diário da Manhã** em 07 de maio de 2006, enfatiza o desinteresse dos gestores públicos com a história de Goiânia e a perda do Grande Hotel, que retornara ao seu proprietário, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por falta de ocupação justificável. A matéria esclarece que a edificação havia sido ocupada pela Secretaria Municipal de Cultura, em acordo firmado na gestão municipal anterior (2001-2004), sob regime de comodato.

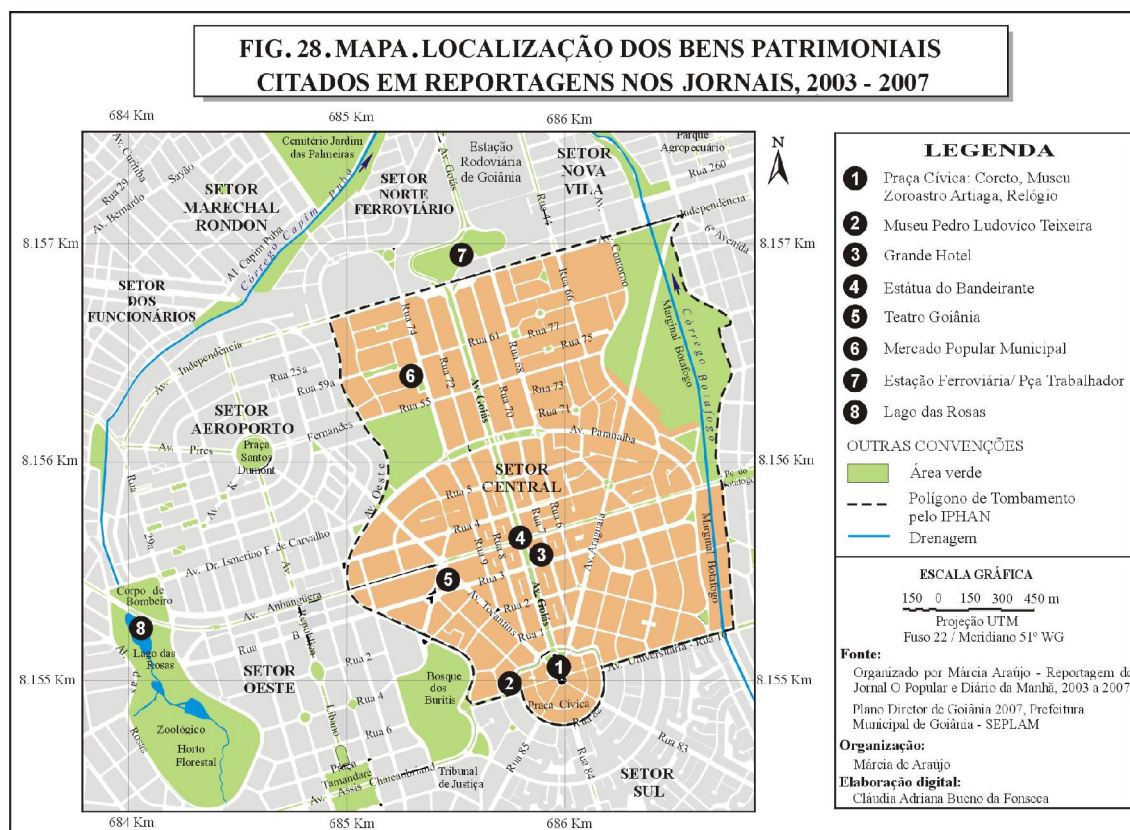
Duas pequenas notas publicadas no jornal **Diário da Manhã**, a primeira em 6 de dezembro e a segunda em 22 de dezembro de 2005, informam da reforma do Mercado Popular Municipal da Rua 74, no centro da cidade. Complementa que o Mercado seria bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Município e havia mantido por trinta anos a mesma estrutura sem reformas. Esse bem patrimonial retorna às páginas do mesmo jornal em duas novas matérias do ano de 2006: a primeira, do dia 13 de janeiro, comunica sobre a reforma e o afastamento dos permissionários; a segunda, do dia 19 de agosto, informa que o término da reforma do Mercado Popular, cedia a Goiânia um ponto turístico com enfoque gastronômico e cultural - os comerciantes permissionários retornariam ao trabalho com novos atrativos, postura de mercado e público alvo. A reportagem fornece dados históricos quanto ao período da sua construção e afirma a sua função de comercializar produtos da cultura local. Recorda que ele é prédio tombado na instância municipal. No ano de 2007, duas matérias

específicas ainda contemplam o Mercado Popular. Publicadas nos dias 08 e 29 de janeiro, pelo **Diário da Manhã**, a primeira comunica o retorno dos comerciantes permissionários após onze meses de reforma nas instalações: o Mercado fora utilizado pela Casa Cor, que havia custeado parte da reforma e, no período de paralisação, os permissionários, por exigência da Prefeitura, haviam freqüentado cursos de capacitação e treinamento sobre empreendimentos e técnicas de venda para se adequar ao novo estilo. No espaço interno do Mercado, funcionariam praça de alimentação, espaço cultural, mostras artesanais e shows da terra. A segunda, sob o título “Novo centro cultural”, informa a intenção de transformar o Mercado Popular em um dos pólos culturais de Goiânia. Retoma dados históricos, como: data de construção, tombamento pelo município, estilo arquitetônico do edifício e diretrizes da prefeitura para transformar o espaço em ponto turístico. São enumeradas normas em relação ao funcionamento, à condição física do mobiliário, equipamentos, programação de eventos, dentre outras.

Em 24 de dezembro de 2006, a matéria do **Diário da Manhã**, “Tour cultural e histórico”, informa que “a região central de Goiânia concentra pontos de grande relevância histórica, cultural e artística. [...] Ao Centro cabe o papel de guardião da memória e pólo de irradiação da cultura”. Cita possíveis pontos de um roteiro turístico: a Praça Cívica e seu conjunto de prédios em estilo *Art Déco*, entre eles o Museu Zoroastro Artiaga e o Coreto. Em pequenas notas, destaca e tece comentários sobre os dados históricos e os novos usos dos edifícios: o Teatro Goiânia, a Estação Ferroviária, a Casa de Pedro Ludovico, a Galeria Frei Confaloni, a primeira casa da Rua 20, hoje sede da Academia Goiana de Letras, e a Associação de Artesãos de Goiânia.

Em 27 de janeiro de 2007, o **Diário da Manhã** publica a nota “Lago terá grupo de trabalho”, informando que o Lago das Rosas seria objeto de um Projeto de Revitalização embasado em avaliação de técnicos feita sobre o levantamento dos problemas da área. A ação resultaria de parceria entre os governos federal e municipal.

Em resumo, foram citados em reportagens maiores os seguintes bens patrimoniais (Fig. 28): Avenida Goiás, Casa de Pedro Ludovico, Coreto, Estação Ferroviária, Estátua do Bandeirante, Grande Hotel, Lago das Rosas, Mercado Popular Municipal, Museu Zoroastro Artiaga, Praça Cívica, Praça do Trabalhador e Teatro Goiânia.



3.1.3 Eventos culturais e divulgação do patrimônio.

Uma função importante desempenhada pelos veículos de comunicação é a de disseminar conhecimentos que possam ter uma ação libertadora sobre a sociedade. Mcquail (2003) aponta que a Mídia pode servir para incentivar mudanças ou para manter estruturas já estabelecidas, tanto pode ser um agente libertador como pode ser utilizado para reprimir, promover a união ou fragmentar a sociedade. As informações e idéias disponibilizadas contextualizam os indivíduos e desenvolvem a consciência de um passado comum. A convergência de informações sobre o patrimônio, que trazem intrínsecas referências ao passado da cidade, e o poder dos jornais para disseminar essas informações podem contribuir para o fortalecimento da experiência urbana. Os jornais pesquisados em vários momentos dedicaram reportagens à divulgação de eventos culturais conectados ao tema patrimônio e cidade, abrindo possibilidades de participação e ampliação de conhecimentos à população.

Foram registrados, no período de tempo delimitado por este estudo, vários tipos de eventos, como palestras, exposições de artes plásticas e divulgação de lançamentos de livros.

O jornal **O Popular** em matéria publicada em 15 de março de 2003, informa, por exemplo, a realização de palestra sobre a implantação do estilo *Art Déco* no projeto da cidade, sua importância, apresentação do dossiê e mapa do tombamento. O jornal **Diário da Manhã** publica, em 30 de março do mesmo ano, a reportagem “*Art Déco* para todos”, em que é apresentado um projeto de educação patrimonial desenvolvido por formandos da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. O objetivo é ensinar a história arquitetônica de Goiânia para o público leigo. Ainda sob essa perspectiva, o jornal **Diário da Manhã** de 05 de março de 2006 divulga a palestra do especialista Henri-Pierre Jeudy “sobre visão de modernidade, paradoxos expostos no patrimônio, memórias e reflexões sobre identidades e estereótipos”.

Como já foi dito, a veiculação de informações sobre o passado e o presente da cidade contextualiza os indivíduos e fornece elementos para a reflexão crítica. O jornal **Diário da Manhã** publica, no dia 05 de junho de 2003, informações sobre a comemoração do Batismo Cultural de Goiânia, com conteúdo de intenção educativa, esclarece sobre o significado e a importância da data que promoveu a cidade de Goiânia em todo o país, e os motivos que levaram o Governador Pedro Ludovico Teixeira a propor essa atividade. Ainda sob o prisma da cultura, o jornal publica, em 22 de outubro de 2003, breve matéria sob o título “Artes em Goiânia têm incentivo”, com o intuito de divulgar as ações realizadas pelo governo estadual: é feito breve comentário sobre a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a Lei Goyazes, e divulgado o Teatro Goiânia, bem tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual em 1982, no seu valor como representante do estilo *Art Déco*. A reportagem apresenta também breve comentário sobre as atividades culturais, os museus e outros espaços da cidade dedicados à atividade cultural.

O jornal **Diário da Manhã**, em 10 de dezembro de 2003, apresenta a reportagem “Lembraram de nós” com relato sobre a atuação de técnicos da Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura na identificação de “monumentos, bustos, murais, esculturas, painéis e estátuas localizados em ruas, praças e prédios da cidade”. O trabalho faria parte do projeto de Documentação Histórica e Fotográfica do Acervo Artístico do Município e objetivava identificar, catalogar, restaurar e conservar os bens públicos. Ao final relata a pretensão de fazer publicar um livro que, além da catalogação de objetos, apresentasse a história de cada homenageado, resgatando parte da história de Goiânia. A

reportagem “Obras Públicas na UTI”, no mesmo jornal de 15 de junho de 2004, informa que o levantamento fora concluído e resultara no registro de 413 objetos de arte pública da cidade.

Algumas reportagens referentes ao ano de 2004 também focalizam iniciativas de levar o conhecimento do tombamento e dos bens que compõem o acervo arquitetônico e urbanístico da cidade ao grande público. Os dois jornais pesquisados informam sobre lançamentos de livros a respeito do patrimônio histórico da cidade. A primeira matéria é do dia 27 de maio e comunica o lançamento do caderno “Centro de Todos”, coletânea das ações empreendidas pela Prefeitura no Centro de Goiânia, e o “Dossiê de Tombamento de Goiânia”, obra de caráter iconográfico, histórico e geográfico. Segundo a superintendente do IPHAN, Salma Saddi, a publicação socializaria a informação, uma vez que seria distribuído para as escolas e bibliotecas públicas. Em 08 de julho do mesmo ano, outra reportagem enfatiza o valor dessa publicação, afirmando tratar-se de “uma necessária e precisa coletânea sobre aquele que é considerado o traço original arquitetônico da capital de Goiás”. Outra reportagem publicada no dia 16 de novembro de 2004 informa o lançamento do livro “O *Art Déco* em Goiânia – um Itinerário de Leitura”, de Marilda R. P. Blumenschein, Regina Maria M. S. de Lucena e Paulo Vinicius Gomes, obra didática que objetiva esclarecer as principais características do estilo *Art Déco* na capital. De acordo com o professor Luiz Edegard Costa, seria uma contribuição para “o que já vem sendo feito para romper com a anestesia sobre esse conjunto da história cultural de Goiânia”. A reportagem “Registro *Art Déco*” publicada no jornal **O Popular** de 31 de outubro de 2007, informa o lançamento do livro “*Art Déco*: depoimentos e imagens”, que apresenta depoimentos de especialistas que estudaram profundamente o assunto, artistas plásticos e pessoas anônimas que convivem diariamente com esse estilo arquitetônico.

Uma pequena nota veiculada no dia 05 de maio de 2004 pelo jornal **Diário da Manhã**, denominada “Entenda melhor”, esclarece de forma sumária o que é e quem efetua o tombamento, o que é desapropriação e o que pode ser tombado. Esse mesmo jornal, em 19 de janeiro de 2007, portanto após intervalo de três anos, publica a matéria “O Brasil e os desafios do patrimônio”, assinada pelo presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida. São apresentadas várias considerações, entre elas: “a necessidade de romper o olhar único sobre o patrimônio luso, [...] compreender o patrimônio como suporte para políticas sociais, enfrentar a fetichização do objeto tombado são algumas questões que possibilitam uma reavaliação simbólica do que se pressupõe como patrimônio brasileiro”. Diante da complexidade de atuação do IPHAN em um universo tão abrangente, a matéria afirma a necessidade de compartilhar a responsabilidade com outras esferas de atuação pública. Informa sobre os

setenta anos de criação da instituição e “o estabelecimento de um sistema brasileiro de patrimônio, com as estruturas federativas do País e da sociedade civil que permitirá o compartilhamento da responsabilidade de preservar o patrimônio cultural brasileiro”.

O jornal **Diário da Manhã** do dia 24 de outubro de 2004, com a reportagem “Cores de Goiânia”, apresenta informações sobre intervenções plásticas realizadas nos monumentos tombados, que faziam parte do projeto “Patrimônio Adormecido”: cobrir com tecidos coloridos as construções em estilo *Art Déco* com o objetivo de chamar a atenção da população para a importância do conjunto arquitetônico da cidade. Os dois jornais também comunicam a exposição de desenhos retratando os prédios que caracterizam o centro de Goiânia. O evento, continuação do Projeto “Patrimônio Adormecido”, seria promovido pela Secretaria Municipal de Cultura. Na perspectiva da divulgação da ação do tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia, o jornal **Diário da Manhã** de 16 de maio de 2004 publica breve reportagem sobre o lançamento do Programa de Educação Patrimonial da Secretaria Municipal de Educação destinado a professores do ensino fundamental.

Em 28 de novembro de 2005, a reportagem do **Diário da Manhã** “Do Déco ao moderno de Goiânia” informa sobre as características dos dois estilos e a sua convivência harmônica na paisagem de Goiânia. São divulgadas opiniões de especialistas em arquitetura que lamentam a ausência de preocupação com a preservação dos estilos em reformas executadas em prédios antigos. Informa ainda sobre o projeto “Antropologia na Cidade – Memórias, Identidade e Referências Culturais sobre o Núcleo Pioneiro de Goiânia”, executado pela Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Goiás e Universidade Católica de Goiás, que pretende resgatar a história e os desenhos originais do Centro.

A matéria “Tesouro arquitetônico”, publicada no Jornal **Diário da Manhã** em 24 de outubro de 2006, data do aniversário de Goiânia, traz informações sobre o tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade, menciona os bens tombados, descreve em linhas gerais o estilo arquitetônico *Art Déco* e comenta brevemente o traçado viário. Também destaca a importância da educação patrimonial e cita o curso realizado por dois anos por integrantes da Secretaria Municipal de Educação. A superintendente do IPHAN, Sra. Salma Saddi defende a iniciativa por considerar “um mecanismo que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural”, ponderação em consonância com Fonseca (2005) e Ferrara (2000). Ao final, a reportagem enumera e traça comentários sobre os bens do acervo tombado.

Uma ponderação também interessante nesse sentido está presente na matéria jornalística “Monumentos da cidade caem no esquecimento”, publicada em 06 de outubro de 2006, pelo **Diário da Manhã**. A reportagem apresenta reflexões do professor Gil Mendes Luz, doutor em História Cultural, sobre a relação da população com os monumentos da cidade. De acordo com a reportagem, Goiânia possui monumentos de destaque, como a Estátua do Bandeirante, o Monumento às Três Raças e o Monumento à Paz, mas “todos enfrentam o mesmo problema: o esquecimento da população, que diariamente passa por eles sem perceber sua presença e o contexto histórico de que fazem parte”. Para o professor, “existe uma dissociação entre patrimônio e povo”. A ausência de informação sobre a história de Goiás, em consequência da formação escolar que não contempla e valoriza esse conhecimento, produz cidadãos que não entendem o significado e não se sentem integrados aos monumentos. Daí a importância do conhecimento da história, dos autores, do objeto ou pessoa homenageada, que contextualiza os indivíduos e, em consequência, promove o reconhecimento da cidade. O reconhecimento dos monumentos e obras públicas calcado em informações abrangentes mobiliza sentimentos, emoções e gera significados, produz a apropriação e conforme a discussão de Ferrara (2000), desenvolve a experiência urbana. Pelo viés da imagem discutida por Lynch (1999), os pontos da cidade marcados pela presença de objetos que mobilizam fortes significados para os habitantes são facilmente reconhecidos e permitem a orientação das pessoas no ambiente urbano.

Em 28 de janeiro de 2007, o jornal **Diário da Manhã** publica a reportagem “Estilo *Art Déco* em xeque”, sobre a defesa de dissertação de mestrado – “Goiânia para além do *Art Déco* – somos sertanejos?” Esse estudo de autoria de Tattiussa Martins, aluna do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás, questiona os critérios adotados pelo IPHAN para realizar o tombamento de construções públicas, consideradas representativas da história da cidade. “Uma das contestações foi a imposição do modelo *Art Déco* – presente em várias construções na cidade de Goiânia – como referência principal para a identificação do povo goianiense e o preterimento de outras características e influências, não reconhecidas pelo instituto”. Segundo a reportagem, a autora se dedicou a verificar o “nível de interrelação entre o goianiense e o *Art Déco*” e constatou que, apesar de a cidade ter nascido sob a idéia de modernidade, isso não atingiu a sociedade. As percepções do povo eram diferentes do ideal que se pretendia implantar.

Os jornais também noticiam o valor do acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia, relatando as impressões de visitantes que vêm à cidade. Matérias publicadas em 6 de novembro pelo jornal **Diário da Manhã** e, em 7 de novembro de 2004, pelo jornal **O**

Popular, informam sobre a visita de membros de associações de *Art Déco* cubana e americana. Notam-se referências positivas ao acervo da cidade, considerado pelos visitantes mais representativo que o acervo do Rio de Janeiro. O jornal **Diário da Manhã** relata que a comitiva visitara Goiânia com o objetivo de conhecer o acervo arquitetônico e urbanístico considerado o mais significativo do país. Um pequeno parágrafo faz uma retrospectiva informando sobre o tombamento do Centro e do Núcleo Pioneiro de Campinas. Sob o título de “Herança valiosa”, o jornal **O Popular**, em reportagem do dia 23 de setembro de 2005, informa sobre a visita à cidade da jornalista francesa Elisabeth Védrenne, da revista **Connaissance des Arts**, em busca de informações sobre o sítio *Art Déco* de Goiânia. Ao longo do texto, são relatadas as impressões da jornalista, que se disse impressionada e surpresa com o que viu. De acordo com a reportagem, a herança *Art Déco* de Goiânia, apesar de valiosa, tem diferenças fortes em relação ao que foi produzido na Europa e nos Estados Unidos. Para a jornalista, o *Art Déco* em Goiânia foi expressão de modernidade: “na França esse estilo marca o fim de um ciclo e não o começo. [...] Lá, ele havia deixado de ser vanguarda. Aqui, era uma novidade. Isso fica evidente nas diferenças existentes”. Na apropriação do estilo, houve perda do figurativo, do que resultaram prédios menos imponentes e menos elaborados, mais simples que o estilo existente na França.

Uma maneira diferente de divulgar o Centro foi encontrada pela Secretaria Municipal de Cultura, relatada na reportagem d’**O Popular** de 11 de maio de 2007, com a matéria “Hoje é dia”. Trata-se do Projeto Grande Hotel Revive o Choro, que invade a calçada do Grande Hotel às sextas feiras, com apresentações de artistas dedicados ao choro. No mesmo horário, o Mercado Popular da Rua 74 é palco de um *happy hour* ao som de boleros, MPB e sertanejo, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEM). Segundo a reportagem, essas atividades estariam tendo boa aceitação, conseguindo reunir uma média de trezentas pessoas por noite. Com isso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tendo em vista integrar a comunidade a esses locais, pretendia implantar algo semelhante no espaço do Mercado Aberto da Avenida Paranaíba.

Percebe-se nas reportagens a tentativa de disseminar uma ideologia da memória, da preservação e do culto ao patrimônio. Entretanto, apresentam concomitante, traços e idéias que traduzem a apropriação da cultura e de suas manifestações pelo mercado. De acordo com Kellner (2001), e já discutido nesta dissertação, o conceito de ideologia incorpora teorias, textos, idéias que legitimem interesses de forças dominantes. Por esse aspecto, percebe-se que há um esforço para materializar os anseios de uma classe de intelectuais e especialistas em consonância com alguns grupos que compõem a sociedade goianiense. Pela condição das

matérias apresentadas, fica clara a ponderação do autor que afirma ser perceptível nos textos da mídia que a sociedade retrata lutas heterogêneas, expressa o embate entre grupos dominantes e dominados e entre setores de classe, no caso a luta para a afirmação de valores referentes ao patrimônio da cidade. Segundo Mcquail (2003), a ideologia atua envolvendo os indivíduos, mobilizando sentimentos, afeições e crenças. Procura, através de representações públicas, produzir representações mentais, induzindo à aceitação de posições políticas e naturalizando concepções ideológicas como forma de moldar o pensamento dos indivíduos na criação de uma realidade. Essas reportagens evidenciam o esforço do poder público nesse sentido, mobilizando meios midiáticos, como os livros, as imagens e o investimento na educação. Assim, reporta-se à discussão sobre a mídia estabelecida no segundo capítulo, que informa das intenções e construções ideológicas subjacentes ao texto. Hall (1980, apud MCQUAIL, 2003) sugere que interesses institucionais ou ideológicos podem influenciar os comunicadores, que codificam as mensagens lançando na arena pública valores que retratam pensamentos hegemônicos. Por outro lado, indivíduos esclarecidos têm condições de formular seus próprios juízos e significados, fugindo às significações impostas pelos que detêm o poder.

As reportagens sempre recorrem às opiniões de especialistas formados por agentes estatais, arquitetos e antropólogos, que confirmam a relevância do patrimônio para a cidade. Há homogeneidade nos discursos, não há opiniões contrárias que suscitem outros pontos de vista, apenas questionamento dos critérios de definição dos bens tombados, que, para alguns, retratam uma escolha elitista. Tal configuração nos leva a questionar se o patrimônio é realmente uma questão consensual. Ações de demolições disseminadas no tecido urbano da região demonstram que, para muitos, a noção de patrimônio ainda é um conceito a ser construído e assimilado.

Também fica perceptível a escassez de informações desse teor nos meios de comunicação consultados. Por ocasião do tombamento, não houve a mobilização da sociedade para o reconhecimento dos bens, tampouco para a percepção do valor intrínseco ao ato de tombamento. A maior parte das reportagens constituiu-se de pequenas matérias publicadas com grande intervalo de tempo, algumas vezes limitando-se a breves notas que não caracterizaram um investimento suficiente para mobilizar os valores e crenças dos leitores.

As representações públicas sobre o patrimônio e o Centro – Núcleo Pioneiro de Goiânia - revelam aspectos da realidade dessa região, porém não esgotam a análise. É de interesse deste estudo também verificar as representações para os habitantes, os usuários desse espaço, alguns dentre eles leitores de jornais. Informados ou não por esse tipo de mídia, as

relações sociais estabelecem a comunicação, a troca de experiência e os conhecimentos. Todos têm algo a expressar: sentimentos, emoções, saberes.

3.2 O que pensa o cidadão

É intenção desta pesquisa que a percepção dos entrevistados permita traçar um panorama dos significados/ representações para o habitante da cidade, implícitos na paisagem patrimonial do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Com esse propósito, e por meio da entrevista qualitativa, foram entrevistadas 30 pessoas, de diferentes faixas etárias, renda e grau de escolaridade. A delimitação espacial previamente definida no Projeto de Pesquisa correspondeu, como já relatamos, aos limites geográficos definidos no Ato de Tombamento Federal através da Portaria 507 de 18 de novembro de 2003. (Figura 02, p.33). A partir dessa delimitação, definiram-se os locais para aplicação das entrevistas, a saber: a Praça Cívica, sítio que possui significativo acervo de edifícios tombados, e a Avenida Goiás, nas proximidades da Praça do Bandeirante e do Mercado Aberto situado na Avenida Paranaíba, locais de concentração mais intensa do fluxo de passantes e aglomeração de pessoas que utilizam os serviços disponíveis nas imediações. As entrevistas aconteceram no mês de julho e agosto de 2007 e em janeiro de 2008, em dias e horários diferentes, sem planejamento prévio e de acordo com a nossa disponibilidade. Foi elaborado um roteiro de entrevista com questões semi-estruturadas (ver Apêndice D), no intuito de captar os aspectos subjetivos que pudessem evidenciar os significados contidos na paisagem patrimonial. Auxiliou o roteiro um registro visual de 10 (dez) imagens de edifícios situados dentro da delimitação espacial. A análise dos dados obtidos resultou na elaboração de gráficos a partir das questões de fator quantitativo. Ficou estabelecida a intenção de abranger todas as faixas etárias, de renda e de escolaridade como forma de atingir o propósito de colher depoimentos representativos de diversos grupos sociais que compõem a população de Goiânia.

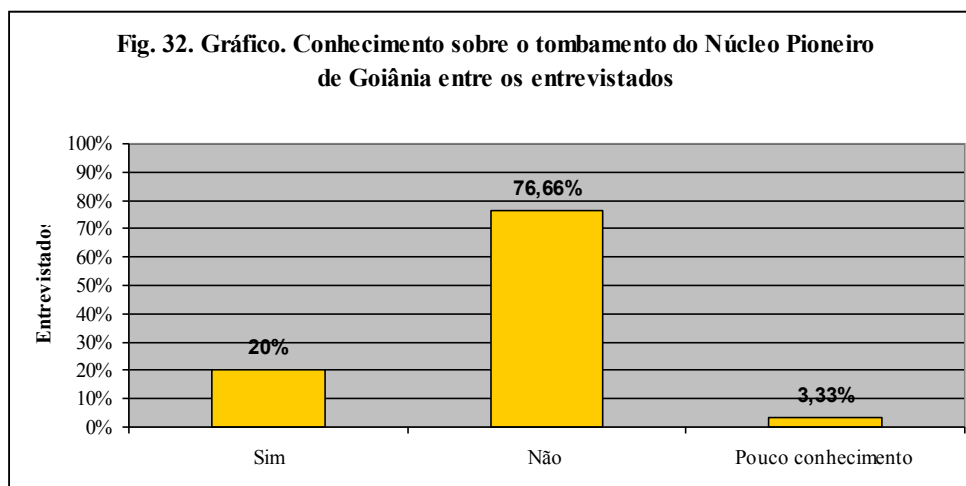
Para contextualizar os resultados das entrevistas é pertinente apresentar o perfil dos entrevistados³⁰. A maioria (76,66%) é habitante de Goiânia e o restante mora em duas outras cidades: Aparecida de Goiânia e Turvânia.

O perfil geral de faixa etária apresenta indivíduos representativos de quase todas as faixas. As únicas faixas de idade não cobertas foram as que compreendem as idades de 60 a 69 anos e a faixa de mais de 80 anos. A predominância quantitativa das faixas etárias é de 18 a 29 anos e de 40 a 49 anos. (Figura 29, Apêndice B)

Quanto à renda, predominam indivíduos com rendimento entre mais de dois a três salários e mais de três a cinco salários, correspondentes respectivamente a 20% e 30% das pessoas entrevistadas. (Figura 30, Apêndice B)

O perfil geral de escolaridade indica mais de oito anos de estudo, ou seja, predomínio do segundo grau incompleto. (Figura 31, Apêndice B)

Quanto ao ato de tombamento, a análise dos dados evidenciou que 76,66% dos indivíduos o desconheciam, e 23,34% o conheciam. (Figura 32) A análise do perfil dos entrevistados prosseguiu evidenciando as características dos indivíduos representativos desses dois grupos.

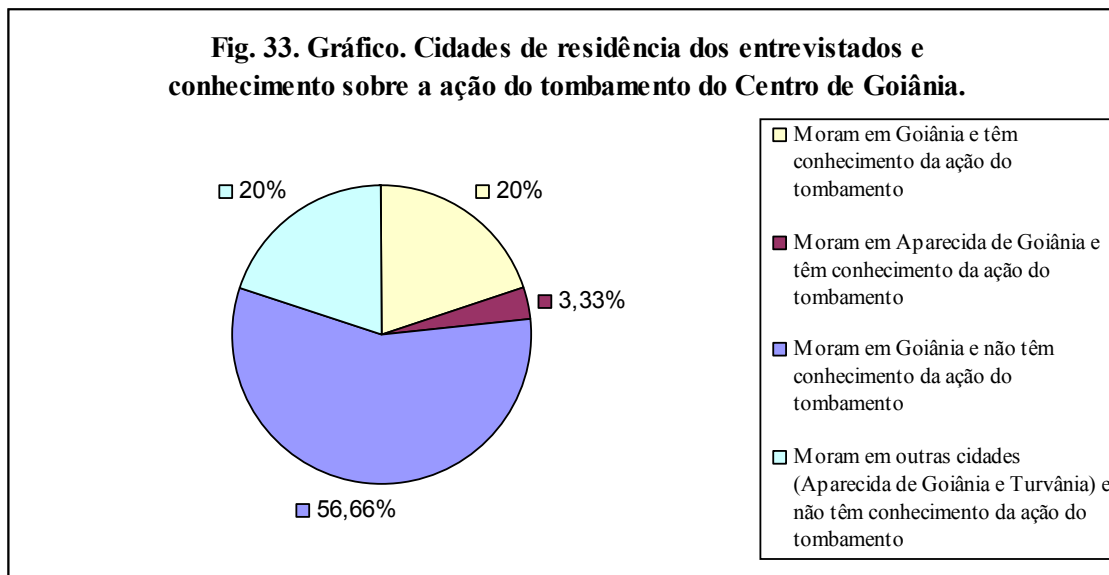


Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Nessa perspectiva, os dados referentes aos locais de moradia revelaram que, da maior parte dos indivíduos ouvidos e que sabiam do tombamento do Centro, 23,34%, 20% moram em Goiânia e 3,33% moram em Aparecida de Goiânia. Entre os entrevistados que desconheciam o tombamento do centro, correspondente na amostragem total a 76,66% das pessoas ouvidas, 56,66% moram em Goiânia e 20% em Aparecida de Goiânia e no município de Turvânia. (Figura 33).

³⁰ Os dados gerais relativos aos entrevistados estão no apêndice B. Neste, além do perfil geral, estão mescladas informações pertinentes a outras abordagens da discussão.

Fig. 33. Gráfico. Cidades de residência dos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

A maioria dos entrevistados moradores de outros municípios têm em comum o fato de trabalharem no centro tradicional da cidade. Nesse grupo, estão funcionários públicos, trabalhador de empresa privada, vendedor ambulante, dono de banca de revista e prestador de serviços em informática. Entre os entrevistados que sabem que o Centro é tombado, a predominância foi de locais de moradia em bairros mais antigos, relativamente próximos ao centro e com população consolidada. Esse fato sugere a possibilidade de esses habitantes terem desenvolvido, ao longo do tempo, um vínculo mais intenso com a área de estudo e, em consequência, maior interesse pelos acontecimentos do local, seja por motivos pertinentes ao seu trabalho, seja ligado ao fato de o Centro já ter concentrado diversas atividades econômicas, comerciais e de prestação de serviço. (Figura 34, Apêndice A)

O maior número de entrevistas corresponde aos indivíduos que *não sabem* que o Centro é tombado. Seus locais de moradia estão distribuídos por todas as regiões da cidade e o Setor Central apresenta o maior percentual isolado de entrevistados. (Figura 35, Apêndice A)

Quanto à idade, o maior índice de indivíduos que sabem do tombamento está na faixa etária dos 30 a 49 anos. É possível visualizar que o desconhecimento do tombamento do Centro predomina entre indivíduos na faixa etária dos 18 a 29 anos. As faixas compreendidas entre 30 e 59 anos apresentam, no conjunto, números percentuais significativos, indicando que, pelo critério idade, o desconhecimento é generalizado. (Figura 29, Apêndice B)

Em relação à renda, percebe-se entre os que sabem que o Centro é tombado (Figura 30 Apêndice B), o maior percentual de indivíduos com renda entre mais de dois até cinco salários mínimos. Comparadas ao Censo 2000 do IBGE, essas faixas salariais

correspondem a uma parcela de 18,40% da população da cidade. Fica evidente, também, a presença de indivíduos com renda mais elevadas, correspondentes às faixas salariais de cinco a dez e de dez a vinte salários. Entre os que desconhecem que o Centro é tombado, predominam entrevistados com renda entre mais de um até cinco salários. Comparadas ao Censo 2000 do IBGE, essas faixas salariais correspondem a uma parcela de 35,74% da população. O maior percentual isolado de entrevistados que desconhecem o tombamento do Centro está na faixa de mais de três a cinco salários. Portanto, entre os que sabem e os que não sabem que o Centro é tombado, os maiores percentuais estão na mesma faixa de renda, do que se infere não ser o fator renda determinante para o conhecimento/ desconhecimento da patrimonialização do Núcleo Pioneiro de Goiânia.

O perfil da escolaridade demonstrou que predominam no grupo de entrevistados que sabem que o centro é tombado indivíduos com o terceiro grau completo. Como pode ser visualizado na Figura 31 (Apêndice B), em menor percentual encontram-se representantes de todos os níveis escolares.

Já o perfil escolar dos entrevistados que não sabem que o centro é tombado demonstra que esse desconhecimento abarca pessoas com diferentes níveis de conhecimento. Nessa categoria, os percentuais mais relevantes indicam entrevistados com escolaridade entre o segundo grau incompleto até pós-graduação completo. (Figura 31, Apêndice B)

Comparando-se os dados quanto à escolaridade dos dois grupos, percebe-se que a escolaridade também não é argumento legitimador do conhecimento/ desconhecimento, já que, no universo dos entrevistados, há indivíduos de todos os níveis escolares. Existem, sim, diferenças percentuais em termos de quantidade de indivíduos representativos dos dois grupos.

A partir dessa primeira análise, a etapa seguinte se refere aos dados sobre o objeto de estudo. Para a condução das discussões, aglutinação de conteúdos e estruturação do texto, adotou-se como parâmetro o uso das categorias de análise da pesquisa, sabendo-se de antemão que, para atingir a compreensão do objeto, as categorias principais e as categorias secundárias interagem e se complementam. As categorias consideradas foram: patrimônio e cultura, mídia, espaço de representação e representações sociais.

3.2.1 Patrimônio e cultura.

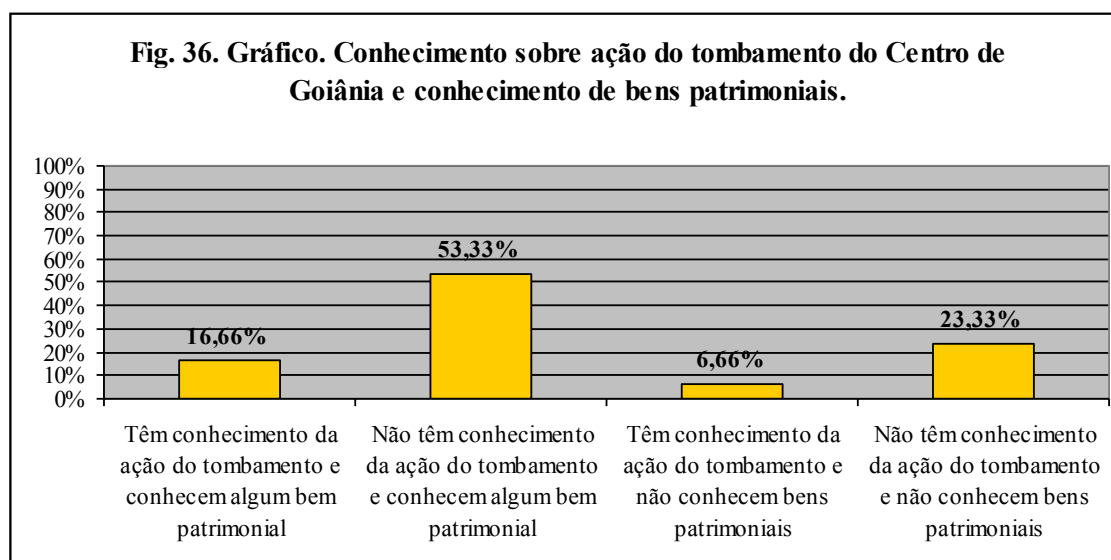
As ponderações de Sauer (1998), para quem a paisagem cultural é modelada por um grupo cultural e tem a cultura como agente definidor da morfologia, ganham múltiplos contornos dado a complexidade que envolve as relações humanas na sociedade contemporânea. Nas cidades, as características marcantes são a velocidade, a efemeridade das relações, um ritmo de produção em que os objetos rapidamente ficam obsoletos e o consumo é incentivado por mecanismos midiáticos (Carlos, 1999; Maldonato, 2001). O patrimônio, como já dito, é uma forma de permanência diante da instabilidade da vida contemporânea. Porém, concomitante ao universo simbólico, ele se depara com a força das imposições do capitalismo e se enquadra nas regras de mercado. Conforme Luchiari (2005), o capitalismo, em seu processo de expansão, percebe na cultura um novo campo e passa a se apropriar dos aspectos materiais e subjetivos nela perceptíveis.

Consoante o mencionado no segundo capítulo, a paisagem patrimonial do Núcleo Pioneiro de Goiânia é uma construção social, política e econômica. Sua análise explicita poderes e simbologias bem como a atuação dessas forças (Cosgrove; Duncan, e Gandy 2000). A presença de objetos arquitetônicos e urbanísticos representativos das diversas fases percorridas ao longo da formação do seu espaço define o campo para a realização das relações sociais. Nesse aspecto, expressam valores e sentidos que podem estar difundidos na população ou podem ser intencionalmente produzidos. Com o intuito de preservação, a reabilitação do Núcleo Pioneiro de Goiânia se enquadra na tendência atual de gestão dos patrimônios baseada na auto-sustentação, na desejada inclusão nos circuitos do consumo de imagens e produtos, o que indica uma forte tendência a transformar esse espaço num local ideal para a imposição de forças econômicas.

Por outro lado, o tombamento do Núcleo Pioneiro, já afirmamos aqui, reflete a vontade de uma parcela da população que percebe nesse espaço possibilidades de leituras vinculadas a valores históricos, artísticos e etnográficos, além da constituição de uma imagem representativa da cidade e afirmação de uma identidade. Por esse viés, essa ação pode ser entendida e apropriada como forma de fortalecer o sentido de pertencimento. Contraditoriamente, porém, nota-se a ausência da participação popular nesse processo bem como de ações que estendam essa leitura a outros grupos sociais.

Com essa visão, e concomitante à verificação do perfil social dos entrevistados, procurou-se averiguar o real conhecimento, por parte da população, da ação de tombamento efetivada pela União (IPHAN). Parte-se do princípio de que o conhecimento da ação de patrimonialização pode ser aferido entre os entrevistados pela indicação dos bens que foram tombados.

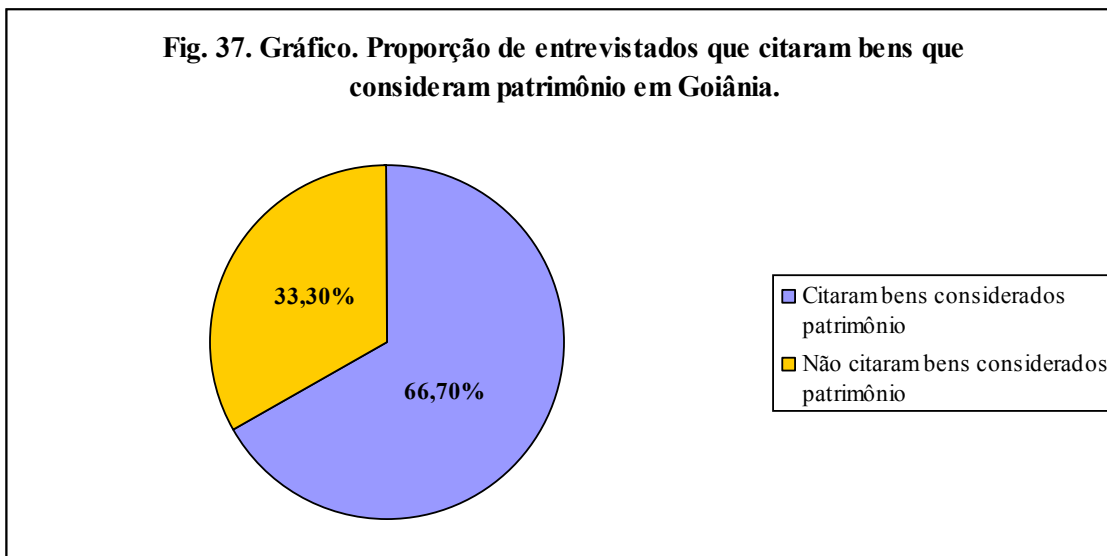
A análise dos dados revela que o conhecimento do ato de tombamento não está vinculado ao reconhecimento dos bens tombados. Existem entrevistados que sabem da patrimonialização do Centro e, nesse universo, alguns conhecem bens tombados e poucos são os que não conhecem (16,66% e 6,66% dos entrevistados respectivamente). Existem aqueles que não sabem da ação do tombamento e, entre estes, há os que conhecem bens tombados e outros que não os conhecem (53,33% e 23,33% dos entrevistados). Isso demonstra que a informação circula de forma fragmentária ou que é captada e armazenada segundo os interesses e aptidões de cada indivíduo. (Figura 36)



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

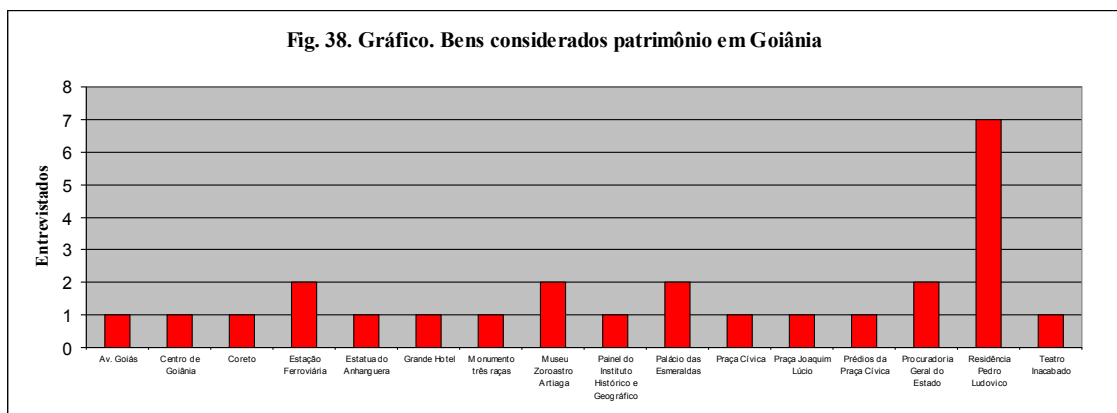
Questionados sobre os bens ou construções que conheciam como patrimônio da cidade, a maioria dos indivíduos (66,70%) contribuiu com alguma citação (Figura 37).

Fig. 37. Gráfico. Proporção de entrevistados que citaram bens que consideram patrimônio em Goiânia.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

O resultado mostra que, de alguma forma, o conhecimento abrange bens tombados nas instâncias municipal, estadual e federal e que os moradores não diferenciam esses níveis, englobando-os genericamente na categoria patrimônio (Tabela 01 e Tabela 02, Apêndice C). A Figura 38 expõe os bens citados mais relevantes. Há referência à Avenida Goiás e ao Centro como um todo, o que remete ao valor do projeto urbanístico da cidade. É citada a Estátua do Anhanguera (Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva), o Monumento das Três Raças, o Teatro Inacabado, componentes do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal. Também referenciou-se a Praça Joaquim Lúcio. Porém, ela não é tombada, mas constitui uma subárea com restrição de ocupação em função do tombamento pelo IPHAN do Palace Hotel e do Prédio da Subprefeitura e Fórum de Campinas. O Paineiro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás também não é tombado. Foi construído recentemente e sua menção provavelmente se liga ao fato de retratar situações, construções e pessoas que remetem ao passado da cidade. O Coreto, a Estação Ferroviária, o Grande Hotel, o Palácio das Esmeraldas, o Museu Zoroastro Artiaga, a Praça Cívica e seus componentes, entre estes o mencionado Prédio da Procuradoria Geral do Estado, a Residência de Pedro Ludovico Teixeira são tombados pelo IPHAN e pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás. Os quatro primeiros bens também fazem parte do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, evidenciando uma sobreposição de tombamentos em esferas públicas diferentes.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

A Figura 38 também demonstra que a Residência do Governador Pedro Ludovico Teixeira é a mais citada. Em outros momentos das entrevistas, esse monumento também é lembrado com relevância. Nesse caso, a sua construção, edificada inicialmente com uma finalidade prática de abrigar e servir de moradia, revela um valor de monumento histórico. Riegl³¹ (2006, p. 49) pondera que os monumentos históricos são “não-intencionais”, no sentido de que seus criadores não “pensaram em legar para as gerações futuras os testemunhos de sua atividade”. São os homens que conferem a essas obras a significação de monumentos. Trata-se, portanto, de uma atribuição subjetiva ligada ao valor de rememoração. Nesse caso, entendemos que esse valor não se liga somente ao aspecto físico, denotativo da idade da obra, como preconiza Riegl, mas, como constatado nas entrevistas, principalmente à personalidade de seu antigo proprietário.

Vinculadas ao tema patrimônio situam-se subjacentes noções de valores, dentre as quais destacamos as de valor histórico, valor de antiguidade e valor de contemporaneidade, que permeiam as respostas colhidas nas entrevistas. A noção de valor histórico, ainda conforme Riegl, refere-se a

[...] tudo o que foi e, hoje, não é mais [...] constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento. Em outros termos: toda etapa supõe um antecedente sem o qual não poderia ter existido. A noção de desenvolvimento está no centro de toda concepção moderna de história. Para nós, atualmente, toda atividade humana ou destino de que nos resta um testemunho pode postular valor histórico: no fundo, cada acontecimento histórico é insubstituível. (RIEGL 2006, p. 44)

Para o valor histórico, interessa a preservação da obra em sua forma original, seu valor aumentando à medida que revela essa condição de originalidade e de monumento

³¹ Publicado originalmente como: “Der moderne Denkmalkultus”, a primeira edição data de 1903.

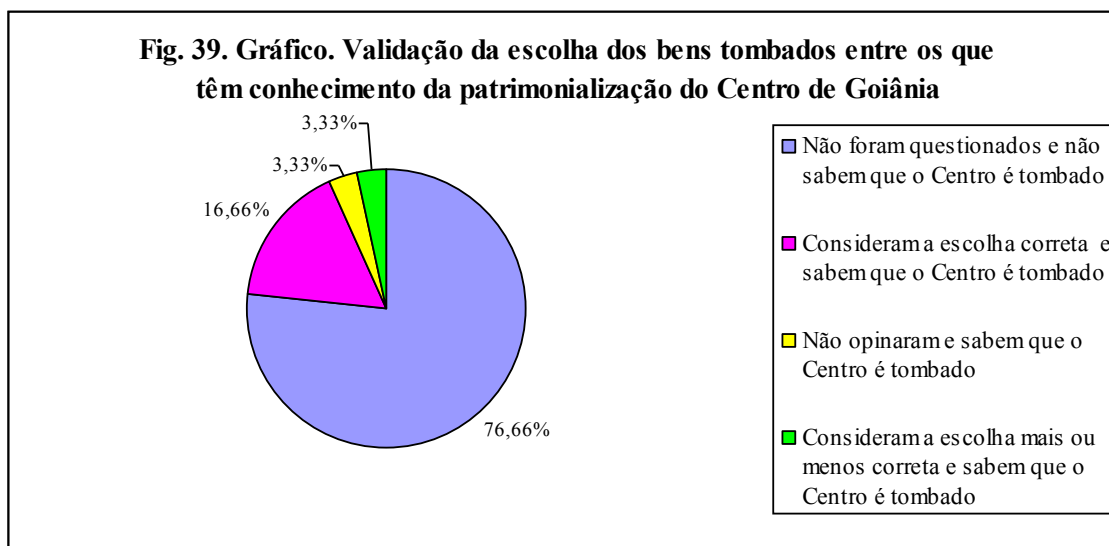
acabado. Para tanto, é essencial que os processos de degradação sejam interrompidos e que o monumento se conserve como um documento autêntico, um objeto passível de pesquisas pelas gerações futuras. Corresponde a um valor de rememoração determinado no presente ou, no caso dos monumentos intencionais, cedido por outros.

Segundo esse autor, o interesse suscitado pelas obras herdadas de outras gerações extrapola o valor histórico. A aparência que denota o tempo transcorrido desde sua construção, os traços perceptíveis que revelam sua idade expressam um valor de rememoração. Porém, não está ligado à obra em sua forma original. Esse valor, essencialmente vinculado à representação do tempo decorrido e às marcas da idade presentes no monumento, dá origem a um novo valor de rememoração, denominado de valor de antiguidade. O monumento atua produzindo no espectador um sentimento de piedade suscitado pela representação do tempo, pela degradação e pela ação da natureza diluindo formas e cores. Para Riegl (op. cit.), esse valor não implica uma abordagem científica ou histórica, está ligado à sensibilidade e à afetividade e abarca tanto as pessoas cultas quanto todos os indivíduos, sem distinção de nível cultural. Essa característica faz com que “o valor de antiguidade sobreponha a todos os outros valores ideais da obra de arte, à medida que pode endereçar-se a todos e para todos ser válido sem exceção” (RIEGL, 2006, p.74). Para o valor da antiguidade, interessa que o monumento mantenha ativo seu ciclo como elemento componente da natureza e sujeito às suas forças, sendo, portanto, contrário às práticas de conservação.

Opondo-se ao valor de antiguidade, o valor de contemporaneidade se manifesta pelo valor de uso e pelo de valor de arte. Ambos exigem que os bens sejam conservados. O primeiro está relacionado à manutenção física do monumento, necessária para utilização e abrigo dos ocupantes. O valor da arte refere-se ao aspecto acabado e concluído em relação às formas e cores que toda obra de arte deve apresentar. Satisfazendo e afirmando esses dois valores, o valor de novidade atende ao valor moderno de arte e requer que o monumento apresente uma integridade física perfeita e o caráter de obra nova, que acaba de nascer. Para Riegl (2006, p. 98),

O caráter concluído do novo, que se exprime [...] por uma forma conservada em sua integridade e uma policromia intacta, pode ser apreciado por todo indivíduo, mesmo por aquele desprovido de cultura. [...] Ao olhar da multidão, só o que é novo e intacto é belo.

Com o aporte desses conceitos, constata-se, nos dados colhidos na entrevista, que o valor histórico é citado em vários momentos. A menção a esse valor está nas justificativas sobre a validade da escolha dos bens tombados. A questão dessa escolha foi proposta a 23,34% do total de entrevistados e corresponde aos indivíduos informados sobre a patrimonialização do Centro. Nesse universo, a grande maioria considerou-a correta, e poucos, 3,33%, não opinaram. Igual porcentagem considerou a escolha mais ou menos correta (Figura 39).



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Nessa perspectiva, as respostas dadas indicam a predominância do valor histórico. De acordo com um morador, a escolha se justifica porque os bens escolhidos “são os remanescentes da história de Goiânia e também por ser um conjunto *Art Déco*. Temos tão pouca coisa, tudo está sendo destruído”. Outro entrevistado considera correta a escolha “pela arquitetura estar praticamente extinta, tem que cuidar dessa arquitetura”. Outro percebe que esses bens “fazem parte do início da capital e devem ser preservados”. Um outro deixa claro que é “pelo valor histórico”. Há quem concorde com a escolha dos bens patrimoniais, mas considera que poderiam ser incluídos “os bens do primeiro fluxo desenvolvimentista de Goiânia: casas tipo, edifícios comerciais não monumentais”. Conclui que “esses bens já haviam sido tombados antes, é uma redundância”.

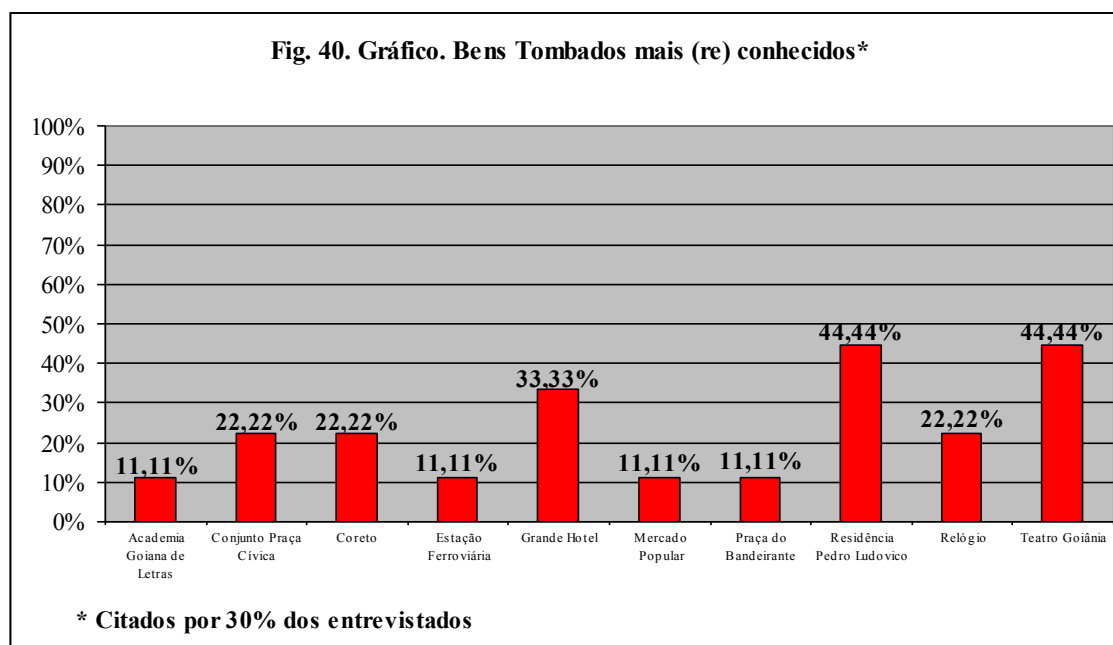
O valor histórico prevalece no entendimento que os entrevistados manifestam sobre o que é patrimônio histórico. 46,66% dos indivíduos entendem-no como construção antiga relacionada à história do lugar. Para alguns o patrimônio é um “marco histórico que

fala da cidade”. Como será visto adiante, Lynch (1999) afirma que a conjunção de forma física e significado pode fazer com que elementos urbanos se tornem marcos, pontos de referência da cidade. Na acepção do entrevistado, o patrimônio é um elemento investido de significados ligados à cidade. Recorda-se que, segundo Meneses (2002), a atribuição de valor não é imanente ao objeto, são os homens que lhe conferem significação a partir de suas habilidades e conhecimentos. Nota-se nas referências às construções, aos objetos fixos que compõem a paisagem patrimonial do Núcleo Pioneiro, a relevância da arquitetura definindo composições e estilos que referenciam, no espaço, o percurso de uma sociedade no decorrer do tempo. Exemplificando um entrevistado cita que o patrimônio é “tudo o que faz parte de uma determinada época, estilo. Aqui a arquitetura era a que predominava na década de 1930”. Em síntese, foram citadas as construções, as praças, a casa de alguém importante como exemplo do que eles entendem por patrimônio histórico edificado.

Conforme já dito, para Riegl (2006), o valor histórico faz dos bens patrimoniais um documento útil para pesquisas e com esse intuito, é preservado para as gerações futuras. Com visão semelhante, um entrevistado diz que “o centro de Goiânia foi planejado e construído e tem valor histórico e didático”. Outro demonstra essa mesma percepção ao afirmar que o patrimônio histórico edificado é “uma coisa que marcou o Estado ou a cidade e que hoje é um bom exemplo para a nova geração”. Um outro o vê como “alguma coisa para ser preservada para as gerações futuras, para transmitir cultura e os costumes de um povo”. A afirmação do patrimônio como transmissor de cultura acentua seu caráter ambíguo (Gonçalves, 2005), situado entre o material e o imaterial, uma vez que, enquanto objeto concreto, denota aspectos como os saberes, as técnicas, as crenças e os valores de uma sociedade. Outro entrevistado diz que “é histórico porque remonta à memória. Conservando, essas construções mantêm a memória viva. Tendo algo concreto para visualizar, é interessante, isso fixa na memória”. O sentido desse entrevistado situa o patrimônio como um monumento não intencional, que reflete valores de rememoração. Essa condição de elemento portador de conteúdos vinculados à história da cidade o torna útil para a formação do imaginário da urbano, pois atua como um suporte de memórias que conectam o presente ao passado. Outro depoimento coloca o patrimônio como “uma relíquia, uma peça valorosa que representa uma história que tem um começo e um fim”. Esse pensamento pode ser interpretado evidenciando a relação triádica proposta por Pierce (2005): o patrimônio, relíquia ou peça valorosa, é um signo que representa uma história, isto é, representa para alguém a história da cidade ou algum aspecto a ela relacionado.

Nota-se que a maioria dos entrevistados utiliza o adjetivo *antigo*. Porém, pelo conteúdo abordado na teoria dos valores definida por Riegl (2006), que preconiza o valor de antiguidade contrário à conservação, constata-se que, na pesquisa, a qualificação de *antigo* está mais conectada ao valor histórico. Esse termo, ao ser empregado pelos moradores da cidade, referencia construções marcadas pelo desgaste de agentes naturais, pelos estilos arquitetônicos, pelos modos de construção que denotam a passagem do tempo, no sentido de identificar as características passíveis de associação ao que consideram patrimônio edificado, e tendo em vista a preservação física do bem pelo seu valor como documento.

Solicitados a citar os bens tombados (re) conhecidos, a maior contribuição foi dada pelo grupo de indivíduos informados sobre o processo de patrimonialização do centro. 30% dos entrevistados contribuíram com respostas que deram origem à Figura 40.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

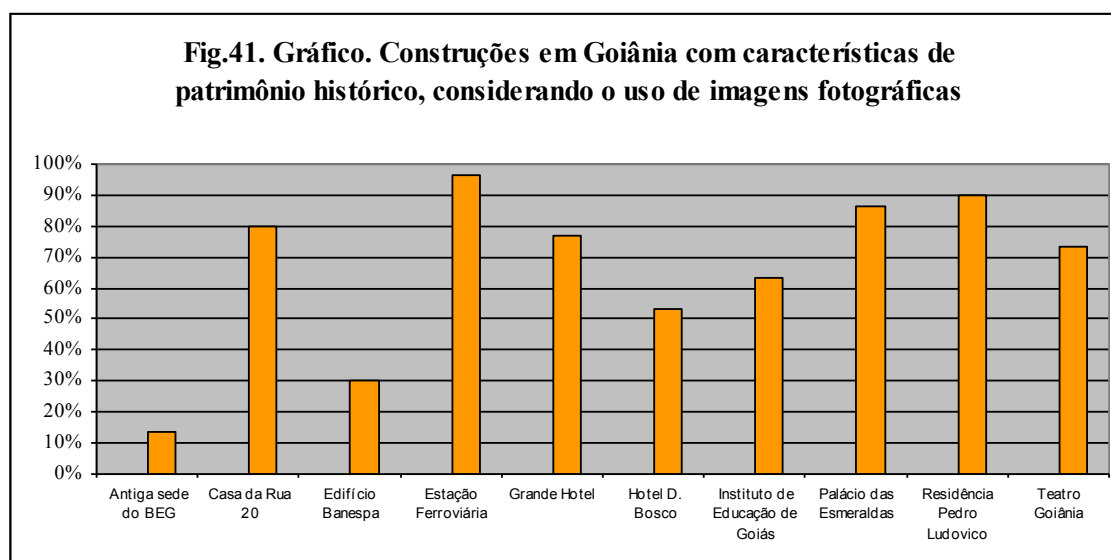
Os bens mais citados foram a Residência do Governador Pedro Ludovico Teixeira e o Teatro Goiânia, seguidos do Grande Hotel, do Conjunto da Praça Cívica, Coreto e Relógio. Todos, como já foi dito, tombados nas três esferas do poder. Dos demais bens citados, à exceção da Estação Ferroviária, a Academia Goiana de Letras foi tombada somente pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás, o Mercado Popular, apenas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal e a Praça do Bandeirante, entendida como espaço, não é tombada. Apenas a Estátua do Bandeirante (Estátua de Bartolomeu Bueno

da Silva) é considerada bem patrimonial na instância municipal. É interessante observar a recorrência do conjunto da Praça Cívica, já citado na Figura 38, tal demonstra que essa praça é percebida como conjunto e, portanto como paisagem. A sua forma e inserção na malha viária, a livre circulação pelo seu perímetro permite a apreensão visual de sua totalidade. A possibilidade de penetrar em suas vias internas fornece a compreensão de suas partes. Com base em Lynch (1999), essa praça se enquadra na definição de ponto nodal, é um foco estratégico que permite a conexão com outras vias e apresenta a característica de representar a sede de poder. A associação de uma forma física marcante com a concentração temática ligada ao poder e à administração pública torna esse cruzamento memorável. Enquanto forma física, a importância da Praça Cívica para o habitante da cidade se justifica como local de junção do fluxo do trânsito, quando as pessoas tomam decisões quanto à direção a seguir e, portanto, estão mais atentas e percebem os elementos circundantes com clareza. Nessa perspectiva, o Coreto e o Relógio, apesar de comporem o conjunto, são percebidos como elementos isolados, por se situarem na face externa ao anel que contorna a praça e que é definido pela Rua 82. Ressalte-se que, no projeto inicial da cidade, a Praça Cívica é elemento de destaque, foco de atenção, sede do poder, para onde convergem as principais avenidas. Na realidade, entendemos que, de acordo com esse plano, o Coreto e o Relógio são elementos significativos construídos, que promovem a integração visual entre a praça e o restante da cidade.

Prosseguindo no viés do reconhecimento dos elementos da paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, propôs-se aos entrevistados, a partir de imagens de edificações, componentes dessa paisagem, identificar as construções com características de patrimônio histórico. Com o suporte de dez (10) imagens fotográficas selecionadas e numeradas, mesclando construções tombadas oficialmente com outras sem essa classificação institucional, foi-se a campo com as fotos correspondentes à seguinte ordem: foto01 - Palácio das Esmeraldas; foto 02 – Prédio da antiga sede do BEG (Banco do Estado de Goiás); foto 03 – Residência de Pedro Ludovico; foto 04 – Casa da Rua 20; foto 05 – Grande Hotel; foto 06 – Hotel Dom Bosco; foto 07 – Instituto de Educação de Goiás; foto 08 – Teatro Goiânia; foto 09 – Edifício do Banespa; e foto 10 – Estação Ferroviária. (Ver Roteiro de Entrevista, Apêndice D)

O resultado apurado expressou a opinião de todos os entrevistados e evidenciou a sequência por ordem do percentual de identificação das construções como bem patrimonial. A disposição final é a seguinte: a Estação Ferroviária - 96,66%; a Residência de Pedro Ludovico - 90%; o Palácio das Esmeraldas, 86,66%; a Casa da Rua 20, 80%; o Grande Hotel, 76,66%; o

Teatro Goiânia, 73,33%; o Instituto de Educação de Goiás, 63,33%; o Hotel Dom Bosco, 53,33%; o Edifício do Banespa, 30%; e o Prédio da antiga sede do BEG, 13,33% (Figura 41). Nota-se que esse resultado legitima a escolha institucional, pois os bens de características patrimoniais mais citados coincidem com os que foram tombados. Também expõe que, ao olhar da população, outros elementos componentes da paisagem da cidade têm valor relevante.



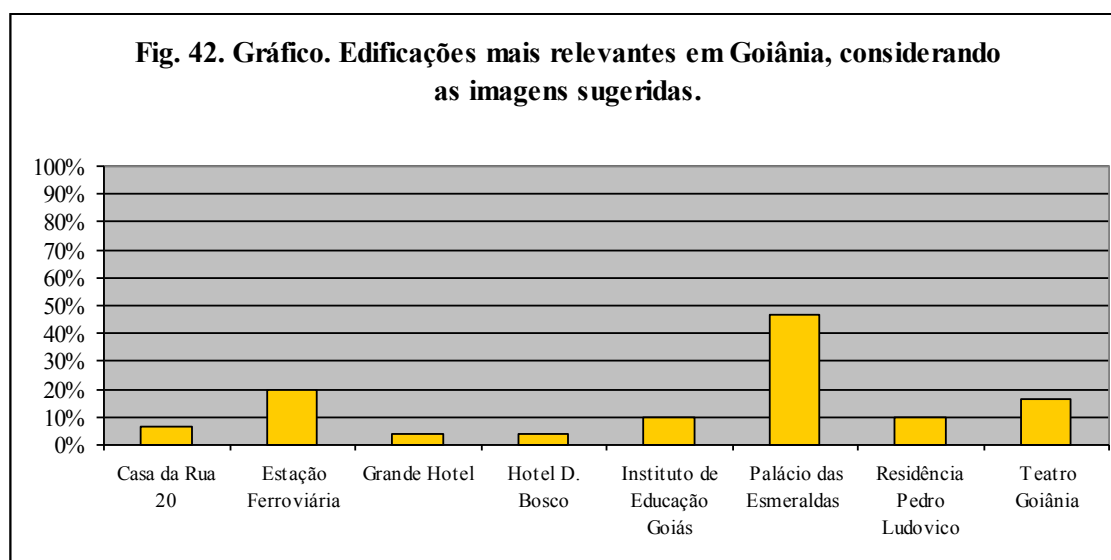
Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

A escolha das imagens mesclando bens tombados ou não, construções recentes e mais antigas aponta que, aos olhos da maioria, para a definição de bem patrimonial, a aparência do imóvel denotativa de sua idade e o valor histórico têm peso relevante. Entre os entrevistados, foi freqüente a utilização do adjetivo *antigo* para justificar as escolhas, predominando esse argumento na indicação da Casa da Rua 20, do Grande Hotel e do Instituto de Educação de Goiás. Argumentos como atributos estéticos, patrimônio como documento e fonte de pesquisa para as futuras gerações, também foram utilizados. Todos esses argumentos são justificativas que reportam à discussão de valores proposta por Riegl (2006).

Alguns moradores da cidade percebem esses bens patrimoniais na condição de objeto que: “representa o governo”, “representa o pioneirismo”, “símbolo do progresso”. Um entrevistado, referindo-se ao Prédio do Banespa, afirmou que “não representa um fato histórico e cultural marcante”. Essas falas posicionam o objeto patrimônio como signo que representa algo para alguém (interpretante). Barthes (2001) expõe que a própria função do

edifício pode se tornar seu signo, como é o caso do Teatro Goiânia, referenciado por sua função cultural no contexto da cidade, e o Palácio das Esmeraldas, por sua função como sede do poder. A aparência de construção nova ou estilo arquitetônico mais contemporâneo é justificativa alegada quando não se consideram determinados bens como patrimônio. A maioria utiliza esse argumento em relação ao Prédio do Banespa, ao Prédio da antiga sede do BEG e para o Hotel Dom Bosco. Alguns consideram ainda que prédios de instituições financeiras não devem ser cogitados como bens patrimoniais.

Diante das imagens, os entrevistados foram também indagados sobre qual edifício consideravam mais importante. Para alguns, os edifícios teriam importância equivalente, pois todos contribuíram de alguma forma para a história da cidade. As respostas dadas estão sintetizadas na Figura 42.



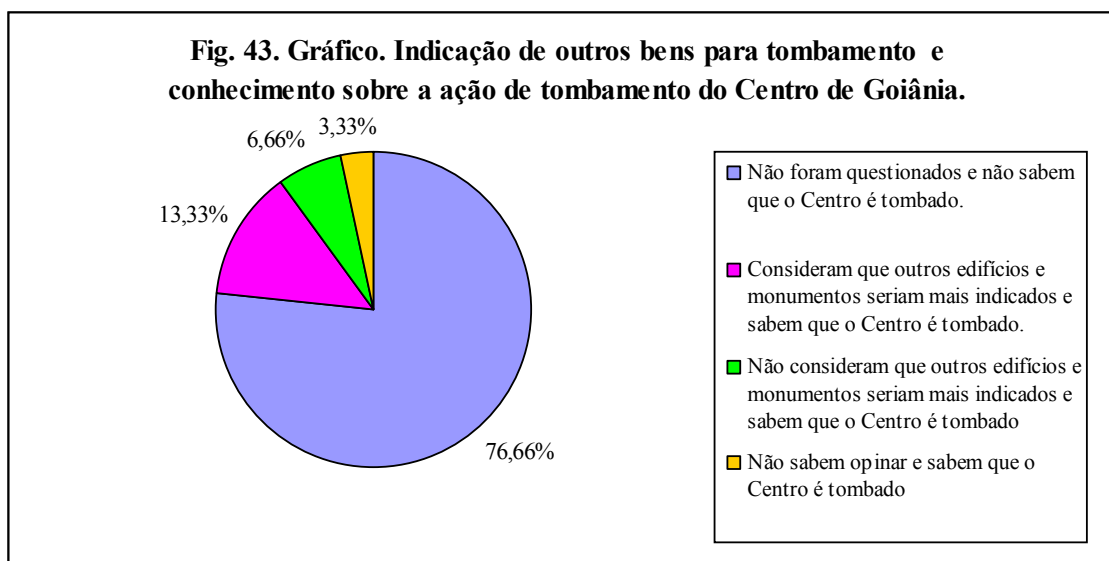
Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Nessa proposta de utilização de imagens como suporte, a classificação dos bens por relevância revelou a preferência pelo Palácio das Esmeraldas. Ele é citado por 46,66% dos moradores pesquisados, seguido do Prédio da Estação Ferroviária (20%) e do Teatro Goiânia (16,66%). Considerando a imagem, a Residência de Pedro Ludovico que, na Figura 38 e na Figura 40, aparece com destaque como bem reconhecido, perde sua relevância sendo citado por apenas 10% dos entrevistados.

Nas justificativas apresentadas a importância atribuída ao Palácio das Esmeraldas se respalda na referência ao governo estadual. Para a grande maioria, essa edificação é importante “porque é a sede do governo e centro da cidade”. Um entrevistado considera que,

“além de referência do governo estadual, principalmente porque foi o Pedro Ludovico que construiu”. Outro morador acredita que o palácio das Esmeraldas “é o símbolo do início, a transferência da capital para Goiânia”. A Estação Ferroviária, para alguns, é importante pelo movimento e circulação de pessoas e pela idéia de desenvolvimento e de trabalho. Um outro responde sobre a Estação Ferroviária e o Palácio das Esmeraldas: “são coisas que me chamam a atenção e, quando eu penso em Goiânia, eles demarcam um extremo e outro”. A referência ao Teatro Goiânia foi justificada como “o espaço onde passa a cultura”; para outro morador, “é o mais importante, mais bonito, é uma das construções que mais lembra a história da cidade”. Todos esses argumentos reportam às discussões já apresentadas ligadas à semiótica de Barthes (2001) e à imagem da cidade pelo viés de Lynch (1999).

Outra pergunta proposta perscrutava se outros edifícios e monumentos seriam indicados para o tombamento. A maioria dos entrevistados informada de que o centro é tombado (13,33%) considerou que outros bens merecem ser incluídos na categoria patrimônio; 3,33% consideraram que não indicariam outros bens e 6,66% não souberam opinar (Figura 43).



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Esse dado demonstra que a percepção é individualizada. No ato de ver estão implícitos valores ligados à afetividade e fatores condicionados à apreensão da cidade que, como dito, é marcada pela associação das informações recebidas com os conhecimentos que compõem a bagagem cultural de cada indivíduo. No caso de Goiânia, prevaleceu a visão do técnico e a justificativa de que tombar apenas os edifícios públicos representativos do estilo

Art Déco seria a atitude mais aconselhável face ao temor de que a patrimonialização, envolvendo bens particulares, incitasse os proprietários a demolir seus bens pelo receio das limitações impostas pelas normas rígidas de preservação.

Os entrevistados que consideraram outros bens indicados justificaram sua posição com os argumentos de que outros bens “são importantes”: um deles acredita que “passaram por estudos e são mais antigos”. Demonstrando uma visão mais crítica e em sintonia com o que já foi discutido sobre o patrimônio, outro entrevistado, postulante da indicação de outros bens, ponderou que “o tombamento de certa forma é elitista e o bem popular fica relegado”. Ao contrário, um dos indivíduos considerou que não existem outros bens com relevância suficiente para essa indicação. Respondeu com um questionamento: “Não. Porque não tem. Quais poderiam ser tombados”?

Essa foi mais uma das questões levantadas. No universo de 23,34% do total de entrevistados, que sabem do tombamento do Centro, a maioria não conseguiu relacionar exemplos de bens passíveis de sofrer essa ação. Foram sugeridas as casas tipo, áreas verdes, áreas de preservação ambiental, sede comercial. Outro entrevistado, contraditoriamente, relacionou bens já tombados, no caso os edifícios da Praça Cívica, a Estação Ferroviária e o Cine Goiânia, hoje denominado Teatro Goiânia. Um outro achava relevante o Palácio das Campinas e alguns prédios de apartamentos relativamente antigos da Avenida Goiás, construídos no início da década de 1970: – Edifício Família Real, Edifício Marquês de Olinda, Edifício Dom Pedro I, Edifício Dom Pedro II, Edifício Dom João VI e Edifício Princesa Isabel. Interessante pontuar que, neste caso, os edifícios citados são todos adjacentes ao seu local de trabalho. Talvez essa referência se explique por um sentimento de afetividade, motivado pela convivência cotidiana nesse espaço da cidade que, a partir da apropriação, se torna um lugar. Nesse sentido, relembremos Ferrara (2000), ao afirmar que a criação de lugares corresponde justamente à apropriação do espaço que acontece pelo uso, pela vivência, pela socialização e qualificação. Também nos reportamos a Gomes (2003, p. 310), quando pondera a propósito do horizonte humanista na geografia e afirma que “o espaço é sempre um lugar, isto é, uma extensão carregada de significações variadas”. Para Holzer (2000, p. 114), o lugar também se relaciona com o tempo, este último percebido como movimento ou fluxo, e o lugar como expressão de “pausa na corrente temporal, afeição pelo lugar em função do tempo; lugar como tempo visível ou lembrança de tempos passados”.

Resumindo, dentre os entrevistados que sabem do tombamento do Centro, ou seja, 23,34% do universo total de indivíduos pesquisados, mais da metade (13,33%) não soube citar outros bens que poderiam ser tombados. Para o restante da amostra, um relacionou de

forma equivocada construções que já haviam sido tombadas. Isso significa que apenas 6,66% dos entrevistados conseguiram expressar elementos que compõem a paisagem da cidade. Desconsiderando fatores do momento, que podem ter interferido na comunicação dos outros 16,66% dos entrevistados, pode-se pensar em um imaginário da cidade não consolidado ou talvez ausente, ou numa imagem diluída no cotidiano, marcada pelo hábito de ver que impede a assimilação dos elementos componentes da paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Como já se disse, é o imaginário determinado por um juízo perceptivo que supõe a participação (o aprender coletivo pautado na comunicação) e a reflexão sobre a cidade, em conjunto com as imagens associadas a significados contidos no repertório cultural dos indivíduos, que amplia a percepção visual e resulta na experiência urbana. De acordo com Ferrara (2000), é o ver complexo, aliado à reflexão auxiliada pela memória, que compara a experiência urbana presente e a passada, os responsáveis pela interação entre o imaginário e a história da cidade e que geram sua imagem.

A compreensão dos elementos associados ao tema patrimônio requer o aporte de conhecimentos ligados à arte, história, geografia, arquitetura, que não estão disponíveis de forma igualitária a toda população (Fonseca, 2005). O desconhecimento dificulta a decodificação dos signos presentes no espaço urbano, incidindo diretamente na formação do imaginário e, em consequência, na apreensão das imagens da cidade. Dessa forma, por esse viés, deduz-se que a apreensão da cidade e de seus objetos não é homogênea, corresponde às aptidões e ao repertório cultural inerente a cada indivíduo. Essa reflexão corrobora a análise do Professor Gil Mendes Luz presente na reportagem do jornal **Diário da Manhã** “Monumentos da cidade caem no esquecimento” (p. 142) a respeito da relação da população com os monumentos da cidade. Para ele, a população necessita de conhecimentos que promovam sua integração com os objetos que compõem a paisagem do Centro Histórico.

Encontrando essas ponderações, constata-se que a história da cidade de Goiânia é pouco conhecida pelos seus habitantes. Apenas 33,33% afirmaram ter o conhecimento da sua história; 26,66% disseram que a conhecem mais ou menos e 40% dos entrevistados afirmaram não ter esse conhecimento. Inquiridos a respeito do que pensam dessa história, 40% não emitiram opinião. Dentre os demais, algumas opiniões expressaram certa cautela quanto à veracidade da história: um entrevistado acredita que há muitas controvérsias e dados inexatos; um outro diz: “a história você conta do ponto de vista de cada um. Acho que deveria mostrar o lado também dos trabalhadores. A história, às vezes, aparece mascarada”; um outro considerou que essa história expressa “os mesmos equívocos da história de Goiás, equívocos como o esquecimento de Campinas”; alguns ponderaram que a história de Goiânia retrata a

mudança da capital como algo necessário; outros enalteceram a personalidade de Pedro Ludovico Teixeira, colocando-o como “um desbravador, tinha capacidade”; para outro, ele “foi de uma visão tanto quanto JK” e sua ação é qualificada de “visão moderna”.

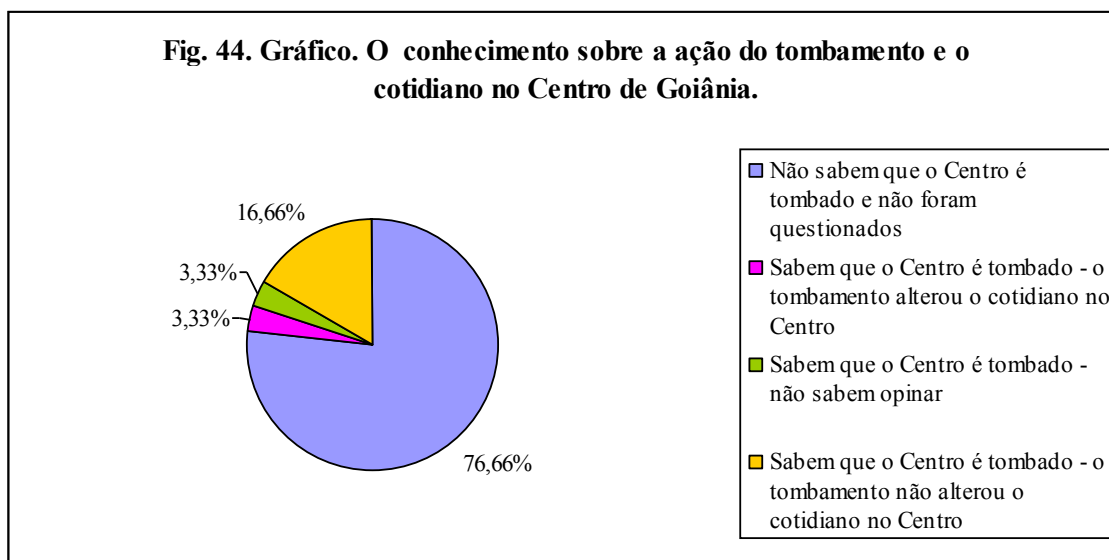
Apesar do elevado percentual de desconhecimento da história da cidade, a grande maioria acredita que esse conhecimento é importante. Muitos lamentam não conhecer a história de Goiânia e alguns afirmam que gostariam de conhecê-la. Interessante perceber que vários entrevistados consideram que o conhecimento histórico permite comparar o presente com o passado e, a partir da análise de fatos passados, é possível planejar o futuro. Essa visão também é coerente com o entendimento de Ferrara (2000) sobre o *ver* complexo, em que a reflexão e a memória são determinantes no processo de aprendizagem urbana, responsáveis pela interação do imaginário com a história da cidade, que faz emergir uma imagem consistente não marcada pelo hábito de *ver*.

Pode-se também associar a ausência de referências a objetos fixos componentes da paisagem do Núcleo Pioneiro às relações impostas pela sua condição de metrópole contemporânea. De acordo com o exposto no referencial teórico, essa nova cidade é caracterizada pelo fluxo rápido necessário à realização do capital, o que resulta na efemeridade, nas relações vazias, que diluem os vínculos do habitante com a cidade e seus espaços, reduzem o uso dos espaços públicos e fortalecem os espaços privados (CARLOS, 1999; SILVA, 2001; FERRARA, 1993). Isso impede a apropriação, o desenvolvimento da afetividade e, consequentemente, a geração de lugares que são essenciais ao processo de identificação. No ritmo imposto pelas relações produtivistas, em que o tecido urbano é fragmentado e o planejamento induz ao *que e como ver*, expressando uma estrutura de ordem que determina o que consumir, é dada ênfase a determinados espaços em detrimento de outros. As ações pontuais evidenciam uma postura urbanística pragmática, que não prioriza as comunidades locais e se caracteriza pelo abandono de atuações globais na cidade (BARBOSA, 2006).

No caso da região do Núcleo Pioneiro de Goiânia, a ênfase em consolidar novas centralidades, destituiu a região de sua posição de centro principal da cidade. A degradação de seus espaços e a ausência de planejamento eficaz para solucionar problemas estruturais ligados ao trânsito, estacionamento, iluminação e segurança, elementos essenciais para sua condição de metrópole contemporânea, resultam no distanciamento e na indiferença de seus habitantes. É um dos fatores que inibem a identificação e produz esse “*ver*” marcado pelo hábito, que não percebe os objetos fixos componentes da paisagem. Transparece que o Centro, até o presente momento, está fora da ordem *do que ver e como ver* (BARBOSA,

2006; FERRARA, 2000). A degradação e o abandono talvez sejam um cenário negativo necessário para a ascensão de outras centralidades.

Na perspectiva da geração de lugares e da apropriação da cidade, uma outra reflexão está relacionada à patrimonialização e à possível modificação do cotidiano na Região Central. Para a maioria dos entrevistados conhecedores do tombamento, esse fato não alterou o cotidiano da região. (Figura 44)



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Entre as justificativas desse gráfico estão as ponderações que refletem a atual condição da região. Foi dito que “não se percebe nada de anormal”; para outro indivíduo: “continua a mesma coisa. [...] a revitalização não alterou em nada, a não ser a aparência, mas em relação ao comércio, trazer a população para o centro, não alterou em nada”. Outro entrevistado considerou que “o Centro está morto e que a vida da cidade se concentra nos *shoppings* e nos bairros de classe média alta”. Essa visão corrobora a discussão anterior sobre a intenção de fortalecer novas centralidades em detrimento da antiga posição da região de centro principal da cidade. Esse mesmo entrevistado demonstrou conhecer a dinâmica de crescimento da cidade e relacionou o Setor Bueno, Setor Oeste, Setor Bela Vista e Jardim Goiás como os novos pontos de concentração e desenvolvimento. Nas justificativas, também há referência ao desconhecimento da ação de tombamento. Um dos entrevistados afirma que “poucas pessoas sabem disso, há muito vandalismo e depredação”.

Um outro morador da cidade avaliou que o tombamento preservou o traçado, no entanto, não mudou a forma de condução da política de preservação e a legislação do uso do

solo, que também não é favorável. No seu entender, as mudanças constantes das atividades do Centro, o ritmo acelerado de demolições das residências, a imposição da demanda comercial sobre um zoneamento residencial, caracterizariam uma sobrecarga na malha tombada. Ou seja, existe uma legislação que ampara os bens patrimoniais, mas não existe ação que iniba as práticas lesivas. Como exemplo, pode-se citar a Estação Ferroviária, que, no dossiê de tombamento, determina como subárea com restrições de ocupação todas as quadras adjacentes. No entanto, os órgãos públicos aprovaram a construção do *Shopping* da Estação, edificação de grande porte e configuração arquitetônica que alteraram a paisagem e a relação figura e fundo entre o monumento e seu entorno. Essas ponderações constataam que a legislação municipal estabelecida no Uso do Solo não respeita os usos definidos em legislações anteriores e permite a sobreposição de novos usos às vezes incompatíveis com os existentes. É o caso do novo Plano Diretor, aprovado em 2007.

Como dito no segundo capítulo, a região central é alvo de dois programas específicos: o Programa de Reabilitação e Requalificação do Centro e o Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórico Cultural do Município. Também está inserida nas áreas dos Programas Especiais de Interesse Urbanístico, em que estão previstas ações de requalificação urbanístico-ambiental. No entanto, foi definida como Área Adensável. Isto é, segundo o mapa: Modelo Espacial – Política de Desenvolvimento Urbano, todo o Núcleo Pioneiro de Goiânia, sem distinção de áreas, está sujeito a maiores densidades habitacionais e atividades econômicas. Nessa lógica, salvo algum procedimento ou norma a ser definida em legislação complementar, a área do centro tradicional está totalmente aberta aos interesses da especulação imobiliária. A princípio, o resultado prático desse documento, no que se refere à preservação dos bens patrimoniais, denota falta de sintonia e de complementaridade de ações entre as esferas da gestão pública ligadas ao patrimônio.

Nas entrevistas nota-se uma reduzida menção ao processo de reabilitação iniciado na gestão municipal do período compreendido entre os anos 2000 a 2004. Em geral, transparece que o processo foi assimilado principalmente como uma transferência de localização dos camelôs e não como uma ação vinculada à patrimonialização, que visasse a reabilitação do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Conforme discutido no segundo capítulo, existe uma vinculação entre a patrimonialização e as iniciativas de reabilitação urbana. Segundo Jacques (2005), Barbosa (2006), Choay (2001), correspondem a ações que visam a auto-sustentação do patrimônio via apropriação de bens culturais pelo capital que, para se realizar, utiliza o recurso de forjar uma imagem de cidade atraente para o mercado tendo em vista a fruição turística.

A esse respeito, alguns moradores da cidade têm a percepção de que a patrimonialização pode estimular a atividade turística. 16,66% dos entrevistados mencionam o turismo como um fator positivo resultante da condição de cidade com patrimônio tombado. Um deles considera que “deveria ser bom, é algo para mostrar para as pessoas de fora”. Essa afirmação sugere que a valorização desses bens não é espontânea. A oficialização do patrimônio, ou seja, a anuência de uma instituição baseada na atribuição de valor conferida por especialistas atua conferindo a credibilidade necessária “para mostrar para as pessoas de fora” e disseminando, na sociedade, os valores de uma classe de intelectuais. Segundo Santos (1996, p. 82), o ato de tombamento altera “a classificação social, de simples objeto imerso no anonimato para objeto aurático, tornado monumento”. Nesse caso, a afirmação pode ser interpretada como denotativa da falta de percepção dos bens culturais e, conseqüentemente, ausência de identificação de uma parcela da população com os objetos.

Para outros entrevistados, a relação patrimônio e turismo é percebida como um elemento de atração e fonte de renda. Foi citado que o patrimônio “é bom, melhora o turismo e o comércio”. Outro morador pondera que a valorização do patrimônio cultural pode desencadear um processo de exclusão: “isso valoriza o lugar atrai turistas. [...] É interessante ser [a cidade de Goiânia] patrimônio cultural, mas por outro lado corre o risco de supervalorizar o comércio e levar à exclusão”. Esse pensamento é coerente com a discussão já estabelecida de que o patrimônio, enquanto expressão da cultura, é um elemento passível de apropriação pelo mercado. Os centros históricos tratados de forma espetacular passam a exprimir uma imagem da cidade forjada por interesses que visam a sua inclusão nos circuitos do consumo de imagens e produtos. Esse processo, denominado por Barbosa (2006) de “museificação estético mercantil”, geralmente conduz à gentrificação, pela “expulsão dos moradores mais pobres das áreas de intervenção que recebem os moradores mais abastados ou novas funções elitizadas” (JACQUES, 2005, p. 12). Sob a justificativa de valorizar as tradições locais, almeja, sobretudo, satisfazer a expansão da indústria do turismo e atingir a realização do capital. Com esse intento, são adotadas práticas sociais de intervenção e gestão de cidades que acentuam diferenças e favorecem o surgimento de novas formas de hegemonia social.

Ações de reabilitação denotam o investimento público na recuperação física de áreas degradadas do tecido urbano. No caso do Centro de Goiânia, de acordo com as notícias publicadas nos dois jornais pesquisados, por ocasião dessas ações já havia a intenção explícita de forjar uma imagem atraente para o mercado. Como já dito, são materializações de intenções e elaborações mentais geradas por especialistas, planejadores, arquitetos,

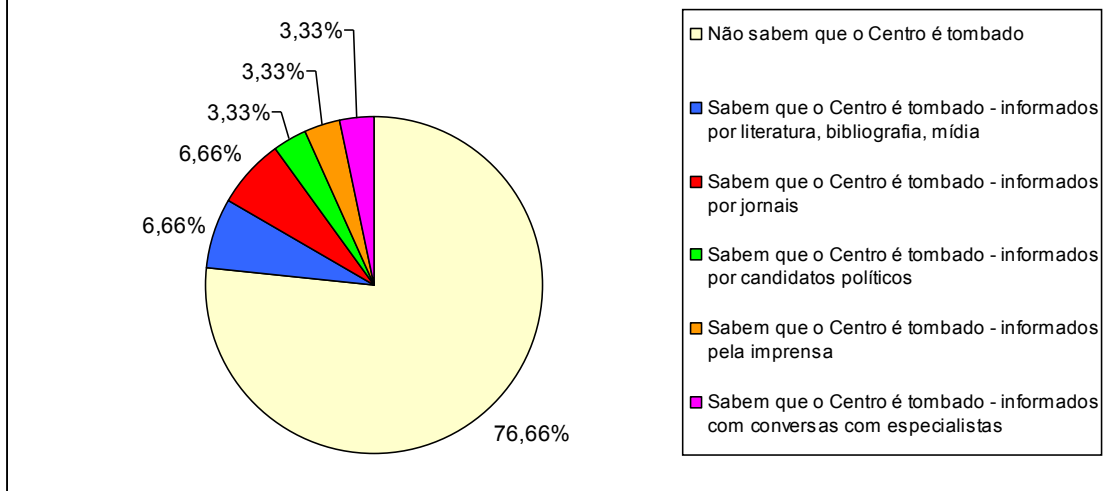
empresários e políticos, na dimensão do espaço concebido. Pretendem moldar as práticas sociais inserindo novos signos, valores e crenças. Considerando esse viés, o resultado das entrevistas retratam as impressões dos moradores da cidade diante do mundo físico como produto dessas elaborações mentais e das relações de poder atuantes sobre o espaço do Centro.

3.2.2 Do espaço de representação às representações sociais sobre o patrimônio.

O reconhecimento da cidade enquanto espaço físico construído, espaço percebido na conceituação de Lefebvre (1974), articula-se simultaneamente a um mundo de sentidos e significados correspondentes ao espaço vivido. O reconhecimento da cidade e o processo de identificação acontecem pela vivência dos indivíduos. A articulação do espaço percebido e do espaço vivido contextualiza os indivíduos, visto que considera aquilo que é tangível e o que é abstrato, e pode resultar em um espaço que, no entendimento de Sahr (2007, p.68), apresenta uma dimensão “conscientizadora e um grande potencial para resistência”. É um espaço “onde os moradores podem desenvolver uma linguagem não alienadora” e alcançar a autenticidade e o prazer. Coincide com a discussão apresentada por Ferrara (2000) sobre o desenvolvimento da experiência urbana. Sob esse prisma, passamos a apreender as representações implícitas nos relatos dos sujeitos sobre a cidade e o patrimônio. Abric (2001) afirma que as enquetes e os estudos qualitativos são instrumentos indispensáveis de informações necessárias para o conhecimento e a análise das representações.

Um ponto de interesse revelado na pesquisa de campo foram as fontes de informação pelas quais os entrevistados ficaram cientes da patrimonialização do Centro de Goiânia. As pessoas que afirmaram saber do tombamento do Centro correspondem a 23,34% dos entrevistados e foram questionadas nesse sentido. Foram citadas como fontes de informação: a literatura, bibliografia, mídia, jornais, imprensa, conversas com especialistas e com políticos. A Figura 45 revela o predomínio da mídia em suas diversas formas. Isso demonstra o valor da linguagem, do dialogismo, neste caso mediatizados por recursos da escrita na forma de livros e jornais.

Fig. 45. Gráfico. Conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia e as fontes de informação.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Toda forma de comunicação envolve troca de experiência e informação que, mescladas ao repertório de conhecimentos dos indivíduos, resulta no conteúdo expresso em suas interações. Esse dado comprova que os indivíduos produzem discursos contextualizados, historicamente situados, amparados em outros discursos que formatam a realidade em que vivem. Dessa forma, os moradores entrevistados objetivam, por meio da linguagem, conteúdos subjetivos construídos e resultantes de uma mescla de informações. São representações sociais, no sentido de que expressam “um produto e um processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento” (JODELET, 2001, p. 22).

De acordo com essa autora, a comunicação é essencial para a efetivação das trocas e interações entre os indivíduos na criação de um universo consensual. “A comunicação social em seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (JODELET, 2001, p.30). Nesse âmbito, é possível perceber que a formação das representações está ligada a condições de dispersão e defasagem de informações, que não são igualmente acessíveis a todos os grupos sociais. É o que se percebe no resultado das entrevistas nos percentuais dispares entre os indivíduos que têm conhecimento sobre o tombamento do Centro (23,34% dos entrevistados) e os que não têm essa informação (76,66% dos entrevistados). Esse resultado aliado, à constatação, nos dois jornais pesquisados, de que o número de reportagens sobre o patrimônio e o Centro é reduzido, pressupõe que a dispersão das informações sobre o

tema é insuficiente para atrair o interesse dos leitores. Some-se a isso, a defasagem de conhecimentos entre os diferentes grupos que compõem a sociedade.

No entanto, as reflexões apresentadas a seguir evidenciam que muitos discursos dos entrevistados estão em sintonia com as informações publicadas nestes jornais. Também é perceptível que as representações sociais surgem da apreensão do espaço percebido, ou seja, da materialização física das formas espaciais construídas, e pressupõem uma reunião de usos e funcionalidades distintas.

É interessante observar a referência à implantação dos *shoppings centers* como fator relevante para o abandono do Centro tradicional e da sua perda de condição de centralidade principal da cidade, denotando o conhecimento do processo de formação do espaço urbano por uma parte dos entrevistados. Os *shoppings* são colocados como elemento de contraposição aos fatores negativos vinculados ao Centro. Nesse sentido, foi mencionada a retirada das lojas e vitrines que faziam dessa região um local ideal para as compras. De fato, houve a transferência do comércio ligado à classe média e alta para os *shoppings centers*. Esses centros de lojas são considerados locais seguros, confortáveis e que oferecem estacionamento. A maior parte dessas ponderações foi feita por indivíduos na faixa etária entre 30 e 39 anos e que, portanto, ainda tiveram a oportunidade de conviver no espaço enquanto centralidade principal e presenciaram as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Também foram feitas citações da necessidade de revitalização como forma de manter a frequência de pessoas no espaço. A predominância do comércio popular foi vista com insatisfação e foram frequentes as referências à necessidade de melhoria e à falta de incentivos para que tal aconteça. Entre os moradores da cidade, existe a representação do Centro como lugar abandonado e triste em consequência do predomínio das atividades comerciais que agitam a região durante os dias úteis. Mas, como já dito, nos finais de semana e à noite elas dão lugar ao vazio e à ausência de atividades que promovam a socialização.

Sob o prisma do espaço concebido, as ações sobre o tecido urbano muitas vezes não correspondem às reais necessidades da cidade e de seus habitantes. É o caso de um entrevistado, que demonstra possuir o saber de especialista e questiona a atuação de técnicos ligados ao poder municipal, porque percebe a existência de um zoneamento que não atende às características específicas da região. Para ele, o centro “sempre foi mal entendido como projeto urbanístico. Há transformação dos usos em função da desregulamentação do zoneamento”.

Pelo que foi discutido, a melhoria do espaço central envolve a resolução de uma série de fatores que, juntos, favorecerão a sua apropriação. O habitante da cidade deve sentir

que esse espaço favorece o desenvolvimento de relações sociais, que é bom frequentá-lo, que é um local que oferece elementos diferenciados que justificam percebê-lo, numa escala de valoração, como as demais centralidades em expansão. Para tanto, acredita-se que o primeiro passo seja a resolução política de retomar sua condição de centro dinâmico. Essa é a percepção de vários entrevistados, entre eles, os que ponderam deva haver incentivo fiscal concedido pela Prefeitura Municipal e pelo Estado para a manutenção das construções. Há a percepção de que esse incentivo deve abarcar as construções do primeiro fluxo desenvolvimentista e deve ser acompanhado de uma regulamentação das fachadas de valor iconográfico. Outro percebe que, com essas medidas, “a população vai manter sua obra restaurada, melhorar a fachada, a pintura. Se não houver redução de impostos, isso não acontece”. Outro morador afirmou que, para melhoria do centro, “só com interesse político”. Recorda que, na gestão municipal de 2000 a 2004, foi lançado o Projeto Centro de Todos, no qual a Avenida Goiás figuraria como corredor cultural. Inclusive, que fora firmado um ajuste de conduta nesse sentido.

Outras pessoas perceberam que faltam opções de lazer. Nesse viés, ficou sugerido como forma de atrair a população o apoio para a implantação de comércio diferenciado, com bons bares e restaurantes. Essas medidas encontraram o outros entenderam que poderia ser melhorado no Centro. Nesse caminho situa-se a opinião de que “tem que chamar para frequentar o Centro, melhorar o comércio, precisa de luz, de alegria”. Outro opina que é necessário “desenvolver algum projeto para que as pessoas [...] voltem a frequentar”. Muitos acreditam que o incentivo à atividade comercial de melhor qualidade trará benefícios para a região e é frequente a referência a um “comércio não tão popular” ou a “tirar um pouco do povo que fica vendendo nas calçadas, tem muita barraquinha”. Sem dúvida, a atividade comercial é um forte fator de atração. Mas é interessante ressaltar que, nesse espaço, estão situados museus, cinemas e teatros que sugerem alternativas à apropriação e são equipamentos urbanos disponíveis e subutilizados.

Para vários moradores, facilitar o acesso ao Centro, com mudanças no trânsito e maior oferta de estacionamento, é essencial para a dinamização das atividades desenvolvidas. Também é frequente a referência à necessidade de reabilitação física dos objetos fixos que compõem a paisagem. Vários indivíduos manifestaram a urgência de melhoria na iluminação pública bem como a necessidade de manutenção, limpeza e segurança.

Essas manifestações indicam medidas que envolvem o espaço concebido e, portanto, requerem a decisão do gestor em investir na recuperação e fortalecimento do Centro Histórico. Como foi dito, na análise das entrevistas constatou-se que as representações sociais

surgem a partir da percepção do mundo físico, das qualidades inerentes ao ambiente. A partir dessa consideração, pode-se inferir que espaços qualificados (no sentido de atributos físicos ligados à sua manutenção e aliados aos atributos de sua apreensão enquanto espaço social) geram representações equivalentes à qualidade e aos valores que lhe são atribuídos enquanto espaço vivido propício à realização das potencialidades humanas.

Pelo viés das representações sociais, Grize (2001) expõe que toda representação é um fato semiótico, pois sempre se representa alguma coisa. A representação é expressa em discursos elaborados segundo uma lógica que organiza o pensamento. A noção-chave dessa lógica natural é a esquematização, que nada mais é do que dispor em discurso os pontos de vista sobre uma certa realidade, numa relação dialógica inserida em um contexto. A esquematização é um objeto semiótico na medida em que é um signo da realidade. Dessa forma, segundo o autor, “colocar em discurso é exprimir oralmente ou por escrito numa língua natural, o que já implica que há sentido, desde que haja apropriação de fala”. (GRIZE, 2001, p. 125). Nos discursos cotidianos, os indivíduos sempre se colocam nos seus pontos de vista, traduzem pela fala o modo pelo qual percebem o mundo e, ao mesmo tempo, expõem a si mesmos. Para Sperber (2001, p.94), ao se exprimir, os indivíduos representam “conteúdos de propósitos, de pensamentos ou de intenções, por meio de enunciados de conteúdo semelhante”. Tornam públicas suas representações mentais. Nesse sentido, representam uma representação, uma vez que o conteúdo de uma representação não se descreve, são interpretados.

Embasados nessa discussão e com o intuito de apreender as representações que explicitam esse espaço enquanto espaço vivido repleto de significações, valores e signos, constata-se, no conteúdo das entrevistas, o predomínio de uma visão negativa do Centro. Ele é percebido/ sentido pela maioria como um local perigoso e inseguro, em que o policiamento se faz uma necessidade premente. Também é muito referenciado como local tumultuado, congestionado, cheio de gente e de carros, o que torna desconfortável a permanência nesse espaço. Para muitos, a ida a essa região só se justifica pelo cumprimento de alguma obrigação e nunca é motivada por algum fator atrativo. Grande parte dos entrevistados associa esses pontos negativos à ausência de infra-estrutura relacionada à dificuldade para estacionar e à incompatibilidade entre a dimensão das caixas das ruas e o volume de trânsito de veículos. Isso conduz, algumas vezes, à percepção do Centro como local apertado e cheio.

Na faixa etária entre 18 e 29 anos, há predomínio de referências negativas. Essas menções também são maioria entre os indivíduos acima dos 30 anos, correspondendo, respectivamente, a 20% e a 36,66% do total de entrevistados. Porém, entre os últimos estão

aqueles que vivenciaram o apogeu da região e, apesar da representação negativa gerada em função da inadequação atual do espaço, alguns mantêm vínculos afetivos e desenvolveram um outro olhar que mescla crítica e esperança de alteração da realidade.

Nota-se que aproximadamente 20% dos entrevistados manifestam uma visão positiva do Centro. Destes, a maioria está na faixa etária acima dos 30 anos e aproximadamente 50% são moradores da região. Nesse grupo, há aqueles que consideram o Centro um local limpo e organizado. Também são citados como positivas a proximidade do comércio (padaria, supermercado, farmácia) e as atividades de prestação de serviço, bem como a facilidade de transporte. Esse último é considerado por Vaz (2002) como elemento importante no processo de popularização do Centro, uma vez que ele liga e traz para essa região uma extensa periferia. Contrariamente à opinião da maioria, um entrevistado que mora em outra cidade e trabalha na Praça Cívica faz alusão ao espaço como “legal por ser planejado, talvez falte alguma coisa em relação ao trânsito de veículos e de pessoas”. Outro entrevistado, morador recente em Aparecida de Goiânia, procedente de outro Estado e com local de trabalho no Centro, percebe as amplas avenidas e, num raciocínio comparativo, infere que: “apesar de ser uma metrópole, não parece aquele sufoco; apesar do planejamento, parece cidade do interior. Tem bastantes áreas verdes”. Nesses dois casos, pode-se inferir que a procedência e a vivência em outras realidades e, em consequência outras experiências urbanas, permitem um olhar não marcado pelo hábito de ver, olhar que compara realidades e resulta em uma apreensão diferenciada da cidade.

Questionados a respeito de um patrimônio histórico para a cidade, a grande maioria se manifestou favorável. Destes, 43,33% utilizaram os adjetivos “muito bom e importante”. Vários entendem que a constituição de um patrimônio é “boa para a cidade”, pois a valoriza, reconhece e projeta. Constata-se que 23,33% dos entrevistados expressam a representação do patrimônio como elemento que retrata a história de um lugar, representação que é perceptível em discursos como “muito bom, útil e necessário para contar e divulgar a história”. Há alusões ao patrimônio como elemento que conserva/ preserva a história e a memória do passado. Nessa acepção, parafraseando Geertz (1989, p.57), o patrimônio pode estar relacionado a um símbolo presente na paisagem que é útil para situar os indivíduos e auxiliá-los na “construção dos acontecimentos através dos quais ele vive”. Dois entrevistados afirmaram a relevância desse aspecto, pois entendem que, pelo patrimônio, a história fica preservada para as futuras gerações. Nesse caso, conhecer a história através do patrimônio corresponde ao resgate desses bens pela memória e à apreensão de seu conteúdo e de sua

trajetória histórica, entendendo que se encontram subjacentes valores, costumes, saberes e modos de produção.

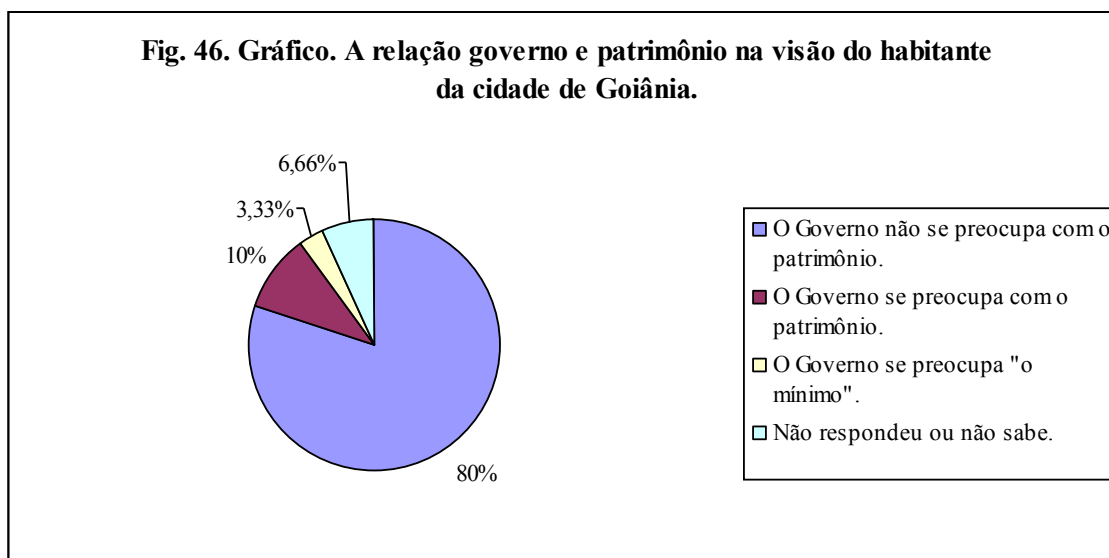
Há menções posicionando o patrimônio como um marco simbólico. Uma pessoa diz que “acha fundamental, valoriza a cidade, é um marco, uma riqueza”; para outra, é “um marco de uma realidade vivida, pode ter uma significância positiva ou negativa, quando analisado sua origem social e cultural”. Pode-se interpretar, semioticamente, que o patrimônio enquanto marco é um signo, representa uma realidade vivida e produz um interpretante que expressa um significado positivo ou negativo. Conforme a discussão sobre signos, interpreta-se que, para o entrevistado, o patrimônio é um símbolo, porquanto é representado por um objeto específico, no caso os bens patrimoniais. Veicula informação relativa a fatos concretos. Entretanto, como característico dos símbolos, reflete a aptidão para mudança, já que a interpretação depende de diferentes contextos, condições de vida e convenções de cultura, resultando em um significado positivo ou negativo.

Outros 10% dos entrevistados conectam o patrimônio à cultura. Nesse aspecto, um morador afirma: “acho que agrega valor à cidade. Valor cultural e histórico”. Outro diz: “acho legal resgatar a cultura, preservar a cultura goiana. Nenhuma sociedade vive sem cultura”, associando a constituição de patrimônios a resgate cultural. Assim, pode-se interpretar que, para o entrevistado, ao se preservar um bem cultural preserva-se todo um conjunto de valores inerentes ou, ainda, um entendimento limitado de cultura visto, que seu conceito é amplo, imbrica a cultura em todos os aspectos do ser humano e engloba sua forma de atuar e perceber o mundo. Para Meneses (2002), a cultura não constitui algo à parte, mas está presente em todos os níveis, espaços e campos. É a dimensão das mediações simbólicas.

Os patrimônios entendidos, na definição de Azevedo (2002), como bens herdados e acumulados ao longo do tempo remetem-nos a uma propriedade coletiva e expressam características peculiares de uma sociedade, seja ela um povo, uma municipalidade ou uma nação. Nessa perspectiva, os bens do Núcleo Pioneiro de Goiânia, enquanto expressão arquitetônica, foram inseridos numa cultura existente que manifestava outra concepção na forma de construir seus espaços. No contexto de sua implantação, eles representaram a modernidade e assim foram assimilados. Passaram a espelhar os anseios de mudança de um povo e redefiniram o modo de produção dos objetos fixos. No presente, resgatados pela memória, expressam características que são peculiares a essa sociedade. Portanto, os remanescentes materiais de cultura estimulam e atuam como memória, são testemunhos de experiências vividas coletiva ou individualmente. Um entrevistado contribui nisso, afirmando que a existência de patrimônio “remete à cultura e a uma cidade que tem algo a acrescentar ao

país” reconhecendo a relevância das experiências vividas no decorrer da produção do espaço da cidade. Ressalte-se, porém, que o patrimônio é uma forma de expressão da cultura e manifesta aspectos materiais e imateriais que se complementam.

Assim, a grande maioria dos entrevistados tem uma representação positiva do patrimônio, visto como elemento que valoriza a cidade no que se refere aos seus aspectos simbólicos e econômico. A essa manifestação se interpõe a representação de que o governo, entendido como o gestor da cidade, com poder de decisão sobre como atuar no espaço urbano, não se preocupa em proteger construções e monumentos. Essa foi a resposta dada por 80% dos entrevistados. O restante dividiu-se entre aqueles que acreditam que o governo tem essa preocupação e aqueles que não sabem, não responderam ou consideram que o interesse por essa questão é mínimo. (Figura 46)



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

As justificativas quanto à despreocupação se expressaram desde a tentativa de compreensão da atitude governamental, manifestada em discursos que consideram o custo elevado e a falta de dinheiro, a posições mais críticas em relação à definição de prioridades. Nesse enfoque, 30% dos indivíduos entrevistados consideram que o governo não coloca como prioridade assuntos culturais. Destes, 16,66% acreditam que são dadas prioridades a outros assuntos ligados à implantação de inovações tecnológicas e novas construções, resultando no descaso pelo tema patrimônio. Pode-se associar esses discursos à apreensão do processo em curso nas metrópoles contemporâneas a que Borja (2005) denomina revolução urbana. Nota-se a preocupação de dotar a cidade de condições infra-estruturais capazes de colocá-la como

lugar apropriado para a realização do capital. São visíveis os investimentos na melhoria da rede viária necessária para a fluidez de bens e mercadorias bem como para a circulação rápida dos habitantes. No novo Plano Diretor, a cidade está estruturada considerando a “Macro Rede Viária Básica, [...] que representa a estrutura geral de circulação do município e a articulação metropolitana e regional”. Nesse documento, a hierarquização das vias foi fator determinante para a definição dos usos e a adoção dos “corredores da rede estrutural de transporte coletivo como elementos estruturadores do modelo de ocupação do território”. (GOIÂNIA. Lei Complementar nº. 171, de 29 de maio de 2007).

Ainda pelo viés da prioridade dos assuntos culturais, 13,33% declararam que o governo não se preocupa com assuntos da cultura. Destes, alguns notaram a ausência de um trabalho sobre o tema patrimônio nas escolas e entendem que é interessante a visita dos alunos aos monumentos e museus da cidade. Um deles acrescenta que esse trabalho deveria abranger tanto as escolas da rede pública quanto as particulares. Outro entrevistado demonstra uma posição mais crítica e afirma que, “mesmo com a contradição histórica do patrimônio, a alienação do povo é melhor para o governo”. Estas afirmações caminham ao encontro das ponderações de Fonseca (2005), para quem o acesso às significações e valores que estruturam o patrimônio é essencial para o seu reconhecimento e apropriação. No processo de recepção, a educação formal tem papel primordial, por permitir a uma grande parcela da população o acesso ao consumo e aos códigos de leitura dos bens patrimoniais. Ressalte-se também, de acordo com Certeau (2001), a necessidade de políticas culturais abrangendo a dimensão cultural em todas as áreas da vida humana, encaminhando o indivíduo para a formação de juízos perceptivos e para uma atuação social mais consciente e crítica, inclusive quanto aos aspectos relacionados ao patrimônio.

Outros entrevistados acreditam que não existem ações efetivas para a manutenção, a guarda e a preservação dos bens patrimoniais - correspondem a 33,33% dos indivíduos consultados. Notam o desgaste por falta de manutenção, as pichações, os atos de vandalismo. Segundo uma entrevistada: “se o governo se preocupasse, as construções da Praça Cívica estariam todas em reforma. Haveria divulgação dos museus e do centro”.

O descaso com a manutenção dos bens culturais pode ser assimilado por uma parcela da população como indicativo de algo desnecessário e irrelevante que, por essa condição, não se enquadra nas prioridades governamentais e muitas vezes sequer são percebidos na paisagem. Entretanto, eles são elementos que, quando ressaltados no contexto urbano, quer pelo estado de conservação e/ ou pelo significado desenvolvido por

conhecimentos sobre a cidade, podem funcionar como objetos para a construção de uma imagem e referência para os moradores.

3.2.3 As imagens do Centro na percepção dos moradores.

Um outro ângulo de análise se refere às imagens mentais geradas pelo espaço. Com o intuito de captá-las, os entrevistados foram solicitados a expor as imagens associadas ao Centro. No universo formado por 30 indivíduos, 86,66% contribuíram respondendo à questão. Destes, 23,33% manifestaram como imagem as representações mentais formuladas sobre esse espaço e não elementos físicos construídos componentes da paisagem. Foram citadas características relacionadas à percepção enquanto espaço físico, como o abandono, o desgaste e a sujeira. Várias pessoas reportaram-se ao tumulto: muito movimento de pedestres e carros; muita gente concentrada; poluição visual; muito calor, carros e confusão. Houve uma alusão ao Centro como “espaço diretivo de uma cidade”. O entrevistado entendia que a idéia de Centro deveria ser renovada, dado que ele é o local onde tudo acontece. Outros fizeram alusão utilizando a metáfora “é o coração da cidade”, apesar da existência de outras centralidades. Conforme Ferrara (1993, p. 250), “a metáfora representa o objeto salientando nele o índice que, institucionalmente, caracteriza o elemento que ele, hipoícone metafórico, representa [...] é nesta dimensão da metáfora que podemos compreender a imagem da cidade que se faz representar”. A utilização dessa metáfora corresponde à condição do Centro evidenciada na constatação de que a grande maioria das linhas de transporte coletivo converge para essa região. Isso dá a entender que o Centro ainda congrega um grande número de atividades que o situa como pólo de alto poder atrativo.

Outros moradores têm como imagem a atividade comercial. A quantidade de lojas e os letreiros que encobrem as fachadas denotam a força do poder econômico que atua nessa região, apesar de sua característica popular. Nesse aspecto, um dos indivíduos revela a imagem de “um monte de lojas”; outro a percebe como um “lugar com muito comércio e loja de livro usado”. O fato de prevalecer na área central o comércio popular é evidenciado na representação de “comércio acessível, mais barato” e na imagem de “um lugar cheio de lojas, um lugar onde todos podem freqüentar, acessível”. Um entrevistado manifesta como imagem:

“dia – comércio, noite – vazio. Deterioração”. Percebe que tem formulada uma “não imagem do centro” e acredita que a imagem estudada pelos especialistas é excludente, tanto quanto o ato de tombamento é elitista.

36,66% dos entrevistados mencionam como imagem elementos componentes da paisagem. Percebe-se que o traçado viário tem importância na sua apreensão e formulação. A Avenida Goiás é citada por 13,33% dos entrevistados e há menções à Avenida Anhangüera e ao seu movimento. Essas vias têm a função de corredores estruturadores do sistema de transporte coletivo. Para Lynch (1999), a função circulação tem grande importância na formação da imagem, pois, muitas vezes, expressa o trajeto habitual dos indivíduos. A relevância das vias também é associada à sua predominância como elemento urbano e por possibilitar o domínio espacial da cidade. A referência à Avenida Goiás pode ser atribuída ao fato de ter sido objeto de um processo de reabilitação e, em consequência, alvo de matérias midiáticas. Também pela sua relevância no traçado do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Essa via interliga pontos extremos do plano original da cidade e marcos urbanos significativos, que se iniciam na Praça Cívica, com o Coreto e o Relógio, têm no ponto médio a Estátua do Bandeirante e, ao final, a Estação Ferroviária.

A referência negativa à Avenida Anhangüera conduz à reflexão sobre a imagem. A análise dessa via permite apreender que a concentração da atividade comercial a torna importante aos olhos dos observadores. A atual configuração da Avenida Anhangüera, corredor de transporte coletivo, é vista como elemento de separação da região. A via é percebida como barreira a ser transposta nos deslocamentos, principalmente de pedestres. Segundo um dos entrevistados: “a cidade foi mal estudada, o eixo [de transporte] tem que respeitar as construções da Avenida Anhangüera”. Para Lynch (1999), em sua análise sobre os elementos físicos que compõem a imagem da cidade, “a forma deve ser usada para reforçar o significado e não para negá-lo”. Percebe que as vias, pelas suas características, podem desempenhar um papel importante na apreensão da cidade. No caso da Avenida Anhangüera, a prioridade ao transporte coletivo e os obstáculos que dificultam o trânsito de veículos pequenos e de pedestres são qualidades espaciais que reforçam sua imagem, mas também complicam a sua estrutura viária e seu papel de eixo comercial. Ao mesmo tempo, negam aos usuários da cidade a fluidez do tráfego de pedestres.

O autor, em seu estudo sobre a imagem, priorizou o enfoque sobre a relevância das qualidades físicas relacionadas à identificação de um objeto, no sentido de sua diferenciação de outras coisas, e à relação espacial do objeto inserido em um contexto formado por outros objetos e o observador. Os monumentos ou construções significativas

desempenham importante papel como referencial urbano, devido à sua forma e/ ou função nesse contexto. A associação entre forma física e significados pode fazer desses elementos marcos, ou seja, pontos de referência externos ao observador, de escala variável, desde que, enquanto objeto físico, se caracterize pela singularidade e clareza de sua forma bem como pela localização proeminente e contrastante no ambiente urbano. Lynch (1999) ainda afirma que associações entre os objetos e a história, ou um sinal ou significado, ou ainda uma atividade associada a um elemento, são reforços que aumentam o valor do marco. Nesse aspecto, considerando o nosso objeto de estudo, são mencionados pelos entrevistados como imagem da cidade: o Monumento das Três Raças, a Biblioteca Marieta Teles Machado (antigo Fórum), o Museu Zoroastro Artiaga, os prédios públicos, a Estátua do Bandeirante e o Mercado Central. Os objetos citados atuam como signos de valores ligados à cidade. Por exemplo: signo do poder administrativo, no caso os prédios públicos da Praça Cívica, signo da história da formação do território goiano, no caso da Praça do Bandeirante, que remete às primeiras incursões dos portugueses no território, ou a Estação Ferroviária, que pode simbolizar, dentre outras coisas, a luta pela integração do Estado ao território nacional. Esses bens e o contexto ao qual estão relacionados, quando informados aos habitantes da cidade, passam a integrar o seu repertório cultural. São informações que enriquecem a experiência urbana, conectam o presente e o passado, permitem o “ver complexo” que evidencia os objetos na paisagem e informa sobre os valores históricos e artísticos desses bens. Por fim, ao estimular o desenvolvimento da afetividade, produzem a apropriação.

Percebe-se, entre a grande maioria dos entrevistados, a ausência de referência ao patrimônio da cidade. Apenas dois entrevistados conectam suas percepções a esse tema. Um deles, em sua descrição, prende-se à apreensão da paisagem com o sentimento de tempo decorrido na sua formação, pois relaciona como imagem elementos ligados a objetos fixos que denotam a história da cidade: relaciona “o painel do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, depois os hotéis mais antigos, os prédios antigos da Rua 2”. Outro entrevistado expõe que, para ele, a imagem estudada pelos especialistas é excludente e afirma que o tombamento é elitista. Os demais entrevistados que citam como imagem elementos que compõem o patrimônio da cidade demonstram ausência de vinculação consciente entre os objetos e o tema.

Refletir sobre as informações fornecidas pelos entrevistados quanto às imagens geradas pelo Centro remete a Lynch (1999, p.7). Para ele, as imagens

[...] são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê.

A percepção, já o dissemos, é individual, cada um se apropria do mundo que vê a partir de suas habilidades. A bagagem cultural é um elemento *a priori* que influencia a atribuição de significados e o reconhecimento de elementos físicos componentes da paisagem da cidade. Por outro lado, mas mantendo a mesma perspectiva, Barthes (2001) afirma que o objeto tem um caráter polissêmico, que permite diferentes leituras em conformidade com o grau de cultura, saberes e a psiquê do leitor.

Confirmando essa reflexão, constata-se que não existe uma imagem consensual entre os entrevistados. Os relatos evidenciam duas formas de apreensão do Centro. A primeira se liga a representações do espaço percebido, à sua condição de habitabilidade, limpeza, segurança, ao tumulto, à aglomeração de pessoas e veículos. Nesse aspecto se enquadra também a imagem desse local vinculada à atividade comercial. Por esse viés, conforme Ferrara (1993), a cidade determina um signo e é, ao mesmo tempo, aquilo que o signo representa. Pode-se inferir, ao estabelecer essa análise semiótica, a partir das ponderações dessa autora, que essas representações são signos do objeto cidade e representam algo para alguém, os indivíduos entrevistados. As impressões relatadas pelo moradores correspondem àquilo que o Centro significa para eles.

A segunda forma de apreensão da imagem do Centro se refere a objetos fixos componentes da paisagem. A ausência de vinculação dos objetos fixos citados ao tema patrimônio situa-se na discussão sobre imaginário proposta por Ferrara (2000). Esse processo envolve a percepção pautada em um juízo perceptivo (corresponde à elaboração de conhecimento, idéias e informações) e na recepção, que supõe a participação baseada em um aprender coletivo que conecta imagens e significados contidos no repertório cultural dos indivíduos. A ausência de conhecimentos ligados ao tema patrimônio e à história de Goiânia conduz a considerar que esse tema não permeia o imaginário dos moradores resultando na dissociação dos objetos fixos a significados dessa ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decodificação geográfica dos múltiplos significados das paisagens simbólicas acontece a partir do conhecimento profundo das evidências da área em estudo. Conforme Cosgrove (1998, p.109), consideram-se as evidências fornecidas por “qualquer fonte que possa nos informar os significados contidos na paisagem para os que a fizeram, a alteraram, a mantiveram e a visitaram”. A paisagem evidencia a evolução dos lugares, revela as forças que definiram determinadas configurações e as que ainda atuam, alterando ou criando novas formas. Observar uma paisagem, como disse Gandy (2000), não é um ato neutro, desvela ideologias e significados. Nesse aspecto, a paisagem da cidade contemporânea revela a complexidade implícita no ritmo de vida imposto pelas relações econômicas, sociais, políticas e culturais. No decorrer desse estudo sobre o patrimônio de Goiânia, foram discutidas questões que afetam a cidade contemporânea, tanto as relativas à sua materialidade quanto as que envolvem o abstrato, a simbologia presente nas ações humanas, ressaltando o papel da cultura na construção do espaço e dos objetos físicos. No âmbito da cidade, a questão patrimonial evidenciou aspectos ligados à identidade, à valorização da memória, à apropriação dos lugares, à interferência das relações de mercado à cultura e à produção de significados.

Na busca dos significados do patrimônio para o habitante de Goiânia, o referencial teórico adotado nos conduziu a perscrutar a cultura, sondar aspectos da semiologia, da formação da imagem e do imaginário, da informação midiática e das representações sociais. Esse conteúdo abriu diferentes aspectos coletados em campo, subsidiando interpretações e análises sobre a realidade do nosso objeto de estudo: a relação entre o morador e o patrimônio tombado da cidade. Essa relação pressupôs sentidos e significados desvelados pelas representações expressadas pelos indivíduos.

Nesse sentido, como apresentado no terceiro capítulo, o trabalho empírico de apreensão de aspectos da realidade ligados ao tema, constituiu-se de pesquisa em dois jornais locais: **O Popular** e o **Diário da Manhã** e em entrevista com moradores da cidade.

Uma forma de conduzir as reflexões finais é adotar os mesmos parâmetros utilizados nas análises das reportagens e das entrevistas, ou seja, o elemento comum aglutinador das reflexões, o espaço de representação de Lefebvre (1974).

No âmbito do espaço concebido, as reportagens evidenciaram a tentativa do poder público municipal, em sintonia com a União, representada pelo IPHAN, de informar e formatar uma idéia positiva do patrimônio e instituir uma paisagem patrimonial. Por outro lado, comprovaram as discussões presentes no referencial teórico, que postulava deficiências quanto ao aspecto da recepção dos bens patrimoniais pelas comunidades envolvidas. Os conteúdos publicados representam um universo constituído por códigos que não estão disponíveis ao entendimento de grande parte da população.

Muitas reportagens apresentavam conteúdo educativo que encaminhava para a possibilidade de maiores informações ou de aprofundamento do tema. São as matérias que convidavam para cursos ou palestras ou informavam sobre aspectos do patrimônio que conduziam à reflexão para contribuir com o desenvolvimento da experiência urbana. Nas entrevistas, constatou-se que realmente essas informações não estão disponíveis a todos e alguns entrevistados demonstraram a percepção dessa lacuna em suas formações. Confirmando a necessidade de ampliar o repertório cultural dos habitantes com informações sobre a cidade, Lynch (1999), em seu estudo sobre a imagem urbana, afirma que os objetos que agregam elementos físicos singulares associados a sentidos e significados são mais lembrados e utilizados como referenciais da cidade.

Um outro aspecto relevante diz respeito ao plano das idéias e projetos elaborados pelas instituições com a participação de políticos e representantes do mercado. As leis e interferências elaboradas pelo poder público muitas vezes se chocam com a percepção do que é considerado bom para a cidade pelo viés do habitante. Um exemplo é o caso do Plano Diretor aprovado no ano de 2007. Para um entrevistado, os planos não levam em conta os usos já existentes na área do Núcleo Pioneiro. Em sua percepção, existe uma sobrecarga da malha urbana original que a descaracteriza. A pesquisa em jornais evidenciou a ausência de informação e divulgação sobre o ato de tombamento da área central e as entrevistas ratificaram o seu desconhecimento por parte da população da cidade. Esse acontecimento relevante ficou representado nas reportagens naturalizando um fato consumado, sem a ênfase necessária para a fixação da informação.

Ainda no plano da idéias, constatou-se que a formulação de projetos para a região do Núcleo Pioneiro de Goiânia apresenta um caráter ambíguo. Estão justapostas as intenções de proporcionar a apropriação do lugar pela população da cidade, e a intenção de atender às imposições do tempo atual caracterizado pelas necessidades do mercado. Essa ambigüidade traz implícita uma contradição: a apropriação se dá pelo uso, que pressupõe socialização, qualificação do espaço e percepção dos atributos que lhe são inerentes. Essa percepção é

acionada pelos sentidos sensoriais do habitante e é enriquecida por informações e conhecimentos que, juntos, desenvolverão os significados. As imposições do mercado acontecem pela aplicação de regras alheias às peculiaridades dos lugares. São definidas numa ordem distante. E, como afirmado por Jacques (2003), são ditadas por financiadores internacionais. Esses financiadores até o momento não estão presentes em Goiânia, mas as ações executadas caminham no sentido por eles proposto.

Porque percebe-se nas soluções propostas a adequação ao que Marshal (2003) e Mcquail (2003) denominam de contexto pós-moderno, marcado pelo favorecimento do consumo vinculado à cultura. A estética cultural que caracteriza esse período envolve a rejeição da tradição e a procura da novidade. O objetivo é atingir o prazer momentâneo, o divertimento, o pastiche e a inconsistência. Nesse caminho, situa-se o projeto de reabilitação das fachadas dos prédios em estilo *Art Déco*. Existe a procura da novidade sobre uma configuração existente. Com o objetivo de atrair a população local e turistas, os especialistas pretendem criar um cenário agradável, buscando referências externas de utilização do estilo para aplicação no contexto local. Essa intenção é o que explica a definição das cores utilizadas na recuperação das fachadas do Centro, inspiradas em manifestações *Art Déco* de outros países. Com isso são desprezadas as referências históricas de utilização local das cores, os materiais e técnicas utilizados na época, que deveriam ser os determinantes de uma restauração e recuperação das construções como documento.

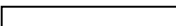
Trata-se de uma imagem forjada, que consiste na utilização do patrimônio como cenário para o consumo e a fruição turística: consome-se o próprio bem e outros produtos que se utilizam de seu *status* (CHOAY, 2001; BARBOSA, 2006). Nesse contexto, como se apropriar de algo que é gerado a partir de valores concretos que o suportam e lhe dão sentido, mas trazem em si e ressaltam valores artificiais pautados numa imagem produzida para incentivar o consumo? Como afirmado por Jeudy (2005, p. 20): hoje o patrimônio convive com essa contradição, uma vez que “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização, [...] as estratégias mais correntes orientam-se na direção de uma combinação que contenha esta contradição: o que é tido como sagrado não impede a circulação de valores materiais”.

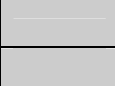
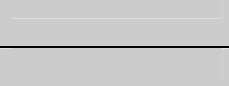
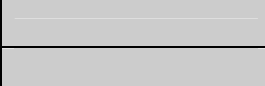
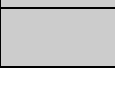
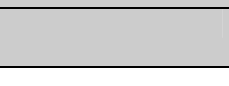
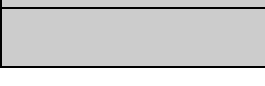
Talvez seja essa a orientação dada ao caso de Goiânia. Para acontecer a apropriação e o reconhecimento dos seus bens, são necessárias a visibilidade, a percepção de uma paisagem patrimonial ou dos seus fragmentos que se pretende destacar. É importante fornecer aos habitantes o acesso aos códigos que desvendarão os signos presentes nesse espaço. Esse raciocínio expõe a lógica das ações empreendidas e dos projetos elaborados e

ainda não consolidados, como o Projeto Cara Limpa, as obras de reabilitação, o Programa de Educação Patrimonial. Esse conjunto de pretensões pode desvelar para o habitante da cidade o Núcleo Pioneiro de Goiânia que existe apenas como uma denominação e delimitação espacial contida na lei que o criou.

Pelo viés do espaço percebido, nota-se que, apesar de a informação sobre o tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico não estar disseminada a contento para a maioria dos moradores da cidade, construções com maior visibilidade na paisagem são percebidas como bens patrimoniais. Há convergência de elementos quando se comparam os bens mais citados pelos jornais com as construções relacionadas espontaneamente pelos entrevistados e aquelas outras referidas pelo grupo de moradores que sabem que o Centro é tombado (Quadro 01). Por outro lado, quando comparada com a lista oficial de bens tombados pela União, a grande maioria não é citada. Essa ausência pode estar associada ao fato de que muitas construções são componentes do conjunto de edifícios e elementos da Praça Cívica e, portanto, são identificados pelo conjunto e não isoladamente (Quadro 02). Outros elementos arquitetônicos, como as fontes, obeliscos e luminárias que compõem a Praça não são percebidos pela população, da mesma forma que as edificações isoladas: Escola Técnica Federal de Goiás (CEFET), Liceu de Goiânia e a Mureta e Trampolim do Lago das Rosas.

Quadro 1. Dados comparativos: bens mais citados pelos jornais e por entrevistados informados e não informados sobre a patrimonialização do Centro.

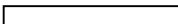
Legenda: Bem patrimonial citado 
Bem patrimonial não citado 

Bens Patrimoniais	Instância de tombamento	Jornais	Bem citado espontaneamente nas entrevistas	Citado por entrevistados com informações sobre o tombamento
Avenida Goiás (componente do Plano Urbanístico)	União			
Centro de Goiânia (Plano Urbanístico)	União			
Coreto	União, Estado e Município.			
Estação Ferroviária	União, Estado e Município.			
Estátua do Anhangüera/ Praça do Bandeirante	Município			
Grande Hotel	União, Estado e Município.			

Lago das Rosas	União e Estado			
Mercado Popular Municipal	Município			
Monumento das Três Raças	Município			
Museu Zoroastro Artiaga	União e Estado			
Palácio das Esmeraldas	União, Estado e Município.			
Praça Cívica e edifícios públicos	União, Estado			
Residência Pedro Ludovico Teixeira	União e Estado			
Relógio	União e Estado			
Teatro Goiânia	União e Estado			
Teatro Inacabado	Município			

Fonte: Jornal **O Popular**, Jornal **Diário da Manhã** (reportagens do período de 2003-2007) e entrevistas com a população da cidade de Goiânia. Organizado por Márcia Araújo (2008)

Quadro 2. Bens tombados oficialmente pelo IPHAN, bens mencionados por jornais e por entrevistados informados e não informados sobre a patrimonialização do Centro.

Legenda: Bem patrimonial citado 
Bem patrimonial não citado 

Bens patrimoniais tombados pelo IPHAN	Denominação original	Citado nos jornais	Bem citado espontaneamente nas entrevistas	Citado por entrevistados informados sobre o tombamento
Conjunto da Praça Cívica				
Coreto				
Fontes Luminosas				
Obeliscos e Luminárias				
Secretaria de Estado do Trabalho e Sistema Nacional de Emprego	Fórum e Tribunal de Justiça			
Residência de Pedro Ludovico				
Museu Zoroastro Artiaga	Departamento Estadual de Informação			
Palácio das Esmeraldas	Palácio do Governo			
Ministério da Fazenda	Delegacia Fiscal			
Procuradoria-Geral do Estado de Administração GO/ TO	Chefatura de Polícia e Cadeia Pública			

Centro Cultural Marieta Telles Machado e Agência de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL)	Secretaria-Geral			
Torre do Relógio				
Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Goiás	Tribunal Regional Eleitoral			
Liceu de Goiânia	Ginásio Estadual Lyceu de Goiânia			
Grande Hotel				
Teatro Goiânia	Teatro Oficial/Cine Goiânia			
Escola Técnica	Escola Técnica de Goiânia			
Estação Ferroviária	Gare, Terminal Ferroviário de Goiânia			
Mureta do Lago das Rosas	Balaustrada do Lago das Rosas			
Trampolim do Lago das Rosas	Trampolim			

Fonte: Manso, 2004. v 2, Jornal **O Popular**, Jornal **Diário da Manhã** (reportagens do período de 2003-2007) e entrevistas com a população da cidade de Goiânia. Organizado por Márcia Araújo (2008).

Constata-se pelas entrevistas que os bens mais referidos estão localizados próximos às vias de fluxo mais intenso e linhas de transporte coletivo. Por isso devem ser mais visíveis e memoráveis. Tal fato remonta às ponderações de Lynch (1999) sobre os marcos urbanos e a importância das vias no reconhecimento da cidade. Essa pode ser também uma justificativa para o não (re)conhecimento do Prédio da Escola Técnica Federal de Goiás (CEFET) e do Liceu de Goiânia, situados em locais mais afastados e, portanto menos visíveis à população.

Nota-se, ao se compararem as respostas dadas pelos moradores quanto ao reconhecimento de bens patrimoniais, que existe divergência entre os bens citados de forma espontânea e aqueles reconhecidos pelo suporte da utilização de fotografias. A Figura 38 corresponde ao universo de bens considerados patrimoniais citados espontaneamente por grande parte dos entrevistados. Os dados indicam a preferência pela Residência de Pedro Ludovico. Quanto ao grupo de moradores que são informados sobre a patrimonialização do Centro, os bens patrimoniais mais reconhecidos, conforme a Figura 40, também indicam a Residência de Pedro Ludovico como a mais lembrada, ao lado do Teatro Goiânia seguidos pelo Grande Hotel, Conjunto da Praça Cívica e o Relógio. Considerando o suporte de imagens fotográficas, os bens mais relevantes, de acordo com a Figura 42, foram o Palácio das

Esmeraldas, seguido da Estação Ferroviária e do Teatro Goiânia. Pode-se inferir, utilizando o aporte da teoria das representações sociais, que os bens citados espontaneamente correspondem àqueles assimilados pelas pessoas, incorporados ao repertório de suas informações, que povoam o seu universo mental e correspondem às suas representações mentais. Numa relação dialógica, ao serem solicitados, afloram pela linguagem, ou seja, são objetivados por meio da fala, expondo um universo íntimo. Esse mundo mental expressa o contexto em que vive o indivíduo. Este é um ser situado espacial e temporalmente, elabora seu discurso em relação à sua bagagem de conhecimentos, informações, emoções e aos discursos do 'outro'. Esses outros discursos podem ser considerados, no caso deste estudo, as reportagens dos jornais e/ ou as trocas que acontecem no dialogismo, na comunicação estabelecida nas práticas sociais cotidianas.

Os bens mais relevantes considerados pelas imagens remetem à análise semiótica. As imagens fotográficas, na acepção de Pierce (2005, p. 65), “são muito instrutivas, pois [...] sob certos aspectos, são exatamente como os objetos que representam”. Correspondem a uma representação fiel da natureza do objeto, sendo, dessa forma, em função de realizarem uma conexão física, um signo pertencente à classe dos índices. Considerando essa acepção, percebe-se que, enquanto as citações espontâneas mobilizam o interior dos indivíduos, buscando as imagens assimiladas e associadas a significados contidos no repertório cultural, portanto, imagens ligadas a um imaginário, as fotografias remetem ao objeto concreto. Conforme apresentado por Santaella (2004), o índice age como um veículo conduzindo a atenção do receptor para o objeto, estimula os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo. Nesse caso, a referência aos bens pode indicar a percepção do objeto somente enquanto mera aparência, pela sua similaridade com o objeto concreto.

No primeiro caso, o fato de os bens citados comporem o universo mental dos indivíduos não significa um imaginário formulado considerando os valores implícitos na patrimonialização. Pode traduzir a apreensão desses objetos pautada em outras informações e na vivência cotidiana, já que estão localizados nas principais vias da cidade.

Ainda no plano do espaço percebido, as reportagens e entrevistas evidenciaram que a formulação das representações sociais acontecem pela percepção do ambiente físico. Isso conduz ao raciocínio de que imagem, imaginário e representações são vinculadas. Considerando a imagem, nesse caso a visualização do ambiente físico do Centro, como ícone, signo representativo da mera aparência, similaridade com o objeto, a imagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia apresenta condições que induzem a uma apreensão negativa. A paisagem patrimonial que se quer evidenciar encontra-se obscurecida por painéis comerciais e pelo

desgaste físico das calçadas, dos elementos e equipamentos urbanos, bem como das edificações que testemunham a passagem do tempo na construção do espaço. A análise de dados da pesquisa de campo demonstrou a ineficiência de ações, em função da descontinuidade governamental, que visam informar e transmitir conhecimentos que irão subsidiar a apreensão dos elementos patrimoniais e estimular a formação de um imaginário.

Nessa perspectiva, as reportagens sobre o patrimônio indicam a preocupação dos jornais em apresentar a opinião de especialistas e gestores públicos. Por um lado, essa postura denota a intenção de informar corretamente os leitores. Por outro lado, a ausência de outras vozes aponta para o predomínio de uma visão única, ou ausência de outros pontos de vista que lancem questionamentos; ou ainda, uma lacuna no repertório cultural dos indivíduos no sentido de ausência de conhecimentos que subsidiem o debate e a reflexão crítica da sociedade na discussão sobre esse tema. Também a mídia, pela sua potencialidade em disseminar conhecimentos, pode vir a ser um canal para a criação de um imaginário que evidencie ao habitante da cidade o Núcleo Pioneiro de Goiânia.

Como já dito, a união da imagem e do imaginário conduzem à real apropriação, qualificam os espaços, permitem a criação de lugares e geram a identificação. As representações sociais resultam da apreensão desses elementos. Percebe-se, nas representações expressadas pelos moradores, que elas surgem a partir da imagem enquanto mera aparência. Elas retratam aquilo que é apreendido no imediatismo das relações superficiais. Também, elas apreendem um espaço degradado, marcado pelo desinteresse dos gestores na manutenção dessa centralidade. Portanto, uma imagem como atributo físico que denote um espaço bem cuidado e conservado aliado a um imaginário que associe significados a essa imagem pode qualificar os espaços do Núcleo Pioneiro de Goiânia.

Em consequência do descaso para com a região, percebe-se que há poucas referências dos entrevistados aos atributos positivos desse espaço que, afinal, é o núcleo embrionário da cidade. E, como já foi dito, possui equipamentos urbanos e pontos de interesse possíveis de serem apropriados e utilizados pela cidade. Já as reportagens, apesar de apresentarem os pontos negativos, esforçam-se para disseminar uma imagem acolhedora do Centro.

Considerando a afirmação de Ferrara (1993, p. 247), para quem “as representações são signos de um objeto – cidade – e representam algo para alguém, o interpretante”, as representações contidas nas falas dos moradores da cidade denotam um trabalho a ser desenvolvido no sentido da criação de um imaginário pautado nos valores inerentes ao patrimônio e que subsidie a imagem existente do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Os

habitantes expressam representações positivas sobre o que entendem por patrimônio edificado e consideram positiva a idéia de a cidade ser detentora do título de patrimônio histórico do país. Isso indica uma abertura para o desenvolvimento deste trabalho já que, de acordo com as entrevistas, o patrimônio significa para os habitantes da cidade uma possibilidade positiva, apesar da imagem e das representações sociais negativas. Também para muitos o patrimônio significa a valorização da cultura, da cidade e sua história bem como o reconhecimento das experiências vividas no decorrer da produção do espaço.

Nota-se que a maior parte das referências a bens patrimoniais se pautam no valor histórico entendido como percepção de tempo decorrido, demonstrado na aparência física das construções. São poucas as referências que os situam em relação a conteúdos ligados ao contexto histórico, social e cultural que lhes são inerentes. Esse “situar” permite ao usuário da cidade se sentir integrado, envolve a emoção, o “sentir parte de”, cria, em consequência, o pertencimento e a identificação. A ação de informar, de gerar conhecimentos que levem à reflexão e resultem no desenvolvimento da experiência urbana e do ver complexo pode desvendar ao olhar do habitante os monumentos, a arte urbana, a riqueza do traçado da cidade e os fragmentos que ainda persistem de um passado próximo. Enfim, pode levar ao (re)conhecimento de bens patrimoniais no sentido de abrir para a apreensão diferenciada da cidade e seus objetos, possibilitando aos indivíduos, a partir da formulação de juízos críticos, a atribuição de valores que extrapolem aqueles disseminados por especialistas e técnicos representativos de instituições governamentais. Por outro lado, essa ação pode ter como consequência a instituição de uma ordem urbana que direcione a atenção para esse espaço da cidade. Porém, traz como possibilidade a determinação de uma ordem menos rígida “do que ver” e “como ver”, que situe o Centro no roteiro habitual dos seus habitantes (BARBOSA, 2006).

Ao que foi discutido pode-se acrescentar que a imagem do patrimônio pode ser percebida de três maneiras: como objetos fixos inscritos na cidade, os monumentos; como bem cultural que expressa valores, crenças, saberes e o modo de vida de um povo; e, como uma paisagem patrimonial formada por objetos fixos, dentre ao quais se destacam aqueles reveladores de forças que atuaram e atuam na conformação de seu espaço. É uma paisagem que denota, quando se amplia o foco de visão, o traçado urbano com as ruas, avenidas e praças. Nesse aspecto, os objetos fixos desempenham a função de marcos urbanos. A sua visibilidade sempre associada aos significados que expressam para os habitantes colocam-nos como pontos referenciais que auxiliam na orientação urbana. No entanto, os monumentos são para muitos moradores vazios de significados, porque lhes faltam informações e conhecimentos fornecedores do sentido que os integrem à população. Por outro lado, pode-se

inferir que os bens mais memoráveis, localizados em pontos estratégicos da cidade são percebidos e associados ao patrimônio pelo valor de documento histórico e pela sua funcionalidade.

No entanto, a despeito desses marcos isolados, a paisagem patrimonial do Centro de Goiânia ainda não é perceptível, não permeia o imaginário do morador, e sua imagem também não é visível. As condições do tempo atual e o processo de degradação desse espaço não permitem a visualização de seus atributos. O desenvolvimento de uma imagem subsidiada por um imaginário permitirá ao morador percorrer o Núcleo Pioneiro de Goiânia percebendo-o como uma escritura. Os objetos fixos atuam como marcos e signos, suporte de memórias, situam os habitantes temporal e espacialmente, e revelam os diferentes momentos vividos na produção do espaço.

Considerando essas ponderações, pode-se afirmar que o patrimônio edificado da cidade de Goiânia não é inteligível para a maior parte da população. A questão da inteligibilidade caminha no sentido de afirmar que esse é o objetivo em que deveria se empenhar a política de preservação. A inteligibilidade pressupõe não somente a transmissão de valores formatados pelas instituições, mas também um conhecimento profundo, que abarque outros conteúdos e disciplinas e resulte na formação de juízos perceptivos em cidadãos mais conscientes. No caso de Goiânia, esse é um trabalho a ser desenvolvido, marcado, até o momento, pela descontinuidade e a necessidade de recomeço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Livros, documentos, artigos de revistas acadêmicas e de caráter institucional.

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 155-171.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS. IFCH. Porto Alegre: PPGAS, n.23, p. 71-86, jan/ jun. 2005.

ARAÚJO, Márcia de. **Praça Cívica**: patrimônio e turismo. Monografia (especialização): Capacitação e Planejamento em Turismo. Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

ALMEIDA, Maria Geralda. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTS, Alecsandro J. P. (Orgs.). **Leituras geográficas**. Goiânia: Alternativa, 2003.

AZEVEDO, J. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais no método sociológico na ciência da linguagem. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação do capital. In: Santos, Milton [et al]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.125-145.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORJA, Jordi. Revolución y contrarrevolución em la ciudad global. In: HARVEY, D. e SMITH, N. **Capital financeiro, Propiedad Inmobiliária Y Cultura**. Barcelona, Espanha: Universidade Autônoma de Barcelona, Server de Publicacions, 2005.

CAMPOS, Fernando R. Gallego. O espaço de representação do futebol: uma apreensão do futebol como um elemento sociocultural e espacial. **Revista RA'EGA**. Curitiba: Ed. UFPR, n.11, p. 35-49. 2006. Disponível em:
<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/7746/5509>> Acesso: 15 jun. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Morfologia e temporalidade urbanas – o tempo efêmero e o espaço amnésico. In: Spósito M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p.161-173.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia da cidade**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

CENTRO DE TODOS. Caderno da prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia: Produção GECENTRO. 2004.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. 2 ed. Campinas: Papirus, 2001.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001.0321f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de São Paulo.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva. **Art Déco: uma vertente da modernidade**. Goiânia: Vieira/ Trilhas Urbanas, 2000.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: UCG, 2002.

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

CONDOR, Susan; ANTAKI, Charles. Cognición social y discurso. In: Van Dijk, Teun A. (Org.). **El discurso como estructura y proceso. Estudios sobre el discurso I: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 2006, p. 453-489.

CORDEIRO, Narcisa Abreu; QUEIROZ, Normalice Maria. **Goiânia**: embasamentos do plano urbanístico original. Goiânia: Edição do Autor, 1990.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 15-32.

_____. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

CRAVEIRO, Fernanda Alvarenga. **A percepção dos moradores da histórica cidade de Pirenópolis acerca do turismo numa perspectiva etnográfica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

DISPUTACIÓ BARCELONA. **Interpretar el Patrimoni**: Guia Básica. Barcelona: 2006.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, Textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996. p. 153-163.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56 – 76.

_____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC – Iphan, 2005.

FRANCO, Manuel; FRANQUESA, Jordi; MORO, Antônio; GABRIEL, Veridiana, LISTA, Antônio. **Reformulación Urbanística del Núcleo Fundacional de Goiânia** – un Centro para la metrópolis. Barcelona: 2000.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem,. Textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 75-90.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço de representação**: epistemologia e método. Florianópolis: Anpege, 2003.

GOIÂNIA. Instituto de Planejamento Municipal, IPLAN. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. Goiânia, 1992. 3v.

GOIÂNIA. Lei Complementar nº. 171, de 29 de maio de 2007. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 26 jun. 2007. n. 4.147.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS. IFCH, Porto Alegre: PPGAS, 2005 n.23 p. 15-36.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GRIZE, Jean-Blaise. Lógica natural e representações sociais. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 123-137.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1997.

HOLZER, Werther. **Memórias de viajantes**: paisagens e lugares de um novo mundo. *Geographia*, ano II, nº.3, p. 111-122. 2000. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_03/edicao3.htm Acesso: 02 abr. 2008.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução: Sérgio Alcides. Rio Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo. **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v. 1, n. 8, p. 32-39. 2003.

_____. Prefácio. In: JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p.9-12.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157p.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001. 454p.

KRESS, Gunther; GARCIA, Regina Leite; LEEUWEN, Theo van. Semiótica discursiva. In: Van Dijk, Teun A. (Org.). **El discurso como estructura y proceso. Estudios sobre el discurso I**: una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2006. p. 373-416.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1974. Reprodução da Biblioteca Maison Rio de Janeiro, RJ.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7 – 23.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo/Sp, v. 15, n. 17, p. 95-105, 2005.

MALDONATO, Mauro. **A subversão do ser**: identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação. Tradução: Luciano Loprete, Roberta Bami. São Paulo: Peirópolis, 2001.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia**: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

_____. Traçado viário dos núcleos pioneiros. In: _____. (Org.). **Goiânia art déco**: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004. v. I, p. 56 – 66.

_____. Traçado viário dos núcleos pioneiros. In: _____. (Org.). **Goiânia art déco**: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004. v. II.

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Tradução: Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MARSHALL, Leandro. A estética da mercadoria jornalística. In: MELO, José M.; PERUZZO, Cicília M. Kroling; KUNSCH, Waldemar L. (Orgs.). **Mídia, regionalismo e cultura**. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/ Universidade Metodista de São Paulo – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo: 2003. p. 27-44.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os usos culturais da cultura. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 88-99.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 257 – 287.

OLIVEIRA, Adriana M. Vaz. Avaliação de qualificação: primeiro capítulo da dissertação [set. 2007]. Goiânia: IESA - UFG, 2007. Gravação em MP3 (48 min).

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes B. de. **A praça em suas múltiplas dimensões espaciais**: o desvendar das similaridades e diversidades de praças goianienses. Dissertação (mestrado em geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. 207 fl.: il., color., tabs., grafs.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: Sociedade e cultura. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2003 v.6 n.2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Projeto Macambira-Anicuns. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/obras/principal/principal.htm>> Acesso: 17 Abr. 2008.

PROJETO GOIÂNIA 21: OPERAÇÃO CENTRO. Grupo Quatro Sociedade Civil Ltda. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia, [1997?]

PEIXOTO, Elane Ribeiro. Cidade genérica. **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: UCG, v. 31. n. 11. p. 1993-2018. 2004.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PEREIRA, Marcus Vinicius. Representação e produção de sentidos: a midiatização de significados. **Cadernos da Escola de Comunicação – UNIBRASIL**. n. 1. Jul/Dez. 2003. Disponível em: <http://www.unibrasil.com.br/detalhe_categoria.asp?id=17> Acesso: 10 Ago. 2007.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo E. Vizeu. Jornalismo e Representações sociais: algumas considerações. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre. Ago. 2006 n. 30 p.31-38. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/30.htm>> Acesso: 11 Jan. 2008.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução: Elane R. Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: ed. UCG, 2006.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15-24.

SAHR, Wolf-Dietrich. Signos e espaços mundos – a semiótica da espacialização na geografia cultural. In: KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007, p.57-79.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.46 – 55.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1996. n. 24, p.77-95.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SILVA, José Borzacchiello. O sentido da cidade no final do século XX.. In: SPÓSITO, Maria. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p.469-487.

SILVEIRA, Flávio L. Abreu; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes antropológicos**. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS. IFCH, Porto Alegre: PPGAS, 2005 n.23 p. 37-50.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128 p.

SPERBER, Dan. O estudo antropológico das representações sociais. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 91-103.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: EFPA, 2001.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém (PA). In: VALENÇA, Márcio M.; COSTA, Maria Helena B. V (Orgs.). **Espaço, cultura e representação**. Natal: EDUFRN, 2005, p. 123-149.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNES, Wolney. **Identidade Art Déco de Goiânia**. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: UFG, 2001. 200 p. il.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes; MELLO, Maria Cristina Fernandes. Terminologias em busca de uma identidade. **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v. 1, n. 8, p. 60-63. 2003.

VAZ, Maria Diva A. Coelho. **Transformação do Centro de Goiânia**: Renovação ou Reestruturação. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Remake>>. Acesso em: 30 mar 2008.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Brasília: Ed. UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp, 2003. 376 p.

2 Reportagens e artigos de jornal:

Jornal O Popular - matérias assinadas:

Ano de 2003

ASSIS, Deire. **Obra da Goiás deve ficar pronta dia 15**. Jornal O Popular, Goiânia, 25 set. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Metade dos moradores deixa o Centro em duas décadas.** Jornal O Popular, Goiânia, 14 dez. 2003. Editoria: Cidades.

ASSUNÇÃO, Marília. **Fumaça de ônibus ameaça charme da Avenida Goiás.** Jornal O Popular, Goiânia, 30 out. 2003. Editoria: Cidades.

BORGES, Carla. **Demolição ameaça patrimônio.** Jornal O Popular, Goiânia, 08 mai. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Trabalho intensivo para concluir obra da Goiás.** Jornal O Popular, Goiânia, 10 out. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **O Centro de alma nova:** de volta aos jardins da Goiás. Jornal O Popular, Goiânia, 24 out. 2003. Editoria: Cidades.

BRAGA, Maria José. **Avenida Goiás começa a mudar.** Jornal O Popular, Goiânia, 16 mar. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Centro ganha mais três obras.** Jornal O Popular, Goiânia, 26 mar. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Pacote de Obras vai mudar.** Jornal O Popular, Goiânia, 07 mai. 2003.

_____. **Revitalização do Centro de Goiânia:** obra na Goiás custará R\$ 1,8 mi. Jornal O Popular, Goiânia, 24 mai. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Um bom começo para o Centro.** Jornal O Popular, Goiânia, 24 out. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Prédios do Centro de cara limpa.** Jornal O Popular, Goiânia, 16 dez. 2003. Editoria: Cidades.

GOMES, Margareth. **Presente sem Glamour.** Jornal O Popular, Goiânia, 20 mar. 2003. Editoria: Magazine.

LEOBAS, Cristiano. **Começa hoje reforma da Avenida Goiás.** Jornal O Popular, Goiânia, 01 jul. 2003. Editoria: Cidades.

_____. **Avenida Goiás:** piso está sendo assentado. Jornal O Popular, Goiânia, 16 ago. 2003. Editoria: Cidades.

LIMA, Maisa. **Monumento aos bandeirantes:** técnica de limpeza será definida hoje. Jornal O Popular, Goiânia, 30 set. 2003. Editoria: Cidades.

MARCOS, Almiro; LEOBAS, Cristiano. **Mudanças no transporte:** trânsito tranqüilo no Centro. Jornal O Popular, Goiânia, 25 mar. 2003. Editoria: Cidades.

MARCOS, Almiro. **Avenida Goiás abre processo de revitalização.** Jornal O Popular, Goiânia, 04 dez. 2003.

_____. **Como dar vida ao Centro?**. Jornal O Popular, Goiânia, 5 dez. 2003.

MONTEIRO, Silvana. **Era uma vez uma praça.** Jornal O Popular, Goiânia, 17 mar. 2003. Editoria: Cidades.

Ano de 2004:

ASSIS, Deire; FRANCO FILHO, Marcondes. **Incentivos fiscais vão bancar Projeto Cara Limpa.** Jornal O Popular, Goiânia, 01 abr. 2004. Editoria: Cidades.

BRAGA, Maria José. **Av. Goiás terá bancas de artesanato e de empregos.** Jornal O Popular, Goiânia, 29 jan. 2004. Editoria: Cidades.

_____. **Furtados bancos da Avenida Goiás.** Jornal O Popular, Goiânia, 03 fev. 2004. Editoria: Cidades.

CZEPAK, Isabel. **Monumentos encantam especialistas em art déco.** Jornal O Popular, Goiânia, 07 nov. 2004. Editoria: Cidades.

LEOBAS, Cristiano. **Revitalização do Centro:** desvendando a cidade oculta. Jornal O Popular, Goiânia, 13 mar. 2004. Editoria: Cidades.

_____. **Devagar, o Centro começa a mostrar sua cara limpa.** Jornal O Popular, Goiânia, 05 jun. 2004. Editoria: Cidades.

Ano de 2005:

BORGES, Rogério. **Herança valiosa**. Jornal O popular, Goiânia, 29 set. 2005. Editoria: Magazine.

DORIAN, Amanda. **Avenida descuidada**: freqüentadores da Avenida Goiás reclamam de sujeira e falta de iluminação. Jornal O popular, Goiânia, 01 jun. 2005. Editoria: Cidades.

LONGO, Malu. **Restauração livre de impostos**. Jornal O popular, Goiânia, 28 nov. 2005. Editoria: Cidades.

OLIVEIRA, Carla. **Centro Vivo é incorporado ao G-Centro**. Jornal O popular, Goiânia, 03 jan. 2005. Editoria: Cidades.

Ano de 2006:

LONGO, Malu. **Espaço urbano**: o desafio de viver no Centro. Jornal O popular, Goiânia, 22 jan. 2006. Editoria: Cidades.

DORIAN, Amanda. **Uma praça sem civismo**. Jornal O popular, Goiânia, 12 set. 2006. Editoria: Magazine.

Ano de 2007:

BORGES, Rogério. **Hoje é dia**. Jornal O popular, Goiânia, 11 mai. 2007. Editoria: Cidades.

_____. **Registro art déco**. Jornal O popular, Goiânia, 31 out. 2007. Editoria: Cidades.

CUNHA, Rosane Rodrigues. **As duas caras do Centro de Goiânia**. Jornal O popular, Goiânia, 15 out. 2007. Editoria: Cidades.

LONGO, Malu. **Setor de tecnologia busca ser referência no país**. Jornal O popular, Goiânia, 30 mar. 2007. Editoria: Cidades.

OLIVEIRA, Carla. **Revitalização da Avenida Goiás fica pela metade**. Jornal O popular, Goiânia, 22 mar. 2007. Editoria: Cidades.

Jornal O Popular – matérias não assinadas:

Nova fase de obras na Goiás começa em 10 dias. Jornal O Popular, Goiânia, 26 jun. 2003. Editoria: Cidades.

Patrimônio: os rolos compressores da história. Jornal O Popular, Goiânia, 05 jul. 2003. Editoria: Cidades.

Prefeito vai entregar a nova Goiás. Jornal O Popular, Goiânia, 23 out. 2003. Editoria: Cidades.

Patrimônio: Acervo arquitetônico art déco de Goiânia tem tombamento oficializado. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 nov. 2003. Editoria: Geral.

Projeto quer garantir recursos para o art déco. Jornal O Popular, Goiânia, 03 dez. 2003. Editoria: Cidades.

Calçamento do Centro passará por mudanças. Jornal O Popular, Goiânia, 12 fev. 2004. Editoria: Cidades.

Patrimônio: caderno detalha projetos de revitalização de Goiânia. Jornal O Popular, Goiânia, 27 mai. 2004. Editoria: Cidades.

Imagens de um patrimônio. Jornal O Popular, Goiânia, 16 nov. 2004. Editoria: Magazine.

Guia sobre o art déco. Jornal O Popular, Goiânia, 16 nov. 2004. Editoria: Magazine.

Violência: câmeras passam a monitorar Centro. Jornal O popular, Goiânia, 28 out. 2006. Editoria: Cidades.

Art déco também terá prioridade no Iphan. Jornal O popular, Goiânia, 28 dez. 2006. Editoria: Cidades.

Jornal Diário da Manhã - matérias assinadas:

Ano de 2003

BORGES, Lúcia. **Bandeirante é retirado para reforma.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 28 set. 2003.

BRANDÃO, Carlos. **Batismo cultural sem festa.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 05 jun. 2003. Editoria: DM Revista.

_____. **Lembraram de nós.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 10 dez. 2003.

MARQUES, Thiago. **Vândalos furtam bancos da Avenida Goiás.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 01 nov. 2003.

SÁ, Maria José. **Patrimônio preservado.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 13 mai. 2003.

SABINO, Warlem. **Avenida Goiás de cara nova.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 mai. 2003.

_____. **Goiás ganha pedras portuguesas.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 21 ago. 2003.

_____. **Patrimônio de art déco destruído.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 15 set. 2003.

THOMÉ, Nássara. **Art déco para todos.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 30 mar. 2003.

Ano de 2004:

ABREU, Alzenar. **Dossiê da art déco.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 27 mai. 2004. Editoria de Cidades.

AESSE, Ulisses. **Arte desbotada.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 28 jan. 2004.

_____. **Goiânia que ninguém vê.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 8 jul. 2004.

BRANDÃO, Carlos. **Memória desprezada**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 09 mai. 2004. Editoria: DMRevista.

_____. **Obras públicas na UTI**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 15 jun. 2004. Editoria: DMRevista.

_____. **A história se hospeda no Grande Hotel**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 03 jul. 2004. Editoria: DMRevista.

BRAVO, Ana Paula. **A importância dos museus em debate**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 17 mai. 2004. Editoria: DMRevista.

FILGUEIRA, Vicente. **Câmara entra na luta**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 13 mai. 2004. Editoria de Cidades.

_____. **Memorial à história**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 21 mai. 2004. Editoria de Cidades.

LIMA, Ivair. **Revelando parte do patrimônio de Goiânia**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 nov. 2004. Editoria: DMRevista.

_____. **Arquitetura de Goiânia em foco**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 25 nov. 2004. Editoria: DMRevista.

OLIVEIRA, Carolina. **Maus tratos: nova Goiás tem apenas dois meses de vida e sofre com vários problemas**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 12 jan. 2004. Editoria: Especial.

_____. **Volta ao passado**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 01 abr. 2004. Editoria: Especial.

RODRIGUES, Karine. **Cores de Goiânia**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 24 jun. 2004. Editoria: Economia.

TRAMONTINA, Mariana. **História comprometida**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 02 dez. 2004. Editoria: DMRevista.

VANESSA, Giselle. **Ação do tempo**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 nov. 2004. Editoria: Meubairro.

VIANA, Ludmila. **Atentado ao patrimônio**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 03 nov. 2004. Editoria de Cidades.

Ano de 2005:

AQUINO, Luiz. **Beijos no passado**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 14 dez. 2005.

BALDUINO, Ludmilla. **Do déco ao moderno de Goiânia**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 28 nov. 2005. Editoria: DMRevista.

BERNARDES, Lucielle. **Construção em xeque**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 29 abr. 2005. Editoria de Cidades.

BRANDÃO, Carlos. **Vídeo divulga art déco de Goiânia**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 mar. 2005. Editoria: DMRevista.

COUTINHO, Leandro. **Patrimônio pede atenção**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 20 out. 2005. Editoria: Meubairro.

DUTRA, Gabriela. **Museus ao ar livre**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 14 mar. 2005. Editoria: Meubairro.

VANESSA, Giselle. **Como mudou:** espaços antes reservados à boemia dão lugar aos profissionais do sexo. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 03 jan. 2005. Editoria: Meubairro.

_____. **Histórias da praça**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 24 jul. 2005. Editoria: Meubairro.

_____. **Patrimônio depredado**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 01 ago. 2005. Editoria: Meubairro.

Ano de 2006:

AQUINO, Luiz. **Perdemos o Grande Hotel**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 07 mai. 2006.

COUTINHO, Leandro. **Tecnologia com cultura**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 11 fev. 2006. Editoria: Meubairro.

CRISTINA, Lara. **Museus mal distribuídos**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 15 out. 2006. Editoria de Cidades.

DUTRA, Gabriela. **Zoológico: mudança duvidosa/ patrimônio histórico da cidade**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 12 jan. 2006. Editoria: Meubairro.

_____. **Nostalgia no ar:** casas resguardam arquitetura dos anos 40 do século passado. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 mar. 2006. Editoria: Meubairro.

_____. **História revitalizada:** termina em um mês a revitalização do Mercado Popular, que sediará a Casa Cor em 2006. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 mar. 2006. Editoria: Meubairro.

_____. **Prédio é de estilo neo-colonial e foi tombado pelo Instituto Histórico**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 19 ago. 2006. Editoria: Meubairro.

GOIÁ, Ricardo César. **10 idéias para o Centro voltar a pulsar**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 19 jan. 2006. Editoria: Meubairro.

_____. **História ameaçada**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 19 out. 2006. Editoria: Meubairro.

_____. **Tesouro arquitetônico**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 24 out. 2006. Editoria: Meubairro.

LIMA, Ivair. **Um mundo à parte**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 mar. 2006. Editoria: Meubairro.

_____. **Tour cultural e histórico**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 24 dez. 2006. Editoria: Meubairro.

RIBEIRO, Daniela. **Monumentos da cidade caem no esquecimento**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 06 out. 2006. Editoria: Meubairro.

ROSA, Leon. **Francês questiona patrimônio cultural**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 05 mar. 2006. Editoria de Universidade.

VANESSA, Giselle. **Negócios:** Extra quer área da ex-CPP. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 14 jun. 2006. Editoria de Economia.

Ano de 2007:

ALMEIDA, Luiz Fernando. O Brasil e os desafios do patrimônio. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 19 jan. 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Revitalização:** triângulo cultural no mapa da cidade. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 20 fev. 2007. Editoria: DMRevista.

CARLOS, Welliton. **Metrópole sustentável.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 27 abr. 2007. Editoria de Cidades.

GOIÁ, Ricardo César. **Lago terá grupo de trabalho.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 27 jan. 2007. Editoria de Cidades.

_____. **Novo centro cultural.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 29 jan. 2007. Editoria de Cidades.

LOUREDO, Gabriela. **Estilo art déco em xeque.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 28 jan. 2007. Editoria de Universidade.

MIRANDA, Max. **Reforma Cultural.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 04 jan. 2007. Editoria: DMRevista.

_____. **A volta do trabalho e dos amigos.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 08 jan. 2007. Editoria: DMRevista.

_____. **Olhar em preto-e-branco.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 23 fev. 2007. Editoria: DMRevista.

REZENDE, Íris. Desenvolvimento tecnológico para uma nova Goiânia. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 18 mar. 2007.

SANTOS, Elisângela. **Íris assina decreto da Estação.** Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 30 mar. 2007. Editoria de Economia.

Jornal Diário da Manhã - matérias não assinadas:

Artes em Goiânia tem incentivo. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 22 out. 2003.

Prédios tombados em Goiânia. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 25 nov. 2003. Agência Estado, de São Paulo.

Catálogo mostra belezas da capital. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 04 jan. 2004.

Entenda melhor. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 05 mai. 2004.

Programa valoriza patrimônio. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 16 mai. 2004.

Centro. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 02 set. 2004.

Arquitetura: Olhar histórico. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 06 nov. 2004.

Propostas de Íris para a Cultura. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 10 dez. 2004.

Pedro Wilson lança agenda 21. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 29 dez. 2004.

Setor Central: continuidade. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 07 fev. 2005.

Corredor cultural para brasileiros. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 10 jun. 2005.

Visitação recorde/ Traços de art déco. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 01 nov. 2005. Da Redação.

Mercado restaurado. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 06 dez. 2005.

Reforma no mercado. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 22 dez. 2005.

Comércio: Prefeito veta ajuda de custo. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 13 jan. 2006. Da Redação.

Projeto Estação Digital. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 22 jan. 2006. Da Redação.

APÊNDICE A - Mapas

**FIG. 24. MAPA. USO DO SOLO NA ÁREA DO POLÍGONO
TOMBADO PELO IPHAN, GOIÂNIA - GO**



LEGENDA

- | | |
|---|---|
| <p>1 Praça Cívica</p> <p>Coreto
Fonte luminosa
Fórum e Tribunal de Justiça
Residência de Pedro Ludovico
Departamento Estadual de Informação
Obeliscos com luminárias</p> | <p>Palácio das Esmeraldas
Procuradoria da Fazenda Nacional
Chefatura de Polícia
Secretaria-Geral
Torre do Relógio
Tribunal Regional Eleitoral</p> |
| <p>2 Lyceu de Goiânia</p> | |
| <p>3 Grande Hotel</p> | |
| <p>4 Teatro Goiânia</p> | |
| <p>5 Escola Técnica</p> | |
| <p>6 Praça do Trabalhador/ Estação Ferroviária</p> | |

Área adensável
 Área de adensamento básico
 Área verde
 Polígono de Tombamento pelo IPHAN
 Drenagem

ESCALA GRÁFICA

150 0 150 300 450 m

Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 22 - Hemisfério Sul/ Meridiano 51° WG

Fonte:
Plano Diretor de Goiânia 2007, Prefeitura Municipal de Goiânia - SEPLAM

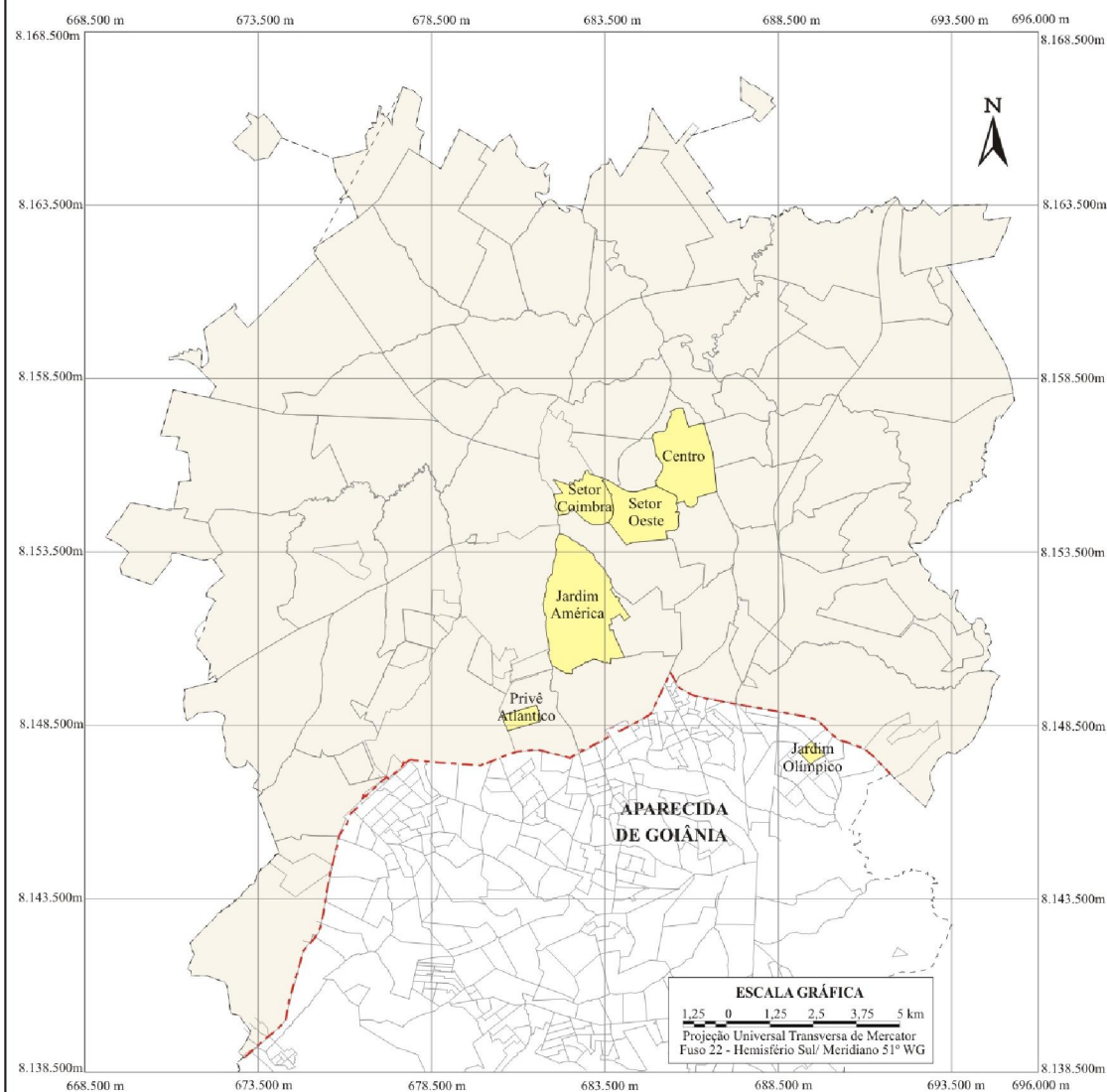
Organização:
Márcia de Araújo

Elaboração digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

**SITUAÇÃO GEOGRÁFICA
GOIÂNIA**



FIG. 34. MAPA. BAIRROS DE GOIÂNIA ONDE MORAM OS ENTREVISTADOS INFORMADOS SOBRE O TOMBAMENTO DO CENTRO DE GOIÂNIA - GO



LEGENDA

- Bairros: 01 entrevistado
- OUTRAS CONVENÇÕES**
- Outros bairros de Goiânia - GO
- Outros bairros de Aparecida de Goiânia - GO
- Polígono da área urbana
- Limite municipal

Fonte:

Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia, 2007

Organização:

Márcia de Araújo

Elaboração digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA ESTADO DE GOIÁS

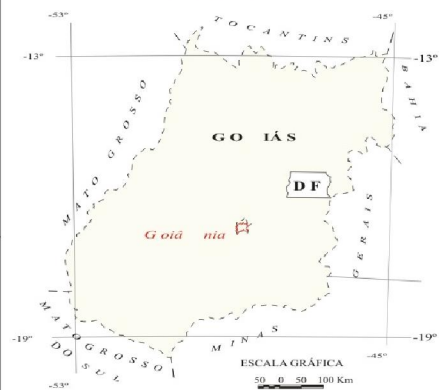
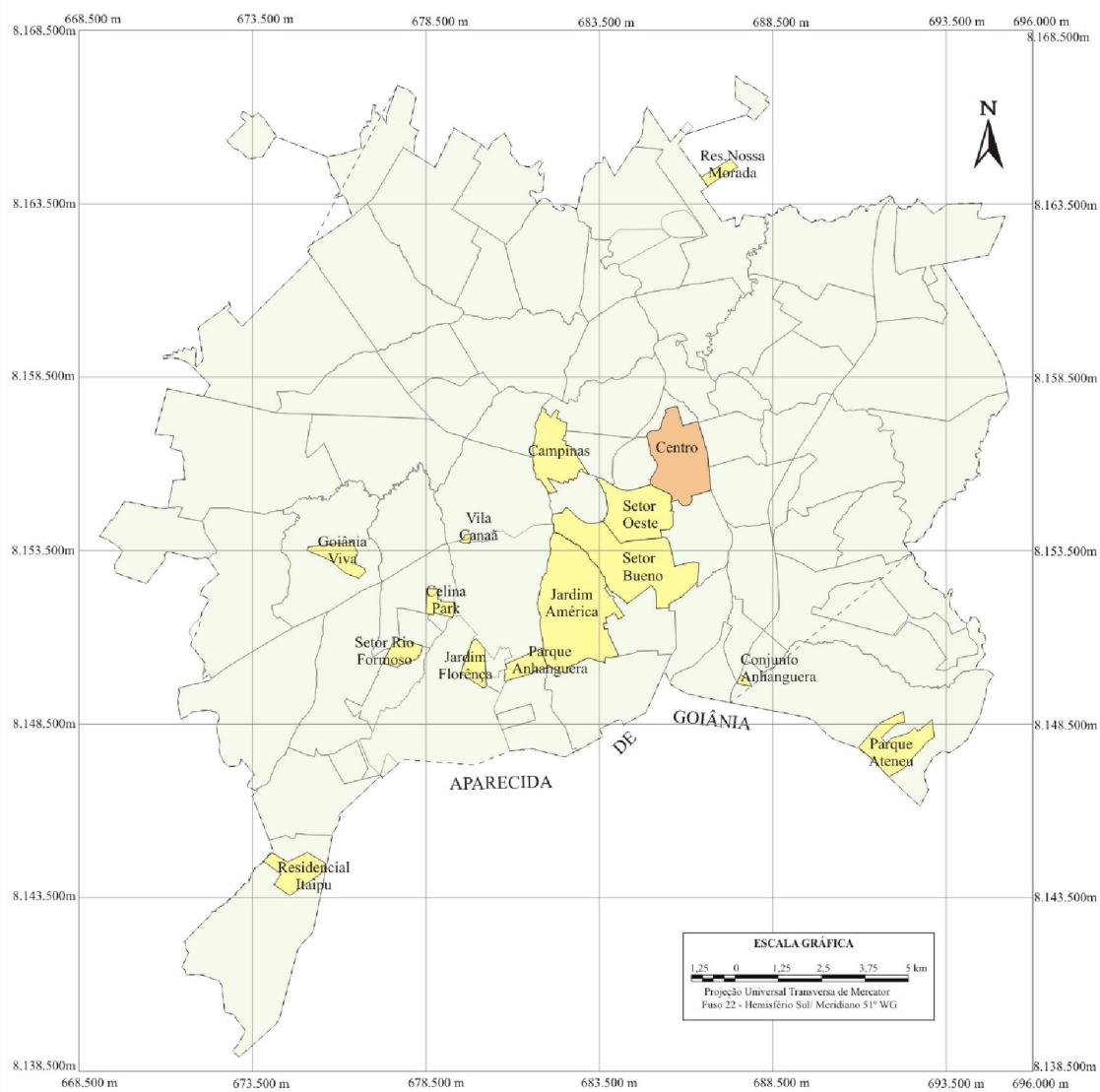


FIG. 35. MAPA. BAIRROS DE GOIÂNIA ONDE MORAM OS ENTREVISTADOS NÃO INFORMADOS SOBRE O TOMBAMENTO DO CENTRO



LEGENDA

- Bairros: 01 entrevistado
- Bairro: 03 entrevistados

OUTRAS CONVENÇÕES

- Outros bairros de Goiânia - GO
- Polígono da área urbana

Fonte:

Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia, 2007

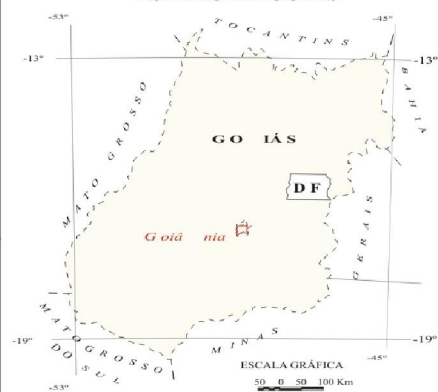
Organização:

Márcia de Araújo

Elaboração digital:

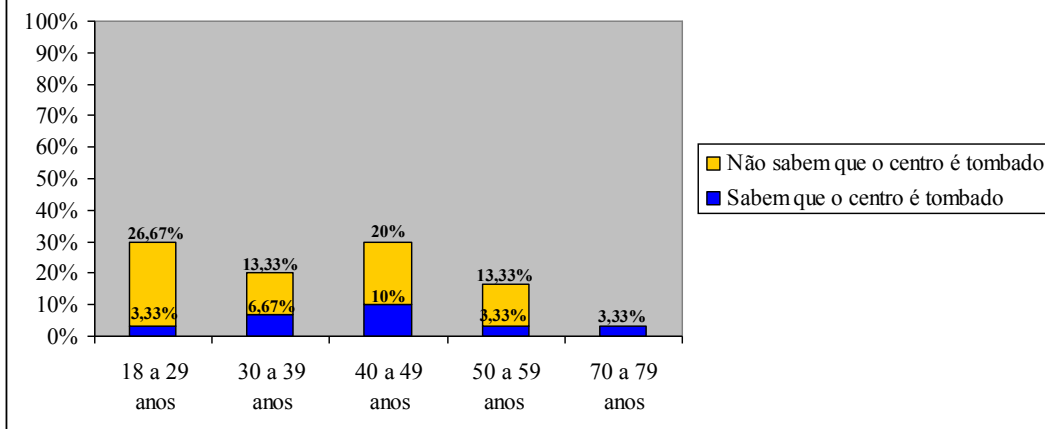
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

**SITUAÇÃO GEOGRÁFICA
ESTADO DE GOIÁS**



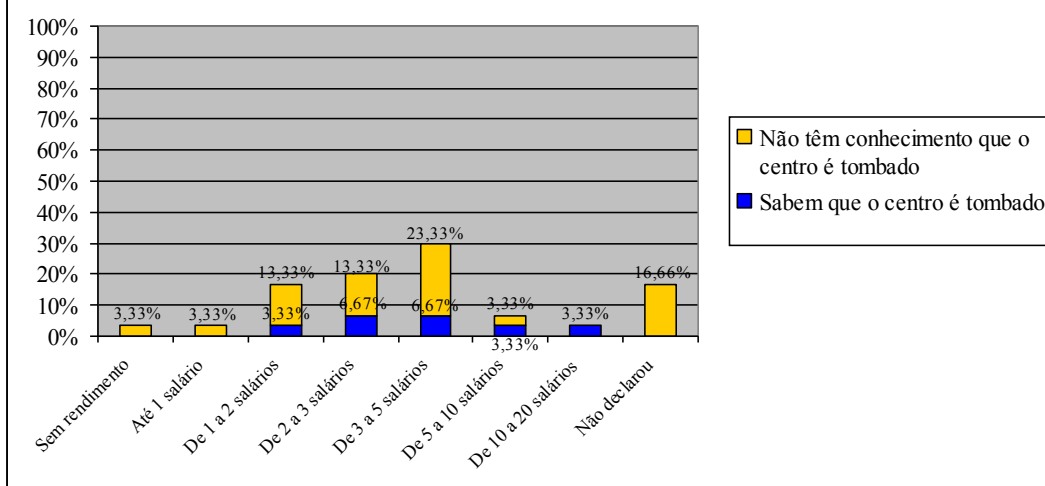
APÊNDICE B – Gráficos

Fig. 29. Gráfico. Faixa etária dos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia.

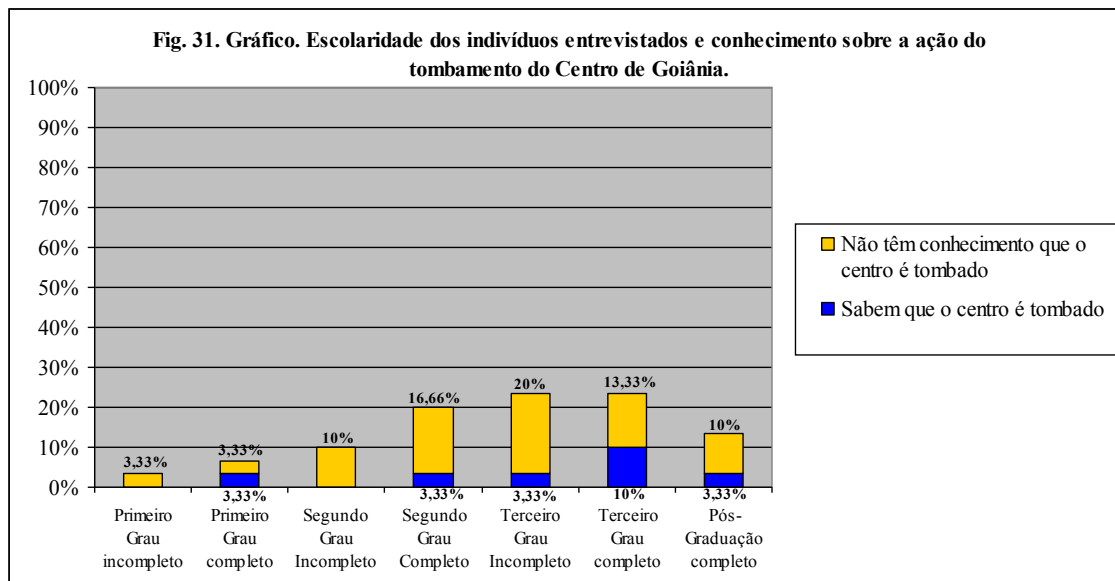


Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

Fig. 30. Gráfico. Renda dos indivíduos entrevistados e conhecimento sobre a ação do tombamento do Centro de Goiânia.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.



Fonte: Márcia Araújo. Dados do trabalho de campo 2007-2008.

APÊNDICE C - Tabelas

Tabela 01 – Bens Imóveis da cidade de Goiânia tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás:

	Bem	Outras Denominações	Ato de Tombamento
01	Praça Cívica	Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira	Despacho nº 1096, 18-10-82
02	Palácio do Governo	Palácio das Esmeraldas	Despacho nº 1096, 18-10-82
03	Fórum	Centro Cultural Marieta Telles Machado	Despacho nº 1096, 18-10-82
04	Tribunal de Justiça	Secretaria de Estado do Trabalho	Despacho nº 1096, 18-10-82
05	Delegacia Fiscal		Despacho nº 1096, 18-10-82
06	Delegacia do Trabalho		Despacho nº 1096, 18-10-82
07	Tribunal Eleitoral	Tribunal Regional Eleitoral	Despacho nº 1096, 18-10-82
08	Coreto	Coreto da Praça Cívica	Despacho nº 1096, 18-10-82
09	Fontes Luminosas		Despacho nº 1096, 18-10-82
10	Museu Zoroastro Artiaga	Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga	Despacho nº 1096, 18-10-82
11	Tribunal de Contas	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Despacho nº 1096, 18-10-82
12	Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas		Despacho nº 1096, 18-10-82
13	Relógio da Av. Goiás	Relógio Central	Despacho nº 1096, 18-10-82
14	Liceu de Goiânia		Despacho nº 1096, 18-10-82
15	Teatro Goiânia		Despacho nº 1096, 18-10-82
16	Prédio do Grande Hotel	Prédio do Antigo Grande Hotel	Despacho nº 1096, 18-10-82
17	Prédio da Justiça Federal		Despacho nº 1096, 18-10-82
18	Casa de Pedro Ludovico	Museu Pedro Ludovico Teixeira	Despacho nº 1096, 18-10-82
19	Ateneu D. Bosco		Despacho nº 1096, 18-10-82
20	Estação Ferroviária		Despacho nº 1096, 18-10-82
21	Prédio do Antigo Grupo Escolar Modelo	Colégio Estadual Professor José Carlos de Almeida	Despacho nº 1096, 18-10-82

22	Igreja do Sagrado Coração de Maria		Despacho nº 1096, 18-10-82
23	Igreja do Antigo Seminário dos Padres Redentoristas	Igreja de São José	Despacho nº 1096, 18-10-82
24	Prédio da Escola Técnica Federal de Goiânia	Prédio da Escola Técnica Federal de Goiás	Despacho nº 1096, 18-10-82
25	Lago das Rosas	Lago das Rosas e toda área verde em torno	Despacho nº 1096, 18-10-82
26	Procuradoria Geral do Estado		Decreto 4943, 31-08-98
27	Capela Nossa Senhora das Graças	Capela da antiga Santa Casa de Misericórdia	Decreto 4943, 31-08-98
28	Academia Goiana de Letras	Casa do Professor Colemar Natal e Silva	Decreto 4943, 31-08-98
29	Centro Cultural Gustav Ritter		Decreto 4943, 31-08-98
30	Centro Cultural Martim Cererê		Decreto 4943, 31-08-98

Fonte: Diretoria de Patrimônio do Estado de Goiás

Elaboração: Márcia de Araújo (2004)

Tabela 02 – Bens Imóveis da cidade de Goiânia que compõe o Patrimônio Histórico e Artístico Municipal:

	Bem	Situação	Ato de tombamento
01	Coreto da Praça Cívica	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
02	Igreja Coração de Maria	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
03	Capela São José (Vila São José)	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
04	Antigo Convento dos Padres Redentoristas (Campinas)	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
05	Cruzeiro da Praça Germano Roriz	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
06	Fachada da Igreja Catedral	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
07	Antigo Prédio da Estação Ferroviária	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
08	Grande Hotel	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
09	Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva (Bandeirante)	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
10	Monumento às Três Raças	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
11	Túmulo da Família do Fundador da Cidade, Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Cemitério Santana)	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
12	Palácio das Esmeraldas	Tombado pelo Município	Lei nº 6.962, 21-05-91
13	Palace Hotel	Tombado pelo Município	Lei nº 7.022, 05-12-91
14	Áreas Verdes Municipais	Tombado pelo Município	Decreto nº 2.109, 13-09-94
15	Teatro Inacabado	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 2.201, 19-09-94
16	Centro Cultural Martim Cererê	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 1.136, 04-04-97
17	Centro de Treinamento Parque Anhanguera	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 1.135, 04-04-97
18	Casa de Cultura Dr. Altamiro de Moura Pacheco	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 1.866, 10-09-99

19	Residência do professor Venerando de Freitas Borges	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 2.289, 30-11-99
20	Automóvel Clube de Goiás	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 158, 24-01-00
21	Cemitério Santana	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 1.879, 26-09-00
22	Mercado Popular Municipal	Tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Decreto nº 1.901, 03-10-00

Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico do Município de Goiânia

Elaboração: Márcia de Araújo (2004)

APÊNDICE D - Entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de Entrevista:

Você mora aqui em Goiânia? () sim () não

Há quanto tempo?

Nome: _____

Bairro onde mora: _____

Faixa etária:

- () 18 a 29 anos
- () 30 a 39 anos
- () 40 a 49 anos
- () 50 a 59 anos
- () 60 a 69 anos
- () 70 a 79 anos
- () Mais de 80 anos

Qual sua renda?

- () Sem rendimento
- () Até 1 salário mínimo
- () Mais de 1 a 2 salários mínimos
- () Mais de 2 a 3 salários mínimos
- () Mais de 3 a 5 salários mínimos
- () Mais de 5 a 10 salários mínimos
- () Mais de 10 a 20 salários mínimos
- () Mais de 20 salários mínimos

Você estudou até que série?

- () Não estudou
- () Primeiro grau incompleto
- () Primeiro grau completo
- () Segundo grau incompleto
- () Segundo grau completo
- () Terceiro grau incompleto
- () Terceiro grau completo
- () Pós-graduação incompleto
- () Pós-graduação completo

1. Você conhece alguma construção em Goiânia, que foi declarada patrimônio?

1a. Qual? _____

2. Você tem conhecimento que o centro de Goiânia é declarado (tombado) como patrimônio histórico edificado do Brasil?

() sim () não

Se a resposta for positiva:

2a. Como você obteve essa informação?

2b. Você sabe quais bens foram tombados?

2c. Você considera correta a escolha desses bens?

() sim () não

Se sim, por quê? _____

Se não, por quê? _____

2d. Você acha que outros edifícios ou monumentos seriam mais indicados?

() sim () não

Se sim, por quê? _____

Se não, por quê? _____

2e. Quais deveriam ser escolhidos, relacione três exemplos?

2f. No seu entender o fato do centro de Goiânia ser considerado um patrimônio histórico edificado provocou alguma alteração no cotidiano da região central?

() sim () não

Se sim, por quê? _____

Se não, por quê? _____

3. Qual a sua opinião sobre o centro de Goiânia?

4. No seu entendimento, o que poderia ser melhorado no centro?

5. Quando se fala em centro da cidade qual é a primeira imagem que lhe vem à mente?

6. O que você pensa sobre a existência de um patrimônio histórico para cidade?

7. Em sua opinião o “governo” se preocupa em proteger construções e monumentos?

() sim () não

Se sim, por quê? _____

Se não, por quê? _____

8. Supondo que alguns bens ou monumentos serão escolhidos para ser protegidos e transformados em patrimônio da cidade, em sua opinião quem deveria ser ouvido para validar essa definição?

Por quê? _____

9. Em sua opinião, o que deveria ser feito para proteger o patrimônio?

10. O que você entende por patrimônio histórico edificado?

11. Você conhece a história da criação da cidade de Goiânia?

() sim () não

12. Qual a sua opinião sobre essa história?

13. O que você pensa sobre conhecer o passado do lugar onde você mora?

14. FOTOS:

Destas fotos, quais você identifica como construção com característica de patrimônio histórico?



Foto 01: Palácio das Esmeraldas (Praça Cívica)

Fonte: Manso 2004, p. 28.

FOTO 01 () sim () Não Obs.: _____



Figura 02: Foto: Sede do antigo BEG (entre as Avenidas Goiás e Anhanguera, Setor Central).
Fonte: Márcia Araújo 2007.

FOTO 02 () sim () Não Obs. : _____



Figura 03: Foto Residência do Gov. Pedro Ludovico Teixeira (Rua 26 com rua 25, qd. 47, lt. 1).
Fonte: Manso 2004, p. 24.

FOTO 03 () sim () Não Obs. : _____



Figura 04: Foto: Residência (Rua 20, Setor Central).
Fonte: Márcia Araújo 2007.

FOTO 04 () sim () Não Obs. : _____



Figura 05: Foto Grande Hotel (Av. Goiás, esquina com rua 3, Setor Central).
Fonte: Manso 2004, p. 42.

FOTO 05 () sim () Não Obs. : _____



Figura 06: Foto: Hotel Dom Bosco (entre Avenida Araguaia e Rua 4, Setor Central).
Fonte: Márcia Araújo 2007.

FOTO 06 () sim () Não Obs. : _____



Figura 07: Foto: Instituto de Educação de Goiás (entre Avenida Anhanguera e quinta avenida Setor Vila Nova).
Fonte: Márcia Araújo 2007.

FOTO 07 () sim () Não Obs. : _____



Figura 08: Foto Teatro Goiânia (Av. Anhanguera, com Av. Tocantins e Rua 23, Setor Central).
Fonte: Manso 2004, p. 44.

FOTO 08 () sim () Não Obs. : _____



Figura 09: Foto: Banespa (entre Rua 3 e Rua 9, Setor Central).
Fonte: Márcia Araújo 2007.

FOTO 09 () sim () Não Obs. : _____



Figura 10: Foto: Estação Ferroviária (Áreas entre as Avenidas Independência, Oeste e Contorno).
Fonte: Manso 2004, p. 48.

FOTO 10 () sim () Não Obs. : _____

15. Dentre esses edifícios, qual você acha mais importante?

15a. Por quê? _____

16. Em sua opinião, esse edifício mantém o uso para o qual foi construído?

17. Se não, o que você acha do uso que está sendo dado?

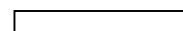
TABULAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Você mora aqui em Goiânia?	
SIM	23 pessoas
NÃO	7 pessoas

Legenda: Entrevistados que têm o conhecimento que o Centro é tombado



Entrevistados que não têm o conhecimento que o Centro é tombado



Onde mora?	
Goiânia	6 pessoas
Aparecida de Goiânia	1 pessoa
Goiânia	17 pessoas
Aparecida de Goiânia	5 pessoas
Turvânia	1 pessoa

Bairro onde mora:	
Jardim América	1 pessoa
Privê Atlântico	1 pessoa
Setor Coimbra	1 pessoa
Setor Oeste	2 pessoas
Jardim Olímpico (Aparecida de Goiânia)	1 pessoa
Celina Park	1 pessoa
Centro	3 pessoas
Conjunto Anhanguera	1 pessoa
Goiânia Viva	1 pessoa
Jardim América	1 pessoa
Jardim Florença	1 pessoa
Parque Anhanguera	1 pessoa
Parque Ateneu	1 pessoa
Residencial Itaipu	1 pessoa
Residencial Nossa Morada	1 pessoa
Setor Bueno	1 pessoa
Setor Campinas	1 pessoa
Setor Oeste	1 pessoa
Setor Rio Formoso	1 pessoa
Vila Canaã	1 pessoa

Faixa etária:	SIM tem conhecimento que o centro é tombado	NÃO tem o conhecimento que o centro é tombado	Total de entrevistados
18 a 29 anos	1	8	9
30 a 39 anos	2	4	6
40 a 49 anos	3	6	9
50 a 59 anos	1	4	5
60 a 69 anos	-	-	-
70 a 79 anos	-	1	1
Mais de 80 anos	-	-	-
Total entrevistado			30
Qual sua renda?	SIM tem conhecimento que o centro é tombado	NÃO tem o conhecimento que o centro é tombado	Total de entrevistados
Sem rendimento	-	1	1
Até 1 salário mínimo	-	1	1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1	4	5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2	4	6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2	7	9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1	1	2
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1	-	1
Mais de 20 salários mínimos	-	-	-
Não declarou	-	5	5
Total entrevistado			30

Você estudou até que série?	SIM tem conhecimento que o centro é tombado	NÃO tem o conhecimento que o centro é tombado	Total de entrevistados
Não estudou	-	-	-
Primeiro grau incompleto	-	1	1
Primeiro grau completo	1	1	2
Segundo grau incompleto	-	3	3
Segundo grau completo	1	5	6
Terceiro grau incompleto	1	6	7
Terceiro grau completo	3	4	7
Pós-graduação incompleto	-	-	-
Pós-graduação completo	1	3	4
Total entrevistado			30

1. Você conhece alguma construção em Goiânia que foi declarada patrimônio?	Q	Total	Total geral	
Sim	1+1+1+1+1	5	21 pessoas conhecem algum bem que é patrimônio	
	1+1+1+1+1+1+1+1+1	16		
Obs.: 5 pessoas têm o conhecimento da ação do tombamento e conhecem algum bem patrimonial, dezesseis pessoas não têm conhecimento do tombamento, mas conhecem algum bem que é patrimônio.				
Não	1+1	2+7	9 Não conhecem bens patrimoniais.	
	+1+1+1			
	+1+1+1+1			
Obs.: 2 têm o conhecimento do tombamento, mas não sabem quais foram os bens tombados. 7 não têm conhecimento do tombamento e não conhecem bens que são patrimônio.				
TOTAL		30		
1a. Qual?		Total		
Museu da História de Goiás	1+1	2		
Casa da Rua 26 (Residência do Pedro Ludovico)	1	6		
	1+1+1+1+1			
Grande Hotel, a Avenida Goiás, o Centro de Goiânia no total.	1			
A procuradoria Geral do Estado.	1	2		
	1			
O Anhanguera e o painel do Instituto Histórico e geográfico.	1			
O teatro Inacabado	1			
Praça Cívica	1			
Estação Ferroviária	1			
Palácio, Prédios da Praça Cívica, Casa de Pedro Ludovico (citou vários)	1			
O Palácio das Esmeraldas	1			
A Praça Joaquim Lúcio	1			
Monumento das três raças.	1			
O coreto, a Estação .	1			
2. Você tem conhecimento que o Centro de Goiânia é declarado (tombado) patrimônio histórico edificado do Brasil?	Q	Total	Ren da	Escolar.
Sim	1+1+1+1+1+1	6		
Não	1	23		
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1			
Pouco conhecimento	1	1		
TOTAL		30		

2a. Como obteve a informação?	Q	Idade	Renda	E
Literatura, bibliografia, mídia.	2	30-39 40-49	2 a 3 3 a 5	3º com. Pós co.
Através de jornais	2	50 -59 40-49	5 a 10 3 a 5	2º co. 3º in.
Por candidatos políticos	1	30-39	2 a 3	1º co.
Através da imprensa	1	40-49	10 a 20	3º co.
Conversas com especialistas	1	18 a 29	1 a 2	3º co.

Obs.: Entre os que sabem que o Núcleo Pioneiro foi tombado, nota-se a predominância da mídia como fonte de informação.

2b. Você sabe quais bens foram tombados?	Q	Idade	renda	Esc.
Grande Hotel, Conjunto da Praça Cívica, relógio, coreto, Estação Ferroviária, Teatro Goiânia, Casa do Pedro Ludovico.	1	30-39	2 a 3	3º co.
Casa do Pedro Ludovico, Teatro Goiânia, conjunto Art Déco	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Praça dos Bandeirantes e Grande Hotel	1	50 -59	5 a 10	2º co.
Os prédios da Rua 26	1	40-49	10 a 20	3º co.
Não sabe	1	30-39	2 a 3	1º co.
Relógio, coreto, prédio da Agepel, Prédios da Praça Cívica, Teatro Goiânia, algumas casas.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Não relacionou os bens que conhece.	1			
Tem conhecimento de bens tombados pela instâncias municipal e estadual: Teatro Goiânia, Grande Hotel, Casa do P. Ludovico, Mercado Popular, Academia Goiana de letras.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Tem mais monumentos mas não lembra no momento.	1	40-49	1 a 2	2º co.

2c. Você considera correta a escolha desses bens?	Q	Idade	renda	Esc.
Sim	+1			
	5			
Não opinou	1			
Mais ou menos	1			
Não	1	30-39	3 a 5	3º in.
Por que?				
É o remanescente da história de Goiânia, também por ser um conjunto Art Déco. Temos tão pouca coisa, tudo está sendo destruído.	1	30-39	2 a 3	3º co.
Pela Arquitetura estar praticamente extinta, tem que cuidar da arquitetura.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Não manifestou opinião	2			
Fazem parte do início da capital e devem ser preservados.	1	40-49	10 a 20	3º co.
Pelo valor histórico.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Sim, porém outros bens do 1º fluxo desenvolvimentista de Goiânia: casas tipo, edifícios comerciais não monumentais. Esses bens já haviam sido tombados antes, é uma redundância.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Não, porque não conhece os critérios e/ou contribuição.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Porque beneficiam a cidade.	1	40-49	1 a 2	2º co.

2d. Você acha que outros edifício e monumentos seriam mais indicados?	Q	Idade	renda	Esc.
SIM	4			
NÃO	1			
Não sabe	2			
Por que?				
Sim. Porque o tombamento de certa forma é elitista e o bem popular fica relegado	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Porque são importantes	1	50 -59	5 a 10	2º co.
Passaram por estudos, são mais antigos.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Não. Porque não tem, quais poderiam ser tombados?	1	30-39	2 a 3	3º co.
Não sabe	3	40-49	3 a 5	3º in.

2e. Quais deveriam ser escolhidos? Relacione três exemplos.	Q	Idade	renda	Esc.
Casas tipo, áreas verdes, áreas de preservação ambiental, sede comercial.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Praça (edifícios), Prédios da Av. Independência: Estação Ferroviária, Cine Goiânia	1	40-49	10 a 20	3º co.
Palácio das Campinas, Prédios da Av. Goiás (Ed. Família Real, Ed. Marquês de Olinda, Ed. Dom Pedro I, Ed. Dom Pedro II, Ed. Dom João VI, Ed. Princesa Isabel.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
Não sabe	4			

2f. No seu entender o fato de o centro de Goiânia ser considerado um patrimônio histórico edificado provocou alguma alteração no cotidiano da região central?	Q	Idade	renda	Esc.
Não	+1+1			
	5			
Sim	1			
Não sabe	1	30-39		
Se sim, por quê?				
A transferência dos camelôs para a Av. Paranaíba. Contribuiu só para os camelôs.	1	30-39	2 a 3	3º co.
Se não, por quê?				
Apesar do traçado não modificar, não mudou a política de preservação dos bens originais, a lei do uso do solo não é favorável à preservação. A mudança constante das atividades do centro histórico, A demolição constante de residências, a imposição da demanda comercial em cima de um zoneamento residencial. Há uma sobrecarga em cima da malha tombada (a mudança constante de uso).	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Não se percebe nada de anormal.	1	40-49	10 a 20	3º co.
O centro está morto, a vida de cidade está nos shoppings e nos bairros da classe média alta: Setor Bueno, Setor Oeste, Setor Bela Vista, Jardim Goiás. Ta tudo concentrado nessa região	1	50 -59	5 a 10	2º co.
Poucas pessoas sabem disso, há muito vandalismo, depredação.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Pra mim continua a mesma coisa. Acho que a revitalização não alterou em nada,a não ser a aparência, mas em relação ao comércio, trazer a população para o centro, não alterou em nada	1	40-49	3 a 5	3º in.
Não sabe.	1			

3. Qual a sua opinião sobre o centro de Goiânia?	Q	idade	Renda	Esc.
Sempre foi mal entendido como projeto urbanístico – transformação dos usos em função da desregulamentação do zoneamento. Preconceito contra o plano do Atílio por parte dos arquitetos.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Acho que o shopping descaracterizou o centro porque houve a retirada das lojas, das vitrines. Acho terrível ir ao centro. Nada me atrai, a não ser quando quero comprar algo bem baratinho. Aí vou ao centro ou a campinas.	1	30-39	2 a 3	3º co.
Igual aos outros, se não revitalizar vai acabar.	1	40-49	10 a 20	3º co.
Eu queria que ele melhorasse, mas não tenho esperanças, não tem interesse político. A maioria das pessoas que trabalham no centro mora na região metropolitana.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
É a parte mais importante de Goiânia, pela arquitetura, ambientação, planejamento.	1	18-29	1 a 2	3º co.
Acho muito bom, agrado. Gosto das coisas, é limpo.	1	30-39	2 a 3	1º co.
Cheio. Muita gente. É fácil de andar. Continuo achando perigoso, tem muito trombadinha. Acho que o comércio está muito popular. A Rua 8 perdeu a qualidade, está muito popular. Não gosto da Avenida Anhanguera, acho que separou a cidade.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Ela (a cidade) foi mal estudada, o eixo tem que respeitar as construções da Avenida Anhanguera. O centro só tem vida durante o dia, à noite é um perigo, mal iluminado, sem segurança, não tem incentivo para o comércio melhorar. Poderia voltar a ser um lugar bom de se andar como era antigamente. Tinha movimento à noite.	1	50-59	-----	3º co.
Não frequênto. Precisa de revitalização, pois a s pessoas deixam de ir ao centro para ir a outros centros comerciais por falta de infra-estrutura e segurança.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Eu acho que o centro proporciona facilidade para o comércio (roupas, alimentação) e o transporte. O comércio levanta o centro, mas no período da noite e final de semana é morto. O centro não é divulgado, os acontecimentos culturais no centro não são divulgados. O centro é um lugar dormitório. É um lugar que dá flexibilidade para locomoção mas, acaba gerando insegurança. As opções para sair são os shoppings. Setor Bueno, St. Bela Vista para jantar fora e ir para barzinho. Aqui tem “sebo”, tudo virou livraria. É extremamente comercial. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
É bom, mas deveria ter mais policiamento, à noite cai o policiamento.	1	18-29	1 a 2	2º in.
Ta muito ruim, muito tumultuado. Acho que não pode circular essa quantidade de ônibus.	1	50-59	3 a 5	2º in.
Acho que tem muito sinaleiro, muito carro, falta organização, faltam placas de sinalização.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Ele não está bom. Poderia melhorar, o comércio tem que melhorar, não tem como estacionar. As pessoas deixam de ir ao centro para ir ao shopping por causa do estacionamento.	1	18-29	1 a 2	2º co.
Acho um espaço legal com amplas avenidas, apesar de ser uma metrópole não parece aquele sufoco; apesar do planejamento parece cidade do interior. Tem bastantes áreas verdes. (Mora há pouco tempo na cidade)	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Um ponto de encontro comercial, uma centralidade econômica, mas de pouca ação cultural.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Um lugar com muita concentração de gente, pouca estrutura e muito violento principalmente à noite. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Local sem estrutura.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Acho organizado e limpo. (morador há 6 meses)	1	40-49	3 a 5	1º in.
Acho legal, por ser planejado. Talvez falte alguma coisa em relação ao trânsito de veículos e de pessoas. (mora em Turvânia e trabalha Pça Cívica)	1	30-39	3 a 5	3º co.
Ótimo, agradável. Depois da mudança do canteiro central da Avenida	1	50-59	2 a 3	3º in.

Goiás ficou bem melhor, mais fácil o trânsito tanto de pedestre quanto de veículos.				
Hoje melhorou muito, depois que o Nion Albernaz assumiu, melhorou muito.	1	18-29	2 a 3	2° co.
Moro há muitos anos, acho muito bom. Tem padaria, supermercado, farmácia, tem tudo aqui. (mora no Centro)	1	70-79	-----	2° co.
Para a época era uma coisa suntuosa, hoje, em função da aglomeração ficou pequeno, tudo ficou pequeno, a cidade foi preparada para 50.000 habitantes.	1	50-59	-----	1° co.
O centro tem excesso de trânsito e não é um lugar agradável de se permanecer. Possui poucos lugares agradáveis ao cidadão.	1	18-29	3 a 5	3° in.
Visitável.	1	40-49	1 a 2	2° co.
Muito mal planejado em termos de infra-estrutura. Muito apertado, tinha que ser menos tumultuado.	1	18-29	Até 1	2° in.
Acho que ele é esquecido e triste fora do horário comercial. Abandonado. Não tem estacionamento é vazio.	1	40-49	-----	3° co.
Acho muito bagunçado. Muita sujeira, gente barraca. É desorganizado, trânsito confuso.	1	40-49	5 a 10	2° co.
Eu acho o centro mórbido, falta segurança. Nos finais de semana todos vão para outros lugares e o centro fica abandonado. Teria que promover algo para atrair a população, projetar alguma coisa para que nos finais de semana tenha-se algo a fazer. A impressão que se tem é de que o centro não tem história.	1	40-49	-----	3° co.

4. No seu entendimento o que poderia ser melhorado no centro?	Q	Idade	renda	Esc.
1) Incentivo fiscal para as construções do primeiro fluxo desenvolvimentista e modernista; 2) Incentivo para a revitalização do comércio diferenciado: restaurantes, bares. 3) Regulamentação das fachadas de valor iconográfico.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
O comércio não tão popular, diminuir a quantidade de camelódromos. Maior segurança. Melhoraram a Avenida Goiás, mas as calçadas estão quebradas, os prédios precisam de manutenção. Gosto de ir ao Mercado Central, mas o estacionamento é pequeno.	1	40-49	3 a 5	3º in.
A segurança, ter mais estacionamento.	1	30-39	2 a 3	1º co.
Melhorar o trânsito das principais avenidas.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Só com interesse político. O projeto Centro Vivo. Aqui tem ajuste de conduta, o canteiro da Avenida Goiás seria um corredor cultural.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
Desenvolver algum projeto para que as pessoas que moram fora dele voltem a frequentar. Tem que haver um motivo.	1	40-49	10 a 20	3º co.
Acho que retirar as propagandas, letreiros, isso já dava um ar de limpeza. (30-39 anos)	1	30-39	2 a 3	3º co.
Dar incentivo pela Prefeitura e pelo Estado. A população vai manter sua obra restaurada, melhorar a fachada, a pintura. Se não houver redução de impostos, isso não acontece. Tem que liberar a Av. Anhanguera para o trânsito de carros pequenos e para pedestres	1	50-59	-----	3º co.
Precisa melhorar a manutenção, limpeza, segurança, precisa ser revitalizado.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
A Av. Anhanguera é muito ruim. Acho que seria ao longo do tempo, teria que trabalhar o lado cultural. Não tem academia, precisa melhorar a iluminação, ter opções de lazer (alimentação e academias de ginástica) (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
Tirar um pouco do povo que fica vendendo nas calçadas, tem muita barraquinha.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Buscar de fato a arquitetura original, diminuir a poluição visual.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Policiamento, infra-estrutura de acessibilidade. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Melhorar principalmente o tráfego	1	18-29	3 a 5	3º in.
Policiamento, vi pouca polícia andando pelas ruas.	1+1	40-49 50-59	3 a 5 2 a 3	1º in. 3º in.
Principalmente a parte de estacionamento, mal organizado, falta fiscalização. Talvez fosse bom retirar alguns órgãos públicos da área central com a finalidade de reduzir o fluxo de veículos e de pessoas.	1	30-39	3 a 5	3º co.
Aqui tem muitas construções antigas, fica meio feio, dá uma poluição visual. Estão mau cuidados.	1	18-29	2 a 3	2º co.
Tinha os camelôs (da Av. Goiás), mas tirou, não vejo problema nenhum. (mora no Centro)	1	70-79	-----	2º co.
O governo jogasse os vaptvupt na Praça do Bandeirante (?)	1	50-59	-----	1º co.
Revitalização, obras que melhorem o trânsito, mais locais de lazer e mais praças abertas.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Melhorar iluminação, preservar arborização, reativar as coisas que foram desativadas.	1	40-49	1 a 2	2º co.
Diminuir o tumulto. Não é só tumulto de gente, mas também de carros. Tem que ter mais controle.	1	18-29	Até 1	2º in.
Tem que melhorar o acesso, o trânsito, o estacionamento, criar atividades fora do horário comercial.	1	40-49	-----	3º co.
Retirar e organizar os camelôs.	1	40-49	5 a 10	2º co.
Acho que tudo. Tem que chamar para frequentar o centro, melhorar o comércio, precisa de luz, de alegria.	1	40-49	-----	3º co.

5. Quando se fala em centro da cidade, qual a imagem que lhe vem à mente?	Q	Idade	renda	Esc.
Dia – comércio, Noite – vazio. Deterioração. Não imagem do centro. A imagem estudada pelos especialistas é excludente. O tombamento é elitista.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Poluição visual.	1	30-39	2 a 3	3º co.
A Avenida Goiás.	1	40-49	10 a 20	3º co.
A Avenida Goiás e Avenida Anhanguera	1	50 -59	5 a 10	2º co.
A Avenida Goiás – infância a mãe o trazia.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
O Banco do Brasil da Avenida Goiás.	1	30-39	2 a 3	1º co.
O Mercado Central.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Abandono, desgaste, sujeira.	1	50-59	-----	3º co.
Muito movimento de pedestre e de carro, como se diz é o coração da cidade.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
O painel do Inst. Hist, Geográfico, depois os hotéis mais antigos, os prédios antigos da Rua 2. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
Tumulto, muita gente, muito banco, muito comércio e loja de livro usado.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Espaço diretivo de uma cidade, entende que a idéia de centro deveria ser renovada dado que o centro é o local onde acontece tudo.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Muita gente concentrada. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Um monte de lojas.	1	18-29	3 a 5	3º in.
O monumento das 3 raças.	1	40-49	3 a 5	1º in.
A biblioteca Marieta Teles, o museu Zoroastro Artiaga, os prédios públicos.	1	30-39	3 a 5	3º co.
A estátua do Bandeirante e a Avenida Goiás.	1	50-59	2 a 3	3º in.
A Praça do Bandeirante/ Estátua do Bandeirante	1+1+1	18-29 50-59 40-49	2 a 3 ----- -----	2º co. 1º co. 3º co.
Lembro da Avenida Anhanguera, tem um movimento muito bom. (mora no Centro)	1	70-79	-----	2º co.
Muito calor, carros e confusão.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Coração de tudo.	1	40-49	1 a 2	2º co.
Um lugar cheio de lojas, um lugar onde todos podem freqüentar, acessível. Não vem na mente nenhum lugar específico.	1	18-29	Até 1	2º in.
Comercio acessível, mais barato.	1	40-49	5 a 10	2º co.
A Praça Cívica	1	40-49	-----	3º co.

6. O que você pensa sobre a existência de um patrimônio histórico para a cidade?	Q	Idade	renda	Esc.
O tombamento é elitista, é excludente. A população não reconhece o Art Déco porque ele é pontual e não existe uma configuração de conjunto. Não há noção do conjunto, consequentemente, não há noção de paisagem.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Acho muito bom, importante.	1+1	30-39 30-39	2 a 3 2 a 3	3º co. 1º co.
Muito bom, útil e necessário para manter, contar e divulgar a história.	1	40-49	10 a 20	3º co.
Acho que é bom e necessário. Goiânia não tem um projeto cultural e turístico.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
De total importância visto que, no patrimônio estão as origens e as raízes da cidade. Isso é retratado nos monumentos tombados.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Acho que agrega valor à cidade. Valor cultural, histórico.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Excelente, é muito bom para a cidade.	+1+1	70-79 50-59	----- -----	2º co. 1º co
Se funcionar eu bato palmas.	1	50-59	-----	3º co.
Muito bom, pois assim ficará preservado para as futuras gerações o conhecimento de sua história.	1+1	40-49 18-29	2 a 3 1 a 2	Pós co. 2º co.
Acho que é fundamental, valoriza a cidade, é um marco, uma riqueza. As fundações, as instituições deveriam ser valorizadas. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
Traz mais turistas para conhecer a cidade.	1	18-29	1 a 2	2º in.
Deveria ser bom, é algo para mostrar para as pessoas de fora./ Muito bom, reconhece a cidade. / Legal, bacana, projeta a cidade.	1+1+1	50-59 18-29 40-49	3 a 5 3 a 5 5 a 10	2º in. 3º in. 2º in.
É algo que remete à cultura, uma cidade que tem algo a acrescentar ao país.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Isso valoriza o lugar atrai turistas. Hoje tem muito turista para confecções, ao mesmo tempo em que traz benefícios pode trazer exclusão. É interessante ser patrimônio cultural, mas por outro lado corre o risco de supervalorizar o comércio e levar à exclusão.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Um marco de uma realidade vivida pode ter uma significância positiva ou negativa quando analisado sua origem social e cultural.	1	30-39	3 a 5	3º in.
De fundamental importância. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Conservação da história, do passado. Acho importante para os nossos descendentes conhecerem a história da cidade.	1	40-49	3 a 5	1º in.
Acho legal resgatar a cultura, preservar a cultura goiana. Nenhuma sociedade vive sem cultura.	1	30-39	3 a 5	3º co.
É importante, mas não sei o grau de importância.	1	50-59	2 a 3	3º in.
É bom, melhora o turismo e o comércio.	1	18-29	2 a 3	2º co.
Positivo, pois conserva a memória da cidade.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Preservação da história.	1	40-49	1 a 2	2º co.
É bom porque, para alguém que não conhece a história de um lugar, possa conhecer.	1	18-29	Até 1	2º in.
Partindo da premissa de que eu não sabia que era tombado, então acredito que não faz diferença.	1	40-49	-----	3º co.
Tem que existir. Como contar a história? O patrimônio tem que ser valorizado.	1	40-49	-----	3º co.

7. Em sua opinião o “governo” se preocupa em proteger construções e monumentos?	Q	Idade	renda	Esc.
Não respondeu por ‘ser do governo’.	1			
Não	1+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1+1			
	+1+1			
Não sabe	1			
Sim	1			
	1+1			
Sim, o mínimo.	1			
Se não, por quê?				
Hoje estão tentando, mas é muito difícil. Acho que deveria ter incentivo, dar condições para os proprietários manterem os imóveis, as características originais. (30-39 anos)	1	30-39	2 a 3	3º co
O governo pensa mais em construções novas, não há uma preocupação com o patrimônio. Vejo mais isso em entidades particulares.	1	40-49	10 a 20	3º co.
Falta interesse político.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
O governo vende tudo, não zela dos patrimônios.	1	30-39	2 a 3	1º co.
Você vê, o busto do Pedro Ludovico que a escultora (...) tem pronto. Ninguém sabe onde por.	1	50-59	-----	3º co.
Não conserva, não coloca gente para cuidar, não tem pessoas qualificadas para preservar cada monumento.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Não. Tudo é feito às pressas, as corrupções, não tem integridade, há muita ganância. Não procuram o bem do povo. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
Não porque se preocupam mais com coisas diferentes e não com antiguidades, procuram trazer tecnologias....	1	18-29	1 a 2	2º in.
Se preocupasse, as construções da Praça Cívica estariam todas em reforma. Haveria divulgação dos museus e do centro.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Eu acho que ele só faz o necessário, ele não incentiva esse assunto. Acho que deveria incentivar nas escolas, isso é algo que ninguém fala. As escolas deveriam visitar os monumentos.	1	18-29	1 a 2	2º co.
Deveria proteger mais, o relógio está quebrado, a pintura pixada. Os jardins da cidade são uma referência.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Mesmo com a contradição histórica do patrimônio, a alienação (povo mais burro), é melhor para o governo.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Sem preocupação de preservar e vigiar, as construções apresentam desgaste ninguém se responsabiliza por elas. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Ta tudo acabado. / Só quando a construção cai.	1+1	18-29 50-59	3 a 5 -----	3º in. 1º co.
Porque ultimamente poucas coisas têm sido tombadas.	1	40-49	3 a 5	1º in.
Não. Porque tem outras opções e não tem tempo para isso. / O governo prioriza outras coisas.	1+1	18-29	2 a 3	2º co.
		40-49	1 a 2	2º co.
Não procuram cuidar, não liga nada. Em Goiás eles valorizam, mas aqui não acho não. (Mora no Centro)	1	70-79	-----	2º co.
A exemplo da estátua do bandeirante, o governo faz obras que prejudicam a preservação do monumento.	1	18-29	3 a 5	3º in.
O governo não está muito preocupado com isso. Ele não se preocupa com assuntos de cultura.	1	18-29	Até 1	2º in.
Porque não se preocupa nem em divulgar porque fica caro.	1	40-49	-----	3º co.
Acho que por falta de dinheiro.	1	40-49	5 a 10	2º co.
Não vejo nada. Sei da Casa do Pedro Ludovico, mas parece que foi por	1	40-49	-----	3º co.

obrigação. Tem que haver um trabalho coordenado, um trabalho para as escolas tanto da rede pública quanto das escolas particulares. A escola dos meus filhos (particular) nunca levou para conhecer o centro ou os museus de Goiânia.				
Se sim, por quê?				
Agora. No passado não, isto varia de governo para governo.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Mais por cobrança de outras entidades, só mantém o que tem e muito mal.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Acho que sim, ele se preocupa.	1	50-59	3 a 5	2º in.
Deveria ter direcionamento melhor em preservar e expandir essa preservação.	1	30-39	3 a 5	3º co.

8. Supondo que alguns bens ou monumentos serão escolhidos para ser protegidos e transformados em patrimônio da cidade, em sua opinião, quem deveria ser ouvido para validar essa definição?	Q	Idade	renda	Esc.
Especialista tem visão monocular.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Em primeiro lugar os técnicos, os proprietários, o cidadão.	1	30-39	2 a 3	3º co
Primeiro os técnicos, em segundo lugar a população.	1+1+	40-49 18 a 29	10 a 20 1 a 2	3º co. 3º co.
Tinha que ser a opinião pública.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
A população.	1	30-39	2 a 3	1º co.
Acredito que as pessoas que conhecem a fundo a história, que viveram essa história e a própria população.	1	40-49	3 a 5	3º in.
O povo	1+1+1	18-29 40-49	1 a 2 3 a 5	2º co. 1º in.
Todos, menos colunista social, críticos de arte, jogador de futebol.	1	50-59	-----	3º co.
Os historiadores e uma pesquisa com a população: um referendo.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
A população em geral, principalmente da baixa renda.	1	18-29	1 a 2	2º in.
Primeiro, o povo porque para o governo ele derruba sem pedir. Um exemplo é o Estádio Olímpico que foi derrubado.	1	50-59	3 a 5	2º in.
Fazer pesquisas com as pessoas do meio popular, pessoas mais idosas que reconhecem o valor de cada construção.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Acho que primeiramente a população. Talvez um plebiscito, uma votação.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Formadores de opinião (historiadores), comunidade, o povo.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Os moradores da cidade. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Estudiosos da arquitetura, a sociedade através de questionamentos.	1	30-39	3 a 5	3º co.
Eu acho que as pessoas mais velhas e os entendidos no assunto. / Os moradores mais antigos e historiadores.	1+1	50-59 18-29	2 a 3 3 a 5	3º in. 3º in.
Os especialistas. / Acho que quem tem condições são os historiadores. Acho que eu não teria condições. / As pessoas com conhecimento, as que estão envolvidas.	1+1+1	18-29 40-49 40-49	2 a 3 ----- 5 a 10	2º co. 3º co. 2º co.
O governo. (Mora no Centro)	1	70-79	-----	2º co.
Os patriarcas da cidade, os mais velhos.	1	50-59	-----	1º co.
A sociedade.	1	40-49	1 a 2	2º co.
Não só o lado do governo, ouvir também a população.	1	18-29	Até 1	2º in.
Não tenho idéia.	1	40-49	-----	3º co.

Por quê?				
Não respondeu.	1	40-49	3 a 5	Pós co.
	+1	50-59	-----	1° co
Os técnicos por saberem o que tem características de patrimônio, o proprietário, o cidadão que quer ver a cidade bonita. (30-39 anos)	1	30-39	2 a 3	3° co.
Os técnicos - Necessitam de uma avaliação mais profissional, qualificada/ a população - por fazer parte da cidade e divergir da opinião técnica.	1	40-49	10 a 20	3° co.
O povo não elege? O povo escolhe. / É a população quem escolhe os governantes, então é ela quem deve escolher o que vai ser protegido.	1	50 -59	5 a 10	2° co.
	1	30-39	2 a 3	1° co.
Os especialistas (conhecimento técnico) e a população (para avaliar o conhecimento).	1	18 a 29	1 a 2	3° co.
Os primeiros (pessoas que viveram a história) por conhecer a história e o valor, e a população pelo valor individual, pessoal.	1	40-49	3 a 5	3° in.
Acho que são as pessoas que trabalham com planejamento, ligados à arquitetura e à arte.	1	50-59	-----	3° co.
(os historiadores) são as que entendem e (população) as que vão usar.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Não tenho em quem acreditar, todo o mundo está preocupado com o ter e o ser está perdendo espaço. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
Os da baixa renda gostam mais da simplicidade. Se for demolir alguma coisa a despesa vai sair do bolso da baixa renda através dos impostos.	1	18-29	1 a 2	2° in.
Porque é o povo que constrói tudo na vida, sem o povo não existe nada disso.	1	50-59	3 a 5	2° in.
(pessoas mais idosas) Pelo fato de conhecer o valor.	1	18-29	1 a 2	3° in.
(A população) Acho que cada pessoa sabe o que tem valor para ela.	1	18-29	1 a 2	2° co.
A voz do povo é a voz de Deus.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
(A comunidade, o povo) não podemos subestimar a cultura popular, temos que entender a realidade do povo.	1	30-39	3 a 5	3° in.
(os moradores da cidade) São os que vão ser beneficiados com esta ação. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3° in.
(a população) Por ter uma visão melhor, várias opiniões.	1	18-29	3 a 5	3° in.
(o povo) Em se tratando de patrimônio e história, o povo também faz parte disso.	1	40-49	3 a 5	1° in.
Os estudiosos da arquitetura porque sabem detalhar e diferenciar as arquiteturas e a sociedade porque vive e respira aquela cultura.	1	30-39	3 a 5	3° co.
As pessoas mais velhas, as pessoas entendidas. Não as pessoas em geral porque tem que levar muita coisa em consideração.	1	50-59	2 a 3	3° in.
O certo seria a opinião dos moradores porque eles viveram isso aqui, mas como ninguém conhece, acho que deveria ser os especialistas. / (Os historiadores) eles conhecem quais os bens participaram da história. / (As pessoas c/ conhecimento) São elas que podem analisar e ver se tem condição de um bem ser tombado.	1+1+1	18-29	2 a 3	2° co.
		40-49	-----	3° co.
		40-49	5 a 10	2° co.
Ele é que pode resolver esse problema do patrimônio. (mora no Centro)	1	70-79	-----	2° co.
(Moradores mais antigos e historiadores) São eles que conhecem a cultura e a história da cidade.	1	18-29	3 a 5	3° in.
(A sociedade) É preciso valorizar o conceito da população.	1	40-49	1 a 2	2° co.
(Não só o governo, também a população) Para ninguém levar vantagem na escolha para todos saberem o que está acontecendo.	1	18-29	Até 1	2° in.
(Não tenho idéia) Sei que existem estudos. Acho que os técnicos deveriam dizer.	1	40-49	-----	3° co.

9. Em sua opinião, o que deveria ser feito para proteger o patrimônio?	Q	Idade	renda	Esc.
Apropriação: se não sou morador do centro, não me interessa por ele. Goiânia apresenta desde o colonial de Campinas até o modernista, mas é percebido só pelo Art Déco.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Dar incentivos, condições para os proprietários manterem os imóveis.	1	30-39	2 a 3	3° co.
Primeiro o governo criar um órgão destinado a este fim. Em segundo lugar: investimento, dinheiro para manutenção destes prédios.	1	40-49	10 a 20	3° co.
Ter uma instituição que fiscalizasse e estivesse somente em função de proteger o patrimônio.	+1	18-29	Até 1	2° in.
Deveria ter interesse político, com ele mantém tudo, mantém escola, mantém saúde. A mídia arrecada muito mais que o destinado à saúde e educação.	1	50 -59	5 a 10	2° co.
Conscientização da população para proteger um bem próprio dela, suas origens.	1	18 a 29	1 a 2	3° co.
Eu acho que divulgar mais os prédios que são patrimônios e marketing, conscientização através de campanhas de divulgação e importância.	1	40-49	3 a 5	3° in.
Divulgar para que todo mundo tenha conhecimento e talvez a criação de programas especiais que divulguem esses bens, esses espaços.	+1	40-49	-----	3° co
A manutenção, o zelo, a segurança.	1	30-39	2 a 3	1° co.
Proteção é lei, tendo lei protege. / Ter mais leis severas para proteção.	1+1	50-59 40-49	----- 1 a 2	3° co. 2° co.
Restauração, proteção. / Deveriam ser tombados e restaurados.	1+1	40-49 18-29	2 a 3 3 a 5	Pós co. 3° co.
Além das revitalizações deveria ter a mente dos europeus. Deve ter cuidado, zelo. A Praça Cívica está morta! (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
(pensou muito) Acho que abaixo assinado para não derrubar o patrimônio.	1	18-29	1 a 2	2° in.
Cuidado, sempre reformar, não abandonar/ Elaborar políticas para que as pessoas não degradem./ Deve estar sempre reformando, restaurando, dar segurança./ Fiscalizar, manutenção contínua. Geralmente isso só é feito no começo depois é abandonado. Acho que o governo deveria se responsabilizar. / Conserva-los em atividade constante. / Restringir o acesso. Deveria ter normas para evitar o acesso a qualquer hora.	1+ 1+1+1 +1+1	50-59 18-29 18-29 40-49 50-59 40-49	3 a 5 1 a 2 3 a 5 3 a 5 ----- 5 a 10	2° in. 3° in. 3° in. 1° in. 1° co. 2° co.
Conscientizar as pessoas para não estragarem o que existe, a sociedade valorizar. O governo entraria com a verba e a população com a consciência do valor/ Se as pessoas conhecerem o centro e a história elas vão valorizar os monumentos.	1	18-29	1 a 2	2° co.
Acho que um processo educativo, porque é importante esclarecer a população por meio de jornais, televisão, panfletos.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Divulgação, falar da importância histórica, o povo tem que conhecer.	1	30-39	3 a 5	3° in.
Não tem opinião formada. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3° in.
Investimento maior dos governos Estadual e municipal e conscientização da população.	1	30-39	3 a 5	3° co.
Ter mais atenção dos governantes, é dali que vem a grana para manter.	1	50-59	2 a 3	3° in.
As autoridades deveriam ter leis, às vezes não têm recursos suficientes.	1	18-29	2 a 3	2° co.
Consertar ruas, não tem asfalto. (mora no Centro)	1	70-79	-----	2° co.
Faz parte do trabalho da equipe técnica, fazer um trabalho de conscientização, embutir nas pessoas o valor das coisas de onde mora.	1	40-49	-----	3° co.

10. O que você entende por patrimônio histórico edificado?	Q.	Idade	renda	Esc.
Não respondeu.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Tudo o que faz parte de uma determinada época, estilo. Aqui a arquitetura era a que predominava na década de 1930.	1	30-39	2 a 3 sal.	3º co.
Prédio antigo com fundamento histórico, igreja, casa de pensão, prédio público, construído e em perfeitas condições.	1	40-49	10 a 20	3º co.
É antiguidade conservada. Manutenção preservando o que era antes com finalidade turística.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
É o patrimônio tombado e conservado pelo próprio governo.	1	18 a 29	1 a 2	3º co.
Eu entendo que o centro de Goiânia foi planejado e construído e tem valor histórico e didático.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Não entendo nada. /	1	30-39	2 a 3	1º co.
Não entendo.	1	40-49	5 a 10	2º co
O que resgata a história do local e do que se propõe.	1	50-59	-----	3º co.
Construção fixa. Aquilo que é nosso e não pode ser destruído.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Eu acho que a própria palavra edificar. É um patrimônio que sobressai e mostra a cidade. Uma conquista que marca a cidade é o patrimônio. São marcos históricos que falam da cidade. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
É uma coisa que marcou o Estado ou a cidade e que hoje é um bom exemplo para a nova geração. Exemplo: o nome de ruas, praças homenageiam pessoas que fizeram coisas importantes. É bom para dar exemplo para as crianças, para a nova geração.	1	18-29	1 a 2	2º in.
É uma construção antiga, uma coisa antiga que hoje não se faz mais.	1	50-59	3 a 5	2º in.
Algo que traz um pouco da história da cidade, uma construção antiga que teve valor relevante para ser transformado em patrimônio.	1	18-29	1 a 2	3º in.
É uma relíquia, uma peça valiosa que representa uma história que tem um começo e um fim.	1	18-29	1 a 2	2º co.
Patrimônio é bem de todos. Histórico porque remonta à memória. Conservando essas construções mantém a memória viva. Tendo algo concreto para visualizar, é interessante porque isso fixa na memória. Só através da imagem se entende o porquê daquilo, da sua existência.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Algo construído de acordo com um momento histórico, hábito, cotidiano.	1	30-39	3 a 5	3º in.
Algo que traz uma carga de cultura em relação à cidade, um bem fixo, construções imóveis, da cidade. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
Conjunto de prédios antigos que têm melhorias.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Alguma coisa que marca a cidade. Construção, praça, uma casa de alguém importante para a cidade. Alguém que construiu uma história.	1	40-49	3 a 5	1º in.
No caso de Goiânia, são prédios antigos desde a sua fundação. / Construções que participaram do início ou história da cidade.	1+1	30-39 40-49	3 a 5 -----	3º co.3º co.
É alguma coisa antiga que foi importante e que está sendo preservada hoje. Normalmente são construções.	1	50-59	2 a 3	3º in.
Alguma coisa a ser preservada para as gerações futuras, para transmitir cultura, os costumes de um povo.	1	18-29	2 a 3	2º co.
Isso aí é difícil. Não tenho idéia não. (Mora no Centro)	1	70-79	-----	2º co.
É a preservação, é o início de uma atividade. (?)	1	50-59	-----	1º co.
Construções que simbolizam algo importante na história da cidade.	1	18-29	3 a 5	3º in.
História de um povo.	1	40-49	1 a 2	2º co.
Entendo que seja alguma coisa que foi importante e tem que ser preservado. Ali conta a história de alguém ou de alguma coisa que aconteceu.	1	18-29	Até 1	2º in.
É uma construção na qual nada se modifica e vai passar os anos e ela vai continuar contando uma história.	1	40-49	-----	3º co.

11. (O que) você conhece a história da criação de Goiânia?	Q	Idade	renda	Esc.
Sim	1+1+1+1+1			
	1+1+1+1+1			
Não	1			
	1+1+1+1+1+1+1+1+1+1			
Mais ou menos	1			
	1+1+1+1+1+1			
Comentários:				
A mudança, os interesses políticos, a proximidade com Campinas.	1	30-39	2 a 3 sal.	3° co.
Conheço tudo, desde o asfalto da Avenida Anhanguera, da Avenida Paranaíba, Avenida Araguaia e Tocantins.	1	50-59	-----	3° co.
Só sei que a capital era Goiás Velho, mas não sei porque mudou.	1	18-29	1 a 2	2° in.
Transferência da capital. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3° in.
Já estudei, mas não a tenho na ponta da língua. Não sei a fundo.	1	40-49	-----	3° co.

12. Qual a sua opinião sobre essa história?	Q	Idade	renda	Esc.
Os mesmos equívocos da história de Goiás. Equívocos graves como esquecimento de campinas, preconceito de Atilio e a elitização do patrimônio tombado.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Acho que foi um marco. Afinal mudar uma capital é muito difícil.	1	30-39	2 a 3	3° co.
Foi necessária a mudança da capital pela ação de Pedro Ludovico, visão moderna.	1	40-49	10 a 20	3° co.
O Pedro Ludovico foi um desbravador, tinha capacidade.	1	50 -59	5 a 10	2° co.
Uma história bonita, muita luta e esforço (transferência da capital).	1	18 a 29	1 a 2	3° co.
Acredito que seja verídica.	1	40-49	3 a 5	3° in.
Ela não foi preservada, muitas coisas passaram despercebidas. As pessoas que fizeram a cidade não foram valorizadas. As famílias antigas desapareceram. Atualmente a dimensão do tempo, a duração é muito curta e não dá para assimilar os valores.	1	50-59	-----	3° co.
Interessante.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Acho que Goiânia foi bem planejada, foi crescendo de forma organizada.	1	18-29	1 a 2	3° in.
Não emitiu opinião.	1	30-39	2 a 3	1° co.
	+1+1+	30-39	sem	.
	1+1+1+	50-59	3 a 5	Pós co.
	1+1+1+	18-29	1 a 2	2° in.
	1+1+1	18-29	3 a 5	2° co.
		40-49	3 a 5	3° in.
		50-59	2 a 3	1° in.
		18-29	2 a 3	3° in.
		70-79	-----	2° co.
		18-29	Até 1	2° co.
		40-49	-----	2° in.
		40-49	-----	3° co.
A história você conta do ponto de vista de cada um. Acho que deveria mostrar o lado também dos trabalhadores. A história às vezes aparece mascarada.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Não é divulgada a história de Goiânia.	1	30-39	3 a 5	3° in.

Uma coisa necessária. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3° in.
Devido a criação da cidade ter como pioneiro Pedro Ludovico Teixeira, ele merece elogios, pois na sua época havia poucos recursos, ele conseguiu transmitir seu conhecimento construindo uma cidade planejada	1	30-39	3 a 5	3° co.
Ótima, Pedro Ludovico foi de uma visão tanto quanto JK.	1	50-59	-----	1° co.
É uma história importante e forte que se relaciona com o desenvolvimento do interior brasileiro.	1	18-29	3 a 5	3° in.
Acredita que há muitas controvérsias não exatidão de dados.	1	40-49	1 a 2	2° co.
Uma história de heroísmo. O pessoal entrou no cerrado para construir uma cidade.	1	40-49	5 a 10	2° co.

13. O que você pensa sobre conhecer o passado do lugar onde você mora?	Q	Idade	renda	Esc.
É importante a partir do momento que este passado passe conforto e memória.	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Hoje as pessoas não pensam nisso, ninguém quer saber. Eu pessoalmente acho importante.	1	30-39	2 a 3	3° co.
Importante, interessante e necessário.	1	40-49	10 a 20	3° co.
Acho bom. Já conheço.	1	50 -59	5 a 10	2° co.
É o que há de mais importante. Construir os alicerces para o futuro.	1	18 a 29	1 a 2	3° co.
É muito bom, gostaria de conhecer o passado de Goiânia.	1	30-39	2 a 3	1° co.
Acho que é bom, eu gosto.	1	40-49	3 a 5	3° in.
Isso aí. O conhecimento do passado, se você já nasceu e viveu ali. Os jovens vivenciam uma experiência diferente. Antigamente vivia-se a emoção, hoje é o imediato, não existe o tempo para a emoção.	1	50-59	-----	3° co.
Muito bom para as futuras gerações.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Essencial. As escolas deveriam divulgar a história da cidade. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
É interessante, é bom para saber quem ajudou a construir a cidade. Se foram os humildes ou as mãos dos poderosos ou se a população se uniu para fundar a cidade.	1	18-29	1 a 2	2° in.
Não sabe dizer	1	50-59	3 a 5	2° in.
Acho importante para saber por que hoje está assim, o que era antes.	1+1	18-29 18-29	1 a 2 1 a 2	3° in. 2° co.
Conhecer o passado ajuda a planejar o presente. Você volta para o passado, analisa o presente e planeja o futuro. A história é interessante para planejar em cima do real, do concreto.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
É um processo de conhecimento intelectual visto que ele pode influenciar no futuro.	1	30-39	3 a 5	3° in.
Acredito que é algo fundamental para entender o presente. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3° in.
Bom, legal conhecer as raízes.	1	18-29	3 a 5	3° in.
É interessante porque é bom a gente saber como foi criado o lugar onde a gente mora e vive.	1	40-49	3 a 5	1° in.
Conhecendo o passado e a arquitetura antiga estamos preservando essa cultura e nos reportando de certa forma para aquela época.	1	30-39	3 a 5	3° co.
Não acho interessante, eu particularmente não acho necessário.	1	50-59	2 a 3	3° in.
É interessante, é um dos motivos para preservar, você vê a história presente.	1	18-29	2 a 3	2° co.
Eu tenho vontade de conhecer a história de Jataí. (mora no Centro)	1	70-79	-----	2° co.
É muito triste porque você vê que o tempo passou.	1	50-59	-----	1° co.
Importante, pois nos conhecemos através de nossas raízes.	1	18-29	3 a 5	3° in.
Maravilhoso, conhecer todos os dados. Não temos dados suficientes.	1	40-49	1 a 2	2° co.

Bom porque pode ter acontecido algo de importante ou não. Não gosto muito de assuntos ligados à história.	1	18-29	Até 1	2° in.
Acho interessante. Quando vou a algum lugar procuro saber a história, mas daqui eu não conheço.	1	40-49	-----	3° co.
Eu acho importante apesar de eu não importar com isso. É importante passar para os filhos.	1	40-49	5 a 10	2° co.
Se eu valorizar onde moro, estou me valorizando. A gente se valoriza como pessoa e como indivíduo.	1	40-49	-----	3° co.

14 Destas fotos, quais você identifica como construção com característica de patrimônio histórico?	Q	Idade	renda	Esc.
Foto 01				
Sim	1+1+1+1+ 1+1+1			
	1+1+1+1+ 1+1+1+1+ 1+1+1+1+ 1+1+1+1+ 1+1+1			
Não	1+1			
Não manifestou opinião	1+1			
Obs.:				
Tem que ser patrimônio até porque foi o Pedro Ludovico que construiu.	1+	50 -59	5 a 10	2° co.
É antigo, muito bonito, é o começo da cidade.	1+	30-39	2 a 3	1° co.
É o único com que se preocupam em manter. Tem vigilância, está arrumado porque é do governo.	1	18-29	1 a 2	2° co.
É interessante, deve ser mantido como patrimônio.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Representa o início do poder público estadual, o governo estadual.	1	30-39	3 a 5	3° co.
Muito bonito, muito bem feito, a gente vai ter prazer em mostrar para os nossos netos e bisnetos.	1	50-59	2 a 3	3° in.
Não. Dá a impressão de muito moderno, ele não diz nada sobre Goiânia.	1	18-29	2 a 3	2° co.
É antigo, acho uma beleza.	1	70-79	-----	2° co.
Eles não o modificam por isso eu acho que é patrimônio.	1	50-59	-----	1° co.
Palácio onde a cidade nasceu.	1	18-29	3 a 5	3° in.
Não tem cara de patrimônio, não pode ser patrimônio porque tem muita politicagem.	1	18-29	Até 1	2° in.
É o pólo, ali que manda e desmanda. É a principal referência do Centro Histórico.	1	40-49	-----	3° co.
Foto 02				
Sim	1+1			
	+1+1			
Sim com dúvida	1			
Não	1+1+1+1			
	+1+1+1+1 +1+1+1+1 +1+1+1+1 +1+1			
Não com dúvida	1			
Não manifestou opinião.	1			
	+1+1+1+1 +1			

Obs.:				
(Prédio do antigo BEG) Tem que ser, mas se foi vendido, não vai ser tombado.	1+	50 -59	5 a 10	2º co.
Sim (Dúvida)	1+	18-29	1 a 2	3º co.
Acho muito bonito.	1+	30-39	2 a 3	1º co.
O prédio não me remete à Av. Anhanguera (uma agressão à população) (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
Nada a ver.	1	18-29	1 a 2	2º co.
Nada a ver com patrimônio, não possui características.	1	30-39	3 a 5	3º co.
Não. Porque tem cara de novo	1	50-59	2 a 3	3º in.
Não sei explicar, parece moderno demais.	1	18-29	2 a 3	2º co.
É a matriz do banco (BEG)	1	50-59	-----	1º co.
Não, pois me parece um prédio comercial.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Não tem motivo, acho que não.	1	18-29	Até 1	2º in.
Não conheço.	1	40-49	-----	3º co.
Foto 03				
Sim	1+1+1+1+			
	1+1+1			
	1+1+1+1+			
	1+1+1+1+			
Não	1			
Não manifestou opinião	1+1			
Obs.:				
Por respeito ao Pedro Ludovico.	1+	50 -59	5 a 10	2º co.
É patrimônio, é muito bonita.	1+			
Ouçó falar tão bem do Pedro Ludovico... (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
É patrimônio pelas características físicas, as colunas, as janelinhas... / Pelos traços antigos pode ser considerada patrimônio.	1+1	18-29	1 a 2	2º co.
		18-29	Até 1	2º co.
Representa o pioneirismo do Estado, onde tudo começou.	1	30-39	3 a 5	3º co.
Tem cara de coisa velha.	1	50-59	2 a 3	3º in.
Antiga, ainda mais sendo casa de governador.	1	18-29	2 a 3	2º co.
Por causa da história do Pedro Ludovico.	1	50-59	-----	1º co.
Porque é a casa do Pedro Ludovico.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Foto 04				
Sim	1+1+1+1+			
	1+1			
	1+1+1+1+			
	1+1+1+1+			
Não	1			
	+1+1+			
	1+1+1			
Não manifestou opinião	1+1+1			
Obs.:				
Sei que não é, mas acho que poderia ser tombado.	1+	30-39	2 a 3	3º co.
Fica próximo da Academia de Letras que é importante para a cultura.	1+	50 -59	5 a 10	2º co.
Ficou em dúvida.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Acho interessante, acho que remete à característica da cidade. (mora no Centro).	1	30-39	sem	Pós co.

Precisa de reforma. (o ângulo da foto mostra que dá para reforçar o moderno com o antigo).	1	18-29	1 a 2	2° co.
Lembra o Brasil colônia.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Para as pessoas verem como eram feitas as construções no passado.	1	40-49	3 a 5	1° in.
Mostra características da arquitetura da época. / Resgata a arquitetura antiga de Goiânia. / Pelo design, é bem das antigas mesmo! Pelo jeito como foi construída. / Por causa da arquitetura, é muito velha.	1+1+1+1	30-39 18-29 18-29 40-49	3 a 5 3 a 5 Até 1 -----	3° co. 3° in. 2° in. 3° co.
Porque é velha, patrimônio é sempre velharia.	1	50-59	2 a 3	3° in.
É muito estranha, papagaiada.	1	18-29	2 a 3	2° co.
Porque é antigo	1	70-79	-----	2° co.
Foto 05				
Sim	1+1+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
Não	1			
	+1+1+1+1+1			
Não manifestou opinião	1			
Obs.:				
Já é tombado, concordo.	1+	50 -59	5 a 10	2° co.
É patrimônio é antigo.	1+	30-39	2 a 3	1° co.
(Não) não tem característica, a gente não enxerga a construção por inteiro como está na foto.	1	40-49	3 a 5	3° in.
Foi descaracterizado.	1+	50-59	-----	3° co.
Pode ser um patrimônio, é tão antigo... Tantas coisas aconteceram... (mora no Centro) / Pelo jeito antigo, pode contar muita história.	1+1+1	30-39 18-29 18-29	Sem 1 a 2 Até 1	Pós co. 2° co. 2° in.
Possui traços da arquitetura predial antiga.	1	30-39	3 a 5	3° co.
Para mim não serve.	1	50-59	2 a 3	3° in.
É muito feio.	1	18-29	2 a 3	2° co.
É antigo.	1	70-79	-----	2° co.
Fez parte da história da cidade.	1	18-29	3 a 5	3° in.
Foto 06				
Sim	1+1+1+1+1			
	1			
	+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
Sim com dúvida	1			
Não	1+1			
	+1+1+1+1+1+1+1			
Não manifestou opinião	1+1+1+1			
Obs.:				
Acho que todos os Art Déco devem ser tombados.	1+	50 -59	5 a 10	2° co.
Não conhece/	1	40-49	10 a 20	3° co.
Ficou em dúvida.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Tão antigo também... (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.

A fachada está tampada por letreiros.	1	18-29	1 a 2	2º co.	
Não. Apresenta traços mais modernos. / Está muito moderno para o meu gosto.	1+1	30-39 18-29	3 a 5 Até 1	3º co. 2º in.	
Para mim não serve, tem cara de sobrado do interior.	1	50-59	2 a 3	3º in.	
É bem antigo	1+1	18-29 50-59	2 a 3 -----	2º co. 1º co.	
Conserva a arquitetura da construção da cidade.	1	18-29	3 a 5	3º in.	
Foto 07					
Sim	1+1+1				
	1+1+1+1+ 1+1+1+1+ 1+1+1+1+ 1+1+1+1				
	Sim com dúvida				1
	Não				1+1
					+1
Não manifestou opinião	1+1+1+1+ 1				
Obs.:					
Não tenho conhecimento.	1	30-39	2 a 3	1º co.	
Ficou em dúvida	1+1	40-49 18-29	10 a 20 1 a 2	3º co. 3º co.	
	1	40-49	2 a 3	Pós co.	
Porque tudo o que remete à cultura e educação merece ser patrimônio. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.	
Porque é antigo	1	50-59	3 a 5	2º in.	
Modificaram muito o prédio, não está igual ao que era.	1	18-29	1 a 2	2º co.	
Pelo formato, a construção é interessante, o telhado dele mostra que é antigo.	1	30-39	2 a 3	Pós co.	
Porque muitos estudaram aqui, muitos governantes se formaram aí.	1	40-49	3 a 5	1º in.	
Características antigas representam primeiras obras de Goiânia./ Construção antiga para quem não conhece.	1+1	30-39 18-29	3 a 5 Até 1	3º co. 2º in.	
Tem cara de coisa velha, das coisas construídas antigamente.	1	50-59	2 a 3	3º in.	
Tem característica de antigo, rústico,	1	18-29	2 a 3	2º co.	
Não tenho opinião	1	70-79	-----	2º co.	
Faz parte da história do Estado	1	18-29	3 a 5	3º in.	
Foto 08					
Sim	1+1+1+1+ 1+1				
	+1+1+1+1 +1+1+1+1 +1+1+1+1 +1+1+1+1				
	Sim com dúvida				1
	Não				1
					1+1
Não manifestou opinião.	1+1				
Obs.:					
Não gosto desse prédio.	1+	50 -59	5 a 10	2º co.	
Acho muito bonito, é coisa histórica.	1+	30-39	2 a 3	1º co.	
É voltado para a cultura, pelo que oferece pela originalidade de pensamento. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.	
Lembra muito os tempos antigos, lugar para preservar.	1	18-29	1 a 2	2º co.	
Tem que manter isso aqui. É uma presença viva.	1	30-39	2 a 3	Pós co.	
Representa o grande expoente da cultura teatral goiana.	1	30-39	3 a 5	3º co.	

Tem cara de novo para ser patrimônio	1	50-59	2 a 3	3º in.
A estrutura é muito antiga, marcou a cidade de Goiânia.	1	18-29	2 a 3	2º co.
É um registro da evolução cultural de Goiânia.	1	18-29	3 a 5	3º in.
É patrimônio pelo design, pelo jeito que ele foi construído.	1	18-29	Até 1	2º in.
Foto 09				
Sim	1+1			
	1+1+1+1+1+1			
Sim com dúvida	1			
Não	1+1+1+1			
	1+1+1+1+1+1+1+1+1			
	+1+1+1			
Não manifestou opinião.	1			
	1+1+1+1			
Obs.:				
Muito recente. /	1	30-39	2 a 3	3º co.
É novo, moderno.	1+1	40-49	-----	3º co.
		40-49	-----	3º co.
Nada a ver, obra nova.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
É muito bonito.	1	30-39	2 a 3	1º co.
Só se for para valorizar o Ruy Ohtake.	1	50-59	-----	3º co.
Oferece conforto, é clean, suave. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
(Não) É uma obra bonita.	1	18-29	1 a 2	2º co.
Porque remete ao moderno projetando para o futuro.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Pela infra-estrutura do prédio.	1	40-49	3 a 5	1º in.
Características futuristas, não representa arquitetura da época.	1	30-39	3 a 5	3º co.
É muito moderno para ser patrimônio. Acho que banco não deve entrar nisso. Banco é particular.	1	50-59	2 a 3	3º in.
É diferente.	1	18-29	2 a 3	2º co.
Não tem motivo.	1	70-79	-----	2º co.
Não representa um fato histórico e cultural marcante.	1	18-29	3 a 5	3º in.
Sim. Construção muito bonita, bem detalhada.	1	18-29	Até 1	2º in.
Foto 10				
Sim	1+1+1+1+1+1+1+1			
	1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
	+1+1+1+1			
Não	1+			
Não manifestou opinião.	1+1			
Obs.:				
Já é tombado.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
É muito antigo.	1	30-39	2 a 3	1º co.
	+1+1	50-59	3 a 5	2º in.
		70-79	-----	2º co.
Descaracterizado (50-59 anos)	1+	50-59	-----	3º co.
É uma construção tão antiga, poderia retratar algo sobre a ferrovia. (mora no centro) / Pela história, a ferrovia em Goiânia, a retirada dos trilhos. Ela fica como uma lembrança para quem viveu essa época.	1+1	30-39 18-29	Sem Até 1	Pós co. 2º in.
Esse é maravilhoso, não mudaram nada.	1	18-29	1 a 2	2º co.
Certamente traz à tona o passado de pessoas com o espírito de	1	30-39	2 a 3	Pós co.

desenvolvimento do Estado, símbolo do progresso.				
Acho que deveria tombar, é obra antiga e bonita.	1	40-49	3 a 5	1° in.
Foi um marco da linha férrea em Goiás que foi desativado pelo avanço da sociedade.	1	30-39	3 a 5	3° co.
É um símbolo de Goiânia	1	50-59	2 a 3	3° in.
É outro marco da região central.	1	18-29	2 a 3	2° co.
Primeira grande construção de transporte de Goiânia.	1	18-29	3 a 5	3° in.
Acho que faz parte da história da cidade.	1	40-49	-----	3° co.

15. Dentre esses edifícios, qual você acha mais importante?	Q	Idade	renda	Esc.
Importância equivalente.	1	40-49	3 a 5	Pós co.
Acho que têm o mesmo peso.	1	40-49	-----	3° co.
Gosto da Estação Ferroviária, mas acho que o conjunto da Praça Cívica é muito importante.	1	30-39	2 a 3	3° co
Residência do Governador Pedro Ludovico	1+1	40-49 18-29	10 a 20 1 a 2	3° co. 3° co.
O Palácio das Esmeraldas.	1+1+1	50-59	5 a 10	2° co.
		40-49	3 a 5	3° in.
		30-39	2 a 3	1° co.
	1+1+1 +1+1+ 1+1	30-39	3 a 5	3° co.
		70-79	-----	2° co.
		50-59	-----	1° co.
		18-29	3 a 5	3° in.
		40-49	-----	3° co.
		40-49	5 a 10	2° co.
O Palácio e o Cine Teatro Goiânia	1	50-59	-----	3° co.
O palácio e a Residência do Governador Pedro Ludovico, Grande Hotel, Estação.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
Vários: o palácio, principalmente o Instituto de Educação e o Teatro. (mora no Centro)	1	30-39	sem	Pós co.
O hotel Dom Bosco	1	18-29	1 a 2	2° in.
Todos são importantes, mas destaco a Estação Ferroviária, a casa da Rua 20 e o Inst. de Educ.	1	50-59	3 a 5	2° in.
A estação Ferroviária.	1+1+1	18-29	1 a 2	2° co.
		30-39	2 a 3	Pós co.
		18-29	Até 1	2° in.
É relativo afirmar qual é o mais importante, pois todos deram sua contribuição à história da cidade.	1	30-39	3 a 5	3° in.
O Teatro Goiânia. (mora no Centro). O Teatro Goiânia	1	18-29	3 a 5	3° in.
	1+1	18-29	(família)	3° in.
		18-29	3 a 5 2 a 3	2° co.
O Instituto de Educação de Goiás.	1	40-49	3 a 5	1° in.
(A Estação) O da Praça do Trabalhador e o Palácio.	1	50-59	2 a 3	3° in.
A casa da Rua 20.	1	40-49	1 a 2	2° co.
15a. Por quê?				
São fragmentos de um conjunto	1	40 -49	3 a 5	Pós co.
Acho que as pessoas querem mudar muita coisa, mas estes bens devem ser mantidos, não podem morrer.	1	40-49	-----	3° co.
Acho que o conjunto da Praça Cívica é muito importante.	1	30-39	2 a 3	3° co
A residência do Governador Pedro Ludovico, porque ele foi o idealizador da cidade, ele começou tudo.	1	40-49	10 a 20	3° co.

A residência do Governador Pedro Ludovico - tem muita coisa de valor.	1	18-29	1 a 2	3º co.
(O Palácio) Porque sempre foi sede do governo.	1	50 -59	5 a 10	2º co.
Porque é a sede do governo e centro da cidade. / O governo está lá. / Foi onde se localizou o governo desde o começo da capital.	1+1+1	18-29 40-49 40-49	3 a 5 ----- 5 a 10	3º in. 3º co. 2º co.
(O palácio) É um patrimônio histórico, é uma referência do governo estadual, principalmente porque foi o Pedro Ludovico que construiu.	1	30-39	2 a 3	1º co.
(O palácio) Pelo contexto histórico político do Estado.	1	40-49	3 a 5	3º in.
Representam a história de nossa cidade.	1	40-49	2 a 3	Pós co.
(Instit. Educação e Teatro) Por causa da educação. Valorizo a educação e a formação. (mora no Centro) / (Instit. Educação) Pelos grandes nomes que saíram daqui.	1+1	30-39 40-49	Sem 3 a 5	Pós co. 1º in.
Porque fica mais fácil o turista vir para a cidade, um hotel no centro é mais fácil.	1	18-29	1 a 2	2º in.
Porque é algo antigo que eu tenho conhecimento.	1	50-59	3 a 5	2º in.
(Palácio) Lá está a pessoa máxima do Estado. Concentra um órgão de poder político.	1	18-29	1 a 2	3º in.
Tem muito a ver com o início de Goiânia, toda a história conta a partir dele.	1	18-29	1 a 2	2º co.
(Estação) É um local que lembra pessoas que chegam e pessoas que saem cada uma com uma idéia, de desenvolvimento, de trabalho, de busca.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
Muito bonito, espaço onde passa a cultura, circulação de pessoas. (mora no Centro)	1	18-29	3 a 5 (família)	3º in.
(Teatro Goiânia) Espetáculo, história, leva o nome de Goiás.	1	18-29	3 a 5	3º in.
(O palácio) Dentre todos os citados, o palácio está em pleno funcionamento e abriga a maior autoridade do Estado.	1	30-39	3 a 5	3º co.
(A Estação e o Palácio) São coisas que me chamam a atenção e quando eu penso em Goiânia, eles demarcam um extremo e outro.	1	50-59	2 a 3	3º in.
(O Teatro) É mais importante, mais bonito, é uma das construções que mais lembra a história da cidade.	1	18-29	2 a 3	2º co.
Porque é antigo, já passaram vários governadores, todo mundo conhece.	1	70-79	-----	2º co.
(O palácio) porque é o símbolo do início, a transferência da capital para Goiânia.	1	50-59	-----	1º co.
(Casa da Rua 20) Você vê toda a vida da pessoa quando olha para ela.	1	40-49	1 a 2	2º co.
(A Estação) Foi um meio de o povo chegar a Goiânia, um meio de trabalho.	1	18-29	Até 1	2º in.

16. Em sua opinião, esse edifício mantém o uso para o qual foi construído?	Q	Idade	renda	Esc.
Estação ferroviária - não mantém o uso. O restante (Praça Cívica) sim, foi construído para funcionar a administração. (30-39 anos)	1	30-39	2 a 3	3º co.
Residência do Governador Pedro Ludovico – Não, hoje ela é um museu.	1+1	40-49 18-29	10 a 20 1 a 2	3º co. 3º co.
(O Palácio) não.	1	50-59	5 a 10	2º co.
	1+1	50-59 18-29	----- 3 a 5	1º co. 3º co.
(O palácio) Acho que sim./ O governador no seu mandato mora lá/ Tem o mesmo uso.	1+1	40-49 30-39	3 a 5 2 a 3	3º in. 1º co.
	+1+1+ 1+1+1	18-29	1 a 2	3º in.
		30-39	3 a 5	3º co.
		70-79	-----	2º co.
		40-49 40-49	----- 5 a 10	3º co. 2º co.

O palácio mantém, mas o Cine Teatro Goiânia não. Antigamente as pessoas tinham que por paletó para entrar no Teatro.	1+	50-59	-----	3º co.
Não nenhum, só o palácio mantém.	1+	40-49	2 a 3	Pós co.
(Palácio, Instit. Educação e Teatro) Sim.	1	30-39	sem	Pós co.
(Estação Ferroviária) Não.	1+1	18-29 30-39	1 a 2 2 a 3	2º co. Pós co.
(Teatro Goiânia) Sim.	1+1	18-29 18-29	3 a 5 (família) 3 a 5	3º in. 3º in.
(O Instituto de Educação) não conheço pessoalmente.	1	40-49	3 a 5	1º in.
(A Estação e o Palácio) Só o Palácio mantém.	1	50-59	2 a 3	3º in.
(O teatro) Não sei, acho que era esse mesmo.	1	18-29	2 a 3	2º co.
(Casa da Rua 20). Mantém mas está muito depredada. Sim, <i>(deve manter)</i> para proteger.	1	40-49	1 a 2	2º co.
(A estação) Acho que sim.	1	18-29	Até 1	2º in.

17. Se não, o que você acha do uso que está sendo dado?	Q	Idade	renda	Esc.
Residência do Governador Pedro Ludovico – acho que está certo, só assim ele vai ser preservado.	1+	40-49	10 a 20	3º co.
(O Palácio) – está sendo mais uma fachada, acho que o governador nem mora lá.	1+	50 -59	5 a 10	2º co.
Residência do Governador Pedro Ludovico – é válido em função de que esse novo uso mostra a cultura e a história, é algo a ser visitado pela população.	1+	18 a 29	1 a 2	3º co.
O Cine Teatro agora é só teatro. (50-59 anos)	1+	50-59	-----	3º co.
(Res. Pedro Ludov., Grande Hotel, Estação ferrov.) Não é adequado, mas, pelo menos, está conservando o local	1+	40-49	2 a 3	Pós co.
(Estação Ferrov.) Mudou, na Estação acabou muita coisa que tinha lá.	1	50-59	3 a 5	2º in.
(Estação Ferrov.) Não está sendo usado, acho que isso preserva.	1	18 29	1 a 2	2º co.
(Estação Ferrov.) Não sei o que funciona. Deve transformar em museu para representar o que foi no passado.	1	30-39	2 a 3	Pós co.
(Todos têm sua importância relativa) Acha que o uso deve buscar a realidade ao qual é destinado. (não entendi)	1	30-39	3 a 5	3º in.
(A Estação e o Palácio) A Estação não sei, não conheço o uso atual.	1	50-59	2 a 3	3º in.
(O palácio) ele ficou obsoleto, não dava para a função inicial.	1	50-59	-----	1º co.
(Palácio) Agora serve mais como monumento já que se construiu o prédio do Centro Administrativo.	1	18-29	3 a 5	3º in.